



GOVERNO FEDERAL
Grupo Executivo Interministerial
Decreto de 26 de julho de 2006



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Grupo Executivo do Estado do Pará
Decreto de 30 de julho de 2007

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

GOVERNO FEDERAL

Casa Civil da Presidência da República (Coordenação)
GABINete de Segurança Institucional da Presidência da República
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ministério das Cidades
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Integração Nacional
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Saúde
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Justiça
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
Advocacia-Geral da União - AGU
Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA
Centrais Elétrica do Norte do Brasil – ELETRONORTE
Defensoria Pública da União - DPU
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
Gerência Regional do Patrimônio da União - GRPU/PA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Ministério da Cultura - MinC
Ministério da Educação - MEC
Ministério de Minas e Energia - MME
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP
Ministério dos Transportes - MT
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP
Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH
Secretaria-Geral da Presidência da República - SG
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
Secretaria do Patrimônio da União - SPU

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

GABINete da Governadora

Secretaria de Estado de Integração Regional (Coordenação)

Secretaria de Estado de Governo

Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos

Secretaria de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Saúde Pública

Secretaria de Estado de Planejamento

Secretaria de Estado de Transporte

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Secretaria de Estado de Agricultura

Secretaria de Estado de Segurança Pública

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

Secretaria de Estado de Cultura

Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Companhia Paraense de Turismo

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
SAUDAÇÃO.....	7
1 – INTRODUÇÃO	8
2 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO	10
3 - DIAGNÓSTICO	12
3.1. CONTEXTO NATURAL	12
3.2 – CONTEXTO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA REGIÃO	16
3.3 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO	20
3.4 – CONTEXTO FUNDIÁRIO	22
3.5 - CONTEXTO ECONÔMICO.....	30
3.6 – CONTEXTO SOCIAL	53
4 – OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	74
4.1 – OBJETIVOS.....	74
4.2 – DIRETRIZES GERAIS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	75
5 - ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	83
5.1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL	83
5.2 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS.....	85
5.3 –INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	87
5.4 – INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA	90
5.5 – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E MODELO DE GESTÃO DO PLANO.....	94
6 – AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL EM ANDAMENTO.....	98
7 – BIBLIOGRAFIA.....	288
8 - ANEXOS	291

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó se constitui em plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira e suas sub-regiões e se destina a desenvolver um território cuja singularidade é reconhecida na própria Constituição do Estado do Pará.

A sua elaboração esteve inicialmente a cargo do Grupo Executivo Interministerial (GEI), criado por Decreto Presidencial em 26 de julho de 2006, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com a adesão do Governo do Estado do Pará, no início de 2007, o qual posteriormente formalizou o Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó (GEPLAM), por meio do Decreto Estadual de 30 de julho de 2007.

A criação do Grupo Executivo Interministerial para o Arquipélago do Marajó atendeu a uma demanda da sociedade local, expressa na manifestação de alguns de seus representantes, para que o Governo Federal articulasse uma agenda de ações imediatas voltadas especialmente à regularização fundiária, à implementação de obras de infra-estrutura e ao combate à malária (Art. 2º, inciso III do Decreto), bem assim elaborar o presente plano em parceria com a sociedade civil, com o governo estadual e prefeituras.

Imediatamente, iniciaram-se ações emergenciais no Arquipélago, particularmente nas áreas de saúde e de regularização fundiária. Concomitantemente, no período de agosto a dezembro de 2006, foi elaborada uma versão preliminar para discussão do Plano, a qual foi levada a debate na região, na forma de um resumo executivo.

No período de 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 2007, foram realizadas consultas públicas para a apresentação da proposta do plano em cinco municípios do Arquipélago, envolvendo todas as suas sub-regiões: Salvaterra (municípios do nordeste); São Sebastião da Boa Vista (sudeste); Breves (sudoeste); Afuá (noroeste) e Anajás (centro). Essas consultas públicas contaram com a participação de mais de três mil pessoas e foram precedidas, durante o transcorrer do mês de janeiro, por reuniões preparatórias de consultas públicas, em todos os municípios do Arquipélago, com a participação de centenas de pessoas.

Durante o processo de consultas públicas, houve a incorporação do Governo Estadual. Nesse contexto, foi criado o GEPLAM com o objetivo de articular ações junto ao GEI, integrando as duas esferas governamentais para viabilizar a conclusão e a implementação do Plano. Deve-se destacar também a ampla participação nesse processo das dezesseis

administrações municipais, diretamente e por meio da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM).

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó foi elaborado a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, discutidas com o Governo do Pará e com as prefeituras e amplamente debatidas e aperfeiçoadas nas consultas públicas, momento em que as esferas de governo puderam ouvir, avaliar e pontuar as principais reivindicações da população marajoara. As diretrizes foram agrupadas em cinco eixos temáticos:

- a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
- b) fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- c) infra-estrutura para o desenvolvimento;
- d) inclusão social e cidadania; e
- e) relações institucionais e modelo de gestão.

Após as discussões realizadas nas consultas públicas, trabalhou-se na sua sistematização e na identificação de ações promovidas por órgãos federais e estaduais já em curso na região e na identificação de ações passíveis de serem desenvolvidas pelos órgãos, à luz das demandas das consultas públicas e de programas já existentes nos órgãos. Também foram identificadas as demandas que não apresentavam correspondência em programas dos órgãos, e que deveriam ser incorporadas no PPA 2008 e, destacadamente, definidas estratégias para implementação das diretrizes e ações propostas.

Vencidas essas fases, concluiu-se a elaboração deste Plano, para cuja implementação os Governos Federal e do Estado do Pará mobilizarão seus servidores, seus recursos logísticos e financeiros, tentando cumprir com eficiência, ética e transparência os compromissos contidos no Plano.

SAUDAÇÃO

O objetivo deste Plano é o desenvolvimento humano, integral e solidário de todo o Marajó. Portanto, o seu centro é o homem e a mulher marajoara. Ser mais homem, passando de condições menos humanas a condições de vida mais humanas e procurando, não somente ter mais, mas ser mais. Trata-se do desenvolvimento do homem todo e de todos os homens do Marajó sem reduzi-lo a aspectos parciais, mas aberto a todas as exigências da dignidade humana, sem excluir a sua orientação à vida eterna, a Deus, elemento essencial da identidade e cultura marajoaras.

O protagonista deste Plano é o homem marajoara. Ele deve ser o sujeito principal do seu próprio desenvolvimento. A sua liberdade irrenunciável ajudada pelo estímulo, sabedoria e acompanhamento dos técnicos deste Plano, fará de si mesmo um ponto de partida insubstituível para a promoção humana e autêntica libertação sem as quais não será possível uma ordem justa e solidária no Arquipélago.

A fragilidade do tecido social marajoara exigirá o respeito, a simpatia e a proximidade dos técnicos em cada uma das etapas de implementação deste Plano a fim de preservar e promover a identidade deste conjunto singularíssimo de ecologia humana que chamamos Marajó. Este Plano não pode ser mais um exemplo de colonialismo atualizado por uma implantação não-participativa do mesmo, mas o início efetivo de um Marajó respeitado na sua liberdade e no direito de forjar seu próprio destino histórico.

Uma das características mais marcantes da elaboração deste Plano, desde a apresentação do primeiro esboço do mesmo, foi a sua transparência ética. Qualquer suspeita de corrupção a qualquer nível na realização deste Plano acabaria imediatamente com sua identidade e com a esperança, que adormecida durante séculos, este Plano suscitou no coração do povo.

Soure-PA, 30 de setembro de 2007

*D. José Luiz Azcona Hermoso, OAR
Bispo da Prelazia do Marajó*

1 – INTRODUÇÃO

Desde maio de 2003, quando ocorreu em Rio Branco, Acre, reunião do Presidente da República com os governadores da Amazônia para discutir a viabilização de um novo modelo de desenvolvimento para a região, o Governo Federal tem procurado discutir com a sociedade amazônica e os governos estaduais e municipais, a implementação deste novo modelo, pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra-estrutura; voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, que gerem emprego e renda; compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, visando, em última instância, a elevação da qualidade de vida da população.

Este novo modelo de desenvolvimento proposto consubstanciou-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, ou, como é mais conhecido, o Plano Amazônia Sustentável (PAS).

O PAS, juntamente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (PDCO), são os três planos estratégicos de desenvolvimento macrorregionais que o Governo Federal vem elaborando junto com a sociedade e os demais níveis de governo, inseridos em novas estratégias de planejamento territorial e desenvolvimento regional, que por sua vez, criam e restabelecem parâmetros e instrumentos norteadores da ação governamental articulada no território e que são expressas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e na Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), esta última ainda em construção.

Articulados aos planos macrorregionais, tem-se elaborado planos sub-regionais de desenvolvimento, como o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR 163 (Cuiabá-Santarém), para ficarmos na Região Amazônica.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó insere-se nesta nova estratégia, em que se busca, atuando-se nas várias escalas territoriais - nacional, macrorregional e sub-regional – promover o pleno desenvolvimento das atividades produtivas, que possibilite a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que seja compatível com a conservação do meio ambiente.

No caso do Arquipélago do Marajó, dada a dimensão das demandas de ordem social, sobretudo a carência estrutural de serviços básicos, como saneamento, saúde e educação, aliadas a um contexto de concentração e instabilidade fundiária e a precariedade e insuficiência da infra-

estrutura, resultando num dos mais baixos níveis de qualidade de vida do país, o Plano assume um caráter norteador, oferecendo diretrizes e ações governamentais para a implementação de um modelo de desenvolvimento construído em parceria com a sociedade local, capaz de mudar a face de atraso e pobreza em que se encontra a região.

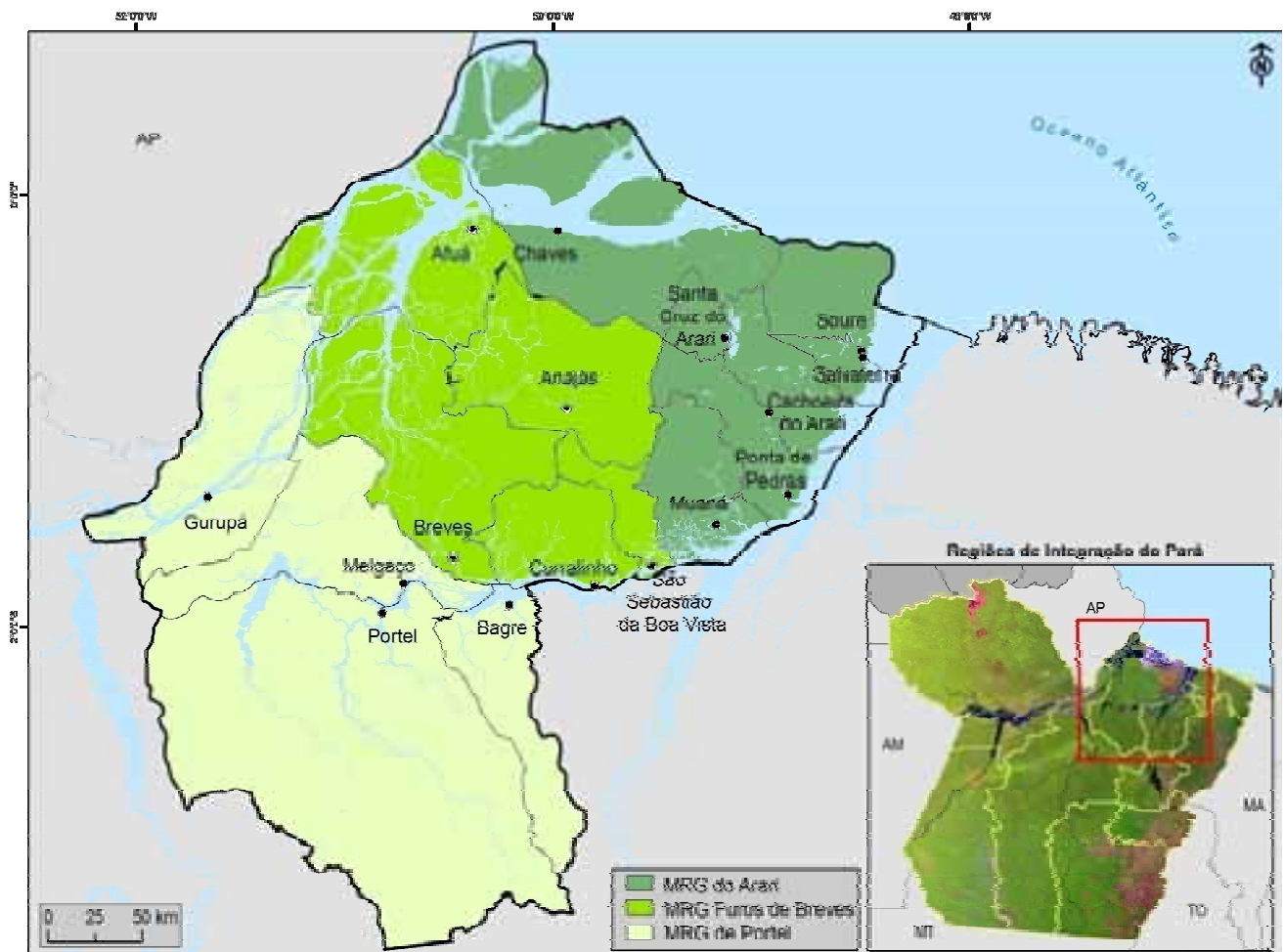
A primeira parte do plano contém um diagnóstico regional, composto por dados e indicadores sociais do arquipélago, que atestam sua situação de carência e isolamento em relação ao restante do Estado do Pará. Traçado este contexto, são apresentados os objetivos e diretrizes propostos pelo plano como caminhos para se alcançar o modelo de desenvolvimento demandado para a região. A partir desse momento, foi possível identificar as ações prioritárias para o Arquipélago, subdivididas em eixos temáticos que representam os temas estruturantes do plano.

Com as ações identificadas, foram pensadas suas estratégias de implementação, fortalecendo o Plano como um instrumento para o direcionamento e a realização efetiva das condições de melhoria de vida da população marajoara. Na sequência das estratégias estão listadas as ações em curso e programadas ações que podem promover a integração institucional, visando ao cumprimento dos objetivos do plano e sua própria implementação. Consolidando essa proposta é apresentado o modelo de gestão para o plano, uma forma de articular e regular a participação das organizações sociais e sua capacidade de intervenção para a realização do modelo de desenvolvimento para o arquipélago.

Mais que um documento, esse plano pretende ser uma rota a ser seguida, mesmo com alguma insegurança e imprevisibilidade, mas coerente aos planos e ao modelo de desenvolvimento desejado pela população marajoara. Esse é o objetivo mais caro desta proposta, realizar dentro de um esforço coletivo entre governos e população, um projeto de desenvolvimento territorial eficaz e legítimo para o Arquipélago do Marajó.

2 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO

A área de abrangência do Plano de Desenvolvimento compreende os dezesseis municípios que compõem, segundo o IBGE, a Mesorregião Geográfica do Marajó (Figura 1), que além do arquipélago, alcança alguns municípios do continente, somando 104.140 km² (Tabela 1).



Fonte: GeoPARÁ, 2007.

Figura 1: Mesorregião do Marajó - Área de abrangência territorial do plano.

A mesorregião do Marajó, por sua vez, é constituída de três microrregiões geográficas (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no Arquipélago do Marajó. Já a MRG de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião.

Tabela 1: Municípios inseridos na área do plano e respectivas extensões territoriais.

MUNICÍPIOS	ÁREA (Km²)
MRG DO ARARI	28.950
CACHOEIRA DO ARARI	3.102
CHAVES	13.085
MUANÁ	3.766
PONTA DE PEDRAS	3.365
SALVATERRA	1.044
SANTA CRUZ DO ARARI	1.075
SOURE	3.513
MRG FUROS DE BREVES	30.094
AFUÁ	8.373
ANAJÁS	6.922
BREVES	9.550
CURRALINHO	3.617
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632
MRG DE PORTEL	45.096
BAGRE	4.397
GURUPÁ	8.540
MELGAÇO	6.774
PORTEL	25.385
TOTAL GERAL	104.140

Fonte: IBGE.

3 - DIAGNÓSTICO

3.1. CONTEXTO NATURAL

O Arquipélago do Marajó, integralmente situado no Estado do Pará, constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. O Arquipélago é formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 49.606 Km².

3.1.1. Clima

A classificação climática da região, segundo Köppen, é do tipo Ami, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. A subdivisão climática da região, segundo a classificação bioclimática da Amazônia de Bagnoul e Gaussen, caracteriza-a como sub-região eutermaxérica que compreende um clima equatorial com temperatura média do mês mais frio superior a 20 °C e temperatura média anual de 26°C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm. As estações são inexistentes ou pouco acentuadas. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a mesma duração das noites. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Nesta região predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem, também, bolsões de ar na foz do rio Amazonas (Vieira & Santos, 1987; RADAM BRASIL, 1974).

3.1.2. Geologia

A formação geológica estatigráfica da região data do período quaternário e é composta pela unidade dos aluviões. Os aluviões são coberturas sedimentares recentes, compreendendo depósitos aluviais inconsolidados de variada granulometria, que formam a ampla planície aluvial do Amazonas, na região da Ilha do Marajó, Caviana, Mexiana e Ilha Grande de Gurupá. A estrutura geológica local é composta pelo Arco de Gurupá, que se estende entre os Cratons Guianês e Guaporé e sob a ilha Grande de Gurupá, com direção geral NW. Destaca-se essa feição estrutural com direção geral do grupo Vila Nova e Gnaiss Tumucumaque (RADAM BRASIL, 1974).

3.1.3. Geomorfologia

A distribuição das formas de relevo da região é marcada por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do Amazonas, logo abaixo da foz do Xingu. A montante desta área corre o rio Amazonas em extensa planície, que está em pleno processo de colmatação, por mecanismos muito específicos daquele rio. A jusante, a sedimentação mais significativa já foi feita quase totalmente. Ocorre então uma nítida separação entre duas feições geomorfológicas diferentes e bem identificadas. Estas duas feições são separadas pelo arco de Gurupá, que coincide sua posição com a separação entre duas formas de deposição. Isto é demonstrativo de que os altos estruturais continuaram sua movimentação até tempo geológico holocênico, apesar de os falhamentos da Fossa Marajoara, associados aos altos estruturais, terem sua datação correlacionada à reativação Wealdeniana. Os comprovantes geológicos destes eventos são definidos na estratigrafia da Fossa do Marajó. O basculamento e a erosão ativa estão relacionados a um processo de subsidência seguida de transgressão nesta fossa. O nível de aplainamento da região é designado genericamente de pediplano pleiocênico e pediplano pleistocênico, desigualmente distribuídos na região. Os complexos problemas da hidrografia amazônica são em sua maioria decorrentes das movimentações, reativações e colmatações, acima descritos e da transgressão flandriana, que juntos, explicam a formação das baías e furos na região de Breves, Caxiuanã, Portel e Melgaço, e a drenagem arborescente do Canal do Norte na frente de Gurupá (RADAM BRASIL, 1974).

3.1.4. Solos

Nas áreas de várzea são encontrados os solos hidromórficos de tipo Gley (húmicos e pouco húmicos), desenvolvidos sobre sedimentos recentes do quaternário, em geral ácidos e com textura argilosa. Estes solos apresentam um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alta porcentagem de matéria orgânica, sobre uma camada mineral originária de material sedimentar. A fertilidade dos solos de várzea concentra-se na sua camada superficial, devido basicamente a dois mecanismos: o primeiro refere-se à liberação de nutrientes pela matéria orgânica oriunda da decomposição de material vegetal florestal; o segundo é devido à deposição sobre o solo de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas barrentas do rio Amazonas causada pela movimentação das marés. São estes dois mecanismos que mantêm elevada a fertilidade dos solos de várzea.

Em terra firme, uma grande extensão da área é coberta por latossolo amarelo, encontrando-se também os podzóis e as lateritas hidromórficas. Estes solos originários do

terciário são profundos, bem drenados, arenosos e com acidez elevada. A fertilidade destes solos é baixa, concentrando-se na sua camada superficial, apresentando uma variação de 10 a 15cm. Dadas as condições climáticas da região, as características físicas, químicas e biológicas destes solos fazem com que os mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processem rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal, diminuindo assim a sua fertilidade.

3.1.5. Hidrografia

A hidrografia da região é caracterizada por uma intrincada rede de drenagem formada por emaranhado de canais recentes, paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes. O movimento sazonal e diário das águas é o principal elemento definidor da paisagem da região, onde se destacam as várzeas e os igapós. Nestas áreas, a variação diária do nível da maré pode ultrapassar os três metros.

A hidrografia regional tem importância vital, destacando-se seu aproveitamento econômico: a) como único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas; b) como potencial pesqueiro; e c) como enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.

3.1.6. Vegetação

A vegetação tem influência direta da hidrografia que define os principais ecossistemas regionais. A população da área de estudo convive essencialmente com quatro tipos de ecossistemas: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais.

A formação vegetal da terra firme é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical). As principais espécies são a maçanduba (*Manilkara huberi*), o breu (*Protium spp.*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatairea sericea*), e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores cuja madeira é caracterizada como madeira de lei, com poucas palmeiras, e não apresenta um estrato arbustivo tal qual o observado nas florestas de várzea. Estas são encontradas principalmente nas inúmeras ilhas do estuário e às margens do Rio Amazonas e Pará, sendo caracterizada como Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada. São áreas alagadas periodicamente, apresentando cobertura arbórea destacando emergentes. Neste ambiente predominam espécies com madeira de grande valor econômico como a ucuúba (*Virola surinamensis*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e o açacu (*Hura*

crepitans). Como fornecedoras de produtos não madeireiros destacam-se: a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o açaizeiro (*Euterpe oleracea*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o taperebá (*Spondias lutea*).

Nas áreas deprimidas que sofrem alagamento periódico encontram-se as Formações Pioneiras, representadas pelos campos naturais do leste da Ilha de Marajó, que são áreas destituídas de mata e que apresentam cobertura de gramíneas e outras herbáceas, além de árvores e palmeiras, formando pequenas ilhas de vegetação lenhosa e constituindo-se um ecossistema bastante complexo, em função das suas variadas condições edafoclimáticas, as quais podem definir comunidades vegetais totalmente diversas em composição botânica.

Em áreas onde a mata foi removida para a realização de cultivos ocorre a floresta secundária resultante da regeneração vegetal. A capoeira e o capoeirão são expressões também utilizadas pelos lavradores para designar os estágios de cobertura vegetal da floresta secundária.

3.1.7. Fauna

Nos diversos ambientes do arquipélago marajoara vivem inúmeras espécies da fauna. A convivência do caboclo marajoara com o seu meio o tornou um bom conhecedor da fauna da região, porém muitas vezes limitado aos animais de caça, às aves mais populares, às cobras e a alguns peixes. Estes animais despertam algum interesse na população pelo fornecimento de alimento ou pelo perigo que possam representar. Já outros animais como os pequenos peixes e os anfíbios são menos conhecidos, apesar de se saber da existência de várias espécies. Porém, eles possuem nomes generalizados, como as cutacas e os sapos, muitos das quais figuram na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Dentre os animais, chamam mais a atenção a onça pintada (*Felis onca*), a sussuarana (*Felis concolor*), os maracajás (*Felis wiedii*), os gatos mouriscos (*Herpailurus yagouarundi*), a raposa da mata (*Pseudolopex gymnocercua*), o jupará (*Potos flavus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o quati (*Nasua nasua*) e o guaxinim (*Procyon cancrivorus*). Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré (*Cichla ocellaris*), o puraquê ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), a pescada (*Sciaena amazônica*), a piraíba (*Piratinga piraiba*), o pirarucu (*Arapaima gigas sp.*), as piranhas (*Serrasalmo sp.*), o candiru (*Vandellia cirrhosa*) e o tamuatá (*Callichthys sp.*).

Os manguezais servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, além de abrigarem uma fauna, também com baixa diversidade específica, porém com muitos indivíduos, alguns deles de importância econômica como o camarão, caranguejo e a ostra.

Em recente levantamento realizado pela equipe de técnicos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Norte do Brasil (CEPNOR)/IBAMA, pôde-se constatar a riqueza de espécies de interesse comercial existente nos manguezais do Marajó. Entre os crustáceos foram identificadas espécies de caranguejos: aratu ou sarará (*Aratus pisonii*), caranguejo uca (*Ucides cordatus*) e o chama-marés (*Uca sp.*); de camarão: camarão canela ou regional (*Macrobrachium amazonicum*); de siri: siri azul (*Callinectes sp.*); de isópode: turu (*Limnoria lignorum*). Dentre os moluscos destacam-se os caramujos e mexilhões, e dentre os peixes capturados durante o período da pesquisa, cita-se a tainha, o baiacu, a sardinha de gato, a branquinha, a sardinha, o matupiri, a pirapema, a arraia, o bagre, o camurim, o jandirá, o pacamun e a pescada branca. Outras espécies não capturadas podem estar associadas a sazonalidade, à eficiência de captura do petrecho de pesca e ao fotoperíodo.

3.2 – CONTEXTO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA REGIÃO

3.2.1 - Os primeiros habitantes

A ocupação humana no Arquipélago do Marajó é bastante remota. Somente recentemente passou-se a conhecer outros tipos de ocupações, anteriores e posteriores àquela que veio a ser chamada de Fase Marajoara. As culturas pré-coloniais do Marajó são extremamente importantes porque a ilha parece ter favorecido um modo de vida sedentário desde épocas bastante remotas (pelo menos 5.000 A.P. se considerarmos os sambaquis), tendo assistido à chegada de outros contingentes populacionais e crescimento cultural quase ininterrupto até a chegada dos europeus no século XVI. O desenvolvimento de sociedades complexas a partir do século V (cultura marajoara) precede desenvolvimentos similares no restante da bacia Amazônica, onde sociedades complexas surgem cinco séculos mais tarde.

Levando em consideração o fato de que não existem testemunhos escritos sobre o modo de vida dos habitantes pré-coloniais da ilha de Marajó e que a beleza da cerâmica encontrada nos antigos cemitérios indígenas da ilha têm levado à sua destruição por caçadores de tesouros, a proteção e preservação dos sítios arqueológicos são extremamente importantes, para que possamos um dia ter um conhecimento mais abrangente das sociedades que ali viviam.

Os seguintes tipos de sítios são encontrados no Marajó:

a) Sambaquis: até agora foi registrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apenas o sambaqui encontrado no município de Curralinho, chamado Araçacar.

Recentemente foram visitados outros dois sambaquis localizados muito próximos à cidade de Cachoeira. Nenhum destes sambaquis foi estudado, mas se for considerada a antigüidade de sítios semelhantes encontrados na costa norte do Pará, pode-se supor que tenham entre 3 e 5 mil anos de idade. Seriam, portanto, representantes da mais antiga ocupação da ilha.

b) Sítios de horticultores: diversos sítios pequenos dispersos pela ilha parecem atestar um modo de vida caracterizado pela horticultura ou manejo de plantas, coleta, caça e pesca. Seriam sociedades relativamente autônomas, organizadas em pequenas vilas familiares, vivendo de uma economia generalizada de subsistência. As datações obtidas para estas ocupações mostram uma ocupação de 1500 a.C. a 900 a.C. e, depois de um hiato, uma nova ocupação de 1 a 800 d.C.

c) Construtores de tesos – sociedades complexas: são sociedades que se caracterizaram pelo manejo de terra e de recursos hídricos, construindo barragens, lagos e tesos, além de caminhos que os ligavam. Espalharam-se por toda a ilha, especialmente na área de campos, junto a cabeceiras de rios e igarapés, mas ocupando também a área de floresta. Recentemente, foram encontrados também sítios da cultura marajoara no extremo noroeste da ilha, ainda não registrados.

d) Sítios Aruã: descritos por Meggers e Evans, seriam os sítios dos Aruã proto-históricos, chegados na ilha por volta do século XIV e que teria entrado em conflito com as populações marajoaras. São sítios pouco profundos, com fragmentos de cerâmica de decoração rude. Nas ilhas ao norte e no Amapá, sítios da fase Aruã têm urnas funerárias antropomorfas, pintadas em vermelho e branco.

e) Sítios coloniais ou de contato: são sítios da época do contato com os europeus. São vilas, igrejas, engenhos, fazendas, chalés, com estruturas arquitetônicas e outras evidências materiais datadas do período colonial. Estes remanescentes testemunham um longo processo histórico ocorrido na ilha, e podem oferecer subsídios à compreensão de aspectos de sua dinâmica cultural, como por exemplo, as formas de contatos inter-étnicos havidos entre os povos nativos, europeus e africanos.

f) Sítios potenciais: dentre sítios a serem ainda descobertos e registrados, espera-se encontrar novos tipos de ocupações em áreas ainda não conhecidas, como é o caso das áreas de florestas do noroeste da ilha.

3.2.2 - Do período colonial aos dias atuais

Descoberta pelo espanhol Vicente Pizón e batizada como Ilha Grande de Joanes,

recebeu o nome de Marajó em 1754, que em tupi significa barreira do mar.

Grande parte da população indígena da época da colonização foi dizimada durante as guerras ocorridas entre os portugueses e os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras, nações indígenas bastante numerosas que habitaram a então Ilha Grande de Joanes. Essa população foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias. Entre 1721 e 1740 foram distribuídas mais de 50 sesmarias.

Desde o período colonial, a Região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária (nas áreas de campos naturais da Ilha do Marajó) e do extrativismo (nas áreas de floresta). A agricultura também apresentou algum desenvolvimento naquela época.

As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas. Nas fazendas de gados e búfalos era utilizada como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, estes últimos indígenas e mestiços. A resistência à escravidão mediante fugas, deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago.

Baseado em documentos históricos, Gomes (2005) mostra que no decorrer do século XVIII foram muitas as situações e movimentos de fugas da população escravizada, composta tanto por negros quanto por índios. Ressalta-se que por volta de 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local.

A economia marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés. Tais povoados raramente contavam com mais de 200 habitantes que se dispersavam durante a safra da borracha. Segundo Oliveira Junior (1991), no decorrer dessa atividade foram estabelecidas relações sociais de produção (aviamento) durante o período de valorização econômica da borracha (1830-1912) e que se mantém até hoje.

No presente, os descendentes dessa população de índios e negros que desenvolvem

atividades como extratores, roceiros e pescadores, lutam para permanecer em seus territórios ocupados centenariamente ou o fazem muitas vezes nos meandros das fazendas nos campos do Marajó.

Até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos naturais, como os campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança aos proprietários atuais. O caráter histórico de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem, na maioria, de antigos escravos que passaram tecnicamente à condição de agregados e dependentes após 1888 (Ximenes, 1997). O pagamento de seus serviços se dá parcialmente em espécie, parcialmente em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como para a agricultura de subsistência e para a pecuária em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do vaqueiro no armazém da fazenda.

A partir da década de 1970, um outro sistema pecuário é implantado na Amazônia, também com base no latifúndio, mas com pastagem cultivada em áreas desmatadas. Este processo de substituição ecológica implicou numa queda substantiva da participação do latifúndio tradicional no rebanho total da Amazônia. No Pará, por exemplo, de 1974 a 1994, o rebanho bovino cresceu em 547%, sendo que no mesmo período a participação dos latifúndios tradicionais marajoaras caiu de 38,13% para 6,86%. A produtividade comparativamente baixa dos latifúndios tradicionais e os baixos lucros que proporcionam – de US\$2,00 a US\$7,00 por hectare/ano contra US\$14,00 por hectare/ano nas fazendas com pastagem cultivada (Ximenes, 1998: 347) – tem colocado o latifúndio tradicional em desvantagem com relação ao latifúndio recente. Soma-se a isto o inevitável parcelamento da terra por meio de herança – problema pouco expressivo nas zonas de expansão agropastoril.

Quanto aos ribeirinhos, esses apresentam um padrão de distribuição humana que se dá ao longo dos cursos dos rios e igarapés presentes no arquipélago. A produção extrativa e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local, o papel de forte determinante em sua vida e seu trabalho. As atividades econômicas dos ribeirinhos se caracterizam pela extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca de peixes e camarões, e pela produção de produtos agrícolas, voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz).

Por outro lado, nos municípios onde a resistência dos trabalhadores ribeirinhos não

foi suficiente para que os mesmos possuíssem o domínio das terras onde vivem, ainda existem relações de trabalho tais quais às existentes na época áurea da borracha.

3.3 – CONTEXTO DEMOGRÁFICO

A população total dos municípios que compõem a área do plano somava, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, 380.555 habitantes, o equivalente a 6,15% da população paraense e a 1,80% do contingente populacional da Amazônia Legal. A estimativa do IBGE para 2006 é de 425.163 habitantes.

O ritmo de crescimento da população do Marajó tem sido semelhante à média verificada no Estado do Pará, e um pouco acima da média nacional. Entre 1991 e 2000, cresceu à razão de 2,05% ao ano. Mesmo sendo uma região de significativa emigração, o crescimento se mantém vigoroso em função das elevadas taxas de fertilidade e de natalidade. Em função de sua relativa proximidade, a maior parte da população migrante marajoara se direciona para Belém e sua área metropolitana, estimando-se em mais de 200 mil o contingente marajoara residente em Belém e cidades vizinhas.

A densidade demográfica é bastante reduzida, em decorrência da diminuta base econômica. Em 2000, era de 3,65 habitantes/km², cerca de 30% inferior a já baixa média paraense e correspondente a menos de 1/5 da média nacional. Da mesma forma, condizente com uma estrutura econômica essencialmente primária, a taxa de urbanização é muito baixa, de apenas 38,8% em 2000, ou menos da metade da média nacional. Cerca de 61% da população local reside nas áreas rurais, enquanto a média do país é de 18%. Dos dezesseis municípios, apenas três (Breves, Soure e Salvaterra) possuem população urbana superior à rural.

São exatamente Breves e Soure, juntamente com Portel, os principais centros urbanos da região e os únicos com população superior a 10 mil habitantes.

A tabela 2 apresenta os principais indicadores demográficos da área do plano, agrupando os municípios localizados integralmente no arquipélago (doze) e os localizados no continente (quatro).

Além das condições determinadas pelo ambiente geográfico e pelas técnicas utilizadas para a exploração dos recursos, há outros fatores que imprimem características bem marcantes a esta população, dentre as quais se destacam a formação étnica e cultural. A população marajoara é uma população majoritariamente jovem. Sua estrutura etária apresenta-se como típica de uma população com fecundidade relativamente alta.

Tabela 2: Indicadores demográficos, segundo os municípios – 1991 a 2005.

MRG/MUNICÍPIOS	ÁREA (km ²)	POPUL. 1991	POPUL. 2000	POPUL. URB. 2000	POPUL. RURAL 2000	DENS. DEM. 2000	TAXA CRESC. ANUAL 1991/00	TAXA URB. (%)	POP. 2006
ÁREA DO PLANO	104.140	317.112	380.555	147.394	232.158	3,65	2,05	38,8	425.163
MRG ARARI	28.950	103.743	118.977	51.502	66.396	4,11	1,53	43,3	127.950
CACHOEIRA DO									
ARARI	3.102	13.241	16.700	5.832	9.951	5,38	2,61	37,0	17.658
CHAVES	13.085	17.491	17.350	1.229	16.343	1,33	-0,09	7,0	17.313
MUANÁ	3.766	22.367	25.536	7.637	17.891	6,78	1,48	29,9	27.758
PONTA DE PEDRAS	3.365	16.500	18.694	8.631	10.065	5,56	1,40	45,7	20.316
SALVATERRA	1.044	11.889	15.118	8.631	6.467	14,48	2,71	57,2	17.505
S. CRUZ DO ARARI	1.075	4.774	5.621	2.240	3.024	5,23	1,83	42,6	5.611
SOURE	3.513	17.481	19.958	17.302	2.655	5,68	1,48	86,7	21.789
MRG FUROS DE									
BREVES	30.094	136.566	165.665	64.421	101.453	5,50	2,17	38,9	187.176
AFUÁ	8.373	20.008	29.505	6.783	22.727	3,52	4,41	11,4	36.524
ANAJÁS	6.922	14.288	18.322	4.607	13.711	2,65	2,80	25,2	21.307
BREVES	9.550	72.140	80.158	40.538	39.901	8,39	1,18	50,4	86.084
CURRALINHO	3.617	15.204	20.016	5.313	14.634	5,53	3,10	26,6	23.573
S.SEBATIÃO B. VISTA	1.632	14.926	17.664	7.180	10.480	10,82	1,89	40,7	19.688
MRG PORTEL	45.096	76.803	95.913	31.471	64.309	2,13	2,50	32,9	110.037
BAGRE	4.397	13.844	13.708	4.380	9.293	3,12	-0,11	32,0	13.607
GURUPÁ	8.540	18.969	23.098	6.585	16.499	2,70	2,21	28,5	26.150
MELGAÇO	6.774	14.538	21.064	3.177	17.874	3,11	4,21	15,1	25.887
PORTEL	25.385	29.452	38.043	17.329	20.643	1,50	2,88	45,6	44.393

Fonte: IBGE

3.4 – CONTEXTO FUNDIÁRIO

Os moradores da região, com raras exceções, são posseiros nas áreas onde realizam as suas atividades produtivas. Durante o final do século XIX e o começo do século XX, dezenas de famílias nordestinas migraram para esta área com o intuito de extrair o látex para fabricação da borracha, principal produto econômico durante décadas na Amazônia, nas quais as estradas de seringa eram o elemento fundamental para a delimitação das posses. Com o fim do ciclo da borracha, a exploração do palmito e da madeira passaram a ser os referenciais para estabelecimento de limites de respeito das posses.

A regularização fundiária dos imóveis localizados nas ilhas que se situam no estuário do rio Amazonas onde se faz sentir a influência das marés representa um verdadeiro desafio, seja para o poder público, seja para as populações locais. A legislação em vigor não se adapta à realidade amazônica. Questões de fundamental importância para as populações tradicionais que ocupam estas ilhas não encontram amparo no ordenamento jurídico brasileiro, ao não esclarecer qual a modalidade de regularização fundiária permite o uso sustentável dos recursos naturais (Treccani, 2003).

Considerando que desde os tempos mais remotos foram os rios navegáveis as únicas vias de comunicação da região, o meio que permitiu o processo de ocupação e de conquista das terras da Amazônia, e que a região do estuário do rio Amazonas foi a primeira a ser ocupada pelos colonizadores europeus, a falta de uma legislação que favoreça o acesso à terra das populações locais mostra o descaso das políticas públicas de ordenamento territorial adotadas nesta região. Segundo estudo da GRPU-PA/AP, a documentação em poder destes moradores é absolutamente precária: Dados não oficiais indicam que cerca de 70% dos ocupantes dessas áreas não possuem qualquer documento comprobatório de propriedade dessas áreas ocupadas. Daqueles que possuem algum documento, tem-se a certeza de que, em sua quase totalidade, são ilegítimos, portanto, nulos de pleno direito. O caos fundiário, característica da região amazônica em geral, e do estado do Pará em particular, onde mais de trinta milhões de hectares de terra foram grilados, existe também na região das ilhas do Marajó e requer a adoção de uma política específica (Treccani, 2003).

Em relação à utilização das terras marajoaras, os dados mais recentes são do Censo Agropecuário de 1995/96 do IBGE (tabelas 3 e 4). Do total de 10,41 milhões de hectares da área do plano, 2,69 milhões (25,8%) constituem área dos estabelecimentos agropecuários, sendo 7,72 milhões de hectares (74,2%) constituídos de terras devolutas, arrecadadas (INCRA e ITERPA), ou Unidades de Conservação.

Tabela 3: Utilização das terras, segundo as microrregiões (hectares).

<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<i>MRG ARARI</i>	<i>MRG FUROS DE BREVES</i>	<i>MRG PORTEL</i>	<i>ÁREA DO PLANO</i>
TOTAL	2.894.930	3.009.480	4.509.740	10.414.150
FORA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	1.703.800	2.379.454	3.640.890	7.724.144
(UNIDADE DE CONSERVAÇÃO)	(13.317)	(-)	(323.800)	(337.117)
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	1.191.130	630.026	868.850	2.690.006
LAVOURAS – TOTAL	5.894	33.046	42.807	81.717
LAVOURAS PERMANENTES	3.039	12.658	9.067	24.764
LAVOURAS TEMPORÁRIAS	2.255	11.291	18.872	32.418
LAVOURAS EM DESCANSO	570	9.096	14.867	24.533
PASTAGENS NATURAIS	704.722	12.039	19.603	736.364
PASTAGENS PLANTADAS	8.104	1.748	11.397	21.249
MATAS/FLORESTAS NATURAIS	385.248	511.072	722.014	1.618.334
MATAS/FLORESTAS ARTIFICIAIS	291	1.081	11.193	12.565
TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS	45.736	32.816	34.852	113.404
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	41.123	38.205	26.965	106.293

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

Analisando-se a utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários, observa-se que apenas 3% são destinadas às lavouras (81,7 mil hectares). A atividade agrícola está mais presente nas MRG de Portel e Furos de Breves, sendo quase nula na MRG de Arari. Por sua vez, nesta microrregião, as áreas de pastagens, essencialmente naturais, ocupam quase 60% da área dos estabelecimentos.

As matas naturais respondem por 60% da área ocupada pelos estabelecimentos em toda a área do plano, sendo este percentual de 80% nas MRG de Portel e Furos de Breves.

Os estabelecimentos de até 4 módulos fiscais (79%) ocupam menos de 10% da área total cadastrada, enquanto os acima de 15 módulos fiscais (11%) respondem por 79,9% da área demonstrando uma estrutura fundiária fortemente concentrada.

Tabela 4: Utilização das terras, segundo as microrregiões (%).

<i>DISCRIMINAÇÃO</i>	<i>MRG ARARI</i>	<i>MRG FUROS DE BREVES</i>	<i>MRG PORTEL</i>	<i>ÁREA DO PLANO</i>
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
FORA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS	58,85	79,07	80,73	74,17
(UNIDADES DE CONSERVAÇÃO)	(0,46)	(-)	(7,18)	(3,24)
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	41,15	20,93	19,27	25,83
ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS	100,00	100,00	100,00	100,00
LAVOURAS – TOTAL	0,49	5,26	4,93	3,02
LAVOURAS PERMANENTES	0,25	2,01	1,04	0,93
LAVOURAS TEMPORÁRIAS	0,20	1,82	2,18	1,20
LAVOURAS EM DESCANSO	0,04	1,43	1,71	0,93
PASTAGENS NATURAIS	59,15	1,91	2,23	27,37
PASTAGENS PLANTADAS	0,68	0,29	1,30	0,77
MATAS/FLORESTAS NATURAIS	32,35	81,13	83,08	60,16
MATAS/FLORESTAS ARTIFICIAIS	0,02	0,19	1,30	0,46
TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS	3,84	5,21	4,00	4,22
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	3,45	6,07	3,11	3,95

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 - IBGE

3.4.1 - Os remanescentes de quilombos

Segundo Treccani (2006), a partir de um levantamento preliminar do NAEA/UFPA e das pesquisas posteriores, realizadas pelo Programa Raízes, Fundação Cultural Palmares, UnB, INCRA e SEPPIR, se identificam 410 nomes de comunidades remanescentes de quilombos, que se distribuem por 49 municípios paraenses. Na mesorregião do Marajó os estudos apontam a existência de comunidades remanescentes de quilombos em nove municípios, que juntos, somam 40 comunidades quilombolas. São eles: Gurupá, Anajás, Curralinho, Bagre, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure e Salvaterra.

Destes, apenas Gurupá possui comunidades com suas terras reconhecidas e regularizadas, apesar de atualmente sofrerem ação judicial por parte de um fazendeiro que ajuizou um processo contra o Iterpa, requerendo a nulidade do título na justiça. A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá (ARQMG), compreendendo um total de

360 famílias, estende-se por uma área de 83.437 hectares. Existe uma outra associação, a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Maria Ribeira (ARQMR), com 37 famílias.

Atualmente, estão em curso no INCRA/SR(01)/Belém-PA, processos de regularização fundiária de 14 (quatorze) quilombos desta região, inseridas nos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho. Em vários desses territórios existem conflitos envolvendo a disputa pela terra com fazendeiros, principalmente naqueles localizados em Salvaterra, município que concentra o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do Arquipélago do Marajó.

3.4.2 - As Unidades de Conservação

A Mesorregião de Marajó compreende seis unidades de conservação federais, com uma área total de 726.653 hectares, correspondentes a 7% da área total do Arquipélago. Reconhecidas pelo SNUC, todas estão incluídas no grupo das UC de Uso Sustentável, que tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São elas:

3.4.2.1 Unidades de Conservação Federais:

a) - Floresta Nacional de Caxiuanã

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A Floresta Nacional de Cuxianã foi criada pelo Decreto nº 239, de 28 de novembro de 1961. Com área aproximada de 200.000 hectares, está situada nas proximidades da baía de Caxiuanã, entre os rios Xingu e Tocantins, no município de Melgaço e tem como limites a leste, a margem esquerda do rio Anapu, da baía de Pracui e da baía Caxiuanã; ao norte, partindo da margem esquerda da baía do Caxiuana, em direção oeste pelo divisor de águas entre os afluentes do rio Caxiuanã e os afluentes da margem direita do rio Amazonas; a oeste, acompanhando na direção sul, o divisor de águas entre os afluentes da margem direita do rio Xingu e os afluentes da baía do Caxiuanã, da baía de Pracui e do rio Anapu; ao sul, seguindo o paralelo 2° e 15" S, desde o limite oeste até a margem esquerda do rio Anapu.

O Museu Paraense Emílio Goeldi mantém, desde 1993, em área cedida pelo IBAMA, uma estação que desenvolve pesquisa científica sobre a fauna, a flora, o ambiente físico e o homem da região. Em 2003 a área da Floresta Nacional de Caxiuanã passou a fazer parte de uma rede de estações de monitoramento da biodiversidade estabelecida pela organização não governamental *Conservation International* (CI). Tal rede é conhecida como TEAM (*Tropical Ecology, Assessment and Monitoring Initiative*). Por meio de um acordo estabelecido com o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) e a administração da floresta nacional, estão sendo coletados diversos dados sobre a biodiversidade por meio de protocolos de pesquisa padronizados e definidos pela CI.

b) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá foi criada pelo Decreto de 14 de junho de 2005, no Município de Gurupá, Estado do Pará, com a área de 64.735 hectares e tem por objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida, bem como a exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por essas populações.

c) - Reserva Extrativista Mapuá

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Reserva Extrativista Mapuá localizada no Município de Breves foi criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005, com uma área de 94.463 hectares e com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente

utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

d) - Reserva Extrativista Marinha de Soure

A Reserva Extrativista Marinha de Soure foi criada pelo Decreto de 22 de novembro de 2001 no Município de Soure. Abrange uma área de 27.463 hectares e tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. Apresenta vegetação típica de manguezal, com predomínio de mangueiro, siriúba, e tinteira. Esta RESEX compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, uma vez que o uso dos recursos naturais de modo sustentável constitui uma base para o bem estar das comunidades locais, com sua participação no processo de gestão ambiental e preservando sua identidade cultural.

A reserva foi objeto da ação do INCRA/SR(01)Belém-PA, Reconhecimento de Famílias Tradicionais de Reserva Extrativista, tendo atendido parte das famílias com créditos de Reforma Agrária, como política pública de inclusão social, melhorando as atividades já desenvolvidas pelas famílias.

e) - Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba

A Reserva Extrativista Terra Grande - Pracuúba, na Ilha do Marajó, nos municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista foi criada pelo Decreto de 05 de junho de 2006, com área de 194.695 hectares, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

f) - Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço

A Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, nos municípios de Gurupá e Melgaço, com área de 145.297 hectares, foi criada pelo Decreto de 30 de novembro de 2006 com o objetivo de proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

3.4.2.2 – Unidades de Conservação Estaduais

Não consta nenhuma registrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente.

Todavia, segundo o art. 13, parágrafo 2º da Constituição do Estado do Pará, de 05 de outubro de 1989, foi instituída a Área de Proteção Ambiental do Arquipélago do Marajó (APA Marajó), compreendendo o território dos 12 municípios que compõem as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure) e Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista), num total de 5.904.400 hectares, fazendo limite com o oceano Atlântico, o rio Amazonas e a baía do Marajó.

Apesar de ter sido instituída com o objetivo de elaborar e executar o zoneamento ecológico-econômico, visando a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara; preservar as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas e implementar projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo, nada foi feito neste sentido.

Para efeito legal, o Governo Estadual deve realizar o registro da referida APA no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), assim como proceder a sua adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), inclusive precisando melhor sua delimitação.

3.4.3 - Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEx):

O Projeto de Assentamento Agroextrativista é uma modalidade de projeto que se afirma como opção natural para as áreas dotadas de riquezas extrativistas, de modo particular na Amazônia e ou em áreas que necessitam de uma proteção especial. É uma modalidade de projeto que foi pensada tendo como foco principal as especificidades ecológicas que possibilitem o desenvolvimento de atividades agroextrativista, as quais propiciem às populações que ocupam ou venham ocupar mencionadas áreas, bases econômicas auto-sustentáveis, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais nele predominante.

No Arquipélago do Marajó, o INCRA/SR(01)/Belém-PA, criou em 2006, 35 (trinta e cinco) Projetos de Assentamento Agroextrativistas, em ilhas localizadas em 08 (oito municípios): Portel, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, Gurupá, Melgaço e Curralinho, com um total de 138.931,272 ha e capacidade para atender 2.653 famílias tradicionais, sendo que 2.363 famílias constam da Relação de Beneficiários do INCRA, por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, cuja melhoria da qualidade de vida é assegurada através de créditos da Reforma Agrária.

Esta ação encontra respaldo no Termo de Cooperação Técnica INCRA/SPU, DOU 22/11/2005, com o seguinte objeto: discriminação de áreas insulares centrais de domínio do Estado, do Município ou de particular por justo título; determinação da LPM 1831 em áreas contíguas àquelas discriminadas; identificação das situações possessórias existentes em áreas arrecadadas, como terrenos de marinha, seus acréscidos ou várzeas, para implementação de ações de regularização fundiária ou criação de projetos agroextrativistas, adequados ao ecossistema ribeirinho amazônico.

3.5 - CONTEXTO ECONÔMICO

O Produto Interno Bruto (PIB) conjunto dos dezesseis municípios que integram o Arquipélago do Marajó totalizou 933,368 milhões de reais em 2004 (Tabela 5). O município de maior PIB é Breves, seguido de Portel, Afuá e Chaves. Em relação ao PIB *per capita*, todos os municípios da região encontram-se abaixo da média estadual, sendo os maiores registrados em Chaves, Santa Cruz do Arari e Portel.

Tabela 5: Produto Interno Bruto e *per capita*, segundo os municípios da área do Plano, por microrregião em 2003 e 2004 (a preços de mercado correntes) .

MRG/MUNICÍPIOS	PIB 2003 (R\$ MIL)	PIB PER CAPITA 2003 (R\$)	PIB 2004 (R\$ MIL)	PIB PER CAPITA 2004 (R\$)
ÁREA DO PLANO	853.378	2.119	933.368	2.275
MRG ARARI	302.700	2.454	314.795	2.521
CACHOEIRA DO ARARI	41.720	2.484	41.981	2.451
CHAVES	71.712	4.138	80.584	4.652
MUANÁ	40.258	1.507	45.683	1.685
PONTA DE PEDRAS	42.473	2.170	44.624	2.247
SALVATERRA	34.441	2.099	37.704	2.241
S. CRUZ DO ARARI	15.971	2.932	17.769	3.225
SOURE	56.125	2.679	46.450	2.184
MRG FUROS DE BREVES	327.800	1.859	367.533	2.042
AFUÁ	79.775	2.395	82.977	2.403
ANAJÁS	39.067	1.959	46.240	2.255
BREVES	160.954	1.931	182.528	2.163
CURRALINHO	23.685	1.079	27.736	1.229
S.SEBASTIÃO B. VISTA	24.319	1.296	28.052	1.468
MRG PORTEL	222.878	2.165	251.040	2.383
BAGRE	30.481	2.232	32.160	2.358
GURUPÁ	49.701	2.008	49.347	1.952
MELGAÇO	25.467	1.076	28.171	1.149
PORTEL	117.229	2.826	141.362	3.319

Fonte: IBGE.

Conforme revela a Tabela 6, o PIB da região correspondeu a apenas 2,73% do total do PIB estadual, que em 2004, foi de R\$ 34,196 bilhões, constituindo-se na região de menor

expressão no estado.

Tabela 6: Produto Interno Bruto, segundo as Mesorregiões do Estado do Pará em 2003/2004 (a preços de mercado corrente).

<i>MESORREGIÕES</i>	<i>PIB 2003 R\$ MIL</i>	<i>PIB 2003 PARTICIPAÇÃO (%)</i>	<i>PIB 2004 R\$ MIL</i>	<i>PIB 2004 PARTICIPAÇÃO (%)</i>
METROPOLITANA DE BELÉM	11.666.719	39,93	13.709.403	40,09
SUDESTE PARAENSE	8.873.402	30,37	10.837.771	31,69
NORDESTE PARAENSE	3.472.268	11,89	3.822.914	11,18
BAIXO AMAZONAS	2.608.902	8,93	2.852.404	8,34
SUDOESTE PARAENSE	1.740.598	5,96	2.039.916	5,97
MARAJÓ	853.378	2,92	933.368	2,73
PARÁ	29.215.268	100	34.195.676	100

Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

O ranking do PIB, entre as seis mesorregiões do Estado do Pará, não registrou variação nas posições ocupadas nos anos de 2003 e 2004 (Figura 2).

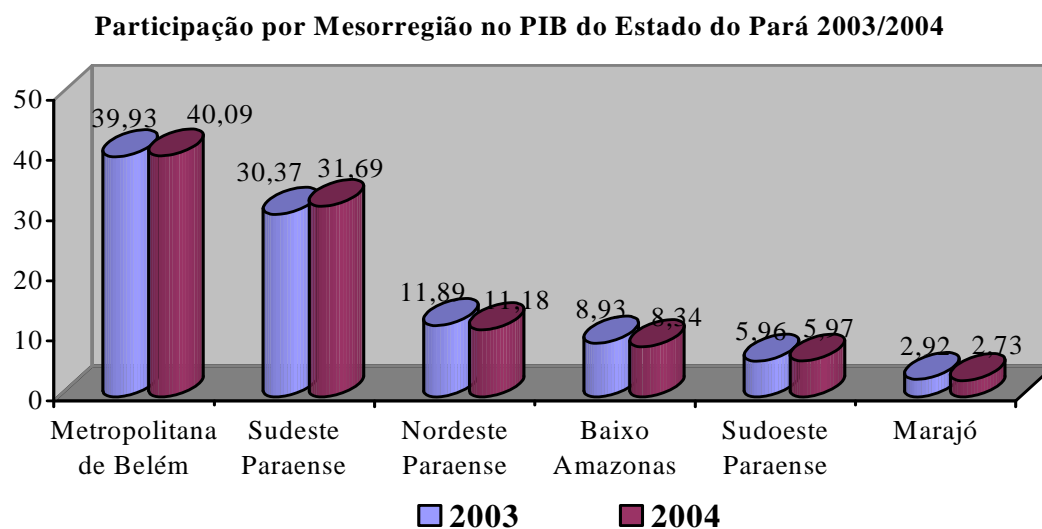


Figura 2 – Participação por mesorregião no PIB do Estado Pará (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

O crescimento nominal do PIB do Marajó em relação a 2003 foi de 9,36%, bastante inferior à média do estado, da ordem de 17,05% (Figura 3).

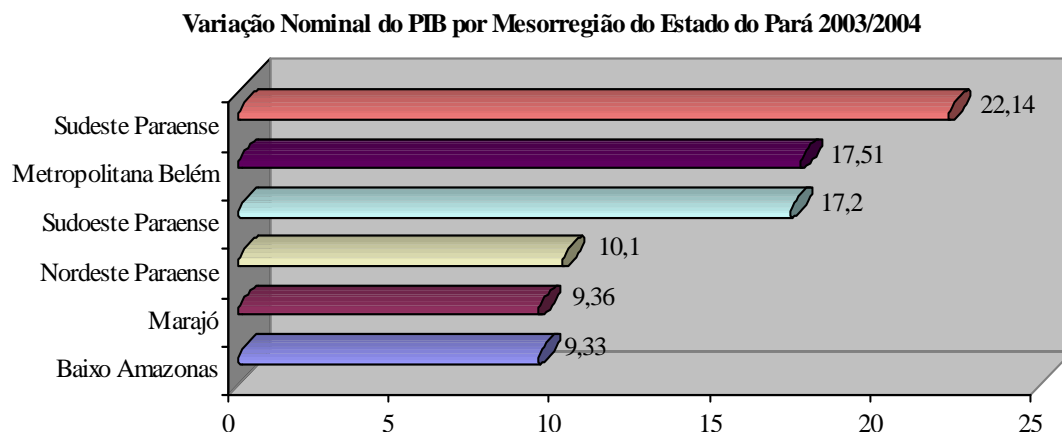


Figura 3 – Variação Nominal do PIB por mesorregião do Estado (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

A área do plano possuía PIB *Per capita* de R\$ 2.264 em 2004, o menor entre todas as seis mesorregiões e inferior à metade da média do Pará (Tabela 7).

Tabela 7: Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Mesorregiões do Estado do Pará em 2003 e 2004 (a preços de mercado corrente).

<i>MESORREGIÕES</i>	<i>PIB PER CAPITA 2003 (R\$)</i>	<i>MÉDIA ESTADUAL = 100</i>	<i>PIB PER CAPITA 2004 (R\$)</i>	<i>MÉDIA ESTADUAL = 100</i>
SUDESTE PARAENSE	6.765	154,9	8.027	160,8
METROPOLITANA DE BELÉM	5.137	117,6	5.881	117,8
SUDOESTE PARAENSE	3.814	87,3	4.371	87,6
BAIXO AMAZONAS	3.897	89,2	4.197	84,1
NORDESTE PARAENSE	2.202	50,4	2.374	47,6
MARAJÓ	2.112	48,4	2.264	45,4
PARÁ	4.367	100	4.992	100

Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006.

3.5.1 - Principais atividades econômicas

3.5.1.1 – Agricultura

A atividade agrícola na área do Plano, fortemente dominada pela atividade de subsistência, mostra-se bastante incipiente. O único produto com expressão em todo o Arquipélago do Marajó é a mandioca, com um volume de 28 mil toneladas em 2004, destacando-

se na sua produção o município de Breves, secundado por Portel e Gurupá (Figura 4).

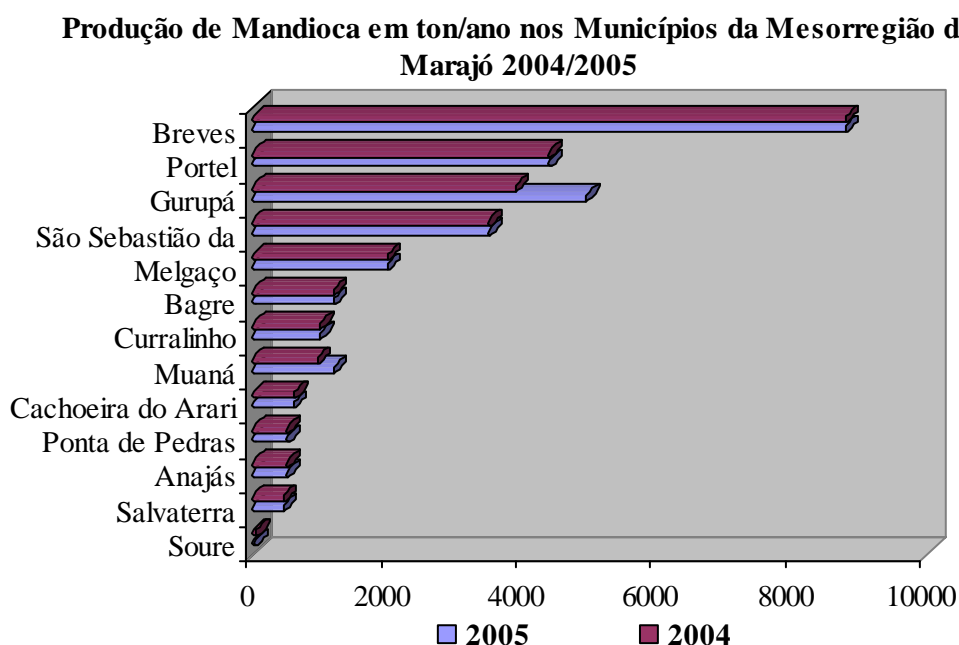


Figura 4 - Produção de mandioca na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

A produção de abacaxi tem também alguma relevância no Arquipélago, com destaque para o município de Salvaterra, tradicional produtor de abacaxi, cuja produção em 2004 foi de 10.000 toneladas, e onde ocorre o Festival do Abacaxi, que faz parte da cultura local (Figura 5).

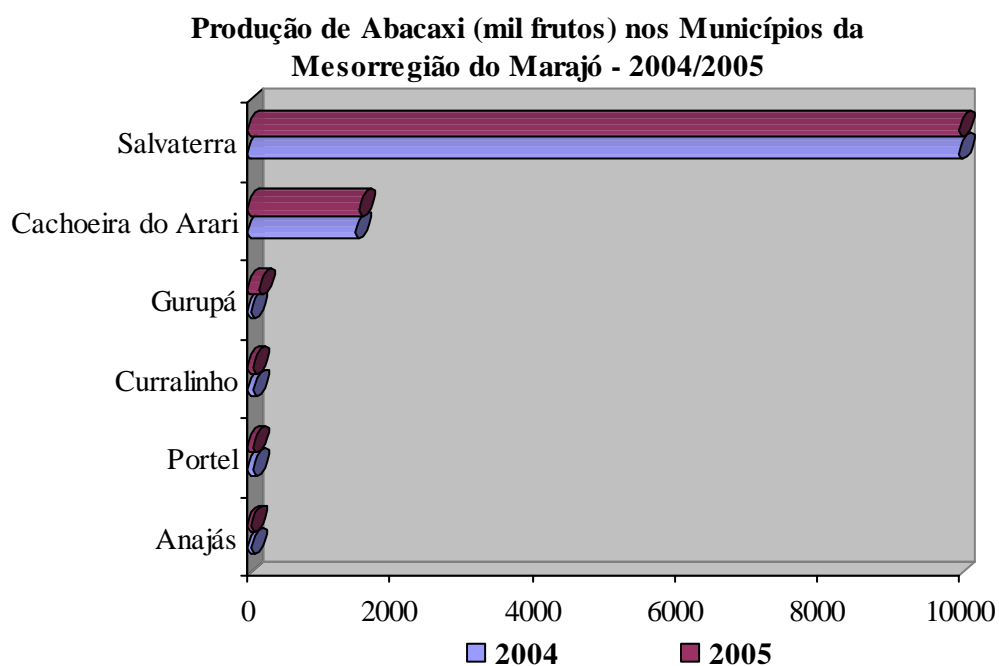


Figura 5 - Produção de abacaxi na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Os produtos agrícolas como arroz e feijão apresentam um volume inexpressivo na região se comparados a outros produtos (Figuras 6 e 7). Deve-se ressaltar que a atividade agrícola na maior parte da região só é possível em pequena escala ou para culturas alagadas, devido à inundação recorrente no período de janeiro a julho, que transforma o solo argiloso duríssimo do verão em uma lama fluida, dificultando o acesso às áreas de cultivo.

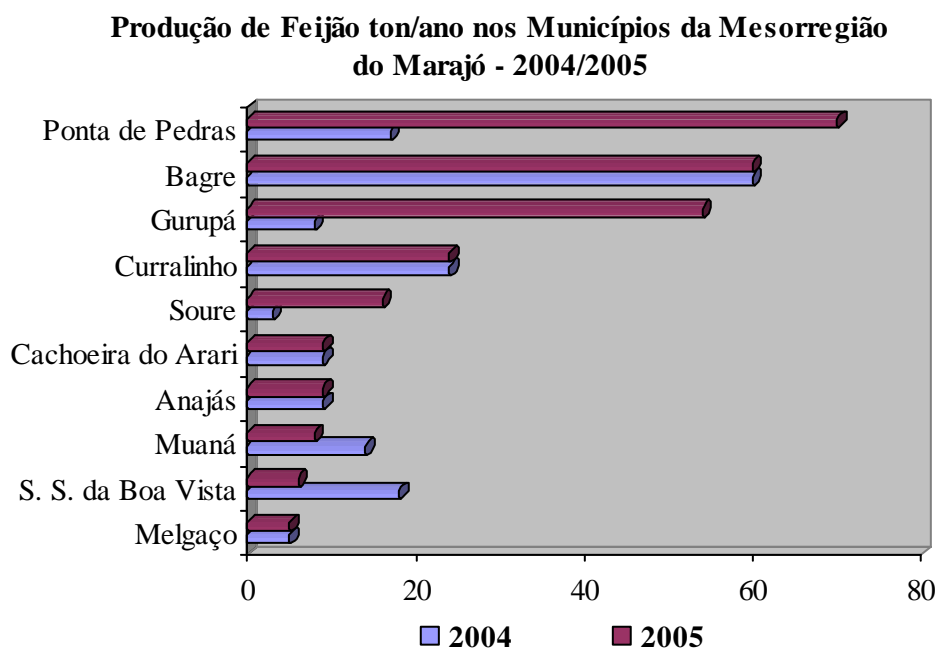


Figura 6 - Produção de feijão na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

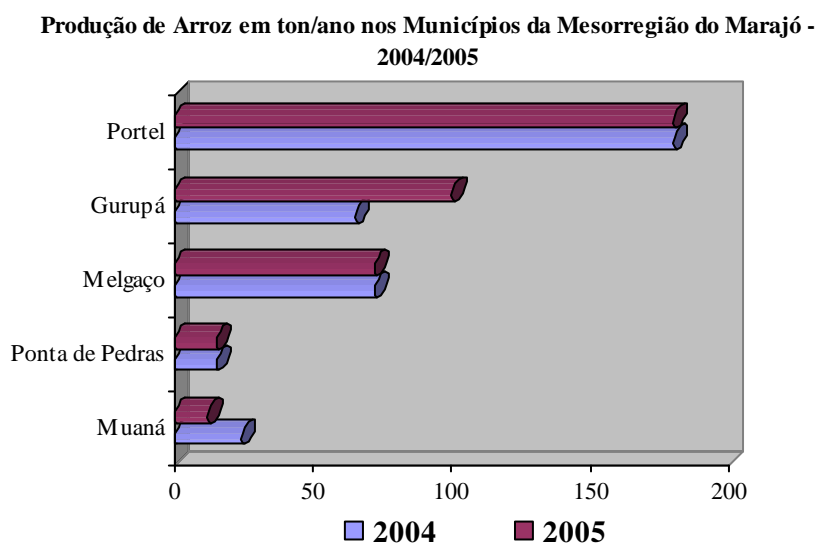


Figura 7 - Produção de milho na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Em termos de diversidade agrícola e produção, o município de Ponta de Pedra destaca-se, sendo o segundo maior produtor de coco-da-baía, o terceiro maior produtor de feijão, o maior produtor de laranja (mais de 60 toneladas/ano), além da produção significativa de mandioca, arroz, milho e banana. Trata-se de um município com vocação para fruticultura, com ocorrência natural de murici, bacuri, mangaba, entre outras. O município de Portel também se destaca pela diversidade agrícola, com produção de maracujá, mamão, coco-da-baía, banana, milho, abacaxi, arroz, pimenta-do-reino (Figuras 8, 9 e 10).

Produção de Milho ton/ano nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2004/2005

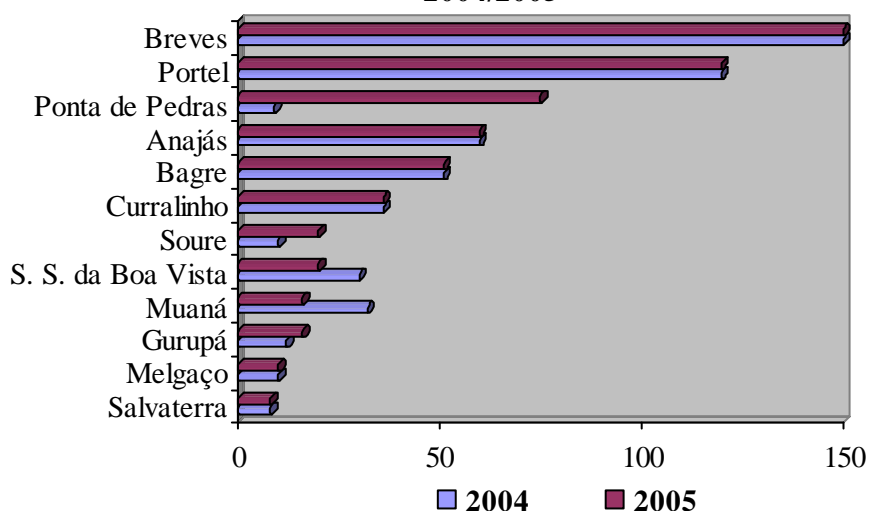


Figura 8 - Produção de milho na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Produção de Coco-da-baía (mil frutos) nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2004/2005

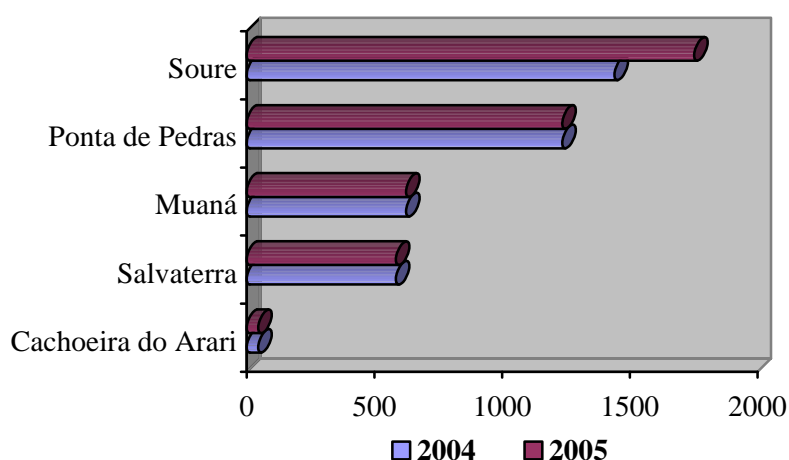


Figura 9 - Produção de coco-da-baía na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

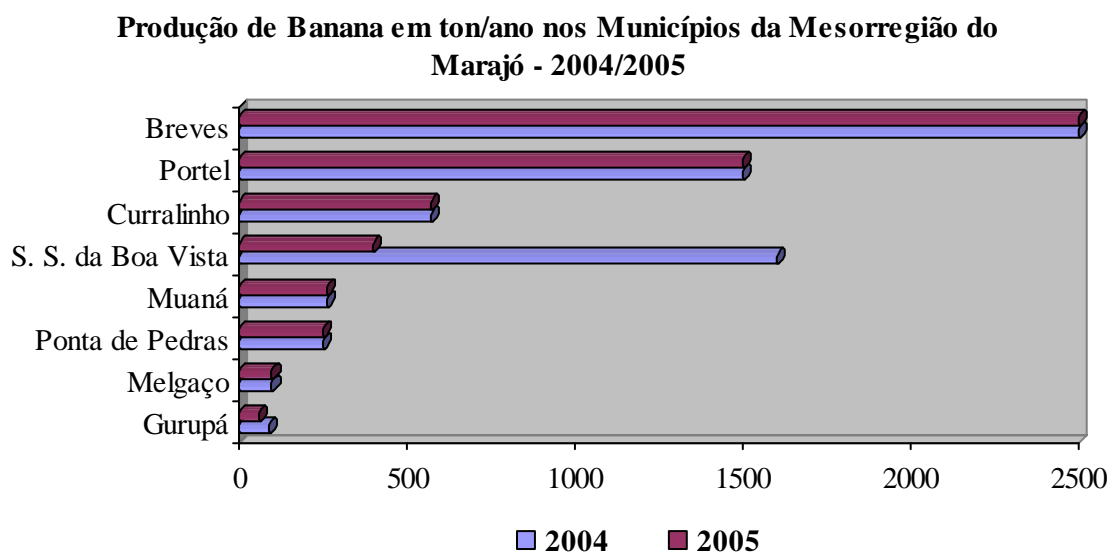


Figura 10 - Produção de banana na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

3.5.1.2 – A pecuária bovina e bubalina

A agropecuária praticada no Marajó é a mais antiga no Estado do Pará, com cerca de 300 anos. Contudo, algumas décadas atrás, as exigências sanitárias, o melhoramento genético da produção, as pesquisas extensionistas, o manejo adequado, as técnicas de agricultura e o extrativismo florestal manejado e sustentável não eram condições importantes para a obtenção de sucesso nos negócios. Hoje, essas condições são determinantes para obter uma realidade promissora nessa atividade.

A diminuição do preço do boi, aliada ao alto gasto na tentativa de incluir melhorias estruturais, técnicas e de manejo nas propriedades rurais, causou um declínio econômico considerável na região.

As grandes extensões das propriedades, algumas com mais de 20.000 hectares, em conjunto com estações climáticas bastante peculiares, infra-estrutura elétrica precária e difícil acesso, são os principais obstáculos para o desenvolvimento e melhoria da produtividade na área.

Em 1990, segundo o IBGE, o efetivo bovino somava pouco mais de 600 mil cabeças na área do Plano, equivalente a 10% do rebanho do estado do Pará. Em 2004, enquanto o efetivo paraense quase triplicou, o rebanho bovino da região foi reduzido praticamente à metade (330 mil), passando a representar menos de 2% do total estadual.

O mesmo processo de encolhimento se deu com o rebanho bufalino, de grande tradição na região. De 540 mil cabeças em 1990 (80% do total estadual), caiu para pouco mais de 290 mil (cerca de 60%) em 2004.

Segundo o recadastramento de propriedades rurais executado em 2006 pela

ADEPARÁ, a queda foi ainda maior do que a apontada pelo IBGE, apontando um rebanho bovino de aproximadamente 511 mil cabeças distribuídas em 2.690 propriedades, sendo 242 mil bovinos e 269 mil bubalinos (Figuras 11 e 12).

Os maiores efetivos, tanto de bovinos quanto de bubalinos, estão nos municípios na área de campos, como Chaves, Soure e Cachoeira do Arari.

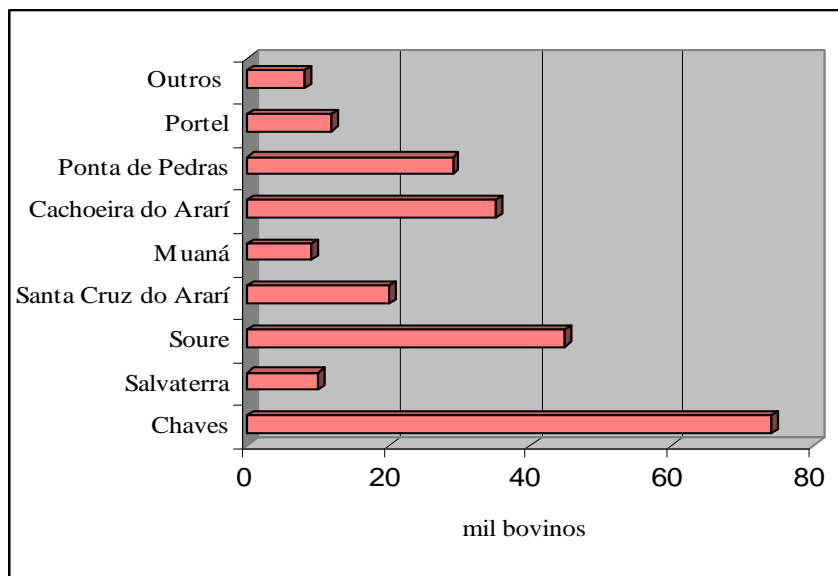


Figura 11 – Efetivo bovino na área do plano em 2006.

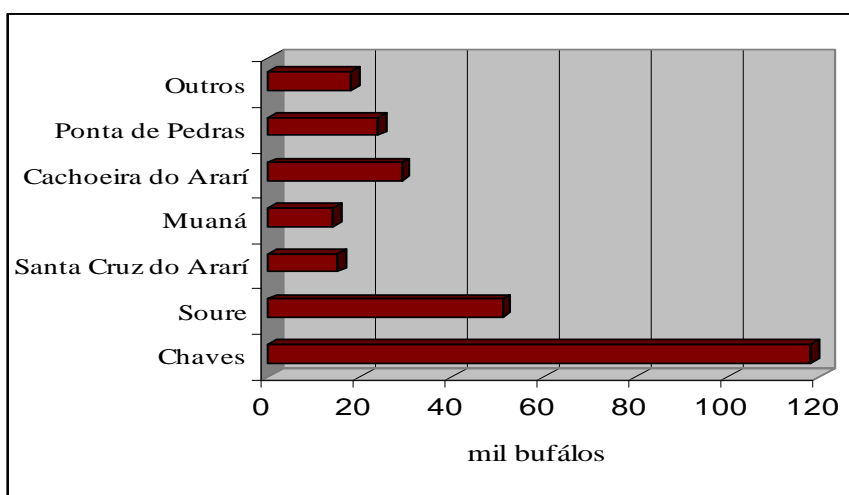


Figura 12 – Efetivo bubalino na área do plano em 2006.

Embora apresente o maior rebanho bubalino do Brasil, o Estado do Pará ainda possui muitos entraves à produção racional de búfalos. São esses os principais fatores limitantes da bubalinocultura no Marajó (Barbosa, 2005):

a) *Cerca* - A maioria das fazendas não possui cercas, o que impossibilita o controle do rebanho e a utilização de técnicas produtivas. A principal justificativa dos produtores gira em torno do tamanho das fazendas, que são bastante extensas. Além do que, como essas propriedades são constantemente alagadas, há a necessidade de cercas adequadas para essa situação. O custo de implantação é extremamente elevado contra a baixa capacidade empreendedora do produtor local. Vale ressaltar que a água não sobe apenas alguns centímetros do solo, mas pode atingir alguns metros quando influenciada pelas águas dos rios.

b) *Sanidade* - A baixa sanidade do rebanho é ocasionada pela falta de manejo adequado, função diretamente relacionada à falta de cercas. A partir disso, diversos fatores negativos ocorrem em cadeia: animais acometidos por zoonoses que perdem todo o seu valor, pois são descartados; falta de padronização dos produtos lácteos devido à falta ou baixa efetividade da higiene de ordenha; baixo ganho de peso, dentre outros.

O Arquipélago do Marajó encontra-se, na atualidade, em zona de alto risco para contaminação do gado por febre aftosa e a sua venda, para fora da ilha, encontra-se proibida se o abate não for feito nas últimas 24 horas. Por suas características físicas, climatológicas e sanitárias, o arquipélago encontra dificuldade para conter a evolução da sanidade de seu rebanho se comparado ao sul, sudeste e nordeste do estado do Pará. Por isso, as etapas de vacinação do arquipélago do Marajó são diferenciadas: 1º Etapa – 1º de janeiro a 15 de fevereiro; 2º Etapa – 15 de agosto a 30 de setembro, enquanto nas demais regiões do estado são: 1º Etapa – 1º a 30 de maio; 2º Etapa – 1º a 30 de novembro.

c) *Características físicas x Escoamento da produção* - Dentre os principais fatores que afetam negativamente a produção leiteira no Marajó está o fator físico em si. As fazendas estão distantes e o único transporte possível é o fluvial. Logo, não há como escoar a produção de leite *in natura* para Belém nas condições atuais em que se encontra o Arquipélago do Marajó. Já existe laticínio introduzido no arquipélago, contudo, com a higiene rudimentar durante a ordenha e a falta de sanidade do rebanho, o maior problema passa a ser a padronização do produto, problema esse que já está em fase de elucidação através de trabalhos conjuntos entre produtores e pesquisadores de instituições federais de ensino e pesquisa.

d) *Energia elétrica* - O resfriamento do leite passa a ser uma técnica inviável, já que boa parte das propriedades não possui energia. Por conta disso, os produtores possuem três alternativas: 1) há ordenha visando a produção de queijos - principalmente o requeijão

marajoara; 2) não há ordenha dos animais, deixando o leite em sua totalidade para os bezerros ou 3) há ordenha, porém o produto é dado aos funcionários e seus familiares, utilizado pelos produtores e o restante do leite é jogado fora. Infelizmente esse último é o mais comum. Esse é um problema que possui solução, mas que fica inviável sem o apoio governamental e o interesse dos produtores.

A razão principal da decadência da pecuária na região é o grande atraso técnico da atividade. As fazendas de gado do Marajó, em sua grande maioria, necessitam de modernização tecnológica, gerencial. Associado a este fator, está a inexistência de locais de abate na região, fazendo com que o escoamento da produção se dê na forma do gado em pé, reduzindo sobremaneira a competitividade do produto local em relação à outras regiões produtoras do estado do Pará.

3.5.1.3 – A suinocultura

Os suínos constituem o terceiro maior rebanho no Arquipélago do Marajó, vivem em sistemas agrosilvipastoris, são comercializados localmente e no mercado regional.

A mesorregião Furos de Breves tem o maior rebanho de suínos com mais de 95 mil cabeças, sendo que 65% do rebanho está concentrado no município de Afuá (Figura 13).

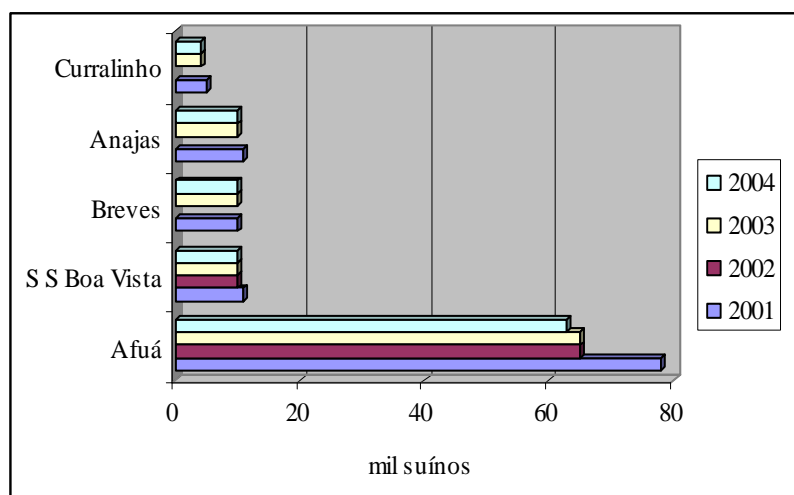


Figura 13 – Efetivo de suínos na mesorregião Furos de Breves (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Na mesorregião do Arari está a segunda maior concentração do rebanho suíno, com mais de 90 mil cabeças e, cerca de 60%, no município de Chaves (Figura 14).

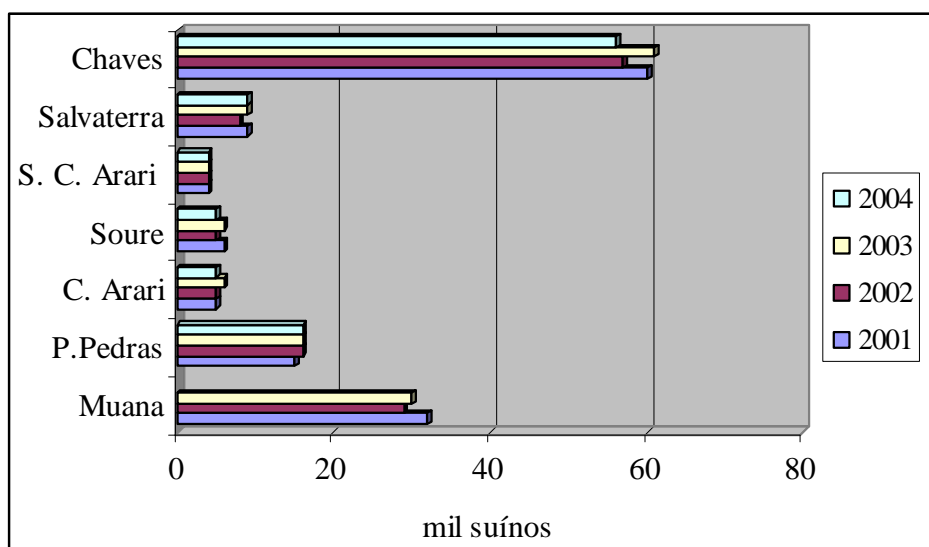


Figura 14 – Efetivo de suínos na mesorregião do Arari (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Na mesorregião de Portel o rebanho de suínos é insignificante (Figura 15).

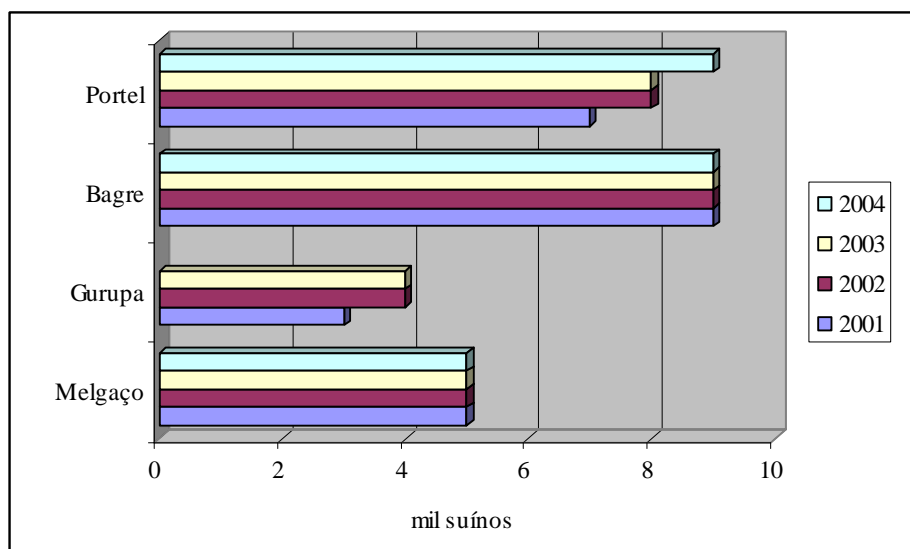


Figura 15 – Efetivo de suínos na mesorregião de Portel (Fonte:SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

3.5.1.4 - A pesca

O arquipélago do Marajó possui localização estratégica e privilegiada, sendo o maior arquipélago flúvio-marinho do mundo. Em sua porção noroeste, recebe águas doces, barrentas e cheias de nutrientes do Rio Amazonas; ao norte, as águas marinhas do Oceano Atlântico; a nordeste, as águas doces e barrentas da Baía do Marajó; ao sul, as águas doces e barrentas do rio

Pará, propiciando pescarias em áreas continentais e marinhas, com elevada diversidade de peixes provenientes destes dois sistemas.

A área da costa marítima do arquipélago caracteriza-se por apresentar uma diversidade de espécies aquáticas. Estas espécies se concentram nessa faixa devido a grande quantidade de alimentos descarregado pelo Rio Amazonas no Oceano Atlântico, sendo considerada como zona de alimentação onde os peixes jovens migradores permanecem para se desenvolverem.

O Lago Arari é o maior, mais importante e o mais piscoso do arquipélago. Está localizado na vila de Jenipapo, no município de Santa Cruz do Arari e representa uma importante fonte pesqueira. Contudo, em face à forte pressão de diversas atividades antrópicas, vem sofrendo um violento processo de assoreamento, a ponto de expor grande parte de seu leito no período seco. A revitalização deste lago representará um importante passo para a revitalização da pesca no arquipélago.

A atividade pesqueira é uma das mais importantes e tradicionais atividades do arquipélago, dada sua importância na subsistência alimentar das populações e na movimentação econômica que representa. A cadeia produtiva da pesca no Arquipélago do Marajó envolve o suprimento de bens e insumos necessários ao desenvolvimento da atividade. Nela, está incluída a produção de embarcações, de motores e petrechos de pesca e insumos básicos como gelo e combustível.

Em geral, os municípios possuem pequenos estaleiros responsáveis pela construção de embarcações de médio e pequeno porte. Contudo, há casos em que as canoas são confeccionadas pelos próprios pescadores. Em relação aos motores, petrechos de pesca e combustível, estes são comprados em Belém (PA) e/ou Macapá (AP) e comercializados na região.

A pesca nos municípios da ilha é principalmente artesanal, observando-se a falta de organização, a dispersão dos produtores, elevadas perdas, baixa qualidade de alguns produtos, ausência de infra-estrutura de apoio, gerando um fluxo de comercialização incerto e injusto para os pequenos produtores. Apesar disto, a pesca artesanal é o segmento que mais absorve mão-de-obra, sendo também responsável pela exploração dos estoques pesqueiros de espécies variadas, utilizadas para o abastecimento alimentar das famílias e para a comercialização em diferentes mercados.

Na pesca comercial, o caranguejo, o camarão, a piramutaba e a serra destacam-se na produção e como recursos economicamente importantes, capazes de viabilizar, se bem aproveitados, a emancipação do setor pesqueiro artesanal.

A frota industrial é proibida de pescar na baía de Marajó, segundo a Portaria 007/76-SUDEPE, que delimita a atuação dessa frota ao norte do paralelo 00° 05' N e à leste do meridiano 48° 00' W (Loureiro 1985). Mas inúmeras denúncias de pescadores locais indicam que embarcações dessa frota penetram nessa área no início do verão para pescarem cardumes de piramutaba que se afastam das áreas mais abertas e salgadas do estuário e buscam águas mais doces no interior da baía.

As embarcações artesanais, na maioria, são pequenas canoas que operam na região estuarina, exercendo a pesca com linha de mão, espinhel, tarrafa, redes de espera, matapí, para a captura do camarão e a coleta manual de caranguejo, siris e ostras. As embarcações motorizadas dedicam-se a pesca de peixes com o uso de redes de espera e outras à compra de pescados (geleiras), oriundos da pesca regional.

A inexistência de infra-estrutura de apoio à pesca tira do produtor qualquer poder de barganha, expondo a classe à ambição dos atravessadores (intermediários). Mesmo assim, muitos são da opinião de que sem eles seria ainda pior, pois não teriam como vender a produção deixando o setor estagnado. Embora o sistema de Colônia de Pescadores mantenha uma atuação na região, apesar das denúncias de irregularidades em algumas colônias, existe a consciência de que a falta de maior organização do setor pesqueiro é um grande entrave para o desenvolvimento da pesca regional.

3.5.1.5 - O extrativismo vegetal

O Estado do Pará é o maior produtor de madeira nativa do Brasil. No entanto, grande parte dessa produção é predatória.

O estado possui aptidão para a atividade florestal, pois há florestas com grandes estoques de madeira e uma localização estratégica em relação aos mercados nacional e internacional. Esses fatores têm contribuído para a rápida expansão da atividade madeireira no estado. Em 2004, a produção de madeira em tora atingiu 11,2 milhões de metros cúbicos, o que representou 46% da produção da Amazônia Legal (Veríssimo, 2006). Mas essa produção está distribuída de forma desigual nas zonas madeireiras do estado.

A área de abrangência do plano está situada na zona madeireira denominada estuário, cujo principal pólo madeireiro é a cidade de Breves. A produção de madeira em tora representa 26% da produção do estado (Figura 16).

Em 2004, a extração e o processamento madeireiro ocorreram em 82 pólos madeireiros, dois deles encontram-se no arquipélago do Marajó, situados ao longo dos principais eixos de transporte rodoviário e fluvial da região (Figura 17).

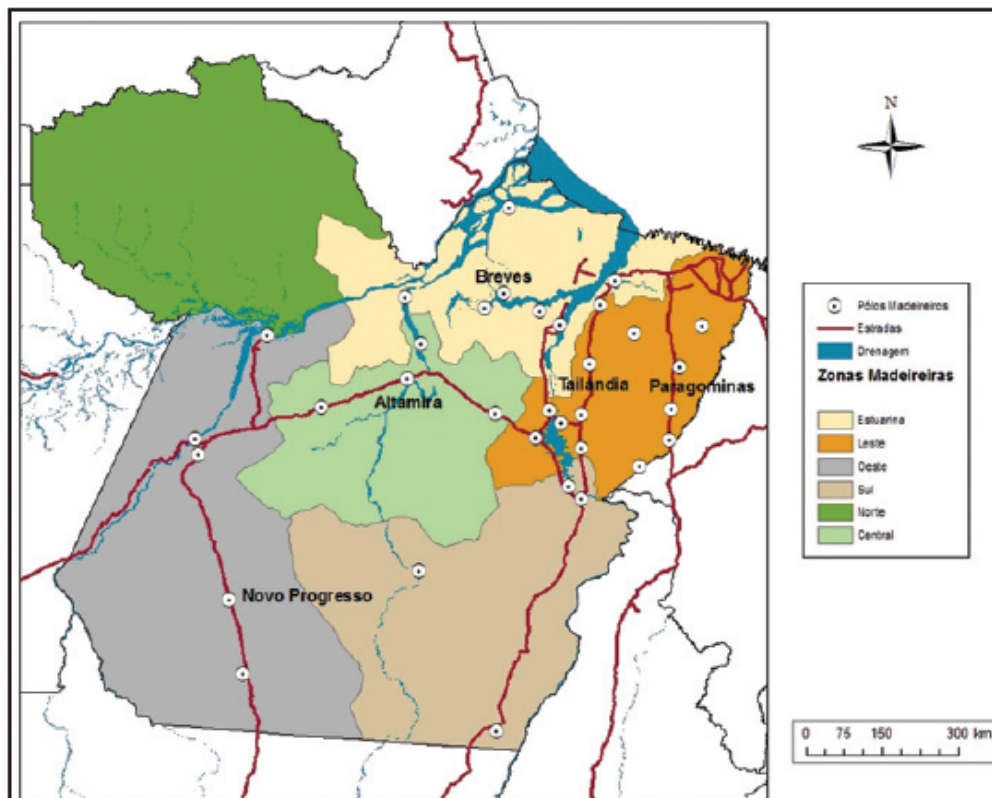


Figura 16: Zonas madeireiras no estado do Pará (Veríssimo, 2006).



Figura 17: Eixos de transporte e produção madeireira na Amazônia Legal, 2004 (Lentini, 2005).

A exploração madeireira ocorre há muito tempo no arquipélago do Marajó. Geralmente as áreas onde se encontra maior quantidade de espécies valiosas para o mercado estão muito distantes das margens dos rios, o que dificulta sobremaneira o seu acesso e o transporte das toras. A fim de minimizar estes problemas, os ribeirinhos realizam a extração no período chuvoso, quando os rios e igarapés estão cheios, o que lhes facilita o transporte. As espécies mais comercializadas na região são: a virola (*Virola surinamensis*), o cedro (*Cedrela odorata*), o marupá (*Simarouba amara*). A seringa, por sua vez, é praticada pelo ribeirinho apenas no verão, em decorrência da impossibilidade de coagulação do látex na época da chuva, o que inviabiliza o produto para a comercialização.

Os municípios de Anajás, Bagre, Breves e Portel são responsáveis por 91% da extração de madeira em tora do Arquipélago do Marajó (Figura 18).

Produção de Madeira em tora (m³) nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2001 a 2003

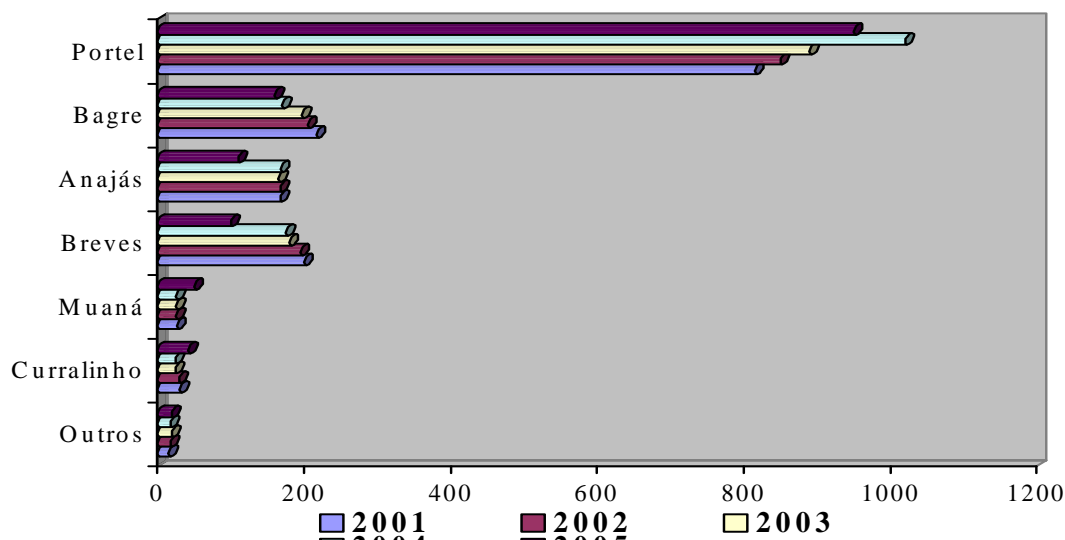


Figura 18: Produção de madeira em tora na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Em relação ao carvão vegetal, os municípios de Breves, Ponta de Pedras e Portel são responsáveis por 89% da produção no arquipélago do Marajó (Figura 19).

Em virtude de sua localização estratégica, no município de Breves, o volume de madeira comercializada é bem superior a sua própria produção (Figura 20), sendo considerado um pólo madeireiro com comercialização acima de 600 mil m³ de madeira em tora (Lentini, 2005).

Produção de Carvão Vegetal em toneladas nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2001 a 2005

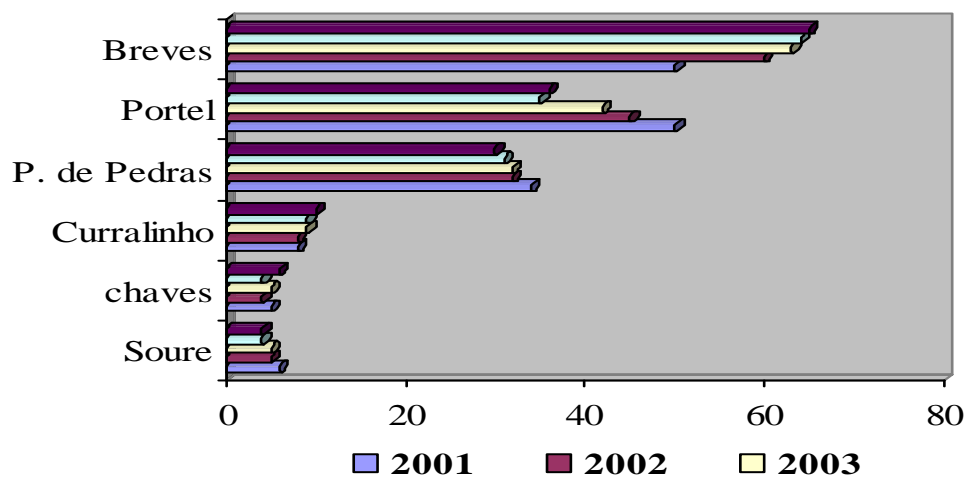


Figura 19: Produção de carvão vegetal na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

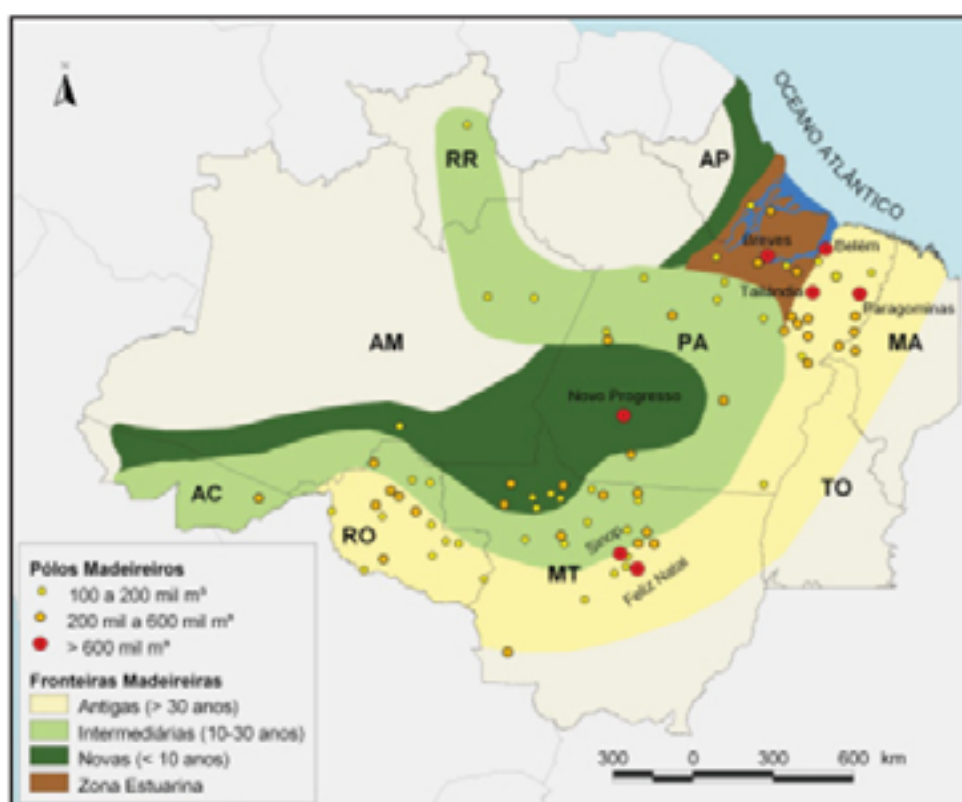


Figura 20 - Expansão da fronteira madeireira na Amazônia, 2004 (Lentini, 2005).

Em relação ao extrativismo vegetal não-madeireiro, deve-se destacar que se trata da atividade econômica com maior distribuição de renda e participação da agricultura familiar, garantindo emprego e renda para a maior parte da população do arquipélago do Marajó. A principal característica dessa atividade é a sazonalidade, isto é, depende da estação do ano em

que se torna economicamente viável, seja pelo período de amadurecimento dos frutos (caso do fruto do açaí), seja pelas condições climáticas que permitem o acesso mais fácil às zonas de coleta (caso do palmito e madeira) ou que propiciam a produção do recurso (caso da seringa).

O açaizeiro é um recurso típico do arquipélago, principalmente nas áreas de florestas de várzea. Seu período de frutificação varia muito de lugar para lugar, havendo casos em que ao longo de um mesmo rio (por exemplo, o rio Canaticu no município de Curralinho) ocorrem mais de uma safra por ano. Seu fruto é muito aproveitado para a fabricação de "vinho de açaí", cujo consumo entra tradicionalmente na alimentação da população regional. Por outro lado, a árvore fornece matéria-prima para as indústrias de palmito. O fruto do açaí somente passou a ser explorado comercialmente nas últimas duas ou três décadas. Com o aumento considerável do consumo nas grandes cidades, houve, em igual medida, o crescimento da demanda pelo fruto do açaí, o que estimulou os ribeirinhos, que até então somente produziam para autoconsumo, a investir no manejo dos açaizais para produção de fruto. Dessa forma, a exploração dos açaizais veio a se tornar altamente lucrativo para aqueles que a praticavam. Atualmente, grande parte da população ribeirinha do arquipélago ocupa-se com esta atividade que é considerada como uma das mais rentáveis.

As práticas adotadas na coleta do açaí e na extração de palmito pela população ribeirinha estão diretamente ligadas às estratégias familiares adotadas pela população, uma vez que a forma como se realizam estas atividades permitem a manutenção ou não dos açaizeiros, matéria-prima indispensável à produção do fruto de açaí e do palmito.

A intensidade das atividades produtivas e extrativistas, muitas vezes, depende da variação do nível da água dos rios, igarapés e igapós, diariamente e sazonalmente. Como exemplo, a figura 21 sintetiza o sistema de produção, através do calendário anual de atividades das comunidades do Alto Rio Marajoí, no município de Gurupá, onde a variação mensal da intensidade de cada atividade é representada pela altura da barra do gráfico correspondente.

De forma geral, as famílias combinam atividades extrativistas e de produção em pelo menos dois ecossistemas terrestres, além da pesca. A especialização em atividades extrativistas ou de produção nas localidades depende da oferta de recursos naturais, necessidades do dia a dia e oportunidades de mercado. Podendo as atividades extrativistas predominar sobre as atividades de produção agrícola de acordo com a época do ano e vice-versa (COSTA & GOUVEIA, 1997).



Fonte: Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE)

Figura 21: Calendário anual de atividades das comunidades do Alto Rio Marajoí, Gurupá – Pará

Segundo COSTA & GOUVEIA (1997) “O dia de trabalho comum é também, em geral, extremamente complexo. Parte do dia pode ser dedicada a uma atividade, parte a outra. Trabalha-se algumas horas na roça, mas na ida e vinda da roça instala-se a malhadeira para pegar peixe ou mata-se algum animal encontrado no caminho. Nos finais de tardes ou nas noites, caça-se ou pesca-se de acordo com a estação do ano. Algumas horas do dia podem ser dedicadas à fabricação da farinha ou à extração do açaí. E isto tudo varia de comunidade para comunidade, em função dos recursos existentes, das necessidades monetárias e da mão-de-obra disponível na família, o que influencia o calendário das diferentes atividades. Atualmente, as atividades extrativistas predominam sobre as atividades de produção agrícola. A agricultura está relacionada com a segurança alimentar das famílias. Apenas nas localidades sem ocorrência de açaisais nativos percebe-se maior importância dos produtos agrícolas na renda das famílias,

como é o caso das famílias das comunidades de terra-firme”.

Os municípios de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Ponta de Pedra são responsáveis por 94% do açaí produzido no arquipélago do Marajó (Figura 22). Também merece destaque a produção dos municípios de Breves, Anajás, Curralinho e Portel, com mais de 300 toneladas por ano.

Produção de Açaí em Toneladas nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2001 a 2005

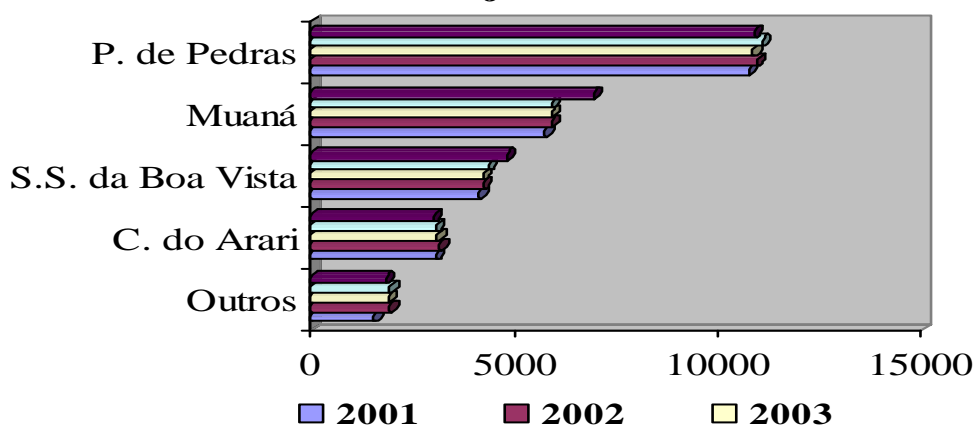


Figura 22: Produção de açaí na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

Depois da coleta do fruto de açaí, a produção do palmito é a principal atividade extrativista vegetal alimentícia na área de abrangência do plano, sendo os municípios de Anajás, Breves, Bagre e Muaná responsáveis por 86% da produção de palmito no Arquipélago. Também merecem destaque os municípios de Chaves, Gurupá e São Sebastião da Boa Vista, com produção de mais de 100 toneladas de palmito por ano (Figura 23).

Produção de Palmito em toneladas nos Municípios da Mesorregião do Marajó - 2001 a 2005

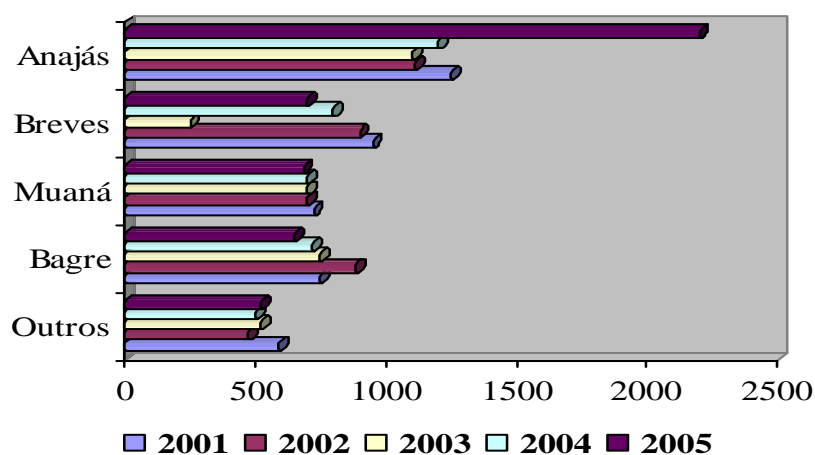


Figura 23: Produção de palmito na área do plano (Fonte: SEPOF/DIEPI/GERES, 2006).

3.5.1.6 – O turismo

O arquipélago do Marajó apresenta-se como um pólo turístico que oferece diversos atrativos: belas praias, igarapés, campos com vegetação nativa, rica fauna e regiões de florestas com uma diversidade de frutas típicas. Destaca-se ainda pela cultura, como as danças folclóricas (carimbó, lundu), pela produção artesanal (cerâmica marajoara) e pela culinária marajoara legada dos indígenas. Dentre os vários municípios que constituem a referida região, destacam-se: Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari que possuem como principal fonte econômica a pecuária, com a criação de búfalos, a pesca e a agricultura com a produção de frutas variadas. Outros fatores relevantes para o desenvolvimento do turismo nesses municípios são a produção artesanal de artigos em couro (Curtume Marajó) em Soure, as ruínas da Igreja dos Jesuítas na vila de Joanes em Salvaterra e os atrativos histórico-culturais como o Museu do Marajó e os sítios arqueológicos no lago do Arari em Cachoeira do Arari.

Segundo o Plano de Turismo do Estado do Pará, 74% dos pacotes oferecidos foram concentrados em Soure e Salvaterra, dos quais os pacotes oferecidos pelas operadoras representavam em 2001 cerca de 40%.

Na área do plano é evidente o potencial no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo como, por exemplo, o ecoturismo e o turismo rural. Apesar do notável potencial turístico da região, observa-se uma série de entraves que dificultam o desenvolvimento da atividade turística tais como: carência e/ou deficiência na infra-estrutura, serviços de transportes, segurança pública, informações turísticas, qualificação de recursos humanos direcionados ao setor de turismo, questões de comunicação, qualificação e regulamentação do transporte fluvial, saneamento básico, energia.

A região tem sido atendida por ações do Programa de Regionalização, fruto de um convênio entre o Ministério do Turismo e a Companhia Paraense de Turismo, por meio da realização de oficinas de sensibilização e mobilização, oficinas de roteirização, cursos de capacitação, oficinas de institucionalização de instâncias de governança e monitoramento e avaliação. A região está contemplada no programa por intermédio de dois roteiros: Amazônia Quilombola, que engloba o município de Ponta de Pedras; e o roteiro Amazônia do Marajó que integra os municípios de Soure e Salvaterra. Ambos os roteiros foram apresentados no Salão de

Turismo de 2005 e 2006, realizado em São Paulo e amplamente promovido pelas ações de *marketing* turístico.

As principais oportunidades destacadas pelo Programa de Regionalização do Turismo se referem à Marca Marajó, como a singularidade das expressões culturais tais como a dança, a culinária e a cerâmica, além do potencial de uso das unidades de conservação como a RESEX Soure e a Flona Caxiuanã.

O turismo é entendido como uma das principais alternativas de desenvolvimento econômico sustentável para a região. O atendimento dessa demanda exige grandes esforços de governos em parceria com a comunidade e o setor privado, no sentido de investir em infraestrutura, capacitação, desenvolvimento e comercialização de novos negócios turísticos, tendo como contrapartida o envolvimento e o desenvolvimento do capital social das comunidades a serem beneficiados pelo turismo.

3.5.2 – Infra-estrutura econômica

A área do Plano do Marajó apresenta uma enorme insuficiência e precariedade em termos de infra-estrutura econômica em todos os seus componentes: transportes, energia, telecomunicações e armazenagem.

O desenvolvimento de ações voltadas à infra-estrutura da ilha é outro desafio para região. Por se tratar de uma ilha aluvionar, formada por sedimentos carreados pelo rio Amazonas, todos os materiais e insumos necessários à execução de obras tem que ser trazidos do continente via fluvial, seja areia, cimento, pedra, brita ou asfalto, sempre respeitando os horários da maré. Aliás, tudo na ilha é regido por ela. Associado a isso, o fato de que seis metros abaixo da superfície da ilha existem lençóis freáticos capilarizados e total ausência de relevo.

3.5.2.1 – Transportes

O sistema de transportes limita-se ao marítimo e ao hidroviário. Praticamente inexistem rodovias na região e as poucas vicinais existentes são intransitáveis na estação das chuvas. O transporte empregado, tanto para a condução dos moradores quanto para o escoamento da produção, é feito pelos rios, usando-se um veículo típico denominado de casco.

Apesar da população utilizar o casco como principal meio de transporte, um bom número de habitantes possuem pequenos barcos a motor, capazes de transportar um reduzido número de cargas.

Os rios do arquipélago sofrem grandes reduções de volume durante metade do ano, dificultando a navegação nos rios interiores. Os campos, locais que embarcações trafegam em determinada época do ano, são trafegados por caminhões e cavalos. Os fazendeiros que não possuem ligação fluvial constroem estradas para escoamento da sua produção pecuária (gado de corte) ou de sua produção pesqueira, oriunda dos lagos intermitentes, as quais são totalmente submersas por ocasião da chegada das chuvas.

Nessa ocasião, o transporte nos campos marajoaras é feito através de montarias (grandes cascos) puxadas a búfalo. As poucas estradas existentes em asfalto margeiam parte da costa leste da ilha em cotas mais elevadas, chamadas de tesos, ligando os centros maiores. As demais são construídas em argila ou areia, para facilitar a manutenção e interligam-se com as outras. O único meio de transporte para várias localidades é o cavalo ou o boi. Para se atravessar a ilha de costa-a-costa em aeronave bimotor leva-se quase duas horas. Para acessar cidades como Anajás, a partir de Belém, são quase dois dias de viagem via fluvial.

A ligação das cidades marajoaras se dá com Belém e Macapá, por intermédio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas. Existe um projeto não implementado de construção de hidrovía, com a abertura de um canal artificial de 32 km, ligando os rios marajoaras Anajás e Afuá, o que permitiria a existência de uma via de transporte efetiva no interior da grande ilha e encurtaria em 150 km a ligação hidroviária entre Belém e Macapá (de 580 para 430 km).

Devem-se mencionar também os convênios assinados entre algumas prefeituras municipais e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) para a construção de terminais hidroviários, substituindo os rudimentares trapiches.

Quanto ao transporte aéreo, inexistem linhas aéreas regulares no arquipélago, resumindo-se o atendimento à região aos vôos da FAB e às empresas de táxi aéreo que fazem fretes regulares para os municípios.

3.5.2.2 – Energia

A oferta de energia em toda a área do Plano é bastante precária, praticamente resumindo-se às sedes dos municípios. A geração de energia se dá em pequenas usinas térmicas movidas a óleo diesel.

Nas fazendas, a placa fotovoltaica é a forma de geração de energia mais utilizada e

de menor custo operacional, dado a grande incidência solar o ano todo, complementada, em algumas épocas, pelo grupo-gerador a diesel, que também é a principal forma de geração de energia no interior e nas cidades, com horários pré-determinados em sua maioria.

Não obstante os avanços proporcionados pelo Programa Luz Para Todos, o quadro de atendimento aos domicílios na área do plano ainda é precário, particularmente na área rural. Os dados referentes a quatorze dos dezesseis municípios da região (exceto Portel e Gurupá) aponta que dos 80,2 mil domicílios, 46,5 mil (57,9%) possuem energia elétrica. Na área urbana, o suprimento cobre 93,0% dos domicílios. Já na área rural, a taxa de cobertura é de apenas 15,6%. O atendimento no campo não é homogêneo. Alguns municípios como Salvaterra e Santa Cruz do Arari têm elevado grau de cobertura, com 92,3% e 77,5% respectivamente. Outros têm graus intermediários, como Soure, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, com 57,6%, 33,7% e 18,3% respectivamente. Os demais apresentam cobertura nula ou inferior a 5%.

Existem estudos de interligação por linha de transmissão Tucurí – Portel – Melgaço – Breves, e ainda um levantamento para o atendimento de cerca de 10.000 famílias através da utilização da capacidade instalada nos geradores termoelétricos de oito municípios. Serão realizados estudos para a utilização de energias alternativas para o atendimento das famílias ribeirinhas isoladas, que não poderão ser atendidas por rede elétrica convencional.

3.5.2.3 – Comunicação

O atendimento na área de telecomunicações é insuficiente e de péssima qualidade. A telefonia fixa não atende a todas as cidades nem à zona rural; a telefonia celular atende somente as cidade de Breves, Soure, São Sebastião da Boa Vista e Salvaterra, com cobertura de apenas uma operadora.

A geração da programação de TV regional e nacional é feita por uma única emissora.

O rádio é o principal eletrodoméstico, podendo ser encontrado em praticamente todas as casas da zona rural, constituindo-se no principal veículo de notícias para os moradores da área. Nas comunidades mais próximas às cidades é possível sintonizar estações de rádio local.

3.5.2.4 – Armazenamento

A infra-estrutura de armazenagem em todo o Arquipélago é absolutamente insuficiente, além de precária, quando existente. Boa parte da produção primária local, particularmente produtos extrativistas, pescado e carne bovina e bubalina é perdida devido à impossibilidade de armazenamento adequado.

3.6 – CONTEXTO SOCIAL

O arquipélago do Marajó associa-se intrinsecamente ao restante da região Amazônica tanto pelas suas características ambientais (como o clima, a flora e a fauna, a hidrografia), como também por uma história marcada por intensas mudanças econômicas e sociais, principalmente a partir do final do século passado. Estas mudanças influenciaram o modo como a população local interage na produção e reprodução de sua organização familiar e de suas estratégias de sobrevivência.

Analisando de forma breve os indicadores sociais, detecta-se elevada mortalidade infantil no arquipélago, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias. Acrescente-se a isso uma grande carência por obras de infra-estrutura para saneamento ambiental; necessidade de tratamento mais abrangente dos serviços de saúde pública; necessidade de mais escolaridade, o que representa elevada taxa de analfabetismo; pouca presença do Estado na política cultural da região; e condições de moradia muito pobres em termos materiais.

Na dimensão ambiental do desenvolvimento detecta-se: óbitos por doença respiratória, o que denota como nociva a qualidade do ar respirado pela população; predominância de atividades extrativistas; e falta de informação sobre manejo e outras práticas ambientalmente saudáveis, além de informações sobre desmatamento no arquipélago.

Já a dimensão institucional apresenta dados como baixo número de funcionários nas prefeituras com curso universitário, participação política medida pelo comparecimento às eleições superior no local em relação ao nível nacional e de um modo geral baixo consumo de informação devido o reduzido número de veículos de comunicação existentes no arquipélago.

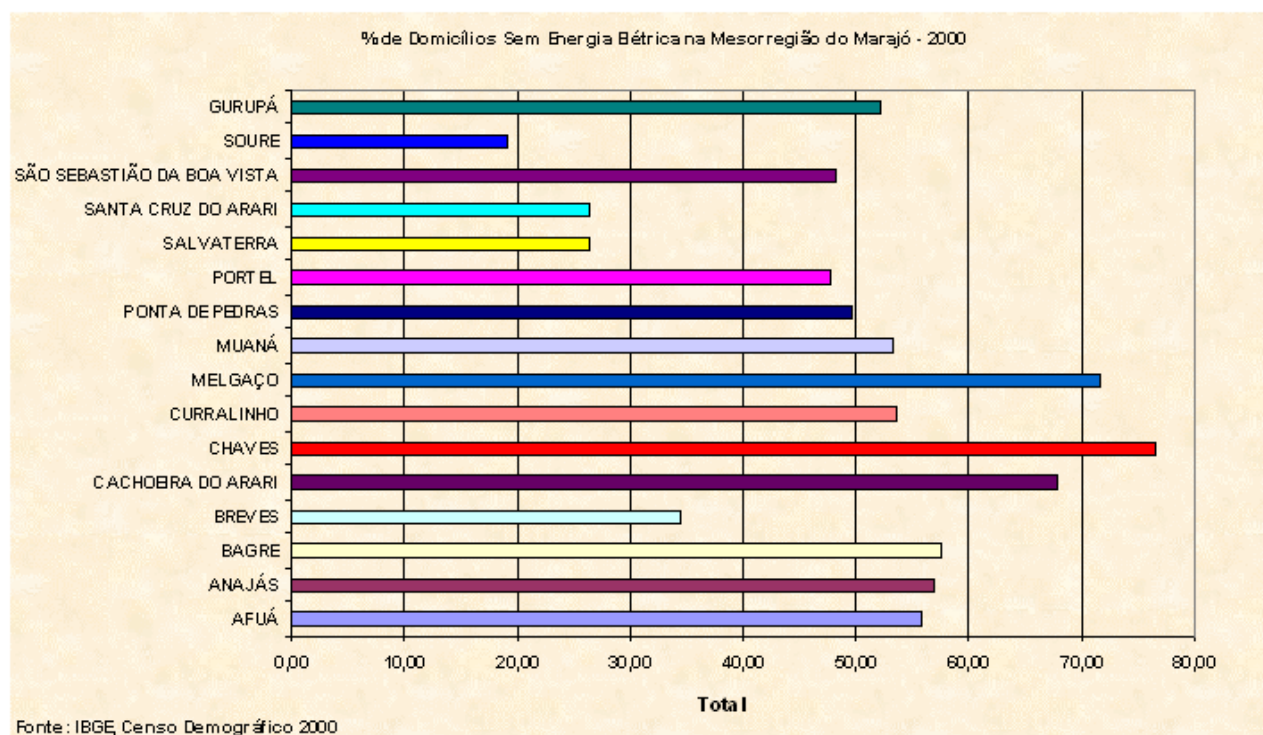
Essa caracterização e os indicadores apresentados na Tabela 8 fornecem um quadro quantitativo do desenvolvimento no arquipélago que, grosso modo, se fossem mapeados em relação a uma escala de desenvolvimento, dividida entre baixo, médio e alto, certamente se concentraria no nível baixo. Analisando o desenvolvimento pelas variáveis Educação, Longevidade e Renda, mais precisamente o IDH, a situação da maioria dos municípios do arquipélago do Marajó ainda se enquadra na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza.

Tabela 8: Indicadores Sociais da Mesorregião do Marajó.

INDICADORES	ANO	RESUL- TADO	FONTE DO INDICADOR
CONCENTRAÇÃO DE RENDA – ÍNDICE DE GINI	2004	0,30	SEPOF/DIEPI
% DA POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (1)	2000	79,09%	IBGE/SEPOF/DIEPI
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	2004	23,82	DATASUS/SEPOF/DIEPI
LEITOS POR MIL HAB.	2003	0,7	DATASUS/SEPOF/DIEPI
TAXA DE ANALFABETISMO	2000	69,84%	IBGE/SEPOF/ DIEPI
TAXA DE EVASÃO ESCOLAR	2004	19,25%	MEC/SEPOF/ DIEPI
% DE ÓBITOS POR DOENÇA RESPIRATÓRIA	2004	5,21%	DATASUS/SEPOF/DIEPI
% DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA (REDE GERAL)	2000	26,45%	IBGE/SEPOF/ DIEPI
% DE DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA	2000	47,81%	IBGE/SEPOF/ DIEPI
% DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO	2000	19,93%	IBGE/SEPOF/ DIEPI
% DE DOMICÍLIOS COM TELEFONE	2000	5,34%	IBGE/SEPOF/ DIEPI
DÉFICIT HABITACIONAL	2000	45,3%	IBGE/SEPOF/ DIEPI

Fonte: SEPOF/DIEPI/GEDE.

Para a maioria da população da mesorregião do Marajó energia elétrica ainda é um sonho, com elevado percentual de domicílios sem energia elétrica (47,81%), destacando-se os municípios de Soure (19,10%), Santa Cruz do Arari (26,35%) e Salvaterra (26,50%) com a maioria da população desprovida deste serviço, considerado básico (Figura 24).

**Figura 24:** Porcentagem de Domicílios Sem Energia Elétrica na Mesorregião do Marajó – 2000.

3.6.1 – Saúde

A saúde da população na Mesorregião do Marajó é marcada por elevadas taxas de mortalidade infantil (Figura 25), destacando-se os municípios de Muaná (39,31), Soure (35,4), Santa Cruz do Arari (29,41), Chaves (28,57), São Sebastião da Boa Vista (28,47) e Melgaço (26,17) com as maiores taxas de mortalidade infantil no ano de 2004. E os municípios de Cachoeira do Arari (6,90) e Pontas de Pedras (9,84) com as menores taxas de mortalidade infantil da mesorregião.

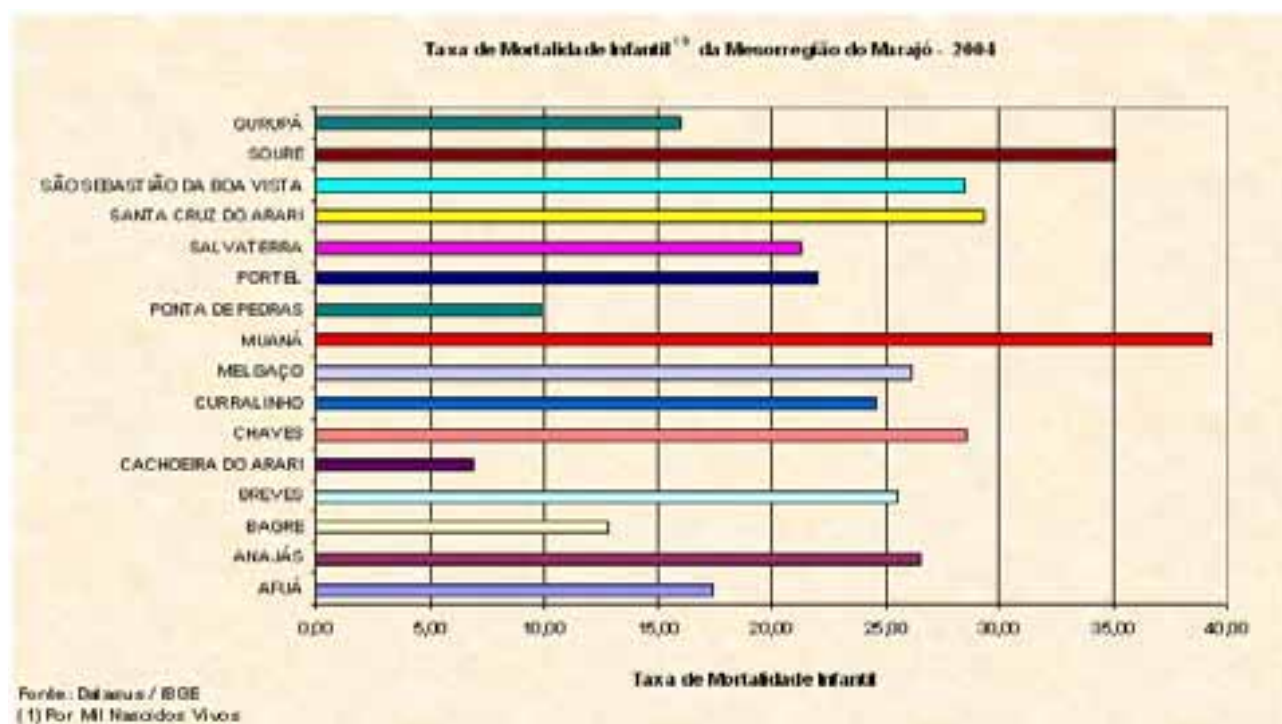


Figura 25: Taxa de Mortalidade Infantil dos Municípios da Mesorregião do Marajó 2004.

Analisando a oferta de infra-estrutura hospitalar na mesorregião, os municípios também apresentam carência nessa área, e com exceção de Soure (2,5), todos possuem menos de 1,5 leitos por mil habitantes. Santa Cruz do Arari, Pontas de Pedras, Melgaço, Chaves, Cachoeira do Arari, Bagre e Afuá deparam-se com este indicador em 0,0 (zero), demonstrando a fragilidade total na área de saúde nesta região (Tabela 26).

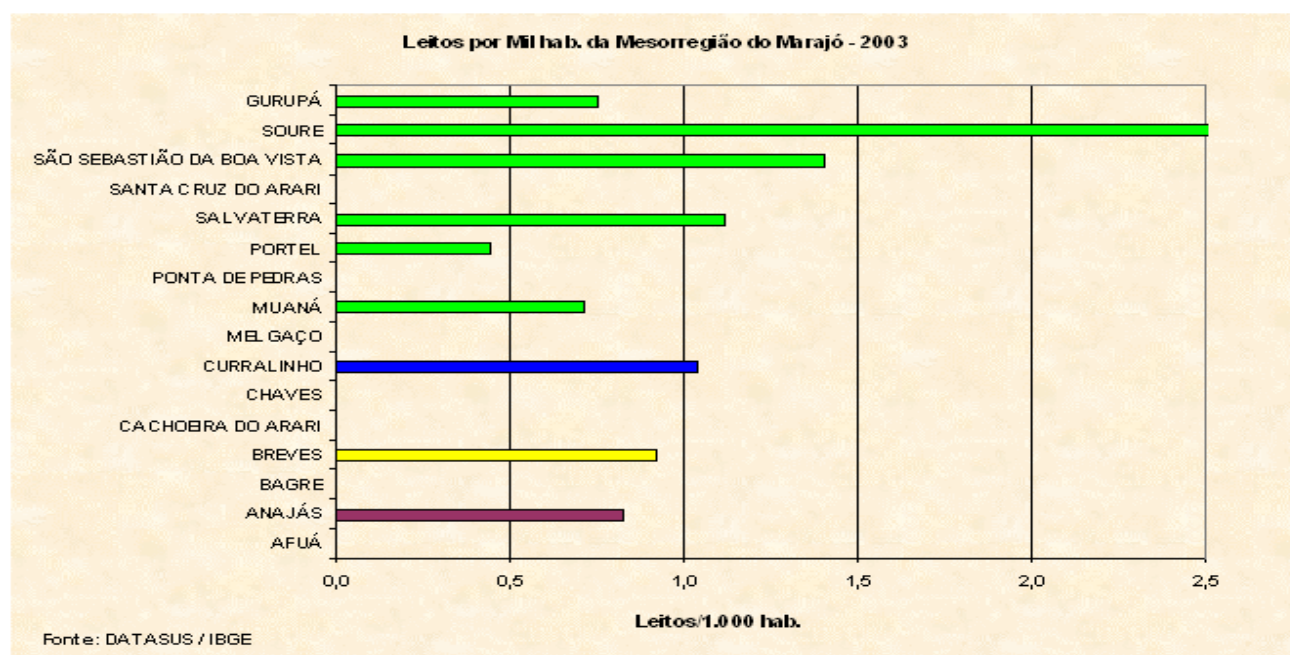


Figura 26: Leitos por Mil hab. da Mesorregião do Marajó – 2003.

Na última década, o Ministério da Saúde lançou os Programas de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF). Estes programas vêm trazendo avanços no processo de municipalização da saúde e vêm contribuindo para a transformação do modelo assistencial vigente. O PSF consiste em um novo modelo de atenção centrado na lógica da vigilância à saúde e qualidade de vida, dirigido à família e à comunidade, e inclui desde a proteção e a promoção à saúde até o diagnóstico e o tratamento das doenças. O perfil específico dos profissionais desses programas, envolvidos com o bem-estar das comunidades, é o da construção de compromisso, disponibilidade, intimidade e de relações de confiança com elas.

No Estado do Pará, este programa vem sendo executado pelos municípios do Arquipélago com apoio do governo estadual. A Tabela 09 mostra a cobertura de equipes por município com taxa de IDH e com PIB *per capita*.

Tabela 09: Cobertura de Equipes de PSF, por município com IDH e PIB

Município	População estimada IBGE 2006	% de Cobertura PSF - Julho 2007	IDH	PIB <i>Per capita</i> (R\$)
Afuá	36.524	0	0,612	2.402,77
Anajás	21.307	16,19	0,782	2.255,11
Bagre	13.607	25,35	0,571	2.358,47
Breves	86.084	20,04	0,63	2.162,55
Cachoeira do Arari	17.658	16,62	0,68	2.451,19
Chaves	17.313	0	0,581	4.651,58
Curralinho	23.573	14,64	0,596	1.229,20
Gurupá	26.150	0	0,631	1.951,61
Melgaço	25.887	39,98	0,525	1.148,91
Muaná	27.758	0	0,653	1.685,17
Ponta de Pedras	20.316	50,95	0,652	2.247,38
Portel	44.393	31,09	0,608	3.318,89
Salvaterra	17.505	59,13	0,715	2.240,54
Santa Cruz do Arari	5.611	0	0,63	3.224,92
São Sebastião da Boa Vista	19.688	0	0,67	1.467,59
Soure	21.789	29,50	0,723	2.183,83
TOTAL	425.163			

Fonte: Datasus/CNES - julho de 2007.

Já a Tabela 10 apresenta a cobertura de leitos do SUS e dos particulares. A análise destaca a população estimada com o numero de leitos por habitantes.

Tabela 10: Cobertura de Leitos/ 1.000 habitantes por município

Municípios/PA	População estimada IBGE 2006	Leitos SUS	Leitos Não SUS	Total Geral	Leitos/ 1.000 hab.
Afuá	36.524	10	-	10	0,27
Anajás	21.307	21	-	21	0,99
Bagre	13.607	-	-	-	-
Breves	86.084	90	20	110	1,28
Cachoeira do Arari	17.658	17	-	17	0,96
Chaves	17.313	10	-	10	0,58
Curralinho	23.573	25	-	25	1,06
Gurupá	26.150	24	-	24	0,92
Melgaço	25.887	-	-	-	-
Muaná	27.758	20	-	20	0,72
Ponta de Pedras	20.316	10	-	10	0,49
Portel	44.393	20	-	20	0,45
Salvaterra	17.505	20	-	20	1,14
Santa Cruz do Arari	5.611	15	-	15	2,67
São Sebastião da Boa Vista	19.688	48	-	48	2,44
Soure	21.789	39	-	39	1,79
TOTAL	425.163	369	20	389	0,91

Fonte: DATASUS/CNES – julho 2007

Contudo, outro indicador que chama atenção é que alguns municípios da mesorregião já possuem mais de 5% do total de óbitos do município causados por problemas respiratórios como apresentado na figura 27. Anajás (11,32%), Soure (8,85%) e Breves (6,82%) apresentaram os maiores percentuais no ano de 2004.

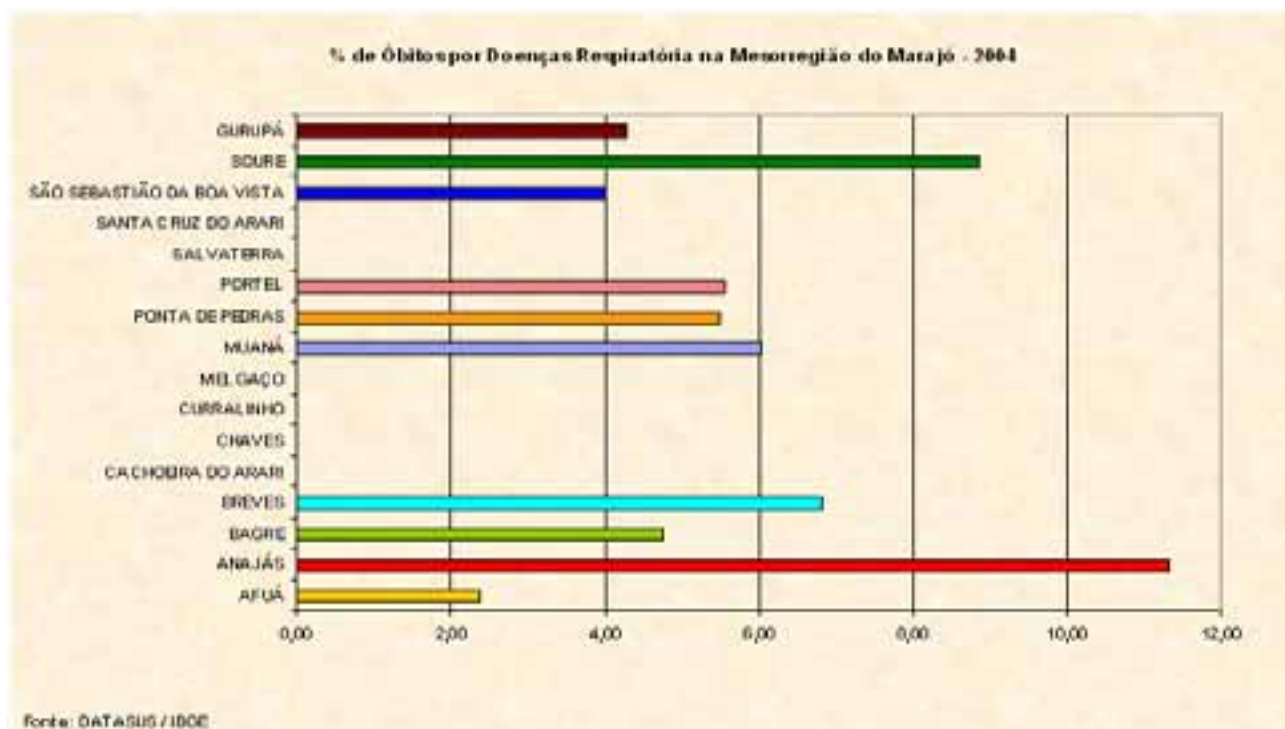


Figura 27: % de óbitos por doenças respiratórias na mesorregião do Marajó – 2004.

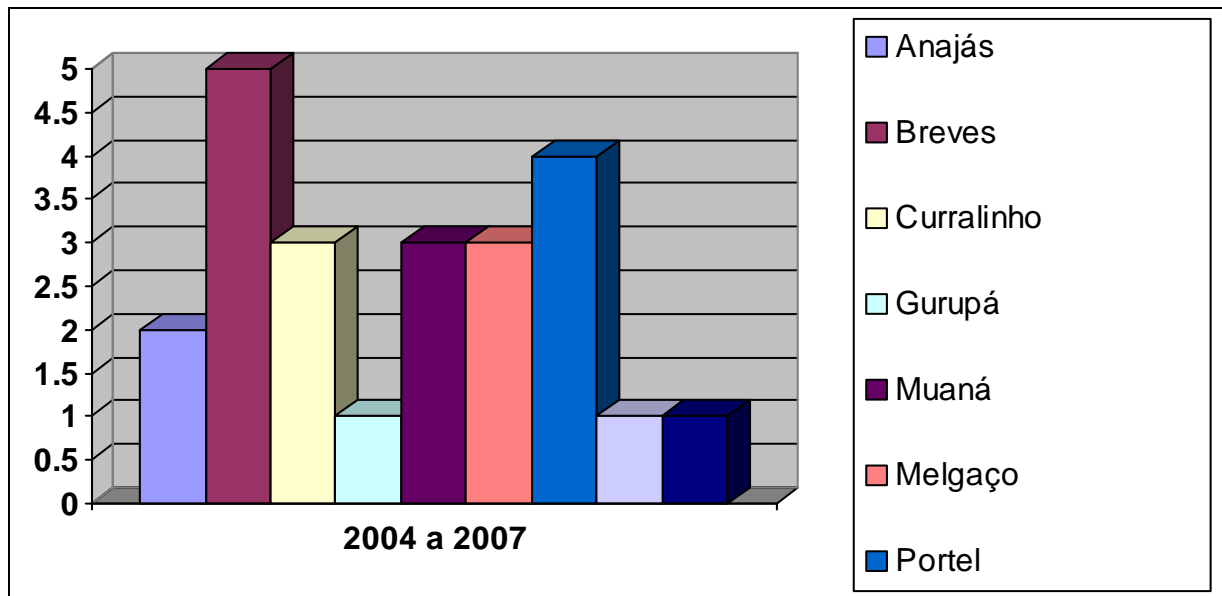
Na região do Marajó existem registros de acidentes de barco que provocam o escalpamento de meninas e mulheres ribeirinhas. O escalpamento é uma tragédia tipicamente paraense, que acontece em praticamente 100% entre o sexo feminino, devido ao uso de cabelos longos, e que acarreta danos permanentes às acidentadas e suas famílias.

O mecanismo de lesão de escalpamento é profundamente agressivo, física e emocionalmente. O acidente acontece quando as vítimas se aproximam do eixo do barco por qualquer motivo. Na maioria das vezes, para apanhar algum objeto no fundo do barco, elas têm os cabelos apanhados pelo eixo e arrancados de maneira traumática, junto com o couro cabeludo, havendo ainda, em alguns casos o comprometimento de orelhas, pescoço e pálpebras.

O tratamento é de longa duração e é realizado em Belém na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), hospital referência para este problema.

Grande parte dos acidentes ocorre na região do Marajó e existe a necessidade de preparar a população para a prevenção do acidente, por meio das políticas públicas transversais e aos municípios, para o atendimento emergencial, quando da ocorrência do acidente.

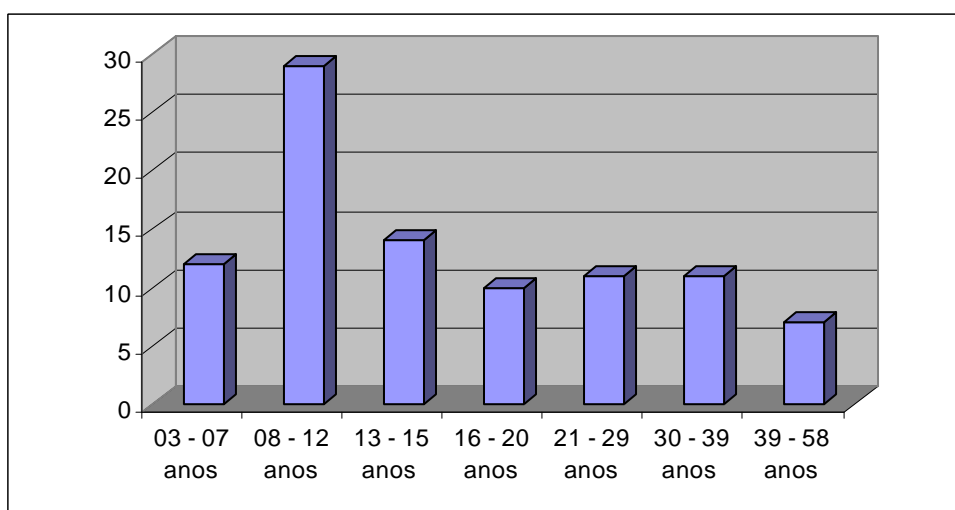
Na Figura 28 são apresentados dados referentes ao período de 2004 a 2007 de casos atendidos na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA). Ressalta-se que vários casos de acidentes ocorridos na região do Marajó são transferidos para Macapá devido à proximidade, não sendo computados no estado.



Fonte: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará -FSCM.

Figura 28: Nº de casos de escarpelamento atendidos na FSCM.

Os acidentes de escarpelamento (Figura 29) ocorrem principalmente em meninas de 08 a 12 anos, com maior ocorrência no município de Breves. Muitas vezes as seqüelas são irreversíveis e resultam em sérios problemas psicológicos e de exclusão social, devido à deformidade causada.



Fonte: Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará -FSCM

Figura 29: Faixa etária do escarpelamento.

3.6.1.1 – A situação da malária na Amazônia

A transmissão da malária no Brasil está concentrada na Amazônia Legal, onde se registram 99,5% do total dos casos. Esta região é composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A partir da década de 1970 houve aumento de casos na Amazônia, culminando, no ano de 1999, com o registro de 635.646 casos. Esse incremento deveu-se principalmente ao processo de colonização e às atividades de mineração sem a necessária estrutura de saúde para atender à população.

No ano de 2000, concomitante ao processo de descentralização das ações de vigilância em saúde, que instituiu o repasse de recursos para estados e municípios certificados na modalidade fundo a fundo, por intermédio do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS), o Ministério da Saúde lançou o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária na Amazônia Legal (PIACM).

O PIACM possibilitou a estruturação dos serviços locais de saúde, com a aquisição de equipamentos, tais como microscópios, bombas de aspersão de inseticidas, viaturas, embarcações e na contratação e capacitação dos recursos humanos, visando inserir o controle da malária na rede de serviços de saúde.

Em 2003, o Ministério da Saúde implantou o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM), que procurou manter os ganhos obtidos pelo PIACM, fortalecendo ainda mais as estruturas dos serviços de saúde, para melhorar e ampliar o atendimento aos portadores de malária.

Para viabilizar a execução das ações de vigilância em saúde na Amazônia Legal, o Ministério da Saúde, em 2003, repassou para os fundos municipais e estaduais de saúde, por intermédio do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde – TFVS, a quantia de R\$ 111.746.026,94, em 2004, R\$ 118.661.813,45 e em 2005 o valor de R\$141.809.810,33. Estima-se que 60 a 70% desses recursos são aplicados no controle da malária, pela maioria dos estados e municípios da Amazônia Legal com transmissão de malária.

Além do recurso do TFVS, o Ministério da Saúde está investindo no ano de 2006, recursos da ordem de R\$27 milhões no repasse de equipamentos e viaturas, medicamentos e inseticidas, bem como na capacitação de pessoal, para estados e municípios.

Atualmente, os 807 municípios da Amazônia Legal contam com 3.077 laboratórios para diagnóstico de malária, e 40.528 agentes de saúde envolvidos no controle da endemia, além de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para atenção ao paciente. Essa ampla

rede de diagnóstico e tratamento possibilitou a realização de 3.149.305 exames de gota espessa (detecção de casos e lâminas de verificação de cura) e o tratamento de todos os casos diagnosticados, inteiramente grátis para população.

Os avanços obtidos com o fortalecimento do PNCM podem ser demonstrados com a redução na Incidência Parasitária Anual (IPA) nos estados da Amazônia Legal, que era de 31,9 por 1.000 habitantes em 1999, passando para 26,5 por 1.000 habitantes em 2005. Da mesma forma, a letalidade foi de 0,030 óbitos por 100 casos de malária no ano de 1999 e de 0,015 por 100 casos em 2005, assim como a proporção de internações reduziu-se de 3,3% em 1999 para 2,0% em 2005.

Ainda no período de 1999 a 2005, houve redução no número de municípios de alto risco (incidência acima de 49,9 casos por 1.000 habitantes) passaram de 160 para 106 (33,8%). Portanto, observa-se uma importante alteração na dinâmica de transmissão da malária com concentração de casos em alguns municípios.

Apesar de todos os recursos investidos e esforços envidados pelo Ministério da Saúde, em parceria com estados e municípios para o controle da malária, no ano de 2003 foi registrado incremento de 17,3% (408.795 casos) em relação a 2002 (348.259 casos). Em 2004, o aumento foi de 13,6% (464.231 casos) em relação a 2003. No ano de 2005 foram notificados 602.728 casos, correspondendo ao aumento de 29,8% em relação ao ano anterior.

O aumento dos casos de malária deveu-se, principalmente, à intensa e desordenada ocupação das periferias das capitais dos estados do Amazonas (Manaus) e de Rondônia (Porto Velho) e no município Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, sendo que esses municípios concentraram 26,2% dos casos de malária da região no ano de 2005. O desmatamento para extração de madeira, criação de gado, agricultura e assentamentos não-oficiais também têm contribuído para o aumento da transmissão da doença. Outro fator colaborador é o aumento dos criadouros do mosquito vetor da malária em função da atividade de piscicultura, com a construção de tanques artificiais, seja nos quintais dos domicílios ou nas periferias de diversas cidades da região Amazônica.

Comparando-se o ano de 2005 com o de 2006, verifica-se uma redução de 9,5% na incidência da doença na Amazônia, que registrou de 603.559 casos em 2005 e 546.219 casos em 2006.

O desempenho dos programas estaduais e municipais de controle da malária é monitorado continuamente, por meio de assessorias técnicas aos estados e municípios; reuniões nacionais e estaduais com técnicos do Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais de saúde e instituições de ensino e pesquisa. Essa dinâmica tem possibilitado os ajustes das

estratégias de trabalho necessárias ao bom desempenho do PNCM na Região, onde as condições de trabalho são dificultadas pelo acesso e deficiência dos serviços de saúde locais.

3.6.1.2 - Situação da malária no Arquipélago do Marajó

Em relação à situação epidemiológica da malária nos municípios do Arquipélago do Marajó, observa-se na Tabela 11 que no período de janeiro a junho de 2007 o Pará registrou 33.294 casos, dos quais 5.899 originaram-se nos municípios do Marajó, correspondendo a 16% do estado. Embora os casos de malária tenha tido uma redução significativa em relação ao mesmo período no ano de 2006, ainda chama atenção à concentração de casos nos municípios de Anajás e Portel, onde se registrou 4.142 e 609 casos, respectivamente, representando 70,2% dos casos notificados no Marajó.

Tabela 11. Dados epidemiológicos de malária nos municípios do Arquipélago do Marajó, janeiro a junho de 2006 e 2007.

Município	População	Casos (jan a jun)		% Variação de casos	% de Partic. da UF 2007
		2006	2007		
AFUÁ	35.454	369	163	-55,8	0,5
ANAJÁS	20.853	6.585	4.142	-37,1	12,4
BAGRE	13.623	55	18	-67,3	0,1
BREVES	85.182	586	278	-52,6	0,8
CACHOEIRA DO ARARI	17.372	16	04	-75	0
CHAVES	17.317	494	121	-75,5	0,4
CURRALINHO	23.032	581	265	-54,4	0,8
GURUPÁ	25.684	10	10	0	0
MELGACO	25.155	28	11	-60,7	0
MUANÁ	27.410	104	89	-14,4	0,3
PONTA DE PEDRAS	20.067	208	126	-39,4	0,4
PORTEL	43.425	1.120	609	-45,6	1,8
SALVATERRA	17.144	39	0	-100	0
SANTA CRUZ DO ARARI	5.555	18	07	-61,1	0
S. SEBASTIÃO DA BOA VISTA	19.380	15	51	240	0,2
SOURE	21.507	05	05	0	0
Total Marajó	418.160	10.233	5.899	-40,5	16
Total Pará	6.863.832	48.062	33.294	-30,7	100

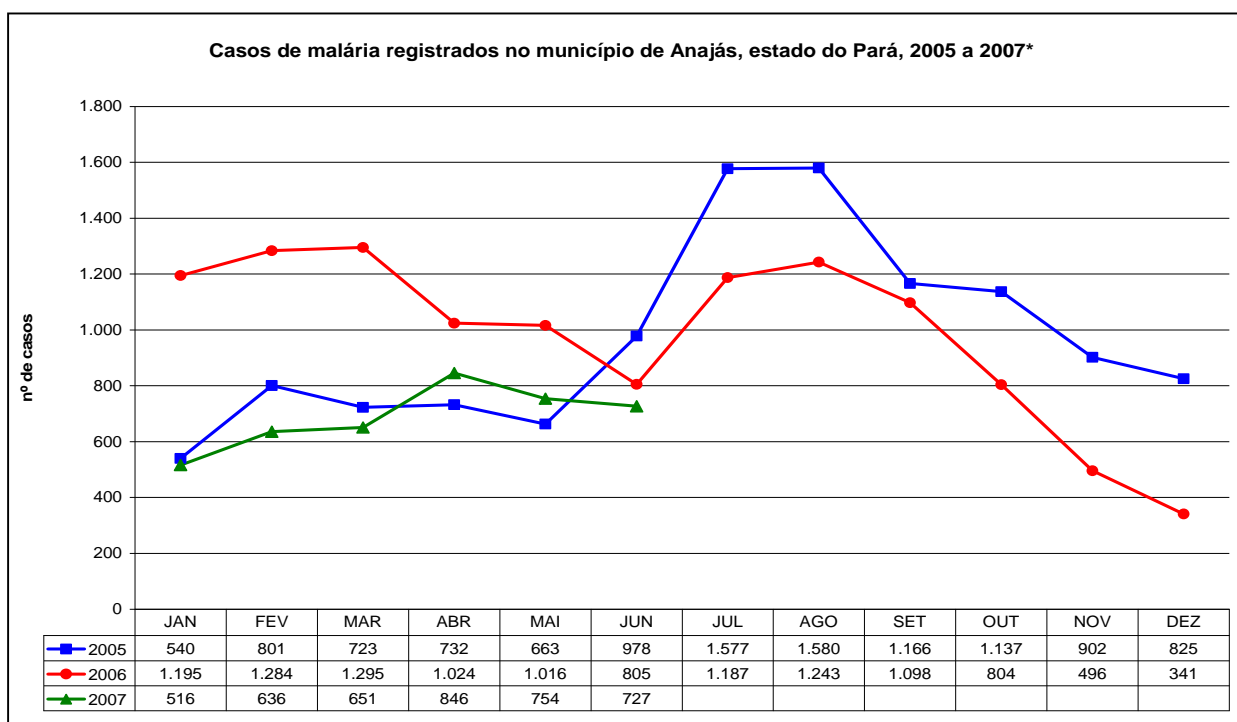
Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/SESPA

3.6.1.3 - Situação da malária no município de Anajás

Em relação à situação epidemiológica da malária no município de Anajás, registrou-se um crescimento acentuado na notificação de casos no período de 2000 a 2002 passando de 8.160 para 19.929 casos nesse período, reduzindo para 5.945 casos em 2003 e 2.710 no ano de 2004. Devido à falta de sustentabilidade nas ações de controle, o número de casos voltou a crescer em 2005, tendo sido notificados 11.921 casos, correspondendo a um incremento de 340% em relação ao ano de 2004. Esses dados demonstram que o município de Anajás apresenta um comportamento instável no registro de casos da malária nos últimos seis anos.

No ano de 2006, foram notificados 1.195 casos no mês de janeiro, aumentou para 1.284 casos em fevereiro e passou a reduzir gradativamente até junho onde se registraram 805 casos. Em julho e agosto houve ligeiro aumento. Ressalta-se que esse aumento coincide com o aumento no Estado do Pará e na região Amazônica em decorrência, principalmente, da sazonalidade da doença. A partir de setembro voltou a se reduzir, até dezembro quando se registrou 341 casos da doença.

Em janeiro de 2007 volta a aumentar o número de casos até o mês de março e a partir deste retorna a curva decrescente. Assim, nos primeiros semestres de 2006 e 2007, registram-se 6.619 e 4.130 casos respectivamente, redução de 37,6% (Figura30).



Fonte: Sismal e Sivep – malária/SVS/MS. Dados até junho 2007

Figura 30 - Número mensal de casos de malária no município de Anajás, estado do Pará, anos de 2005 a 2007*.

Nas supervisões realizadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, por intermédio da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária, tem-se constatado o esforço da Secretaria de Saúde do Estado do Pará para controlar a malária naquele município. Entretanto, as condições ambientais desse município são extremamente favoráveis à proliferação do mosquito transmissor da malária e, na maioria das situações, não existem superfícies e/ou domicílios para a aplicação de inseticidas residuais para o combate ao vetor, uma vez que as pessoas se dedicam ao extrativismo e pernoitam em redes. Dessa forma, destaca-se que as condições sócio-econômicas da população, com baixo poder aquisitivo, que na busca de seu sustento, por intermédio do extrativismo vegetal, induz a um elevado risco de adoecer de malária.

O município de Anajás, em outubro de 2005, assumiu a gestão das ações de vigilância em saúde, o que inclui as ações de prevenção e controle da malária. Para o financiamento das ações, o valor mensal repassado diretamente do Fundo Nacional de Saúde para o fundo municipal de saúde, por intermédio do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, é de R\$ 10.339,83, sendo que o Ministério da Saúde também disponibiliza todos os medicamentos necessários para o tratamento dos doentes, assim como os inseticidas para o combate ao vetor, nos locais em que essa atividade é indicada e viável quanto a sua operacionalização.

Para viabilizar a intensificação das ações de controle da malária no estado do Pará, a Secretaria de Vigilância em Saúde acrescentou ao Teto Financeiro de Vigilância em Saúde desse Estado o valor anual de R\$ 929.565,99, valor este que, conforme Resolução nº 71 de 18/07/2005 da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará, foi distribuído entre os municípios com maior incidência de malária no estado. Com isso, a partir de janeiro de 2006, o TFVS do município de Anajás foi acrescido de R\$ 34.858,72 por ano.

3.6.2 – Abastecimento de água e saneamento

O fornecimento de água para consumo da população é feito, na maioria das vezes, pelo próprio rio, sendo que apenas uma proporção muito pequena faz algum tratamento dela. No ano de 2000, apenas 42,80% dos domicílios da mesorregião tinham serviço de água por rede geral (Figura 31). Os municípios Soure, Santa Cruz do Arari e Salvaterra destacaram-se com maior percentual de domicílios atendidos pelo fornecimento de água rede geral e os municípios Chaves e Anajás com maior carência no serviço.

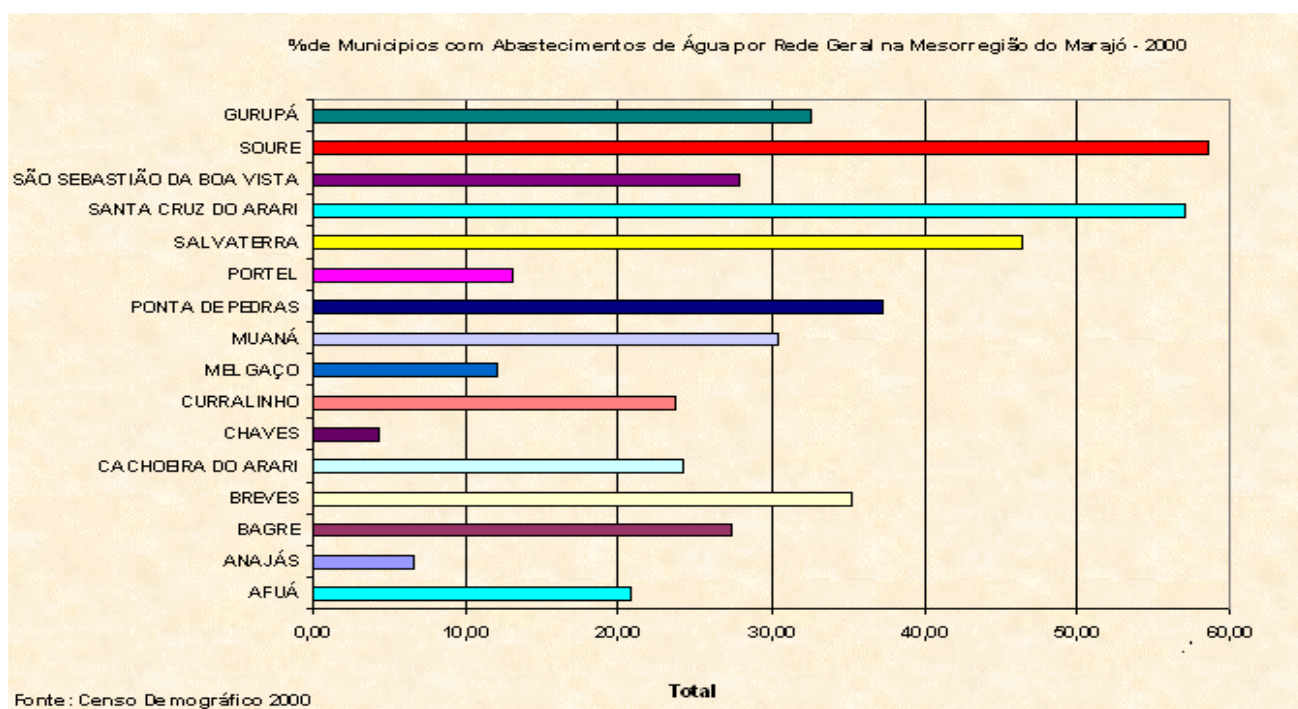


Figura 31: % de municípios com abastecimento de água por rede geral na mesorregião do Marajó – 2000.

É necessário ressaltar que o rio não serve apenas como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos), mas também como depósito de dejetos fecais, o que produz consequências danosas à saúde da população. Isso denota precárias condições de saneamento ambiental.

De acordo com os indicadores de esgotamento sanitário, somente sete municípios possuem domicílios com esgotamento sanitário e rede geral, ainda apresentando um baixo número de domicílios com este serviço. As estatísticas de esgotamento por fossa séptica também apresentam baixos índices, destacando-se para todos os municípios outros tipos de escoadouros tais como fossas rudimentares, valas, rios, lagos ou mar (Tabela 12).

O percentual de domicílios com coleta de lixo é outro indicador preocupante, pois todos os municípios apresentam índice abaixo de 50% de domicílios atendidos com este serviço (Tabela 12).

O combate às endemias é um desafio constante, dado o fato de que na época de inundação, a água é mantida represada no campo, propiciando a proliferação dos mosquitos e de todo o ciclo. Existe a época das rãs, dos grilos, das caturras (pequenos besouros), do cupim-de-asa, das baratas d'água, enfim, seria necessário quebrar todo o ciclo ecológico para que se pudessem controlar as endemias nas fazendas e vilas. Nos centros urbanos é menos difícil.

Tabela 12 - Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a esgoto sanitário e coleta de lixo na mesorregião do Marajó – 2000

MUNICÍPIOS	% DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO			% DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO
	REDE GERAL ESGOTO OU PLUVIAL	FOSSA SÉPTICA	OUTROS ESCOADOUROS (*)	
ESTADO DO PARÁ	7,49	31,00	61,51	53,68
MARAJÓ	0,57	8,76	90,68	19,93
AFUÁ	0,00	0,20	99,80	22,47
ANAJÁS	0,00	0,78	99,22	23,95
BAGRE	0,00	5,86	94,14	16,51
BREVES	0,00	4,43	95,57	31,19
CACHOEIRA DO ARARI	0,00	21,41	78,59	0,53
CHAVES	0,00	2,30	97,70	2,24
CURRALINHO	0,28	7,29	92,43	19,96
MELGAÇO	0,00	4,19	95,81	8,57
MUANÁ	0,12	6,11	93,78	16,45
PONTA DE PEDRAS	7,38	8,55	84,07	14,39
PORTEL	0,17	5,39	94,44	25,19
SALVATERRA	0,37	35,06	64,57	19,66
SANTA CRUZ DO ARARI	0,00	3,06	96,94	0,00
S. SEBASTIÃO DA BOA VISTA	0,00	5,00	95,00	13,75
Soure	1,03	36,11	62,86	27,01
GURUPÁ	0,63	7,09	92,28	17,55

Fonte: Censo Demográfico 2000

Elaboração: SEPOF / DIEPI / GEDE

Nota: (*) fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e outros.

Na mesorregião do Marajó grande parte da população é ribeirinha e suas habitações são normalmente de madeira ou palha. A madeira empregada na construção da moradia é retirada da colocação pela qual cada família é responsável. As fontes de energia utilizadas são o querosene para iluminar e a lenha e o gás para cozinhar. Devido ao tipo de energia disponível, não há nenhum aparelho ou utensílio doméstico mais sofisticado. Apenas o rádio, a pilha ou a bateria é encontrado em grande parte dos domicílios ribeirinhos.

O déficit habitacional dos municípios que compõem a mesorregião do Marajó é alarmante para a grande maioria, quando consideramos a necessidade de reposição (domicílios habitados em condições precárias) e incremento (população sem domicílio próprio). Os municípios de Santa Cruz do Arari (70%), Soure (65%), Ponta de Pedras (56%), Breves (56%) e Cachoeira (53%) apresentam déficit habitacional acima de 50% do total de domicílios existentes (Tabela 13).

Tabela 13: Déficit habitacional dos municípios da mesorregião do Marajó – 2000

MUNICÍPIOS	NECESSIDADES DE NOVOS DOMICÍLIOS SEGUNDO O MOTIVO				NECESSIDADES DADES TOTAL	DÉFICIT HABITACIONAL
	IMPROVISADOS	CEDIDOS	ALUGADOS	COABITADOS		
ESTADO DO PARÁ	15.705	113.827	98.099	347.927	575.558	44,0
MARAJÓ	1.112	6.850	1.461	20.652	30.075	45,3
AFUÁ	64	467	108	965	1.604	30,8
ANAJÁS	212	244	31	834	1.321	45,0
BAGRE	35	107	16	641	799	36,1
BREVES	186	1.711	519	5.122	7.538	55,6
CACHOEIRA DO ARARI	6	286	11	1.289	1.592	53,1
CHAVES	64	543	10	739	1.356	46,0
CURRALINHO	46	89	55	984	1.174	35,9
MELGAÇO	84	83	10	356	533	15,9
MUANÁ	39	360	108	1.370	1.877	40,7
PONTA DE PEDRAS	0	723	99	1.255	2.077	56,0
PORTEL	167	620	166	1.867	2.820	43,0
SALVATERRA	111	266	136	987	1.500	47,6
SANTA CRUZ DO ARARI	8	100	14	556	678	70,1
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	11	134	29	832	1.006	32,3
SOURE	18	688	124	1.776	2.606	64,8
GURUPÁ	61	429	25	1.079	1.594	41,9

Fonte: IBGE/SEPOF

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

- (1) Necessidade imediata de construção de novas moradias para resolução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em um certo ponto no tempo (IBGE,2002).

3.6.3 – Educação

A zona de mata do Arquipélago do Marajó apresentava uma quantidade muito pequena de estabelecimentos escolares, os quais estão concentrados principalmente nas sedes dos municípios. A maioria das escolas existentes na zona rural, até uma década atrás, tinha como nível máximo o terceiro ano do primeiro grau (antigo curso primário). Isso determina o baixo índice de educação das populações locais. Nessas localidades, freqüentemente encontraram-se escolas, nas quais as aulas são ministradas por particulares em suas próprias casas, sendo que tais professores, muitas vezes, não possuem sequer o primeiro grau completo. Portanto, o número de analfabetos é muito grande no arquipélago, principalmente nos municípios de Anajás (53,14%), Portel (58,46%) e Melgaço (58,81%), conforme revela a Figura 32.

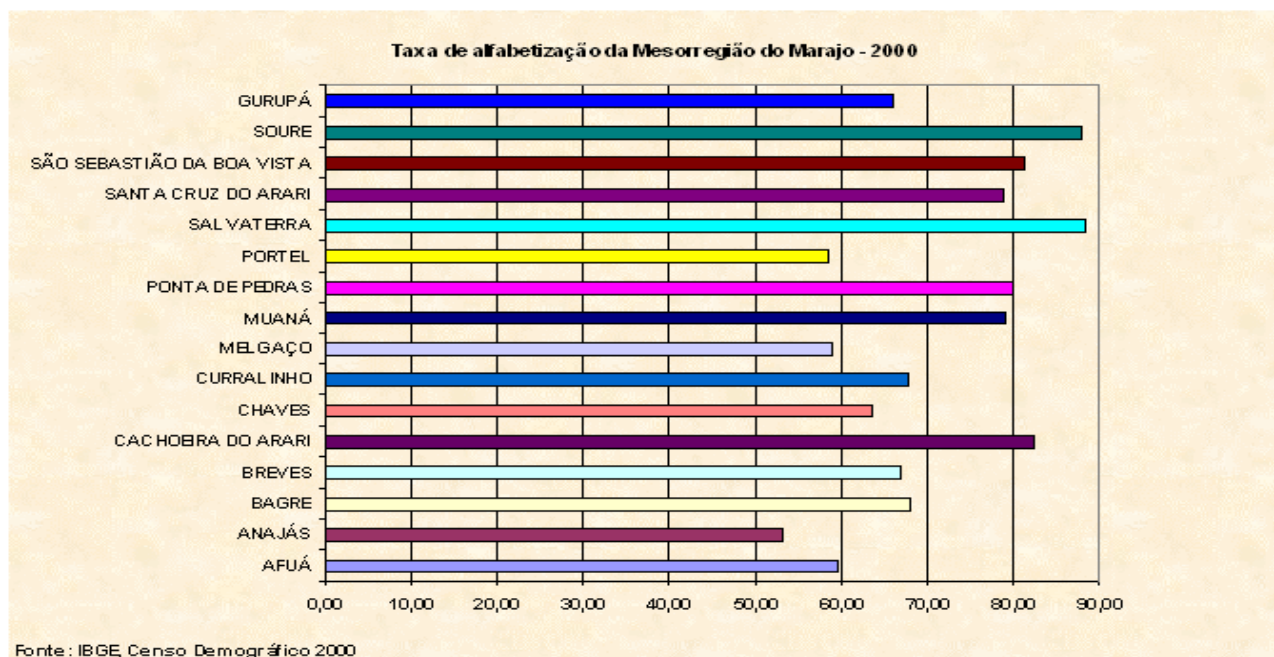


Figura 32: Taxa de alfabetização da mesorregião do Marajó – 2000.

Pessoas com níveis de instrução mais altos são aquelas que migraram para as sedes dos municípios em busca de melhores oportunidades de ensino. Estas infelizmente representam à minoria, pois a maioria dos municípios possui uma média de anos de estudo de 1,5 a 3 anos (Figura 33).

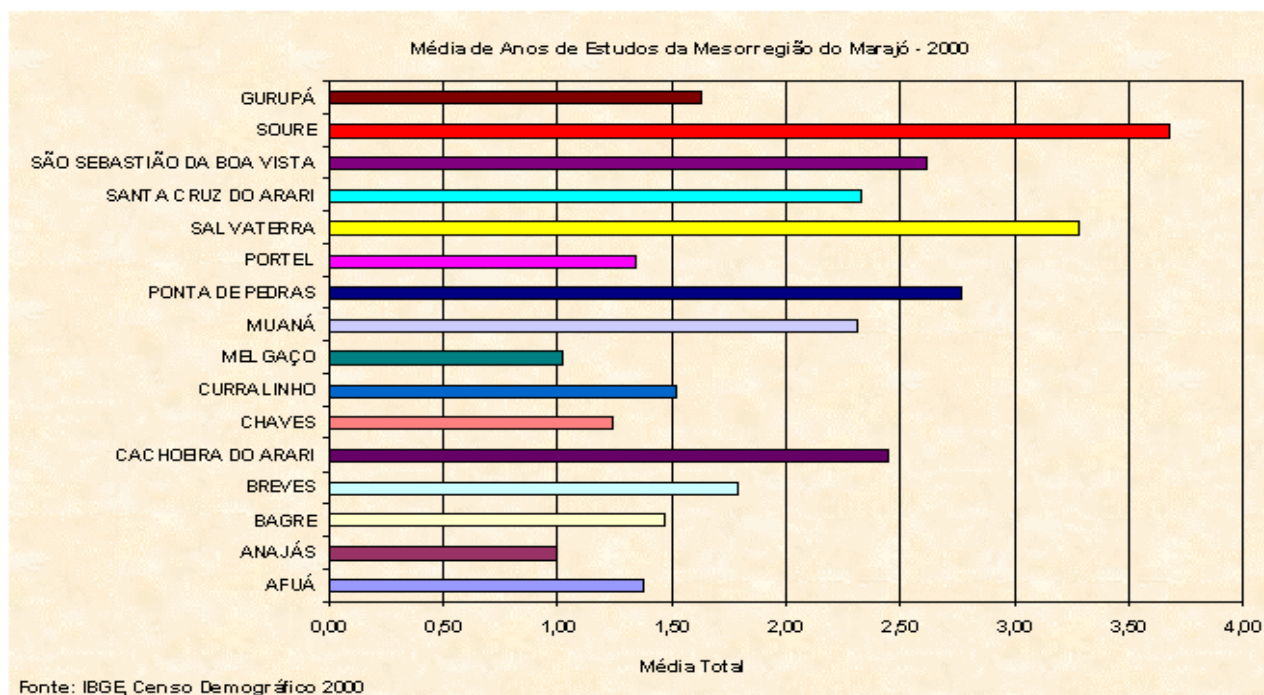


Figura 33: Média dos anos de estudos da mesorregião do Marajó – 2000.

As taxas de analfabetismo da população paraense são bastante altas. Em 2004, a taxa do Estado foi de 14,4%, e a do Brasil, em 2005, foi de 10,9%. Na mesorregião do Marajó as taxas mais baixas são observadas nos municípios de Salvaterra (11,8%) e Soure (13,1%). Os demais municípios do arquipélago do Marajó apresentam elevadas taxas de analfabetismo, chegando a 49,4% no município de Anajás. Neste sentido se faz necessário uma política forte do governo do estado para erradicação do analfabetismo nos municípios do Pará, especialmente naqueles situados no Marajó.

3.6.3.1 - Educação Básica e suas modalidades

A mesorregião do Marajó atende a 21.254 alunos na Educação Infantil, as quais são de responsabilidade da rede municipal de ensino. Nos municípios de Chaves, Muaná, Salvaterra, Afuá, Breves, Bagre, Gurupá e Portel o ensino fundamental de 1ª a 8ª séries é municipal, sendo ainda municipal o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries nos municípios de Soure e Melgaço. Nos demais municípios o ensino fundamental é ofertado tanto pela esfera municipal quanto pela estadual.

A participação da rede estadual nas matrículas da mesorregião do Marajó corresponde a 23.524, o que equivale a 2,94% do total de matrículas do estado que foi de 798.620 na educação básica em 2007.

Todos os municípios da mesorregião do Marajó ofertam o ensino médio, atendendo a 14.287 alunos, incluindo as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, equivalente a 3,8% do total de matrículas no ensino médio na rede estadual. Na mesorregião do Marajó não existe escola exclusiva para o atendimento do ensino médio. O único município que possui escola exclusiva de educação profissional é Salvaterra que beneficia 103 alunos no curso técnico em Agroindústria.

No que se refere ao IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em 2005 os índices do Brasil foram de 3,8 e 3,5 para as séries iniciais e séries finais do ensino fundamental respectivamente. Os índices do Pará foram de 2,8 e 3,1, para as mesmas séries, índices muito aquém da média nacional. Na mesorregião do Marajó os municípios que apresentaram indicadores intermediários entre os do Pará e do Brasil nas séries finais o ensino fundamental foram os de Muaná (3,4), Ponta de Pedras (3,3), Salvaterra (3,2) e Anajás (3,3). O pior índice observado foi no município de Melgaço, que apresenta IDEB igual a 1,6 nas séries iniciais do ensino fundamental (Tabela 14).

Tabela 14: IDEB (2005): Número de escolas e matrícula na educação básica da mesorregião do Marajó – 2007.

Município	IDH 2000	População	Taxa de Analfabetismo % (15 anos ou mais)	IDEB (2005) Ensino Fundamental		Nº Escolas Rede Estadual	Matrícula 2007						
				Séries Iniciais	Séries Finais		Educação Infantil	Fund. 1ª a 4ª Série	Fund. 5ª a 8ª Série	EJA Fund.	Ens. Médio	EJA Ens. Médio	Educação Profissional
Cachoeira do Arari	0,68	17.372	18,5	1.9	0	8	1.236	3.044	1.134	237	640	0	0
Chaves	0,58	17.319	37,5	2.7	0	1	1.004	5.128	4.538	0	138	0	0
Muaná	0,65	27.409	21,2	2.6	3.4	1	568	4.708	2.472	0	1.107	0	0
Ponta de Pedras	0,65	20.069	21,2	2.8	3.3	6	1.468	3.212	1.519	243	854	0	0
Salvaterra	0,72	17.141	11,8	2.8	3.2	2	1.395	2.838	1.577	0	1.051	0	103
Santa Cruz do Arari	0,63	5.556	21,5		0	3	382	1.168	360	141	246	0	0
Soure	0,72	21.510	13,1	2.9	0	4	1.540	5.109	3.342	359	947	263	0
Afuá	0,61	35.455	43,6	2.4	3.1	1	1.460	9.909	3.862	0	1.077	0	0
Anajás	0,60	20.852	49,4	2.2	3.3	2	802	6.228	1.369	151	446	0	0
Breves	0,63	85.181	35,8	2.1	3.1	3	3.329	22.424	5.506	0	2.802	0	0
Curralinho	0,6	23.031	32,3	1.9	3.0	5	1.126	8.187	6.248	192	835	0	0
S.Sebastião Boa Vista	0,67	19.379	21,1	1.9	2.7	17	1.604	6.492	1.441	128	1.041	0	0
Bagre	0,57	13.623	34,2	1.9	3.1	1	826	3.942	877	0	378	0	0
Gurupá	0,63	25.685	35	2.3	0	1	1.256	754	2.137	0	732	0	0
Melgaço	0,53	25.153	41,9	1.6	2.5	1	598	4.586	943	0	258	0	0
Portel	0,61	43.425	44,1	2.1	2.6	2	2.660	1.169	2.382	0	1.369	0	0
TOTAL						58	21.254	88.898	42.089	1.451	13.921	263	103

Fonte: SEDUC/Censo Escolar/INEP-2007

3.6.4 – Segurança pública

Na área de segurança pública, o arquipélago do Marajó apresenta expressiva deficiência, marcadamente estrutural, representada pelas condições de trabalho das unidades da polícia militar e pelo próprio número do efetivo dessas unidades.

Existem dois batalhões da polícia militar no arquipélago. O 8º Batalhão de Polícia Militar (Batalhão Marajó) tem sede no município de Soure, comporta um efetivo de 224 policiais militares e atende aos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, Chaves e Santa Cruz do Arari, além de Soure. Das sedes municipais, apenas duas estão instaladas em prédio próprio e todos os municípios sofrem pela carência de veículos para a prestação de serviços à comunidade. Já o 9º Batalhão da Polícia Militar (Batalhão Sentinela do Marajó) tem sede no município de Breves, comporta um efetivo de 143 policiais militares e atende aos municípios de Portel, Gurupá, Afuá, Anajás, Bagre, Melgaço, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, além de Breves. Das sedes municipais, apenas duas estão instaladas em prédio próprio e todos os municípios sofrem pela carência de veículos para a prestação de serviços à comunidade.

Esse diagnóstico simples indica uma situação de precariedade quanto ao atendimento das condições mínimas de segurança pública voltadas à população do Marajó. Levando-se em conta ainda a abrangência do tema segurança pública, que compreende políticas de proteção a grupos considerados vulneráveis (mulheres, homossexuais, idosos, adolescentes, grupos étnicos), políticas destinadas ao controle de conflitos ambientais, políticas de fiscalização do trabalho, políticas de inteligência e informação para a segurança pública, a situação do arquipélago se torna ainda mais complexa. O quadro se agrava na medida em que a operacionalização das atividades de segurança é comprometida por falta de recursos e o policiamento público torna-se distante da população.

3.6.5 – Assistência social

A Tabela 15 apresenta o impacto na região dos dois principais programas sociais do Governo Federal.

Tabela 15: Programas sociais, segundo os municípios – 2003.

Municípios	Famílias Pobres 2004 (Ipea)	Nº Bolsas Família (Mai/06)	Cobert. BF	Valor Repassado Mensal (Mai/06)	BF/FPM (Mai/06)	BPC (Ago/06)	Valor Repassado Mensal (Ago/06)	BPC/FPM (Ago/06)
ÁREA DO PLANO	35.670	30.295	84,93	2.247.722	29,38	3.488	1.224.727	18,14
ARARI	12.245	9.945	81,22	724.649	25,57	927	325.261	13,02
CACHOEIRA DOARARI	1.728	738	42,71	57.205	13,46	43	15.051	4,01
CHAVES	1.927	1.485	77,07	110.309	25,95	7	2.459	0,66
MUANÁ	2.396	2.015	84,09	159.745	32,22	60	21.001	4,80
PONTA DE PEDRAS	2.081	1.869	89,79	132.109	31,08	137	47.950	12,79
SALVATERRA	1.593	1.672	104,98	119.293	28,07	148	51.997	13,87
S. CRUZ DO ARARI	635	494	77,85	32.556	15,32	26	9.135	4,87
SOURE	1.885	1.672	88,71	113.432	26,69	506	177.668	47,38
FUROS DE BREVES	14.359	14.008	97,56	1.036.524	36,58	1.715	602.303	24,09
AFUÁ	2.584	2.236	86,52	156.617	27,64	304	106.804	21,36
ANAJÁS	1.588	1.396	87,92	102.206	24,05	16	5.621	1,50
BREVES	6.722	6.875	102,28	504.974	50,92	1.303	457.678	52,31
CURRALINHO	1.773	1.750	98,68	138.481	32,58	37	12.950	3,45
S.SEBATIÃO B. VISTA	1.692	1.751	103,46	134.246	31,59	55	19.250	5,13
PORTEL	9.066	6.342	69,95	486.549	24,53	846	297.163	16,96
BAGRE	1.274	1.075	84,37	81.138	22,91	25	8.750	2,80
GURUPÁ	2.011	390	19,39	27.865	5,62	22	7.700	1,76
MELGAÇO	2.087	1.106	53,00	85.452	17,23	11	3.865	0,88
PORTEL	3.694	3.771	102,08	292.094	45,82	788	276.848	49,22

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (MDS)

Uma interpretação do IDH permite concluir que a renda manteve-se estagnada na maioria dos municípios no período de 1991 a 2000. No mesmo período houve ligeiro ganho de longevidade em todos os municípios. Na educação o quadro é preocupante, principalmente nos municípios mais distantes da capital do estado.

Em resumo, o arquipélago apresenta baixíssimo índice global de desenvolvimento humano.

A qualidade de vida dos habitantes dos municípios pertencentes ao arquipélago do Marajó, medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mesmo tendo apresentado algum crescimento na comparação entre 1991 e 2000, continua muito baixo, localizando-se entre os piores do país. O crescimento global do IDHM no arquipélago no período foi de 0,08. Isso significa crescimento anual no índice de 0,008 pontos. A tabela 16 a seguir ilustra os números.

Tabela 16: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

MUNICÍPIO	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM- REND 1991	IDHM- REND 2000	IDHM- LONGE VIDADE 1991	IDHM- LONGE VIDADE 2000	IDHM- EDUCA ÇÃO 1991	IDHM- EDUCA ÇÃO 2000
AFUÁ	0,51	0,61	0,48	0,49	0,63	0,75	0,42	0,60
ANAJÁS	0,47	0,60	0,49	0,52	0,64	0,73	0,29	0,53
BAGRE	0,50	0,57	0,46	0,45	0,58	0,64	0,45	0,62
BREVES	0,53	0,63	0,49	0,51	0,62	0,71	0,49	0,67
CACHOEIRA DO ARARI	0,60	0,68	0,49	0,56	0,66	0,71	0,66	0,77
CHAVES	0,53	0,58	0,46	0,46	0,66	0,71	0,46	0,57
CURRALINHO	0,52	0,60	0,51	0,47	0,56	0,66	0,48	0,67
GURUPÁ	0,51	0,63	0,46	0,49	0,60	0,72	0,46	0,68
MELGAÇO	0,42	0,53	0,46	0,43	0,51	0,60	0,28	0,55
MUANÁ	0,58	0,65	0,47	0,51	0,66	0,71	0,63	0,73
PONTA DE PEDRAS	0,61	0,65	0,49	0,51	0,66	0,71	0,68	0,74
PORTEL	0,51	0,61	0,48	0,53	0,64	0,72	0,41	0,57
SALVATERRA	0,65	0,72	0,54	0,54	0,68	0,75	0,75	0,86
SANTA CRUZ DO ARARI	0,60	0,63	0,51	0,49	0,58	0,66	0,69	0,73
S. S. DA BOA VISTA	0,60	0,67	0,48	0,48	0,64	0,73	0,66	0,78
SOURÉ	0,68	0,72	0,56	0,56	0,68	0,75	0,80	0,86
IDH - GERAL	0,55	0,63	0,49	0,50	0,62	0,70	0,54	0,68

Fonte: IBGE

4 – OBJETIVOS, DIRETRIZES GERAIS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

4.1 – OBJETIVOS

O Plano de Desenvolvimento Territorial do Marajó constitui uma alternativa de estruturação e promoção do desenvolvimento nessa região particular da Amazônia. Um dos grandes desafios para o Arquipélago do Marajó consiste em estabelecer uma agenda transformadora e abrangente, para poder pensar no estabelecimento de níveis mínimos de investimento para a região. Neste sentido, os investimentos em infra-estrutura constituem elementos centrais das agendas discutidas e das apostas em torno das quais será possível estruturar o desenvolvimento sustentável do arquipélago.

O Plano é uma importante peça na política de desenvolvimento regional na medida em que trata as desigualdades sociais, traça linhas para crescimento econômico e preocupa-se com a preservação ambiental no Arquipélago do Marajó.

O exame das instituições governamentais que ali atuam indica a necessidade de continuar aliando os papéis de indução e regulação do desenvolvimento a funções complementares de promoção e, até mesmo, de execução direta - para os casos em que se constate a impossibilidade de o setor privado assumir responsabilidades específicas. Esse amplo leque de papéis do Estado inclui iniciativas de caráter federativo, que contemplem ações da União, bem como do estado e municípios do Marajó. Em suma, o objetivo central do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó é, a partir da ação articulada dos diversos níveis de governo e da sociedade civil, implementar um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis, com inclusão social e cidadania.

4.2 – DIRETRIZES GERAIS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

4.2.1 - Diretrizes e ações prioritárias de ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none">• Promover a regularização fundiária;• Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros;• Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos;• Promover a recuperação de áreas degradadas;• Gestão Ambiental;• Implantar e consolidar projetos de reforma agrária;• Promover a criação e a implementação das Unidades de Conservação;• Promover a utilização adequada dos recursos hídricos (de superfície e subterrâneos) para o abastecimento público, navegação e garantia do ecossistema aquático e a recuperação daqueles comprometidos por processos de assoreamento (definindo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento);• Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra de comunidades quilombolas.	<ul style="list-style-type: none">• Promover o zoneamento ecológico-econômico na mesorregião do Marajó na escala adequada ao planejamento territorial;• Promover a ação discriminatória das terras na mesorregião do Marajó;• Instalar unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais nos municípios-pólo da mesorregião do Marajó.• Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o defeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar a fiscalização neste período;• Promover a implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos na mesorregião do Marajó (SRH/MMA, ANA, SEMA e Secretaria de Integração Regional);• Promover a educação ambiental para a utilização adequada dos recursos hídricos;• Trabalhar a cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros visando à agregação de valor;• Incentivar o manejo sustentável dos recursos florestais;• Criar mecanismos para simplificar o manejo florestal comunitário;• Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis, através de sistemas agroflorestais, com financiamentos para o pequeno produtor rural;• Apoiar a implementação de acordos de pesca e manejo do camarão;• Promover a implantação do sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Marajó.

4.2.2 - Diretrizes e ações prioritárias de fomento às atividades produtivas sustentáveis.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Arquipélago, assim como elevar a importância da economia local no contexto da economia do Estado do Pará, aproveitando-se da relativa proximidade do grande mercado consumidor representado pela Região Metropolitana de Belém, Macapá, Guiana Francesa e outros mercados; • Apoiar a realização de estudos, destinados a aprimorar o conhecimento das possibilidades e potencialidades socioeconômicas do Arquipélago do Marajó observando-se os princípios da sustentabilidade; • Fortalecer a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito, comercialização e assistência técnica; • Promover a recuperação da atividade pecuária; • Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas e a construção de terminais pesqueiros; • Promover a expansão da produção e difusão de produtos e serviços Marajoaras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer agentes financeiros para credenciar e financiar os agricultores do Marajó, baseados em coeficientes técnicos contidos nos sistemas de produção preconizados pela pesquisa, fomento e extensão das principais culturas econômicas extrativas e/ou cultivadas, existentes na mesorregião do Marajó; • Estruturar unidades de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de agrosilvopecuária, pesca, aquicultura e turismo; • Implementar meios de transportes exclusivos para o escoamento da produção; • Elaborar e fortalecer estudos de prospecção, identificando os APL (Arranjos Produtivos Locais), visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de base local, com ênfase ao turismo, levando em consideração os processos de desenvolvimento; • Criar centro de produção de sementes e mudas para a implantação de lavouras, manejo de essências florestais e produção de fruteiras na região; • Fomentar a criação e produção de alevinos, caprinos, ovinos, suínos e abelhas; • Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização; • Viabilizar projetos para a implantação da agroindústria nos municípios do Marajó, para beneficiamento dos produtos regionais através de cooperativismo e associativismo e sua comercialização;

<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Arquipélago; • Incentivar a indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral; • Fortalecer a atividade do turismo, implementação do PROECOTUR/MMA, os programas do Ministério do Turismo entre outros, e ampliação para outros municípios. • Promover a difusão do manejo florestal; • Criar programas e linhas de créditos específicas para o desenvolvimento das atividades produtivas no Marajó. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar mão-de-obra local para gestão, manejo e industrialização de produtos regionais; • Promover a implantação da indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral; • Reorganizar e fortalecer a pecuária do Marajó com novas tecnologias; • Promover a industrialização do pescado e demais produtos agrícolas, capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão; • Implantação de espaços para desenvolvimento e divulgação das atividades artesanais, turísticas e culturais; • Fortalecer programas existentes de turismo a nível federal, estadual e municipal e ampliar a abrangência do programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil, formatando novos roteiros integrados nas microrregiões; • Criar mecanismos de incentivo financeiro por parte das instituições financeiras e entidades garantindo linhas de crédito para comercialização de outras atividades produtivas, desburocratizando o acesso ao crédito PRONAF;
--	---

4.2.4 - Diretrizes e ações prioritárias de inclusão social e cidadania.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, agrotécnicas, técnicas, e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais; • Fortalecer a organização do sistema público de saúde; • Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde; • Promover a implantação, ampliação e modernização do sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias domiciliares), nos núcleos urbanos, comunidades rurais, visando a redução dos agravos à saúde pública do Arquipélago, principalmente as endemias de malária e de doenças de veiculação hídrica; • Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e controle das fronteiras nacionais; • Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do museu do marajó e outros; • Apoiar os mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráfico de mulheres) e o fortalecimento da cidadania; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar escolas de marcenaria para capacitação de jovens e adultos; • Criar na região em convênio com as universidades um campus avançado de pesquisa; • Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, melhorando a qualidade das já existentes, incluindo as casas familiares rurais; • Implantar um centro de atendimento psicossocial (CAPS); • Funcionamento do hospital regional de Breves com viabilização do projeto de urgência e emergência (SAMU), dando prioridade ao transporte hidroviário (“ambulancha”) e aeroviário (helicóptero); • Promover e garantir a implantação, ampliação e modernização de sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias domiciliares) nos núcleos urbanos e comunidades rurais, visando a redução dos agravos à saúde pública do arquipélago, principalmente as endemias de malária e doenças de veiculação hídrica; • Fomentar a coleta e a destinação dos resíduos sólidos, como plásticos e vidros, através de ações explicativas e educacionais; • Fomentar política de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos; • Criar, ampliar, integrar e modernizar o sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais; • Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação;

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a presença efetiva e autônoma de órgãos do Estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria e órgãos de fiscalização); • Promover ação de cidadania para a documentação pessoal; • Implementar os programas de habitação popular federal e estadual no Arquipélago do Marajó; • Criar mecanismos que fortaleçam o controle social na definição e execução das políticas e programas; • Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais; • Garantir o acesso à Assistência e à Previdência Social; • Incentivar atividades do terceiro setor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a presença efetiva, contínua, participativa e autônoma de órgãos do Estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria, órgãos de fiscalização e conselho tutelar) em cada município do Arquipélago; • Criar uma casa de apoio para pequenos infratores e alcoólicos anônimos; • Fazer cumprir junto aos órgãos responsáveis a observância da gratuidade aos idosos, aposentados, deficientes e crianças no transporte fluvial; • Fortalecer as organizações de produtores, cooperativas e associações; • Incentivar a criação e a capacitação de associações e cooperativas para facilitar a captação de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas no Marajó;
---	---

4.2.3 - Diretrizes e ações de infra-estrutura para o desenvolvimento.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar ações no sentido de promover, ampliar e fortalecer a infra-estrutura adequada ao desenvolvimento local; • Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar; • Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial; • Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais portuários; • Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal; • Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital); • Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões; • Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção; • Promover o acesso para o uso múltiplo da água. • Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari; • Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa; • Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados; • Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí; • Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso; • Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes; • Implantar rodovia entre Anajás e Soure; • Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região; • Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura; • Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica; • Ampliar o sistema de telefonia rural;

	<ul style="list-style-type: none"> • Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras; • Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos; • Implantar políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais; • Concluir o Projeto Alvorada;
--	--

4.2.5 - Diretrizes e ações de relações institucionais e gestão do Plano

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a modernização da administração pública do Arquipélago, por meio da Escola de Governo do Estado do Pará, e outras instituições; • Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local; • Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo; • Gestão e controle social do plano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os gestores locais; • Promover a democratização da gestão pública; • Propiciar assessoria técnica; • Criar mecanismos que aprimorem as relações entre o governo e a sociedade; • Implantar sistema de informação, gestão, avaliação e monitoramento das políticas públicas; • Descentralizar os órgãos considerados estratégicos para o desenvolvimento do Marajó; • Criar maior conexão entre os poderes; • Fomentar estudos e pesquisas de ações integradas com vistas à execução do Plano Marajó; • Formação de um conselho gestor paritário entre os governos e sociedade civil de caráter deliberativo de instância regional, sub-regional e municipal; • Formação de um conselho de controle social fiscalizador majoritário da sociedade civil; • Criação de conselhos municipais com caráter paritário e fiscalizador do plano em nível municipal;

5 - ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

5.1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL

O ordenamento do território marajoara emerge como o alicerce para todas as demais medidas visando ao pleno desenvolvimento da região. Séculos de inatividade dos órgãos fundiários, federais e estaduais contribuíram para erigir no Arquipélago uma estrutura fundiária concentrada e anacrônica.

Dessa forma, para o ordenamento da estrutura fundiária, serão realizadas ações discriminatórias administrativas ou de arrecadações sumárias de áreas interiores insulares visando distinguir as terras públicas das privadas com vista a promover a incorporação e o registro de imóveis em cartório, procedimentos estes que serão presididos pela Advocacia-Geral da União (AGU). Para isto, a GRPU, o INCRA e o ITERPA, com a participação da sociedade organizada, definirão as áreas a serem trabalhadas. Para tanto, os órgãos supramencionados atuarão em conjunto, por meio de termo de cooperação técnica, cujo objeto destinará recursos humanos e financeiros, incluindo parcerias com os municípios e estabelecendo mecanismos de controle social. A SPU promoverá a demarcação da Linha de Preamar Média (LPM). Os recursos financeiros da SPU, do INCRA e do ITERPA serão disponibilizados através dos seus programas previstos no PPA.

As ações de regularização fundiária de uma maneira geral, sejam individualizadas ou coletivas, têm como elemento inicial a emissão de autorização de uso e licenciamento ambiental para população ribeirinha tradicional em áreas de várzea, terrenos de marinha e acrescidos, cujo produto final será a Concessão do Direito Real de Uso em RESEX, RDS, PAEx, envolvendo também as áreas centrais.

O processo de emissão de Autorização de Uso está em andamento por intermédio de parceria da GRPU com o INCRA, EMATER, ITERPA e Prefeituras Municipais. Prevê-se atingir dez mil famílias ribeirinhas em 2007 e cobrir toda a mesorregião do Marajó até 2010. Além da Autorização de Uso, também será assegurado o licenciamento ambiental das atividades extrativistas dos ribeirinhos.

A regularização das terras de quilombos será realizada pela demarcação e titulação das áreas, independentemente da ação discriminatória. Na mesorregião do Marajó existem 40 comunidades quilombolas, distribuídas em nove municípios: Gurupá, Anajás, Currálinho, Bagre, Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Soure e Salvaterra, sendo que apenas Gurupá possui comunidades com suas terras reconhecidas e regularizadas. Devem ser acelerados pela

Superintendência do INCRA em Belém os processos já em curso de regularização fundiária de quatorze quilombos existentes nos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho, assim como iniciar o processo de regularização nos demais municípios.

Os órgãos fundiários e ambientais envolvidos no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó promoverão a articulação e a instalação de unidades integradas nos municípios-pólo, considerando as infra-estruturas existentes.

O ZEE será executado na escala de 1:100.000 da mesorregião do Marajó, podendo ser em escalas maiores em áreas cuja necessidade técnica assim requeira. Este zoneamento será coordenado pela Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE) no escopo do Programa de Ordenamento Territorial que prevê a realização do ZEE no Estado do Pará. Poderão ser utilizados como insumos para o projeto o zoneamento na escala de 1:450.000 realizado pela AHIMOR e produtos de imagens SAR/SIPAM, com resolução espacial de 6 metros. A realização do ZEE deverá ser baseada em processos participativos, associadas à construção de Agendas 21 Locais, Planos Diretores Municipais, Planejamento Territorial Participativo do Estado, Plano Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Projeto Orla e outros fóruns.

O ZEE indicará áreas com potenciais para exploração manejada de recursos não-madeireiros de forma a orientar a constituição de arranjos produtivos locais (APL). Os recursos financeiros estão previstos no Programa Pará Rural, sendo que em 2007 será realizado com a contrapartida do Governo do Estado, além dos recursos da SUDAM e MMA.

A proteção dos recursos naturais no Marajó depende do fortalecimento da gestão ambiental descentralizada nos municípios. No PPA da SEMA está prevista essa ação dentro do programa 1247 – Ordenamento Territorial. Outra possibilidade é através do relançamento de editais de demanda induzida do FNMA, específicos para o tema e direcionados para os municípios da mesorregião do Marajó. Serão apoiados processos de Agenda 21 Local como instâncias de articulação e participação de instituições públicas, segmento produtivo e sociedade civil organizada.

Para conservação e preservação da biodiversidade no Marajó, as ações de ordenamento territorial através do ZEE terão papel fundamental na identificação e destinação das áreas. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável e os Projetos de Assentamento Agroextrativistas do Marajó são elementos que contribuem para conservação da biodiversidade e proteção das populações tradicionais e seus conhecimentos sendo objetos de ações de fortalecimento com estruturação institucional, planos de manejo e mobilização comunitária.

A inexistência de Unidades de Proteção Integral na mesorregião do Marajó implica na promoção de estudos e pesquisas para preservação de amostras representativas dessa biodiversidade, dos ecossistemas, das belezas cênicas e dos sítios arqueológicos. A existência de

estudos sobre recursos naturais já indica algumas áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Discussões sobre a criação de Reserva de Biosfera do Arquipélago do Marajó e a indicação da APA do Arquipélago do Marajó como Sítio Ramsar estão em andamento em instituições de pesquisa e deverão ser apoiados por este Plano uma vez que complementam as ações de gestão ambiental propostas. Em relação à APA do Marajó, instituída em 5 de outubro de 1989 (Art. 13 da Constituição do Estado do Pará), deve-se providenciar seu imediato registro no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), assim como a sua adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Sobre os recursos pesqueiros, existem estudos em andamento sobre ecologia das espécies na região, porém é necessário maior envolvimento das instituições de pesquisa para que intensifiquem os estudos de biologia pesqueira, visando à adequação da legislação específica vigente. Em curto prazo, promover a articulação e envolvimento das instituições de pesquisa e órgãos ambientais, associações e colônias de pescadores para o estabelecimento de acordo de pesca e manejo dos recursos.

Em relação aos recursos hídricos, a Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA) promoverá a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos de acordo com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, além da capacitação e educação ambiental em recursos hídricos. A elaboração de Plano Estadual de Recursos Hídricos será apoiada por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Pará.

5.2 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

O capítulo de diagnóstico deste documento revelou que os principais entraves para o desenvolvimento econômico do Arquipélago do Marajó são principalmente a precariedade da infra-estrutura; pífio desenvolvimento tecnológico; mão-de-obra com baixa qualificação; pouca educação formal e frágil capacidade de organização social, que impossibilitam um maior desenvolvimento das atividades produtivas. Dessa forma, torna-se necessária, mediante ações integradas das três esferas governamentais, uma forte inflexão nos investimentos em infra-estrutura econômica e no aporte de tecnologia, associados ao fortalecimento das instituições de pesquisa, assistência técnica e fomento, que permitirão reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica, que favoreçam o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Desse modo, as estratégias para o fomento às atividades produtivas devem priorizar ações que concorram para a transformação da estrutura produtiva atrasada existente no

Arquipélago, essencialmente assentada na exploração dos recursos naturais, lançando as bases de uma economia dinâmica, que propicie uma melhor qualidade de vida à sua população.

O fortalecimento e a consolidação das cadeias produtivas elencadas como prioritárias nas audiências públicas constituem-se num primeiro passo nessa direção, particularmente as vinculadas à agricultura familiar (abacaxi, açaí, arroz), assim como a da pesca, da pecuária bovina e bubalina e do turismo rural. Para tanto, são necessários investimentos na ampliação e modernização da infra-estrutura econômica (energia, transporte, comunicação e armazenamento), como também na estrutura de processamento, comercialização, assistência técnica e extensão rural, particularmente com a ampliação e capacitação do corpo técnico e investimentos na estruturação dos órgãos.

O financiamento à produção e à comercialização deve ser uma prioridade, e para tanto, torna-se essencial a universalização do acesso ao crédito, mediante a ampliação da rede física de atendimento (postos de atendimento bancário) e da oferta de linhas de financiamento adequadas às necessidades do desenvolvimento local. O papel indutor do desenvolvimento dos bancos estatais revela-se indispensável nessa estratégia, remetendo para a necessidade de implantação em todas as dezesseis sedes municipais de pelo menos uma das três instituições bancárias federais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia. Deve-se ressaltar que a simples existência de uma agência bancária, por si só, promoverá uma maior circulação de renda nos municípios, atualmente desviada para a capital estadual.

Em relação à elaboração e implantação de projetos para financiamento da cadeia produtiva, como por exemplo o Pará Rural, da SEPE/SEMA/EMATER e o Programa Agroextrativismo do MMA, deve-se destacar que será facilitada com o aporte de assistência técnica especializada e uma maior organização da sociedade civil.

A promoção de políticas de ciência, tecnologia e inovação que atendam às demandas do Marajó, através do incentivo à pesquisa, a capacitação e fixação de recursos humanos constitui-se numa estratégia decisiva para o desenvolvimento regional. As pesquisas de identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis deverão, prioritariamente, ser desenvolvidas no próprio arquipélago e com a participação da população local. Para tal é necessário implementar cursos técnicos e de graduação (bacharelado) particularmente nas áreas das ciências agrárias e das geociências. Paralelamente, deve-se buscar cooperações interinstitucionais com o objetivo de financiar junto aos centros de pesquisas linhas de estudos que privilegiem o desenvolvimento de tecnologias para a produção, armazenamento e comercialização dos produtos da agrobiodiversidade do Marajó. Deve-se destacar também a necessidade de se investir na organização da sociedade civil marajoara, através de investimentos na mobilização social, fortalecendo a capacidade produtiva da produção familiar e a gestão das organizações rurais,

contribuindo para a criação e fortalecimento de formas associativas como cooperativas, sindicatos e associações de produtores. Para identificar as demandas e contribuir na elaboração e execução das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e a geração de renda é fundamental a implementação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) – compostos por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço pelo poder público - em todos os municípios do Marajó. Através da atuação dos CONSEA, é possível também possibilitar o acesso dos agricultores familiares a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do MDS/MDA/CONAB, fortalecer o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) e formar educadores populares através da Rede de Educação Cidadã (Talher).

5.3 –INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O diagnóstico do setor de infra-estrutura no Arquipélago aponta uma enorme insuficiência e precariedade em todos os seus segmentos (transporte, energia, comunicação e armazenagem), funcionando como um decisivo obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da região. As estratégias para o setor devem compreender, conseqüentemente, a ampliação e modernização da infra-estrutura econômica em todos os aspectos.

Ela deve começar por uma ação vigorosa na área de energia, disponibilizada em volume absolutamente insuficiente no Arquipélago. Os investimentos devem buscar suprir não somente o atendimento domiciliar, atualmente com uma das menores coberturas do país, especialmente na área rural, mas também promover a ampliação da oferta de energia direcionado ao desenvolvimento industrial.

No curto prazo, devem ser realizadas ações que aumentem emergencialmente a oferta de energia, como a realização de cerca de 8500 ligações em oito municípios que dispõem de capacidade de geração excedente e implantar quatro projetos de uso produtivo da energia. A conclusão dos estudos para interligação de Tucuruí ao Arquipélago do Marajó por linha de transmissão e a criação de uma estratégia de comunicação do Programa Luz Para Todos na região.

Nos médio e longo prazos, as ações compreendem a execução da obra da linha de transmissão Tucuruí – Portel – Melgaço; executar a obra da linha de transmissão Tucuruí – Manaus, passando por Gurupá; realizar levantamento das comunidades isoladas a serem atendidas com sistema alternativo de energia e estudar a implantação de novos projetos de uso produtivo para melhoria da renda e desenvolvimento das comunidades. Deve-se citar ainda a implantação do projeto “Luz Para Todos”, nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa; analisar as condições dos grupos-geradores

existentes visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que possuem capacidade ociosa de energia; promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia para atendimento das comunidades próximas carentes de energia; informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo Programa Luz Para Todos e qual forma de geração de energia será utilizada; localizar cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise; realizar estudos para a adição de biodiesel ao diesel combustível para o transporte fluvial; ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo.

Em relação ao setor de transportes, as demandas são pela ampliação, legalização, maior segurança e modernização do sistema viário e de transportes.

No curto e no médio prazo, quanto ao transporte rodoviário, as prioridades são superar os gargalos mais graves, com a pavimentação da rodovia PA 154 (45 km) entre Camará e Cachoeira do Ararí e sua recuperação entre Soure e a localidade de Pesqueiro; a construção e pavimentação da PA 396 entre Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí; a implantação da estrada interligando Chaves à localidade de Jurupucu e a pavimentação da rodovia da localidade de Monsarás à rodovia PA 154.

As ações de curto e de médio prazo compreendem também investimentos na rede hidroviária e no transporte fluvial, envolvendo a construção e melhoria dos terminais portuários nos municípios de Breves, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Muaná, Salvaterra, Soure e Anajás; a realização de licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará; o restabelecimento da linha de passageiros Belém – Soure e a regularização, fiscalização e controle das qualidades de serviços e tarifas dos sistemas de transporte hidroviários.

Outra ação fundamental é restabelecer o debate sobre a hidrovía do Marajó, inclusive com a possível ampliação desta através do furo Fortaleza II, que liga o rio Afuá à Ponta de Pedras, através de seminários locais.

No setor de transporte aeroviário, implantar pista de pouso no município de São Sebastião da Boa Vista; iluminar as pistas de pouso de Breves e de Soure e regularizar e descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras, que se encontram nos centros urbanos, além de realizar levantamento de novas áreas em outros municípios visando a implantação de novas pistas de pouso. Quanto ao tráfego aéreo, dotar as estações aeroviárias de rádio-comunicação, fiscalizar as linhas aéreas regulares, visando a melhoria da qualidade e da segurança do serviço e a redução do valor das tarifas, assim como verificar a possibilidade de novas linhas regulares entre Belém e o Arquipélago.

No longo prazo, a estratégia compreende a montagem de um sistema intermodal, fluvial e rodoviário, o que envolveria a realização da construção das pontes sobre o rio Camará e o

rio Paracuary associadas à ligação das sedes localizadas no interior da grande ilha às sedes municipais ribeirinhas, compreendendo a implantação e pavimentação das ligações de Santa Cruz do Arari com Cachoeira do Arari e com Chaves e de Anajás com Breves (PA 159), com Ponta de Pedras (PA 368) e com Afuá. Envolveria também a implantação e pavimentação rodoviária entre Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras, e daí à Muaná, São Sebastião e Currálinho, assim como entre Chaves e Afuá. Na parte continental, compreenderia a recuperação e restauração da PA 368 entre Portel e Cametá, assim como implantar a rodovia entre Oeiras do Pará e a Transcametá.

Em relação ao transporte hidroviário, a estratégia de longo prazo envolve a realização de dragagens do canal do rio Mocoões e do rio Ararí visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari; do rio Pracuúba Grande entre Terra Grande e o rio Canaticu e do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Ararí à Chaves. Compreende também a realização de obras para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá; a urbanização das orlas de Breves e Bagre e a manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em Chaves e Afuá, assim como a realização de estudos para a perenização do canal das Tartarugas e do Lago Arari, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70. Deve-se mencionar também a implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves e a implantação do posto de fiscalização da capitania dos portos e brigada de salvamento fluvial na região.

Em relação à área de comunicações, a estratégia de curto prazo compreende ações no sentido de democratizar o acesso à informação; simplificar a cobertura dos sinais de TV e rádio e melhorar a fiscalização dos serviços. Para tanto, deve-se fazer convênio com entidades civis para a capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores da comunidade. Deve-se buscar também ampliar a cobertura da telefonia celular; universalizar o acesso à telefonia e internet e implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica.

Nos médio e longo prazos, restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura; ampliar o sistema de telefonia rural e regularizar as rádios comunitárias, além de implantar outras rádios difusão e incluir e ampliar a participação da região no programa GESAC.

Por fim, em relação a armazenamento, a estratégia de curto prazo envolve uma urgente ampliação da capacidade armazenadora na região, promovendo a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí, assim como promover a implantação de câmara frigorífica para armazenamento de produtos laticínios produzidos na ilha e promover a certificação destes e outros produtos. No longo prazo, promover a implantação de silos para o armazenamento da produção agrícola.

5.4 – INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

O Plano do Arquipélago do Marajó deve ter a população marajoara como o centro de seus objetivos. Propiciar a inclusão social da grande maioria de sua população, hoje excluída do acesso à cidadania plena, é a razão da existência do Plano.

O desenvolvimento que se almeja não objetiva unicamente que o Marajó tenha mais recursos, mas que estes sejam colocados a serviço do desenvolvimento sustentável do Marajó, respeitando os valores humanos e a diversidade sociocultural.

Para alcançar os objetivos propostos, é fundamental a integração das políticas públicas e sociais em todos os níveis de governo, com a participação da sociedade civil, para a implementação das seguintes estratégias:

Na área de saúde, considerando-se as características climáticas do Arquipélago, que, associadas à pobreza, geram condições sanitárias absolutamente adversas, demanda-se uma forte ação articulada entre os três níveis de governo, priorizando investimentos em saneamento básico e saúde preventiva. Dessa forma, a estratégia setorial deve ter como base a valorização do planejamento territorial como instrumento logístico para a efetivação das ações de saúde do Plano. Conseqüentemente, deve-se articular as ações do Ministério da Saúde com as de outros órgãos federais, como o Ministério da Defesa (MD), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), assim como estaduais (Secretaria Estadual de Saúde – SESPA) para ações emergenciais de vigilância em saúde. Deve-se também inserir as ações de vigilância em saúde na Atenção Básica e fortalecer a Rede de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para ações de prevenção, vigilância e controle de doenças.

Outra ação prioritária é o fortalecimento do Programa de Saúde da Família. Para tanto, deve-se investir na capacitação de recursos humanos a nível municipal para coordenar a implementação das ações previstas no Plano, assim como identificar técnicos e lideranças comunitárias para trabalharem a intersetorialidade para a saúde local. Igualmente fundamental na estratégia setorial é o envolvimento da sociedade local, devendo-se adotar avaliações periódicas do Plano nos municípios com representantes dos níveis estadual e federal; fortalecer os Conselhos Municipais de Saúde e envolver atores sociais, como voluntariado local, conselhos municipais, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, educadores e ONGs ligadas à saúde para atuarem na prevenção.

Na esfera do saneamento e habitação, a estratégia deve contemplar a elaboração de um Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó; retomar o Projeto Alvorada e implementar o Projeto Água para Todos, de forma a promover o acesso para o uso múltiplo da água assim como possibilitar a melhoria de sua qualidade, a captação e distribuição nos centros urbanos e rurais.

O Plano Regional de Saneamento Básico para o Marajó deverá ser construído em conjunto com instituições parceiras como FUNASA, AMAM, Ministério Público, SEMA, IBAMA-PA, COSANPA, SESP, dentre outras, abrangendo todos os aspectos do saneamento: abastecimento de água, esgotamento e tratamento dos esgotos, gestão dos resíduos sólidos urbanos e manejo ambiental e drenagem. Para tanto, faz-se necessário desenvolver pesquisas locais com os atores envolvidos para construir uma visão que identifique o panorama geral do saneamento básico, bem como as potencialidades e alternativas para fazer frente aos problemas identificados. A recente Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, representa um salto para a solução de problemas de âmbito regionais de forma otimizada. Com destaque também para a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. A realização desse plano multidisciplinar, considerando os vários aspectos relevantes, tais como ambientais, sociais, de infra-estrutura e econômicos, possibilitará um mapeamento com indicativos concretos dos serviços a serem regionalizados, os níveis de atuação das partes envolvidas, os instrumentos a serem utilizados, bem como os planos de investimentos a serem efetivados.

Quanto ao recolhimento e tratamento do lixo e demais resíduos, deve-se criar fóruns municipais com o tema lixo e cidadania, criar consórcios para tratamento de resíduos sólidos e organizar os catadores de lixo do Arquipélago.

Na área de educação, as carências também são enormes e, da mesma forma, demanda ações fortemente articuladas entre as três esferas de governo. Inicialmente, deve-se ressaltar a importância de se garantir a efetivação de uma educação voltada para a realidade marajoara com perspectivas de inserção social e desenvolvimento local. Por outro lado, a condição essencial para o sucesso da estratégia setorial é a captação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a construção, ampliação e reforma de unidades escolares, aquisição de material e equipamentos, formação inicial e continuada de profissionais da educação.

Essenciais são as parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade civil, objetivando um levantamento da situação física da rede escolar e da oferta da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e das demais modalidades da educação básica, assim como o conhecimento do funcionamento das escolas, de seu pessoal (diretores, professores, pessoal de apoio) e das práticas pedagógicas. Deve-se priorizar a implantação de turmas de alfabetização de jovens e adultos, o pleno fornecimento da merenda escolar, do livro didático e do transporte escolar para todos os níveis e modalidades da educação básica assim como a promoção da inclusão social e digital.

Na educação fundamental, o Plano deve priorizar o pleno acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara. Dessa forma, implantar escolas profissionalizantes, como a de marcenaria, e melhorar a qualidade das já existentes, incluindo as casas familiares rurais.

Na educação superior, consolidar as ações das UFPA na região e promover a abertura de novos núcleos universitários com formação orientada para as demandas locais (agrotécnicas, pesqueiras, turismo, artesanato, enfermagem) respeitando a cultura marajoara, assim como implantar restaurantes universitários e criar na região, em convênio com as universidades, um campus avançado de pesquisa.

Promover e valorizar os profissionais da educação, mediante a ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, cursos de especialização, disponibilização de bolsas de estudo para mestrado e doutorado, realização de concursos público, melhoria das condições de trabalho, atualização do plano de cargos, carreira e remuneração do magistério são também condições essenciais para o desenvolvimento da educação no Arquipélago.

Da mesma forma, deve-se implantar políticas de qualidade da educação com foco nas áreas pedagógica, de gestão e de integração com a comunidade, nos conteúdos programáticos das disciplinas, na implementação e melhoria do sistema de avaliação da educação, no reforço às políticas de descentralização das ações da secretaria.

Na área de segurança pública, as ações prioritárias envolvem investimentos no aparelhamento e capacitação. Deve-se buscar a captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para convênios nos quais os três entes governamentais integrem ações de Segurança Pública. Em consequência, celebrar convênios com os municípios para apoiar estruturas físicas do sistema policial e prisional e promover a capacitação e valorização dos profissionais de defesa social.

Deve-se também implementar na região o programa Segurança Cidadã da Secretaria Nacional de Segurança Pública, iniciando-se com a implantação de um projeto piloto de segurança cidadã em Breves. A participação da sociedade nas ações de segurança pública deve ser estimulada, e para tanto, devem ser desenvolvidas ações de prevenção no combate à violência nas áreas de esporte, lazer, cultura e educação.

Por fim, considerando-se ser o Arquipélago a porta de entrada da Amazônia Brasileira, deve-se promover uma forte articulação das ações entre o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Defesa (MD), o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SSP/PA), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) visando garantir a vigilância e a proteção da área costeira e ribeirinha.

Na área cultural, as estratégias devem buscar assegurar a preservação e valorização do patrimônio arqueológico e cultural do Arquipélago, compreendendo o reconhecimento e a valorização dos detentores de conhecimentos e de formas de expressões tradicionais de caráter imaterial e o apoio às condições de produção e reprodução desses bens. Deve-se também fomentar ações de valorização e socialização dos sítios arqueológicos inserindo-os nas atividades educacionais e na implementação do turismo, assim como articular ações entre os governos federal, estadual e municipais nas áreas de cultura, educação, turismo, cidades e meio ambiente para captação de recursos e potencialização de ações culturais.

Ainda na vertente de valorização da cultura marajoara, deve-se fomentar a pesquisa, a difusão e a promoção da cultura marajoara e a produção do respectivo material didático a ser distribuído nas escolas, assegurando os direitos de propriedade intelectual das comunidades tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio genético, assim como respeitar, nas ações de padronização dos produtos locais, como o queijo do Marajó, os processos tradicionais artesanais culinários que agregam valor ao produto, buscando inserir noções de higiene no manuseio e conservação das matérias-primas e do produto final.

No plano institucional, deve-se fortalecer o controle social na destinação e aplicação dos recursos para a valorização das culturas marajoaras, facilitando o acesso aos recursos federais e estaduais destinados a área cultural; apoiar e fomentar a organização comunitária e gerencial de produtores e/ou detentores de bens culturais; estimular a formação de pesquisadores e agentes de preservação nas comunidades; priorizar melhorias das condições de acessibilidade e comunicação e fortalecer a gestão democrática da política cultural por meio da implantação e consolidação do Sistema Estadual de Cultura com a criação de secretarias municipais de cultura, de conselhos e fundos municipais.

No âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso), instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, A Resolução CD/ FNDE /N.º 029, de 20 de junho de 2007 estabelece critérios para a transferência de recursos de natureza voluntária, cuja assistência será implementada por meio de programas e ações educacionais a cargo de cada Secretaria-Fim do MEC e/ou do FNDE, a partir de 2007. As ações têm caráter suplementar e serão realizadas em regime de colaboração com os entes da federação, objetivando contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência e do desenvolvimento dos sistemas estaduais e municipais de educação básica. Para fins de seleção dos entes federativos beneficiários foi adotado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) O IDEB será, também, o indicador de aferição do cumprimento de metas fixadas para a melhoria do acesso e a elevação dos padrões de qualidade da educação básica na rede pública de ensino.

Assim, os Municípios, prioritariamente os relacionados no Anexo I de referida Resolução, os Estados e o Distrito Federal aderentes ao Compromisso, poderão ser beneficiados com as ações suplementares de assistência técnica e financeira de que trata esta Resolução, condicionados às prioridades de atendimento e à capacidade de cada ente. Dentre os municípios prioritários, doze dos dezesseis municípios abrangidos pelo Plano estão contemplados. A Resolução e seus Anexos podem ser acessados no sítio de internet www.fnde.gov.br, no item Resoluções 2007.

As prioridades de atendimento são: assistência técnica e assistência financeira a ações de gestão educacional, formação de professores e trabalhadores da educação, práticas pedagógicas e avaliação, infra-estrutura e recursos pedagógicos. A adesão voluntária de cada ente federativo ao Compromisso implica no cumprimento de metas que resultem na evolução do seu IDEB, observando-se as diretrizes e condições expressas no Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, especialmente, quanto aos capítulos I e III.

5.5 – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E MODELO DE GESTÃO DO PLANO

A elaboração e a implementação do *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para Arquipélago do Marajó* partem de uma perspectiva integradora, que visa incorporar diferentes sujeitos de atuação territorial ao processo de construção de um plano de desenvolvimento compatível com as necessidades da região.

Neste sentido, foi elaborada uma proposta de modelo de gestão compartilhada, envolvendo representações dos governos federal, estadual e municipais e da sociedade civil organizada do Marajó, atendendo às manifestações expressas nas consultas públicas realizadas na região.

Dada a complexidade inerente à implementação do plano, não só pela abrangência territorial que compreende, mas pela necessidade de articulação de múltiplos atores e escalas que envolve, o modelo de gestão adotado será norteado fundamentalmente pelo compartilhamento das responsabilidades, tendo como objetivo qualificar e legitimar sua implementação, por meio de um processo de planejamento participativo que aproxime a gestão pública das demandas da população marajoara.

Este modelo permite revisões e atualizações durante todo o período de sua implementação, buscando-se efetividade no seu cumprimento.

❖ **COMITÊ GESTOR DO PLANO:**

O Comitê Gestor do Plano tem por finalidade acompanhar a implementação das decisões do Fórum Regional relativas a este Plano, e será integrado por três representantes da União, três representantes do estado e três prefeitos da região do Marajó.

- I. Um representante da Casa Civil da Presidência da República, que exercerá sua coordenação;
- II. Um representante do Ministério da Integração Nacional;
- III. Um representante do Ministério da Saúde ou da GRPU;
- IV. Um representante da Secretaria de Estado de Integração Regional do Pará, que exercerá sua coordenação executiva;
- V. Um representante da Secretaria de Estado de Planejamento do Pará;
- VI. Um representante da Secretaria de Estado de Governo do Pará;
- VII. Três representantes dos municípios da área de abrangência do plano;

Observação: os representantes dos municípios deverão ser obrigatoriamente prefeitos, indicados entre os próprios prefeitos dos dezesseis municípios da área de abrangência do plano; terão dois anos de gestão, sem direito à reeleição até que todos os prefeitos da região tenham ocupado o respectivo cargo.

❖ **COORDENACÃO EXECUTIVA DO PLANO**

A Coordenação Executiva tem por finalidade articular, coordenar, avaliar e monitorar as ações do Plano e será exercida pela Secretaria de Estado de Integração Regional do Pará através de um coordenador executivo para o Plano Marajó. Este coordenador atuará na região do Plano e será responsável por manter permanente interlocução entre as Câmaras Técnicas e o Comitê Gestor, promovendo interação entre essas estruturas, com o objetivo de melhor viabilizar a implementação das ações, além de produzir e fornecer informações sobre o andamento do Plano.

❖ **FÓRUM REGIONAL**

O Fórum Regional é uma instância propositiva e de negociação que tem por finalidade indicar ações, investimentos prioritários e aplicação de recursos e apontar ajustes necessários à execução do Plano. Será composto paritariamente por nove representantes do Comitê Gestor e por nove representantes eleitos dentre aqueles que compõem o Conselho Regional do Planejamento Territorial Participativo (PTP), com exceção dos prefeitos e vereadores que fazem parte desse

conselho.

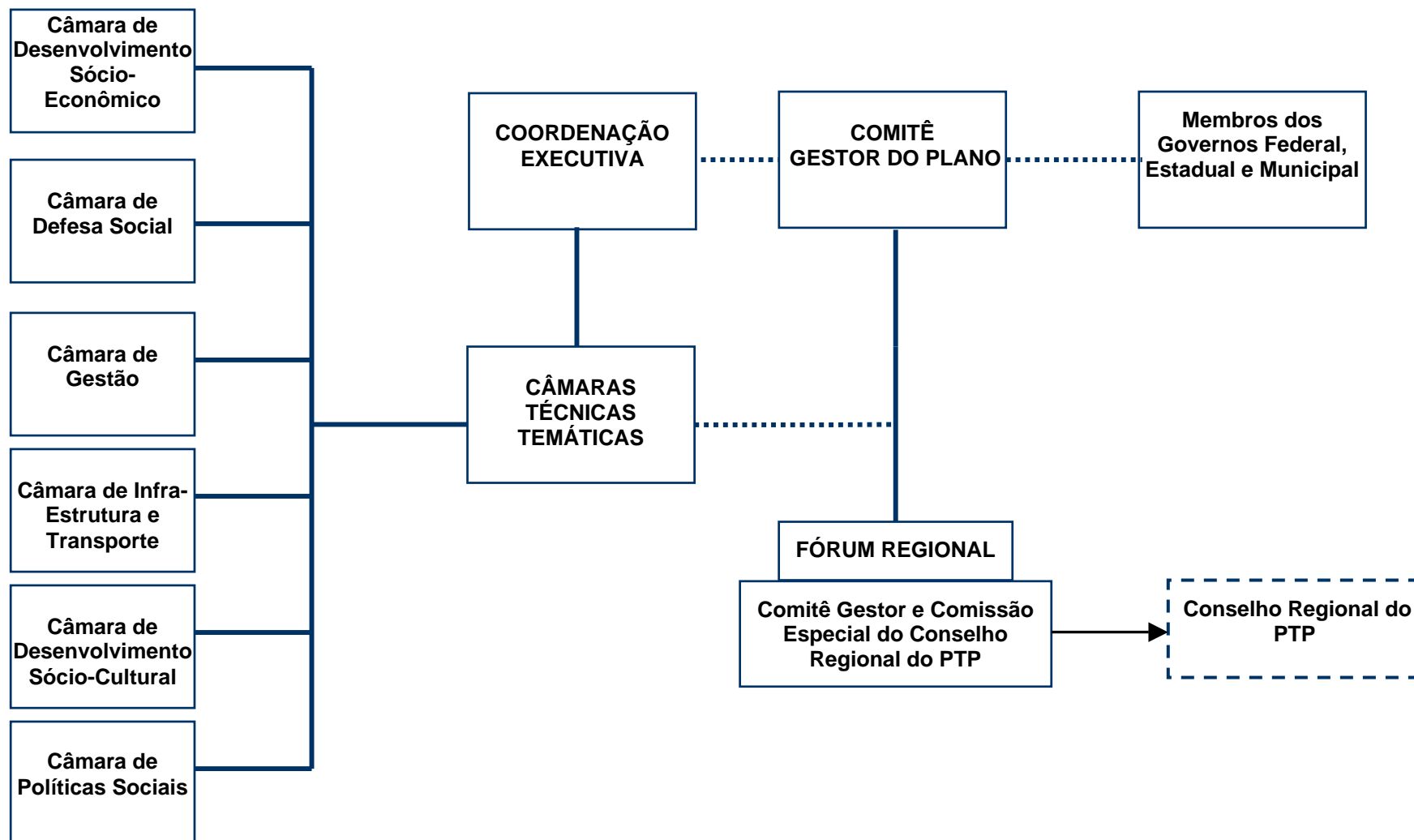
A participação do Conselho Regional do PTP no Fórum Regional se dará através de uma comissão especial, eleita a cada dois anos, e composta por nove representantes, sendo: dois representantes dos trabalhadores (entidades sindicais de trabalhadores do setor público e privado); dois representantes do empresariado local (entidades de qualquer porte, associações e cooperativas de produtores, representativas do empresariado local); três representantes de movimentos sociais e populares (associações comunitárias e de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra, movimentos estudantis, ambientais, organizações religiosas, culturais, esportivas, gênero, geração, etnias e orientação sexual); um representante de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa (entidades representativas de associações de profissionais autônomos, profissionais representantes de entidades de ensino ou pesquisa); um representante de organizações não-governamentais (entidades do terceiro setor).

❖ **CÂMARAS TÉCNICAS**

São órgãos consultivos e propositivos, que têm por finalidade o exame, a proposição e o encaminhamento ao Comitê Gestor de políticas públicas e ações estratégicas de execução das políticas setoriais de órgãos e entidades. As Câmaras Técnicas serão formadas por corpo técnico proveniente dos governos federal, estadual e municipais, estruturadas a partir dos temas: Desenvolvimento Socioeconômico; Defesa Social; Gestão; Infra-Estrutura e Transporte; Desenvolvimento Sociocultural; e Políticas Sociais.

As câmaras têm por objetivo promover a integração, a implementação e o monitoramento das ações públicas concebidas nos âmbitos federal, estadual e municipal, incluindo a produção de indicadores e o apoio ao Comitê Gestor e ao Fórum Regional.

ESTRUTURA PARA A GESTÃO DO PLANO MARAJÓ



6 – AÇÕES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL EM ANDAMENTO

As ações dos órgãos dos governos federal e estadual direcionados para as demandas focadas no eixo temático Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental estão abaixo apresentadas:

1- Nome do Programa/Ação: Pará Florestal.				
2 – Órgão Responsável: IDEFLOR				
3 – Órgãos Parceiros: EMBRAPA, SEMA e UFRA				
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental				
5 - Diretriz: Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos; Gestão Ambiental.				
6 – Ação demandada: <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento da temática do Reflorestamento; - Fornecimento de sementes para a recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas para fins de reflorestamento nas áreas do Estado (recomposição da Reserva Legal, enriquecimento de Floresta Secundária ou Plantios comerciais); - Difusão de modelos viáveis de Reflorestamento e Sistemas Agroflorestais através de unidades demonstrativas; - Organização e manutenção da garantia do fornecimento de sementes nativas através de uma rede de oferta de sementes de essências florestais; - Fortalecimento do assessoramento técnico florestal; - Elaboração de uma Política de valorização e Pagamento por Serviços Ambientais. 				
7 – Objetivo do Programa / Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Recuperar as áreas alteradas, recomposição de reserva legal e áreas de preservação permanente de florestas públicas e de pequenos proprietários. 				
8 – Descrição do Programa / Ação: Serão identificadas áreas de coleta de sementes utilizadas para o reflorestamento de áreas alteradas do Estado onde visando recuperação de passivos ambientais como reserva legal e áreas de preservação permanente.				
9-Estratégia para implementação da Ação: Será implantado uma rede estratégica de fornecimento de sementes de boa procedência. Dentre os locais identificados como pólos fornecedores está Portel, onde serão identificadas e instituídas áreas de coleta de sementes no município e adjacências. Nestes serão realizadas excursões periódicas para coleta e beneficiamento de sementes para integrarem-se a rede de distribuição de espécies florestais.				
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Implantação de áreas de coleta de sementes para fins de recomposição de reserva legal e áreas de preservação permanente do Estado do Pará.				
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Municípios de Ponta de Pedras e Portel.				
12 - Cronograma de execução: - Identificação de áreas potenciais para coletas de sementes (2008); - Implantação de unidades de coleta de sementes (2009); - Manutenção de áreas de coleta de sementes (2010 e 2011).	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)			
		2008	2009	2010
	13.1 – Investimento			
	13.2 – Custeio	9.126	964.232	1.121.150
				1.121.825

1- Nome do Programa/Ação: Pará Florestal.						
2 – Órgão Responsável: IDEFLOR						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental						
5 - Diretriz: Gestão Ambiental.						
6 – Ação demandada:						
- Implantação da unidade regional do IDEFLOR.						
7 – Objetivo do Programa / Ação:						
- Acompanhar e difundir a gestão das florestas públicas da região.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Será implantado um escritório regional do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará.						
9-Estratégia para implementação da Ação: Será construído um escritório regional no município de Breves e lá devem estar técnicos especializados e equipamentos necessários para identificar demandas e deficiências na gestão de áreas florestais deste e de outros municípios da região do Marajó.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Implantação do escritório regional do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará..						
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Município de Breves.						
12 - Cronograma de execução: - Implantação de um escritório regional do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (2009).	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento			141.900		
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Implantação das Unidades Regionais de Gestão Ambiental Estadual.						
2 – Órgão Responsável: SECTAM						
3 – Órgãos Parceiros: Polícia Militar (BPA), Polícia Civil (DEMA), Iterpa, CPC Renato Chaves, Defesa Civil/Corpo de Bombeiros e outros com estrutura física desconcentrada.						
4 - Tema: Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental.						
5 - Diretriz: - Promover a regularização fundiária - Gestão ambiental						
6 – Ação demandada: - Instalar unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais nos municípios pólo da mesorregião do Marajó. - Promover a implantação do sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Marajó.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Promover a desconcentração da estrutura de gestão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, criando Unidades Regionais, objetivando implementar ações de controle ambiental, para melhor atendimento aos serviços demandados pela sociedade paraense.						
8 - Descrição do Programa/Ação: A ação se dará em 10 municípios do Estado que servirão como pólos e receberão as demandas dos municípios do seu entorno.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: - Estabelecer parcerias com as Prefeituras municipais implantadas e órgãos afins; - Assessorar as Prefeituras para a criação das Secretarias de Meio Ambiente ou Departamentos de Meio Ambiente; - Fortalecer os Órgãos Ambientais já criados através de capacitação para a gestão ambiental municipal, compra de material permanente como computadores, veículos, barcos para favorecer a execução das ações de gestão ambiental no município.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Melhoria da eficácia do sistema Estadual de Meio Ambiente do estado do Pará; - Eficácia no atendimento aos serviços restados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em todo território Estadual.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os 143 municípios do Estado do Pará.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Regularização dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos no município de Bagre						
2 – Órgão Responsável: ITERPA						
3 – Órgãos Parceiros: SEJU –Secretaria de Estado de Justiça (Programa Raízes)						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra das comunidades quilombolas.						
6 – Ação demandada: Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra das comunidades quilombolas.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Regularizar os territórios das comunidades remanescentes de quilombos do município de Bagre, especificamente nas comunidades Tatituquara, São Sebastião, Arajá e Boa Esperança.						
8 - Descrição do Programa/Ação 1 – Publicação de edital; 2 – Levantamento Cartorial; 3 – Georreferenciamento; 4 – Expedição do título.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Estabelecer parceria, através de convênios, com a SEJU/ programa Raízes - Levantamento das informações disponíveis.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Regularizar a situação fundiária das comunidades de Tatituquara, São Sebastião, Ajará e Boa Esperança, situadas no município de Bagre. Viabilizar Programas para atender as demandas dessas populações nos vários campos: saúde, educação, agricultura, habitação, etc.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Bagre.						
12 - Cronograma de execução: 2007	13 - Dotação Orçamentária: Não definida					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Prog.0135-Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais - Criação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas-PAE						
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA						
3 – Órgãos Parceiros: Parcerias institucionais com SPU/GRPU-PA, IBAMA e o Comitê Gestor da Várzea, regida pelo Termo de Cooperação Técnica-TCT INCRA/SPU assinado em 2005						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: Promover a Regularização Fundiária						
6 – Ação demandada: -Fazer levantamento dos projetos agro-extrativistas da Ilha Grande Pacajaí; - Determinar que instituições como UFPA, IBAMA, EMATER e INCRA, possam contribuir através de orientação técnica nos planos de uso dos recursos naturais. - Promover Regularização Fundiária em pequena ilhas;						
7 – Objetivo do Programa/Ação:- Populações tradicionais extrativistas beneficiárias de Projeto de Reforma Agrária – PRA.						
8 - Descrição do Programa/Ação 8.1)Descrição: O programa 0135 tem como sub-programa: Projeto de Assentamento Rural em Implantação e contempla as ações: 1)Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais; 2) Plano de desenvolvimento do Assentamento; 3)Topografia; 4)Assistência Técnica; 5)Crédito instalação; f)Infra-estrutura; 6)Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária; 7) Gestão e Administração do Programa. - O Termo de Cooperação /SPU-GRPU/PA/NCRA-PA, se refere a áreas insulares de domínio da União e com populações tradicionais extrativistas, destinando-as para modalidade de projeto de assentamento auto-sustentável(Projeto de Assentamento Agro-extrativista), visando atender populações tradicionais(produtores familiares, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais); - O ato de criação é precedido de: a)levantamento cartorial, para verificação de possíveis domínios; b) Laudo Agrônomo incluindo, dados sócio-econômicos. 8.2)Situação atual: i) 35 Projetos criados, com 2.363 famílias, em RB-Relação de Beneficiários. ii)Projetos criados aguardando: Elaboração do Plano de Utilização-PU, que possibilita, nos procedimentos subseqüentes, viabilizar as políticas públicas como: crédito instalação, apoio e habitação; crédito de Infra-estrutura; e crédito de Produção.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: 9.1) Para novos projetos está definido que somente poderão ser criados após procedimento de discriminatória administrativa (GRPU/INCRA). - Para implementação das demais sub-ações nos Projetos Agro-extrativistas criados deverão ser articuladas equipes multidisciplinares e interinstitucionais, para cumprir com metodologia específica, aplicável a projetos agro-extrativistas, no que se refere inicialmente ao <i>plano de utilização</i> .(PORTARIA INCRA/P/N.º 269, de 23 de outubro de 1996: aprova a metodologia para implantação de Projetos de Assentamento de base Agroextrativista). 9.2)Arrecadação Sumária - para solucionar a questão de dominialidade (passivo), nas áreas com projetos agro-extrativistas criados, objetivando matrícula e registro em nome da União, possibilitando a regularização de direito às comunidades beneficiárias dos PAE.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais rurais para aproximadamente 2.363 famílias; - Cidadania, inclusão social e desenvolvimento sustentável, com acesso à educação(PRONERA): Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - concepção de educação rural voltada à realidade ribeirinha, denominada “Pedagogia das Águas”.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Arquipélago do Marajó						
12 - Cronograma de execução: (#)limites orçamentários de 2007 para o INCRA/ SR(01)/PA: R\$ 60.640.728,89.	13 - Dotação Orçamentária: (#)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Prog.Gerenciamento da Estrutura Fundiária -Ação: Regularização Fundiária demandada pela GRPU.						
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA						
3 – Órgãos Parceiros: SPU/GRPU INCRA/BSB - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária.						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental						
5 - Diretriz: Promover a Regularização Fundiária						
6 – Ação demandada: Não identificada						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Emissão de Autorização de Uso e Exploração						
8 - Descrição do Programa/Ação: Descrição: -Recursos Financeiros disponibilizados pelo INCRA/BSB/ Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - Equipe de campo:Compete entrevistar os ribeirinhos,preencher formulários e/ou requerimentos; locar a casa do ribeirinho através de coordenadas(UTM ou Geográficas),utilizando GPS de navegação, Registrar por fotografia a família do ribeirinho a ser cadastrado e documentos pessoais(CPF e RG). – Equipe de terra : Recepciona o material gerado em campo, inclui no banco de dados as informações dos requerimentos e fotos; -Confecciona relatórios periódicos das atividades de campo, atualizando rios trabalhados através de cartas e o nº de famílias beneficiadas; -Realiza diálogo com a sociedade civil organizada, Igreja e demais instituições públicas envolvidas direta e indiretamente com os trabalhos, presta esclarecimento ao público sobre o Programa..... - Plotagem de pontos nos mapas georreferenciados, - recorte das imagens dos pontos plotados e inserção na ficha cadastral do banco de dados,- impressão dos requerimentos e Autorizações de Uso e Exploração, - multiplicação do Banco de dados em CDs para distribuição entre os órgãos parceiros. Situação: -1.917 cadastros de famílias de outubro a dezembro de 2006, 3 municípios(Breves, Anajás e Bagre) -Capacitação de Técnicos – março /2007;reinício de trabalhos de campo: abril 2007; -Equipe em campo a partir de 13.04.2007: Base município de Bagre Fonte: Coordenação Força Tarefa/INCRA.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: -Equipe de coordenação técnico-administrativa na sede da capital-Belém: Técnicos INCRA/Ma e INCRA/BSB; -Base de apoio nos municípios a serem trabalhados; -Equipes de campo: Técnicos INCRA/GRPU -Recursos disponibilizados pelo INCRA/Sede(BSB/DF)- Responsabilidade da Diretoria de Ordenamento Fundiário-DF,[diárias de técnicos, transporte,combustível, equipamentos técnicos, etc...] -Uso de Cartas Náuticas ,DSG e IBGE						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - META 2007- Identificação de 9.500 famílias e respectiva Autorização de Uso e exploração. - Inclusão social às famílias ribeirinhas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: - Todos Municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 - Cronograma de execução: 2006- out a Dez 2007- mar –treinamento Abr a dez – serviço de campo e sede e expedição de Autorização de Uso e Exploração		13 - Dotação Orçamentária:				
		2007	2008	2009	2010	2011
13.1 - Investimento						
13.2 - Custeio		745.645				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária- Ação 2105- Gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural						
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA						
3 – Órgãos Parceiros: INCRA/Prefeituras Municipais (Municípios pólos)						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental						
5 - Diretriz: Promover a Regularização Fundiária.						
6 – Ação demandada: -Promover maior interação entre INCRA, ITERPA,GRPU,STR,IBAMA, Associações e as Prefeituras com o objetivo de identificar as áreas ocupadas pelas pessoas que se dizem posseiros; -Instalar Unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais nos municípios pólo da mesorregião do Marajó.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Cadastro dos imóveis rurais (posses e propriedades) no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR						
8 - Descrição do Programa/Ação: Efetivação de Termos de cooperação Técnica, com as prefeituras dos municípios, implantando a Unidade Municipal de Cadastro-UMC, constituindo 2 municípios POLOS de treinamento de UMC no Arquipélago. Pólo 2) SOURE , que inclui os municípios de : Afuá, Anajás, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari; - Pólo 3)BREVES que inclui: Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel, São Sebastião da Boa Vista. – -Trabalhos de Supervisão de UMC - efetuado pelo Serviço de Cadastro Rural do INCRA. Cabe a Prefeitura ter servidor responsável pela recepção da documentação dos interessados, referente ao cadastro rural, conforme prevê o Termo de Cooperação. <i>OBS: a numeração dos pólos(2 e 3) obedece o critério do setor responsável de acordo com outros pólos das demais regiões de jurisdição do INCRA/SR(01)</i>						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: -Parceria com prefeituras nos municípios do Marajó, através de Termo de Cooperação Técnica, incluindo capacitação de servidor das prefeituras com objetivo de preenchimento de formulários referente a Declaração de Cadastro Rural-DP, e em consequência a expedição de Certificado de cadastro de Imóvel Rural- CCIR						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Nº de imóveis rurais ocupados por município com a classificação fundiária: propriedade produtiva; propriedade improdutivo(Grande, média e pequena); minifúndio, não classificada. -Resultados alcançados: 10.128 cadastros inseridos no SNCR -Treinamento de UMC e Supervisão nos Pólos						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: -Todos municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 – Custeio	19.120				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Prog.137-Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária Reconhecimento de Reserva Extrativista-Resex.						
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.						
3 – Órgãos Parceiros: INCRA e IBAMA						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: Promover a criação implementação de unidades de conservação						
6 – Ação demandada: c)-Ampliar as reservas que já existem, como a Reserva Extrativista “Terra Grande Pracuúba”. – Obs: programada para reconhecimento pelo INCRA em 2007.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Reconhecimento de famílias tradicionais de reserva extrativista.						
8 - Descrição do Programa/Ação: O INCRA constitui processo administrativo constando: Interessado:IBAMA, assunto: Reconhecimento de Resex. Após reconhecimento através de Portaria, os procedimentos são: a)as famílias tradicionais reconhecidas são inseridas na Relação de Beneficiários-RB, através do Sistema de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, cujos formulários são preenchidos no campo, na parceria com o IBAMA, o que assegura a liberação de recursos financeiros, para as políticas públicas de inclusão social: 1)crédito instalação: apoio=R\$2.400,00(fomento para iniciar a melhoria nas atividades já desenvolvidas pelas famílias); e habitação= R\$5.000,00; 2) Crédito de Infra-estrutura;(abastecimento de água(consumo humano), Energia, trapiches etc; (3) Crédito de Produção:PRONAF						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: -Parceria com IBAMA						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Resex Marinha de Soure - criada, com 2.200 famílias e área de 27.463,5800ha, sendo: <i>Área 1-Manguezal de Soure</i> = 23.929,13 ha; - <i>Área 2 - Manguezal do Rio do Saco</i> = 3.534,45 ha -Famílias em RB- Relação de beneficiários do INCRA = 2.191 famílias; -Crédito Instalação pago: 400 famílias; -Dificuldade de viabilizar o total de crédito em virtude da demanda de famílias, e principalmente pela falta de documento pessoal.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: -Municípios: Soure						
12 - Cronograma de execução: Programação em elaboração	13 - Dotação Orçamentária: Em elaboração					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Regularização dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos						
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA						
3 – Órgãos Parceiros: SPU/GRPU-PA e UNAMAZ/UFGPA						
4 - Tema: Regularização Fundiária, Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra das comunidades quilombolas.						
6 – Ação demandada: - Fazer constar do Plano Diretor dos municípios do Marajó, pesquisas para a identificação das comunidades quilombolas. - Ratificar a responsabilidade da SPU e INCRA pela regularização das terras das comunidades quilombolas.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Regularizar os territórios das comunidades remanescentes de quilombos.						
8 - Descrição do Programa/Ação Trata-se de regularização territorial das comunidades com ancestralidade negra e escrava garantida através do decreto 4887 de 20 de Novembro de 2003. O ato de titulação coletiva é precedido de: a) Relatório Antropológico de identificação da ancestralidade negra; b) Vistoria técnica para produção de Relatório Técnico de Identificação e Demarcação- RTID; c) levantamento cartorial, para verificação de possíveis domínios; d) Laudo Agrônomo incluindo, dados sócio-econômicos.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Parcerias institucionais com SPU/GRPU_PA. Assinatura de Convênio com a UNAMAZ/UFGPA para elaboração de Relatório Antropológico nas comunidades que têm processo aberto no INCRA.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Onze processos abertos pelas associações que representam as comunidades quilombolas nos municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Curralinho. Há estudos científicos que comprovam significativa presença de populações em comunidades em todos os municípios do arquipélago, cujas origens se encontram na formação dos antigos quilombos da época da escravidão africana. Somente em Salvaterra foram identificadas em pesquisa recente realizada pela UFGPA/NAEA a existência de mais de 14 comunidades quilombolas. Viabilização de Programas que possam atender as demandas dessas populações nos vários campos: saúde, educação, agricultura, habitação, etc. Preservação da cultura imaterial dessas populações traduzida nas simbologias das práticas religiosas, de lazer, trabalho, etc.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Toda a área do Plano.						
12 - Cronograma de execução: Programação em elaboração	13 - Dotação Orçamentária: Em elaboração					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Imageamento da Mesorregião do Marajó						
2 – Órgão Responsável: CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia						
3 – Órgãos Parceiros: Aeronáutica (Base de Anápolis)						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: - Promover a regularização fundiária; - Promover a criação e implementação de unidades de conservação;						
6 – Ação demandada: - Promover o zoneamento ecológico econômico na mesorregião do Marajó na escala de 1:50.000; - Promover a regularização fundiária em pequenas ilhas; - Priorizar de acordo como indicações do PROBIO, áreas para conservação da biodiversidade e dos ambientes, desenhadas de forma articulada e complementar com o corredor ecológico do Marajó;						
7 – Objetivo do Programa/Ação: - Realizar o imageamento de alta resolução espacial do Arquipélago do Marajó através do sensor SAR(Radar de Abertura Sintética).						
8 - Descrição do Programa/Ação O CENSIPAM realizou imageamento de alta resolução espacial do Arquipélago do Marajó utilizando-se do sensor SAR, aerombarcado na Aeronave de sensoramento 6750 EMB-R99B adotando o modo de imageamento QUAD L + X, resolução espacial de 6 metros, visada lateral E/W e a direção de vôo N/S. A missão, denominada Ilha do Marajó, foi executada pela equipe da Aeronáutica de Anápolis entre os dias 27/10/2006 e 01/11/2006 com efetivo imageamento de 91 faixas de aproximadamente 20 x 100 km.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: O imageamento foi executado pela equipe da Aeronáutica de Anápolis, sendo concluído ao final de aproximadamente 6 dias ininterruptos conforme o plano aprovado, com aproximadamente 31:00h de vôo para efetivo imageamento, que foram armazenadas em fitas de 42 DCRSi e 01 Exabytes. Por questões de segurança e conforme determinação superior, todos os cálculos foram feitos para o pernoite na Base Aérea de Belém. As análises e processamento dos dados SAR ficaram à cargo da Divisão de Imagens do Centro Técnico Operacional de Manaus(CTO-Manaus), responsável pelo processamento dos dados SAR no software PROSAR, para posterior envio ao CTO-Belém.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Após a conclusão do processamento das imagens, as mesmas serão integradas ao acervo da Coordenação de Informações do Centro Técnico-Operacional de Belém do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM/CTO-BE. As imagens encontram-se em formato “.tif”, 8 bits, projeção Geográfica e Datum WGS84, com resolução espacial de 6 metros nas quatro polarizações da banda L: HH, HV, VH e VV e na polarização HH da banda X. Está sendo elaborado relatório técnico com os resultados da Missão pela equipe responsável por seu processamento em Manaus, com previsão de conclusão até a 1ª quinzena do abril. Este relatório apresentará com detalhe a descrição das seguintes etapas do processamento: ingestão dos dados, transferência dos dados, processamento, re-processamento e análise técnica. As imagens SAR da Missão Ilha do Marajó poderão ser utilizadas para estudos envolvendo hidrografia, geologia, geomorfologia, pedologia, uso e cobertura da terra, classificação fitofisionômica, entre outros. As imagens também poderão ser fusionadas com imagens de sensores ópticos, estendendo ainda mais o potencial de sua aplicação.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Arquipélago do Marajó.						
12 - Cronograma de execução: Novembro/2006 a junho/2007	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Gerenciamento da estrutura fundiária -discriminatória administrativa.
2 – Órgão Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA
3 – Órgãos Parceiros: INCRA e GRPU
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental
5 - Diretriz: Promover a regularização fundiária
<p>6 – Ação demandada: - Definir prazos para execução dos trabalhos da regularização fundiária e criação de comitê com participação da sociedade civil e a celeridade da regularização fundiária para as empresas que já estão instaladas no Marajó, com necessidade de força tarefa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empregar instrumento de regularização fundiária que possa atender as necessidades dos seringueiros de anajás, os quais precisam de uma área de aproximadamente de 500 ha. - Promover a ação Discriminatória das terras na mesorregião do Marajó. - Promover maior interação entre INCRA, ITERPA, GRPU, STR, IBAMA, associações e as Prefeituras com o objetivo de identificar as áreas ocupadas pelas pessoas que se dizem posseiros. - Definir limites das áreas efetivamente já em uso pelas empresas madeireiras e impedir o avanço da grilagem. - Revisar limites das áreas concedidas para a exploração madeireira. - Promover Regularização Fundiária em pequenas Ilhas. - Promover maior participação da comunidade, nos processos fundiários, tornando público os documentos de propriedade das empresas. - Respeitar a Carta de Breves de 09.12.2005, e os limites da posse das comunidades ribeirinhas tradicionais.
<p>7 – Objetivo do Programa/Ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Distinguir as terras públicas das privadas com vista a promover a incorporação e o registro de imóveis em cartório.
<p>8 - Descrição do Programa/Ação</p> <p>Descrição:Estão previstas 2(duas) ações para solucionar a estrutura dominial das terras:</p> <p>8.1-Discriminatória Administrativa: -O INCRA e a GRPU, em conjunto, por delegação de competência, ou outra instituição do Governo Federal(Procuradoria da fazenda Nacional e Advocacia Geral da União),instaurarão procedimentos discriminatório administrativo com o objetivo de separar as terras públicas sejam federais, estaduais ou municipais das de domínio privado regulares e legítimos.</p> <p>-Simultaneamente promoverá o levantamento dos títulos e registros, bem como das respectivas cadeias dominiais, na forma da Lei nº6.383, de 07.12.76 para comprovar os pretensos domínios juntamente com as certidões do INCRA e do ITERPA, comprobatórias da regularidade do domínio privado. As situações dominiais e possessórias, caso se constatem dúvidas sobre o domínio das terras detidas por particulares, serão objeto de medidas judiciais, visando a reincorporação das terras ao patrimônio público.</p> <p>8.2-Arrecadação Sumária. Base legal: Lei 6.383/76. No procedimento de arrecadação serão requisitadas certidões do INCRA, e do ITERPA comprobatórias da existência de contestação ou reclamação administrativa promovidas por terceiros e certidão negativa expedida pelo cartório de Registro de imóveis da Comarca competente.</p> <p>-Situação atual:Previsão de discriminatória administrativa: município de Salvaterra-/Comunidade de Mangueiras- área de 33.000 ha.</p> <p>-Previsão de arrecadação sumária nas áreas com Projetos Agro-extrativistas criados: 35 ILHAS/ 138.931,2720 ha.</p> <p>-Base legal: Lei 6.383/76.</p>

9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação:

Parcerias institucionais - Termo De Cooperação Técnica INCRA/SPU, de 21 de novembro de 2005, publicado no DOU de 22/11/2005.

- Definição por parte da Fazenda Nacional quanto à transmissão de domínio das áreas, se AGU ou Procuradoria Geral da União, ou SPU-MP, a quem caberá delegar ao INCRA a promoção da discriminatória administrativa, e conseqüente arrecadação e matrícula em nome da União.

10- Resultados esperados / alcançados:

-Dominialidade das terras do Marajó conhecida;

-Ordenamento fundiário da região;

- Prefeituras com possibilidades de regularizar área urbana e expansão urbana das sedes municipais viabilizando financiamentos para investimentos em infra-estrutura urbana.

11- Abrangência Territorial da Ação:

- Todas as áreas de jurisdição do GRPU no Arquipélago do Marajó.

12 - Cronograma de execução:

2007-Município de Salvaterra,
comunidade de Mangueiras-33.000
ha

13 - Dotação Orçamentária:

	2007	2008	2009	2010	2011
13.1 - Investimento	-	-			
13.2 - Custeio	(*)	(*)			

(*)R\$191.463,00- Custo estimado para Discriminação e arrecadação, incluindo outras áreas do INCRA e GRPU.

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Apoio ao ZEE da Mesorregião do Marajó						
2 – Órgão Responsável: MMA						
3 – Órgãos Parceiros: ADA, SIPAM, AMAM, SECTAM, SEGOV, Consórcio ZEE Brasil.						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 - Diretriz: Gestão Ambiental.						
6 – Ação demandada: Promover o ZEE do Marajó.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Apoiar o poder público municipal no fortalecimento do planejamento, ordenamento e gestão territorial e ambiental, com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável, por meio de um Sistema de Planejamento, Gestão Ambiental e Territorial Municipal.						
8 - Descrição do Programa/Ação O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, vinculado à SDS, coordena e apóia a elaboração do ZEE no território nacional, como instrumento de gestão territorial que, associado ao desenvolvimento de planos, projetos e programas de ação, cumpre a função de espacializar as políticas públicas.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Realização de Oficina - Elaboração de Plano de Trabalho Realização de Oficina - Elaboração de matriz de componentes Reunião Técnica - Sistematização de planos diretores Reunião Técnica - Sistematização dos produtos de radar do SIPAM na escala a ser trabalhada. Realização de Oficina - Sistematização e disponibilização do Bando de Dados do ZEE Marajó						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: ZEE Marajó orientando investimentos públicos e privados ZEE articulado com Agenda 21 na promoção do conhecimento das dinâmicas naturais, sociais e econômicas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Municípios da Mesorregião do Marajó						
12 - Cronograma de execução: 24 meses	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	50.000	50.000			
	13.2 - Custeio	50.000	50.000			

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Gestão Ambiental Participativa em Gurupá					
2 – Órgão Responsável: MMA / FNMA					
3 – Órgãos Parceiros: Prefeitura Municipal					
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.					
5 - Diretriz: Gestão Ambiental					
6 – Ação demandada: Promover a implantação do Sistema Municipal do Meio Ambiente nos municípios do Marajó.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Apoiar iniciativas de descentralização para fortalecer a gestão ambiental nos municípios do Marajó.					
8 - Descrição do Programa/Ação Processo em andamento via convênio 047/05 com o FNMA, edital 05/2003 – Fortalecimento da Gestão Ambiental nos municípios da Amazônia Legal.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação:					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Sistema Municipal de Meio Ambiente implementado e em atuação, compondo-se de: uma estrutura administrativa na prefeitura com atribuição de implementar as ações de gestão ambiental; um conselho municipal que trate dessas questões e também da implementação de alguns instrumentos de gestão ambiental. Entre tais instrumentos estão atividades de educação ambiental, de ordenamento territorial, unidades de conservação, legislação ambiental, licenciamento e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, manejo sustentável dos recursos naturais e também mecanismos econômicos voltados para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais ou que onerem o uso não-sustentável desses recursos.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Gurupá.					
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: Valor do projeto: R\$311.371,00 sendo R\$294.867,00 repassados pelo FNMA e o restante como contrapartida da prefeitura.				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento				
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Apoio aos processos de Agenda 21 Local.						
2 – Órgão Responsável: Coordenação do Programa Agenda 21 / SAIC / MMA						
3 – Órgãos Parceiros: FNMA, Sectam, IBAMA, ICMBio, SPRN/MMA, SIPAM, Ministério das Cidades, MDA e MDS.						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Gestão Ambiental						
6 – Ação demandada: Apoiar a implantação de processos de Agenda 21 Local						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Definir um modelo de desenvolvimento sustentável para os municípios do arquipélago, a partir do Plano Regional do Marajó, em processo de planejamento participativo que contenha: <ul style="list-style-type: none"> a) a condução de todo o processo por fórum de Agenda 21 ou outra instância colegiada, composta por órgãos de governo e entidades da sociedade civil; b) a elaboração de diagnóstico participativo; c) a elaboração de plano estratégico de desenvolvimento sustentável. 						
8 - Descrição do Programa/Ação O Programa Agenda 21 do MMA tem como uma de suas atribuições o apoio à construção de Agenda 21 Local em todo o país. Nesse sentido, presta orientação técnica de como desenvolver processo de planejamento participativo que envolva governo e sociedade em torno de fórum atribuído para conduzir a elaboração de diagnóstico participativo e a definição de plano local de desenvolvimento sustentável.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Estabelecer articulação com entidades potencialmente parceiras, como Banco da Amazônia e empresas públicas que possam apoiar financeiramente. Articular parceria com SECTAM e IBAMA para prestação de apoio técnico aos municípios do arquipélago. Articular parceiros financiadores para o estabelecimento da Rede Paraense de Agendas 21 Locais, como estratégia para fortalecimento dos processos preexistentes e apoio à iniciativas. Realizar oficinas com instituições estratégicas no território para capacitá-los a implantar processo de Agenda 21.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Município com Fórum da Agenda 21 criado e composto por órgãos de governo e entidades da sociedade, diagnóstico elaborado de forma participativa e a definição de um plano local de desenvolvimento sustentável (documento da Agenda 21). Fortalecimento da democracia participativa nas localidades do território, o fortalecimento das organizações da sociedade civil, o exercício da cidadania ativa. Definição de ações de curto, médio e longo prazos que reorientem os meios de produção e de consumo à sustentabilidade. Definição de estratégias para que PPA, LDO e LOA nos municípios estejam orientados à implementação do plano local de desenvolvimento sustentável. Promover a integração entre processos, projetos, programas, iniciativas e ações em andamento no território.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: todo o território nacional. Observa a definição dos diversos territórios definidos pela sociedade local para implantação de Agenda 21.						
12 - Cronograma de execução: Entre 12 a 18 meses, com referência nos editais FNMA 02/03 e 03/05.	13 - Dotação Orçamentária: o Programa Agenda 21 atua em parceria com o FNMA, via editais. Para 2007 ainda não há previsão para lançamento de edital. Porém, há parceiros potenciais que podem financiar projetos de Agenda 21, como Banco da Amazônia, SECTAM/Gov. do Pará e empresas estatais.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento: 100 a 200 mil reais por Município					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Apoio ao processo de Agenda 21 Local no município de Gurupá.							
2 – Órgão Responsável: Coordenação do Programa Agenda 21 / SAIC / MMA							
3 – Órgãos Parceiros: FNMA, SPRN/MMA, Sectam, SIPAM.							
4 - Tema: Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental.							
5 – Diretriz: Gestão Ambiental.							
6 – Ação demandada: Apoiar a implantação de processos de Agenda 21 Local.							
7 – Objetivo do Programa/Ação: Nos termos do edital FNMA 02/03, em convênio firmado entre FNMA e prefeitura, tem por objetivo apoiar o processo de definição de um modelo de desenvolvimento sustentável para o município de Gurupá em processo de planejamento participativo, que prevê a elaboração de diagnóstico participativo, a elaboração de plano municipal de intervenção em áreas alteradas e a elaboração de plano local de desenvolvimento sustentável.							
8 - Descrição do Programa/Ação O Programa Agenda 21 do MMA tem como uma de suas atribuições o apoio à construção de Agenda 21 Local em todo o país. Nesse sentido, já promoveu a participação da equipe de coordenação do projeto de Agenda 21 de Gurupá em oficinas de capacitação e troca de experiências entre processos de Agenda 21 Local.							
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: As informações do processo são as seguintes: - As 220 comunidades do município estão representadas no Fórum da Agenda 21 Local de Gurupá, que é composto por órgãos da prefeitura, por lideranças comunitárias e pelo STR. - O processo tem como partida os pactos sociais já firmados e a reunião dos planos de manejo das unidades de conservação que permeiam todo o território municipal (esses planos já constituem o zoneamento municipal, apropriado pela comunidade). - O Conselho de Desenvolvimento Rural do município está bastante ativo, assim como o de Meio Ambiente. Há ainda a Casa da Família Rural e a Comissão do Zoneamento, fruto de outro convênio com o MMA, via edital FNMA 05/03. - Articulação com a SEMA para prestação de apoio técnico ao município. - Inserir a Agenda 21 de Gurupá na articulação da Rede Paraense de Agendas 21 Locais, como estratégia para o seu fortalecimento.							
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Município com Fórum da Agenda 21 criado e composto por órgãos de governo e entidades da sociedade, diagnóstico elaborado de forma participativa e a definição de um plano local de desenvolvimento sustentável (documento da Agenda 21). Fortalecimento da democracia participativa no território local, o fortalecimento das organizações da sociedade civil e o exercício da cidadania ativa. Definição de ações de curto, médio e longo prazos que reorientem os meios de produção e de consumo à sustentabilidade. Definição de estratégias para que PPA, LDO e LOA no município estejam orientados à implementação do plano local de desenvolvimento sustentável. Promover a integração entre processos, projetos, programas, iniciativas e ações em andamento no território.							
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: O município de Gurupá.							
12 - Cronograma de execução: 12 meses de acordo com o convênio (previsado)	13 - Dotação Orçamentária: a primeira parcela já foi descentralizada pelo FNMA à prefeitura, faltando apenas a parcela final.						
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	junho	x	março			
	R\$198.000,00						
	13.2 Custeio – pelo FNMA						

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto GEF Mangue PNUD BRA 05						
2 – Órgão Responsável: MMA						
3 – Órgãos Parceiros: ICMBio (Diretorias, CEPNOR), SEAP, UFPA (a confirmar), SECTAM (poderá confirmar recursos)						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental; Inclusão Social e Cidadania;						
5 – Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação.						
6 – Ação demandada: - Priorizar de acordo com indicações do PROBIO, áreas para conservação da biodiversidade e dos ambientes, desenhadas de forma articulada e complementar com o corredor ecológico do Marajó - Promover a exploração sustentável dos recursos da fauna e flora do arquipélago.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: - Promover o desenvolvimento sócio-ambiental relacionado a conservação e uso sustentável de recursos naturais, principalmente de recursos pesqueiros, de manguezais com a obtenção de resultados diretos em 5 áreas piloto (Pará, Maranhão, Delta do Parnaíba, Paraíba e São Paulo/Paraná). - No arquipélago do Marajó, a Resex do Soure está inserida em uma área piloto onde serão aplicados recursos GEF e de parceiros para a gestão ecossistêmica e participativa dos recursos pesqueiros, bem como para o fortalecimento do seu conselho gestor e para a elaboração do plano de manejo.						
8 - Descrição do Programa/Ação Execução do Projeto GEF Mangue de 2008 a 2011. Ações da Resex do Soure serão definidas no POA, no segundo semestre de 2007.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Ações da Resex do Soure serão definidas no POA, no segundo semestre de 2007.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Plano de gestão ecossistêmica de recursos pesqueiros elaborado; Plano de gestão da Resex do Soure elaborado; Conselho gestor da Resex fortalecido;						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Resex Marinha de Soure.						
12 - Cronograma de execução: Será definido no PRODOC, no segundo semestre de 2007.	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Implantação e consolidação Reservas Extrativistas, por meio da criação e implementação de conselhos deliberativos, da elaboração de planos de manejo, da demarcação e sinalização de seus territórios e de desenvolvimento de ações de mobilização comunitárias e de proteção da unidade de conservação.						
2 – Órgão Responsável: MMA/ICMBio						
3 – Órgãos Parceiros: MDA, MP/SPU						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação.						
6 – Ação demandada: - Estruturação da Reserva Extrativista de Soure para a implementação de atividades de turismo.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Estruturar a Reserva Extrativista de Soure para a implementação de atividades de turismo, por meio de ações de capacitação .						
8 - Descrição do Programa/Ação A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Promoção de eventos de capacitação dos comunitários residentes na RESEX para a recepção e tratamento da atividade turística.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Reserva Extrativista estruturada para o desenvolvimento de atividades turísticas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Soure						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	50.000				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Implantação e consolidação Reservas Extrativistas, por meio da criação e implementação de conselhos deliberativos, da elaboração de planos de manejo, da demarcação e sinalização de seus territórios e de desenvolvimento de ações de mobilização comunitárias e de proteção da unidade de conservação.						
2 – Órgão Responsável: MMA/ICMBio						
3 – Órgãos Parceiros: MDA, MP/SPU						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação.						
6 – Ação demandada: Consolidação da Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuuba.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Dotar a Reserva Extrativista de condições essenciais ao seu funcionamento, com vistas o alcance dos objetivos propostos nos documentos que nortearam a sua criação.						
8 - Descrição do Programa/Ação A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Operacionalização: adquirir equipamentos e embarcações para a UC. Instalações: construir base operacional. Administração: atividades administrativas da UC. Proteção e manejo: sobrevôos e operações de campo, capacitação de comunitários para vigilância da UC através de programa de AAV. Integração com o entorno: formação do Conselho Deliberativo, capacitação conselheiros manutenção das atividades dos conselheiros. Plano de manejo: elaboração do plano de manejo Levantamento fundiário: realizar levantamento fundiário, demarcação e sinalização de limites através instalação de placas.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Reserva Extrativista estruturada, contando com as condições necessárias e o embasamento técnico e político para o alcance dos seus objetivos.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, no Pará.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: Recursos alocados no Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	365.000				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Implantação e consolidação Reservas Extrativistas, por meio da criação e implementação de conselhos deliberativos, da elaboração de planos de manejo, da demarcação e sinalização de seus territórios e de desenvolvimento de ações de mobilização comunitárias e de proteção da unidade de conservação.						
2 – Órgão Responsável: MMA/ICMBio						
3 – Órgãos Parceiros: MDA, MP/SPU						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação.						
6 – Ação demandada: Consolidar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Dotar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de condições essenciais ao seu funcionamento, com vistas o alcance dos objetivos propostos nos documentos que nortearam a sua criação.						
8 - Descrição do Programa/Ação A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Administração: atividades administrativas da UC. Proteção e manejo: sobrevôos e operações de campo. Integração com o entorno: formação do Conselho Deliberativo e manutenção das atividades dos conselheiros. Plano de manejo: elaborar Plano de Manejo, realizar oficinas sobre manejo dos recursos naturais, realizar reuniões de acompanhamento dos planos de uso comunitários e do PM, realizar assembleias de criação de planos de uso comunitário, reunião geral do conselho deliberativo para apreciação do PM. Levantamento fundiário: realizar levantamento fundiário, demarcação e sinalização de limites através instalação de placas.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável estruturada, contando com as condições necessárias e o embasamento técnico e político para o alcance dos seus objetivos.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Gurupá /PA						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: Recursos alocados no Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	337.135				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Implantação e consolidação Reservas Extrativistas, por meio da criação e implementação de conselhos deliberativos, da elaboração de planos de manejo, da demarcação e sinalização de seus territórios e de desenvolvimento de ações de mobilização comunitárias e de proteção da unidade de conservação.						
2 – Órgão Responsável: MMA/ICMBio						
3 – Órgãos Parceiros: MDA, MP/SPU						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação.						
6 – Ação demandada: Consolidação da Reserva Extrativista Mapuá						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Dotar a Reserva Extrativista de condições essenciais ao seu funcionamento, com vistas o alcance dos objetivos propostos nos documentos que nortearam a sua criação.						
8 - Descrição do Programa/Ação A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Administração: atividades administrativas da UC. Proteção e manejo: sobrevôos e operações de campo, capacitação de comunitários para vigilância da UC através de programa de AAV. Integração com o entorno: formação do Conselho Deliberativo, capacitação conselheiros manutenção das atividades dos conselheiros. Plano de manejo: elaboração do plano de manejo Levantamento fundiário: realizar levantamento fundiário, demarcação e sinalização de limites através instalação de placas.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Reserva Extrativista estruturada, contando com as condições necessárias e o embasamento técnico e político para o alcance dos seus objetivos.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Breves /PA						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: Recursos alocados no Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	448.625				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Bioecologia e pesca da piramutaba no norte do Brasil.						
2 – Órgão Responsável: MMA / IBAMA / CEPNOR						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.						
6 – Ação demandada: Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o defeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar fiscalização neste período.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Estudar a bioecologia da piramutaba, com vista a gerar conhecimentos científicos para subsidiar o processo de ordenamento desta espécie, buscando o uso sustentável.						
8 - Descrição do Programa/Ação Objetivos Específicos Avaliar o nível atual de exploração da espécie; Determinar o nível sustentado de exploração biológica e econômica; Correlacionar a distribuição espacial e sazonal, bem como variações de abundância, com as condições ambientais; Determinar os índices de rejeição e de aproveitamento nas capturas; Desenvolver metodologias de previsão de capturas; Acompanhar o controle de desembarque de bagres de importância comercial nas indústria						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação:						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação:						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Estuário amazônico						
12 - Cronograma de execução: Janeiro de 2007 a Dezembro de 2007.	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 50.000,00					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Bioecologia do caranguejo-uçá <i>ucides cordatus</i> (linnaeus, 1763) na região norte do Brasil.						
2 – Órgão Responsável: MMA / Ibama / CEPNOR						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.						
5 – Diretriz: Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.						
6 – Ação demandada: Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o defeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar fiscalização neste período.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Geração de conhecimentos científicos para subsidiar o processo de ordenamento das pescarias de caranguejo-uçá, com vistas a otimizar socialmente a utilização deste recurso.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Objetivos Específicos Para que este objetivo seja alcançado é necessário obter informações, cobrindo toda a área de distribuição da espécie, que permita: - Avaliar o nível atual de exploração da espécie; - Determinar o nível sustentado de exploração biológica e econômica; - Correlacionar a distribuição espacial e sazonal, bem como variações de abundância, com as condições ambientais.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação:						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação:						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Município de Soure no Estado do Pará						
12 - Cronograma de execução:						
13 - Dotação Orçamentária: R\$ 30.000,00						
			2007	2008	2009	2010
13.1 - Investimento						
13.2 - Custeio						

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Apoio ao Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal					
2 – Órgão Responsável: MMA / SDS					
3 – Órgãos Parceiros: Prefeituras municipais					
4 - Tema: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental.					
5 - Diretriz: Gestão Ambiental.					
6 – Ação demandada: - Promover a implantação do Sistema Municipal do Meio Ambiente nos municípios do Marajó.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: - Apoiar iniciativas de descentralização para fortalecer a gestão ambiental nos municípios do Marajó.					
8 - Descrição do Programa/Ação:					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: - Ação a ser implementada por meio de apoio a projetos das prefeituras.					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Sistema Municipal de Meio Ambiente implementado e em atuação, compondo-se de: uma estrutura administrativa na prefeitura com atribuição de implementar as ações de gestão ambiental; um conselho municipal que trate dessas questões e também da implementação de alguns instrumentos de gestão ambiental. Entre tais instrumentos estão atividades de educação ambiental, de ordenamento territorial, unidades de conservação, legislação ambiental, licenciamento e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, manejo sustentável dos recursos naturais e também mecanismos econômicos voltados para a sustentabilidade do uso dos recursos naturais ou que onerem o uso não-sustentável desses recursos.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação:					
12 - Cronograma de execução: Projetos de 18 a 24 meses.		13 - Dotação Orçamentária:			
Orçamento previsto: da ordem de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) mais a contrapartida da prefeitura.			2007	2008	2009
			2010	2011	
		13.1 - Investimento			
		13.2 - Custeio			

Abaixo as ações dos órgãos dos Governos Federal e Estadual direcionados para as demandas focadas no eixo temático Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.

1 –Nome do Programa/Ação: Consolidação de roteiros turísticos: Amazônia do Marajó e Amazônia Quilombola						
2 – Órgão Responsável: PARATUR						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério do Turismo, Prefeituras.						
4 – Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a atividade do turismo, implementação do Proecotur/MMA, os programas do Ministério do Turismo e outros e ampliação para mais municípios.						
6 - Ação Demandada: Fortalecer programas existentes de turismo a nível federal, estadual e municipal e ampliar a abrangência do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil formatando novos roteiros integrados nas microrregiões; Planejar, ordenar e normatizar a atividade turística; Criar mecanismos de fomento para a atividade turística e apoiar o turismo de base comunitária; Realizar estudos de demanda e carga turística nos municípios da região; Planejar, ordenar e normatizar a atividade turística na região.						
7 - Objetivo: Inserir os roteiros no portfólio de produtos turísticos brasileiros para o mercado internacional						
8 - Descrição do Programa: Situação Ação - Foram realizadas oficinas de sensibilização e mobilização para a atividade turística nesses municípios, oficina de institucionalização do Fórum Regional de Turismo do Marajó e apresentação dos roteiros no salão de turismo de São Paulo em 2005 e 2006 como roteiros do Estado para alcançar o padrão de qualidade internacional e implantação de sinalização turística em Salvaterra e Soure.						
9 - Estratégia para implementação: Desenvolvimento de estudos e ações conjuntas para identificação cadeias produtivas atrativas e com possibilidades de visitação, visitas técnicas para zoneamento turístico, identificação de redes de serviços, produção de indicadores, apoio técnico a gestão municipal, produção e atualização de levantamentos de oferta turística, promoção e apoio à realização de encontros técnicos, cursos, oficinas e seminários de capacitação para técnicos, dirigentes e comunidades locais.						
10 - Resultados Esperados/indicadores de desenvolvimento: 03 Inventários da Oferta Turística realizados; 02 diagnósticos sócio-ambientais para implantação de trilhas interpretativas realizados; 01 estudo para resgate e valorização da cultura local realizado; 02 eventos de sensibilização turística e ambiental realizadas; cursos de qualificação para gerentes e funcionários trabalhadores na prestação de serviços turísticos em Soure e Salvaterra realizados; Curso de Sensibilização Ambiental para o segmento de meios de hospedagem em Soure e Salvaterra realizados.						
11 – Abrangência territorial do programa / Ação: Municípios de Salvaterra, Soure e Ponta de Pedras.						
12 - Cronograma de execução: até 31/12/2007	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	119.320				
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Fomento às organizações sociais.						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: CARITAS, UFPA, EMATER, CONSAD, Associações, ICMBio.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agro extrativismo e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos; Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no arquipélago e levar sua importância na economia do estado do Pará e em outros mercados consumidores da região.						
6 – Ação demandada: Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização; Capacitar e organizar dirigentes de associações de agricultores, pescadores remanescentes de quilombolas e prestadores de serviços, bem como moradores de áreas de assentamento para desenvolvimento da política do setor produtivo do Marajó.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a gestão participativa de empreendimentos solidários no meio rural, para que os produtores tenham acesso a fontes alternativas de renda, inclusive através de financiamentos para suas atividades, com enfoque para preservação do meio ambiente.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Fortalecimento da gestão das organizações rurais, contribuição na criação e assessoramento de formas associativas, como cooperativas, grupo de produtores, sindicatos, associações e outros.						
9 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Atuação junto a Associação de Produtores; Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Colônias de Pescadores; Grupos de Jovens, e nos demais grupos sociais.						
10 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Soure						
11 - Cronograma de execução: - Construção da casa de Cerâmica do Marajó 2008 - Perfuração de Poço Artesiano nas comunidades.	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	50.000	50.000			
	12.2 - Custeio					

1- Nome Do Programa/Ação: Fomento ao Desenvolvimento Sustentável a Pesca e Aqüicultura						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: SEPAQ, SEMA, IBAMA, EMATER, CONSAD, MDA, Secretarias Municipais e ONGs.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar as cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó; Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agro extrativismo e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos; Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas e a criação de terminais pesqueiros.						
6 – Ação demandada: Fomentar a criação e produção de peixes; Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização; Promover a industrialização do pescado e demais produtos agrícolas, capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Disponibilizar meios para os pescadores artesanais aumentarem a renda e a produtividade dos seus negócios; fomentar e capacitar às comunidades envolvidas a pratica da piscicultura de tanque-rede.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Treinamentos em captura, manejo e beneficiamento do pescado; tecnologia de pesca; treinamentos em métodos e técnicas em gestão de empreendimentos piscícolas, em viveiros e tanques rede.						
9 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Satisfazer o asseio dos pescadores.						
10 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Cachoeira do Arari; S. Sebastião da Boa Vista; Curralinho; Breves; Bagre; Gurupá; Melgaço; Portel; Anajás; Afuá e Chaves.						
11 - Cronograma de execução: - Implantação de Laboratório de Piscicultura em Cachoeira do Arari 2007.	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	120.000	120.000			
	12.2 - Custeio	63.000	63.000			

1- Nome do Programa / Ação: Fomento à cadeia produtiva sustentável de origem animal – pequenos e médios animais.						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, CONSAD, Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó.						
6 – Ação demandada: Fomentar a criação e produção de caprinos, ovinos, suínos, aves e abelhas.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a melhoria das condições alimentares e de renda dos agricultores familiares, tendo como base a produção de pequenos e médios animais.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Implantação de pólos de produção de pequenos e médios animais nos municípios do Arquipélago do Marajó, incentivando a educação alimentar, informando sobre a qualidade dos produtos, evitando a ocorrência de doenças, obtendo boa performance e bem estar dos animais, além de assegurar ao consumidor um produto de boa qualidade, proporcionando melhoria de renda aos agricultores familiares.						
9 – Resultados Esperados / alcançados do Programa / Ação: Produção e distribuição de animais com alto valor genético; Aumento da produção, garantindo emprego e renda das famílias envolvidas e fortalecimento da segurança alimentar.						
10 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de execução: - Aquisição das Matrizes - 2007 - Seleção das famílias envolvidas – 2008 - Distribuição dos animais - 2008 - Treinamentos - 2008 - Implantação dos projetos - 2008. - Avaliações – durante o ano todo.	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	200.000				
	12.2 - Custeio	100.000				

1- Nome do Programa / Ação: Fomento à Cadeia Produtiva Sustentável de Origem Animal e Vegetal.						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, CONSAD, Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó.						
6 – Ação demandada: Fomentar a criação e produção de sistemas agrosilvipastoris.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a melhoria das condições alimentares e de renda dos agricultores familiares.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Implantação de pólos de produção nos municípios do Arquipélago do Marajó, incentivando a educação alimentar, informando sobre a qualidade dos produtos, evitando a ocorrência de doenças, obtendo boa performance e bem estar dos animais, além de assegurar ao consumidor um produto de boa qualidade, proporcionando melhoria de renda aos agricultores familiares.						
9 – Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Manutenção de Áreas produtivas; Aumento da produção, garantindo emprego e renda das famílias envolvidas e fortalecimento da segurança alimentar.						
10 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Salvaterra; Soure e Cachoeira do Arari.						
11 - Cronograma de execução:	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	150.000				
	12.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação em andamento: Fomento à produção de mudas.						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, CONSAD, Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó.						
6 – Ação demandada: Criar centros de produção de sementes e mudas para a implantação de lavouras, manejo de essências florestais e produção de fruteiras na região.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Produzir mudas de qualidade ao nível de produtores nos municípios do Arquipélago do Marajó para apoiar os diferentes sistemas de produção a serem implantadas.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Orientar os agricultores familiares, através de tecnologias ecologicamente corretas e sustentáveis, sobre produção de mudas, utilizando cultivares de boa qualidade genética, permitindo melhorias das condições sócio-econômicas dessas famílias; Treinamentos sobre produção e comercialização de mudas; Instalação de Unidades Demonstrativas; Realização de Excursões e Dias de campo; Avaliar a evolução sócio-econômica das famílias envolvidas nos projetos.						
9 – Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Manutenção e ampliação de Áreas produtivas; Aumento da produção, garantindo emprego e renda das famílias envolvidas e fortalecimento da segurança alimentar.						
10 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de execução:	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	70.000				
	12.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: Fomento à agroindústrias.						
2 – Órgão Responsável: SAGRI						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, CONSAD, Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar a criação de unidades Agro Industriais da região Marajoara						
6 – Ação demandada: Verticalização da produção oriunda da agricultura familiar						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Incentivar a produção das unidades agro industriais, garantindo emprego e renda para as famílias do Arquipélago do Marajoara.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Orientar os agricultores familiares, através de tecnologias ecologicamente corretas e sustentáveis, sobre produção e industrialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.						
9 – Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Manutenção e ampliação de Áreas produtivas; Aumento da produção, garantindo emprego e renda das famílias envolvidas e fortalecimento da segurança alimentar.						
10 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Bagre; Portel e Afuá.						
11 - Cronograma de execução: - Seleção das famílias envolvidas; 2007 -Treinamentos; 2007 - Instalação das Unidades de Beneficiamento 2008 - Avaliação do Projeto – Durante o ano todo	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento	150.000				
	12.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: Implementação de ações de tecnologia e pesquisa da pesca e aquicultura						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 – Diretriz: Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago.						
6 – Ação demandada: Elaborar e fortalecer estudos de prospecção, identificando os APL, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de base local, com ênfase ao turismo, levando em consideração os processos de desenvolvimento.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Realizar um diagnóstico do setor pesqueiro e aquícolas no Estado do Pará.						
8 – Descrição do Programa / Ação: A ação é pautada num estudo aprofundado do setor pesqueiro e aquícola em todo o Estado do Pará permitindo um mapeamento de suas possibilidades e potencialidades, identificando seus atores regionais e locais.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Realizar licitação a partir de um termo de referência.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter uma visão geral, aprofundada e detalhada do setor pesqueiro e aquícolas no Estado do Pará.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de execução: - Seleção das famílias envolvidas; 2007 - Treinamentos; 2007 - Instalação das Unidades de Beneficiamento 2008 - Avaliação do Projeto – Durante o ano todo	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1 - Investimento					
	12.2 - Custeio	460.000				

1- Nome do Programa / Ação: Apoio às atividades de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (ATEPA).						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no arquipélago.						
6 – Ação demandada: Capacitar mão-de-obra local para gestão, manejo e industrialização de produtos regionais.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Preparar mão-de-obra qualificada para atuar na gestão, no manejo e na industrialização do pescado.						
8 – Descrição do Programa / Ação: O programa consiste num conjunto de curso de formação de mão de obra combinado com o fomento necessário para o pescador poder desenvolver suas atividades.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Articular com outras instituições de pesquisa, ensino e financiadoras.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter projetos de produção do pescado sendo desenvolvidos.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	200.000				

1- Nome do Programa / Ação: Implementação de ações de tecnologia e pesquisa da pesca e aquicultura						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago.						
6 – Ação demandada: Realizar estudos técnicos que viabilizem a criação de espécies comerciais nativas da região.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Produzir C&T.						
8 – Descrição do Programa / Ação: A ação visa à transformação das estações de produção de alevinos em Centros de pesquisas, que além da produção de alevinos, possa desenvolver C&T, visando o trato de espécies regionais.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Construção e adequação dos espaços físicos das estações de Coopere, Santa Rosa e Terra Alta.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter Centros de Pesquisas para a pesca e aquicultura.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	450.000				
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: Implantação/adequação da infra-estrutura de produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização do pescado no estado do Pará; Apoio às atividades de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola (atepa).						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas, e a criação de terminais pesqueiros.						
6 – Ação demandada: Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Construir entreposto pesqueiro, Feiras, Fábricas de Gelo, Unidades de beneficiamento do pescado.						
8 – Descrição do Programa / Ação: A ação consiste em montar infra-estrutura que possibilite a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização do Pescado.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Aprovar no PPA e articular com SEAP e Prefeitura.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter um entreposto pesqueiro no arquipélago do Marajó.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Município de Soure.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	50.000				
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: Fomento às atividades do manejo da pesca e da aquicultura do pirarucu e outras espécies.						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos.						
6 – Ação demandada: Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Preparar mão-de-obra qualificada para atuar na gestão, no manejo e na industrialização do pescado.						
8 – Descrição do Programa / Ação: O programa consiste num conjunto de curso de formação de mão de obra combinado com o fomento necessário para o pescador poder desenvolver suas atividades.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Articular com instituições de pesquisa, ensino e financiadoras.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter projetos de verticalização, produção do pescado sendo implantados no arquipélago do Marajó.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	100.000				

1- Nome do Programa / Ação: Fomento às atividades do manejo da pesca e da aquicultura do pirarucu e outras espécies.						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no arquipélago; Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas, e a criação de terminais pesqueiros.						
6 – Ação demandada: Viabilizar projetos para a implantação da agroindústria nos municípios do marajó, para beneficiamento dos produtos regionais através de cooperativismo e associativismo; Melhorar a estrutura de produção, armazenamento e comercialização dos produtos pesqueiros e aquícolas da região.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Montar infra-estrutura de produção e comercialização do pescado.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Viabilização infra-estrutura necessária para produção e comercialização de pescado. Unidades de beneficiamento, feiras, projetos de aquicultura, por meio do cooperativismo e associativismo.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Articular com SEAP e agências financeiras.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ter estruturas de produção e comercialização do pescado sendo administrado por cooperativas e associações.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Fomento às atividades do manejo da pesca e da aquicultura do pirarucu e outras espécies.						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEPAq						
3 – Órgãos Parceiros: EMATER, EMBRAPA, GOELDI, UFRA, UFPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no arquipélago e levar sua importância na economia do estado do Pará e em outros mercados consumidores da região.						
6 – Ação demandada: Estruturar unidades de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de agrosilvopecuária, pesca, aquicultura e turismo.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Fortalecimento da pesca e aquicultura nas regiões de Integração.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Estruturar a SEPAq, nas diversas Regiões do Estado.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Adquirir e equipar espaços para implantação das regionais.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Ampliação do atendimento ao pescador e aquícultor de forma descentralizada valorizando a atuação no território						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	50.000				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa de defesa e inspeção agropecuária						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, BASA, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Desenvolver as atividades de defesa e inspeção animal e vegetal, através do controle de doenças e pragas de importância econômica, objetivando o desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população da região.						
8 - Descrição do Programa/Ação: O arquipélago do Marajó por suas características físicas e climatológicas encontra dificuldade na evolução do status sanitário, o que motivou a ADEPARÁ elaborar estratégias específicas para o desenvolvimento sanitário da região. Projetos específicos como o recadastramento e georreferenciamento de propriedades rurais, identificação de áreas, estudo sorológico para verificação da ausência ou presença viral da Febre Aftosa e Anemia infecciosa equina na região, estruturação do serviço de atenção agropecuária e vigilância epidemiológica, instalação de postos fixos e de fiscalização zoofitossanitária móveis, controle a brucelose e a tuberculose, entre outras.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Para o desenvolvimento dessas ações a ADEPARÁ articula-se com órgãos federais, estaduais, municipais e com o setor produtivo, efetivando parcerias para captação de recursos; implantação de postos fixos de Fiscalização Zoofitossanitária em lugares estratégicos no Arquipélago e de fiscalizações móveis para o controle de entrada e saída de animais, produtos e subprodutos na região; realização de treinamentos, cursos e outras ações de natureza didáticas pedagógicas adequadas ao aprimoramento e qualificação de recursos humanos.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Desenvolver, melhorar e avançar com os programas de defesa e inspeção animal e vegetal na região.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	600.000	780.000	1.120.00	1.320.000	1.500.000
	13.2 - Custeio	350.00	455.000	590.000	760.000	1.000.000

1- Nome do Programa/Ação: Projeto mutirão contra a febre aftosa						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Basa, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, Defensoria Pública do Estado, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Manter e ampliar os trabalhos de educação sanitária nas comunidades rurais, intensificando com um trabalho de conscientização permanente.						
8 - Descrição do Programa/Ação: A importância da ampliação do status sanitário em estados eminentemente pecuários determina a consolidação de ações do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa onde se implementam atividades que visam preservar a sanidade de seus rebanhos e conseqüentemente salvaguardar a produção animal. Desta forma a ADEPARÁ desenvolveu um projeto designado Mutirão contra a Febre Aftosa, que promove palestras em comunidades rurais, sindicatos e escolas municipais de modo a difundir e conscientizar a sociedade marajoara para as necessidades da erradicação desta doença.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Constante mobilização de técnicos especializados para os municípios de abrangência do projeto a fim de promover eventos e ministrar palestras educativas para a conscientização da importância da erradicação da Febre Aftosa, e confecção de vasto material educativo e de divulgação para atender as demandas do projeto tornando-o de tal modo um trabalho de conscientização permanente.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Conscientizar a população do arquipélago do Marajó da importância da vacinação contra a Febre Aftosa, dos benefícios, como o desenvolvimento econômico que um melhor status de área poderá trazer para a região.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução:						
13 - Previsão Orçamentária: (R\$)						
2007 a 2011		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	70.000	90.000	120.000	150.000	200.000
	13.2 - Custeio	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.300.000	1.300.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle a brucelose e a tuberculose						
2 – Órgão Responsável: ADEPARA						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, FRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 – Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Reduzir a prevalência da brucelose e tuberculose bovina e bubalina no Arquipélago do Marajó e conseqüentemente aumentar a produtividade do rebanho e diminuir a incidência das doenças no Homem.						
8 – Descrição do Programa/Ação: O Programa torna obrigatória a vacinação de todas as fêmeas bovídeas entre 3 e 8 meses de idade, realizada por vacinadores cadastrados sob responsabilidade de médico veterinário cadastrado na ADEPARA. A vacinação de bezerras contra a brucelose é considerada prioritária em razão de a prevalência ser alta no estado do Pará.						
9 – Estratégia para implementação do Programa/Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Divulgação maciça através de palestras e da mídia em todos os municípios do Arquipélago; - Vacinação sistemática das bezerras bovídeas de 3 a 8 meses de idade; - Capacitação dos médicos veterinários da ADEPARA; - Implantação da certificação de propriedades livres ou monitoradas de brucelose e tuberculose. 						
10 – Resultados Esperados/ alcançados do Programa/Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Conscientização da comunidade em geral, inclusive o produtor quanto à importância da implantação do Programa; - Elevação do índice vacinal contra a brucelose; - Redução significativa da prevalência e da incidência da brucelose e tuberculose em um prazo de 10 anos; - Adesão à certificação de propriedades Livres ou Monitoradas de Brucelose e Tuberculose; - Diminuir perdas econômicas; - Minimizar problemas de saúde pública por ser uma zoonose. 						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução:	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	30.000	40.000	50.000	65.000	85.000
2007 a 2011	13.2 - Custeio	320.000	410.000	530.000	690.000	897.000

1- Nome do Programa/Ação: Programa contra a raiva dos herbívoros						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Baixar a prevalência da raiva na população de herbívoros domésticos.						
8 - Descrição do Programa/Ação: A raiva é uma zoonose letal causada por vírus, afetando o sistema nervoso dos mamíferos silvestres e domésticos, inclusive o homem, tornando-se um sério problema de saúde pública e de impacto no setor agropecuário pelos grandes prejuízos econômicos que acarreta. No estado do Pará a raiva vem ocorrendo de forma endêmica em quase todos os municípios, e nos anos de 2004 e 2005, como agravante da situação, tivemos a ocorrência de 38 óbitos humanos por raiva transmitidos pelo morcego hematófago, necessitando desta forma intensificar a vigilância epidemiológica e o controle da doença não só no arquipélago do Marajó, como também em todos os municípios do estado.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Incrementar as ações relacionadas a educação sanitária voltadas para a prevenção da raiva dos herbívoros no arquipélago do Marajó - Vacinação de 100% da população de animais de produção susceptíveis na área endêmica - Intensificar o atendimento a todas as notificações de casos clínicos suspeitos - Envolver as comunidades através de suas lideranças - Capacitar recursos humanos 						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Controle da raiva dos herbívoros, atingindo uma condição sanitária satisfatória, e manter a população de morcegos hematófagos (<i>Desmodus rotundus</i>) monitorada e em harmonia com o meio ambiente.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	250.000	325.000	420.000	550.000	700.000
	13.2 - Custeio	450.000	580.000	750.000	980.000	1.200.000

1- Nome do Programa/Ação: Projeto para o aumento do índice vacinal contra a febre aftosa no arquipélago do marajó.						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Aumentar o índice vacinal de bovinos e bubalinos contra febre aftosa e possibilitar o avanço do PNEFA e a elevação do status sanitário da região do Arquipélago do Marajó, hoje Alto Risco, para área livre de febre aftosa com vacinação. Desta forma, possibilitar a liberação do trânsito e comércio de animais e produtos de origem animal para outras regiões, com uma melhor qualidade e sem restrições sanitárias, favorecendo assim, o desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população da região.						
8 - Descrição do Programa/Ação <ul style="list-style-type: none"> - Prestar incentivo aos pequenos produtores da região do Arquipélago do Marajó através da logística da chegada da vacina anti-aftosa nas propriedades rurais, com custo igual ao do comércio de Belém, sem que o produtor precise se deslocar até a capital para adquirir a mesma; - Prestar informações sobre o PNEFA desenvolvendo ações educativas, através de palestras e reuniões para as comunidades rurais da mesorregião Marajó; - Realizar vacinações assistidas nas propriedades da região, sob coordenação do Serviço Oficial com o objetivo de orientação dos produtores sobre o armazenamento, transporte e aplicação da vacina. - Construir currais comunitários em regiões específicas com a finalidade de proporcionar condições de manejo e vacinação no rebanho de pequenos produtores rurais. 						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Para o desenvolvimento dessas ações a ADEPARÁ necessita de parcerias com órgãos federais, estaduais, municipais, setor produtivo e iniciativa privada para a qualificação de recursos humanos, identificação de líderes nativos de cada município para participarem e colaborarem com os projetos da ADEPARÁ e logística/operacional da chegada de vacina ao pequeno produtor nos diversos municípios durante as campanhas obrigatórias.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Alcançar índice de cobertura vacinal acima de 98% e elevação do status sanitário da região para área livre de febre aftosa com vacinação.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: Obs.: As atividades podem ocorrer simultaneamente em todos os municípios durante o período de Etapas de Vacinação, conforme descrito a seguir: 1º Etapa de Vacinação: 15 de Agosto – 30 de Setembro 2º Etapa de Vacinação: 01 de Janeiro – 15 de Fevereiro	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	300.000	390.000	500.000	660.000	860.000
	13.2 - Custeio	650.000	845.000	1.100.000	1.400.000	1.800.000

1- Nome do Programa/Ação: Padronização do queijo do marajó						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Banco da Amazônia, Prefeituras Municipais, SAGRI, SECTAM, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fomentar o desenvolvimento da indústria comércio e serviços no arquipélago						
6 – Ação demandada: Viabilizar projetos para a adequação e posterior implantação da indústria nos municípios do Marajó para beneficiamento dos produtos regionais através do cooperativismo e associativismo.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Padronizar para posteriormente exercer inspeção sanitária sobre a obtenção, produção, qualidade e identidade dos produtos e derivados do leite de búfala.						
8 - Descrição do Programa/Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Prestar orientações através de ações educativas continuadas aos pequenos produtores do arquipélago do Marajó após a padronização, para que eles sejam adequados aos padrões de produção do mesmo. - Apresentar ao mercado a padronização do produto com a marca “Queijo do Marajó”, obedecendo aos padrões de qualidade e de identidade constantes em legislação estadual e federal vigentes. 						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Padronizar a marca queijo do Marajó. - Realizar reuniões técnicas divulgando e discutindo a legislação vigente para o enquadramento dos produtores rurais da área (Instrução Normativa nº 51 - MAPA) 						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar um produto de qualidade ao consumidor - Obter estabelecimentos industriais registrados no Serviço de Inspeção Estadual da ADEPARA, inserindo o arquipélago do Marajó no mercado industrial de laticínios. 						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: Execução em todos os municípios a partir das necessidades definidas pelo Grupo de Trabalho do Agronegócio.	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	50.000	65.000	85.000	110.000	140.000
	13.2 - Custeio	120.000	150.000	200.000	260.000	340.000

1- Nome do Programa/Ação: Instalação de postos fixos e de fiscalização zoofitosanitária moveis.						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Prevenir a entrada de doenças e pragas nas mais diversas regiões do Arquipélago do Marajó, promovendo um controle efetivo do fluxo de animais, produtos e subprodutos de origem animal e vegetal evitando assim a entrada e propagação de doenças e pragas no arquipélago.						
8 - Descrição do Programa/Ação: A entrada de um agente patológico ou de uma praga em determinada região pode acontecer por diversos meios, necessitando com isso um sistema de atenção e vigilância sanitária eficiente que garantam a manutenção da sanidade agropecuária. Podemos obter tais resultados através do controle do fluxo de animais, produtos e sub-produtos vegetais e animais o qual é realizado com a implantação e manutenção de postos fixos e móveis, assim como ações de vigilância epidemiológica em locais e regiões consideradas de risco.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Treinamento de profissionais envolvidos na atividade. - Implantação de postos fixos e móveis. - Execução de ações educativas visando diminuir as infrações cometidas. - Aplicar sanções previstas em lei mediante as infrações cometidas. 						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Controlar o fluxo de entrada e saída de animais, vegetais produtos e subprodutos; - Diminuição do trânsito informal, fazendo-se cumprir a legislação vigente; - Controle das áreas de risco. 						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	450.000	580.000	760.000	980.000	1.280.000
	13.2 - Custeio	250.000	320.000	420.000	550.000	720.000

1- Nome do Programa/Ação: Vigilância epidemiológica						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Detectar precocemente a ocorrência de doenças, possibilitando assim a tomada de medidas eficientes para a prevenção e o controle de doenças na região.						
8 - Descrição do Programa/Ação: A vigilância epidemiológica é um sistema que viabiliza estratégias de intervenção, por meio de ações que proporcionam o planejamento, a organização e operacionalização dos serviços de saúde animal, fortalecendo todas as áreas de abrangência e fornecendo orientações técnicas constantes para os responsáveis pela decisão e execução do controle sanitário.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: O serviço veterinário oficial local deverá realizar visitas mensais em pelo menos 7 propriedades cadastradas, com escolha aleatória das mesmas e, em média, 10 propriedades como tendo maior risco para a disseminação de doenças. Nos demais estabelecimentos, as visitas não deverão ser inferiores a 1 mensal e no caso específico das revendas de medicamentos veterinários, 2 visitas diárias no período de campanha de vacinação.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Prevenção e controle das doenças contempladas pelos programas sanitários animais, incluindo o alcance do status sanitário de livre de doenças, como por exemplo, a Febre Aftosa.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	340.921	440.000	580.000	750.000	980.000
	13.2 - Custeio	91.290	120.000	150.000	190.000	260.000

1- Nome do Programa/Ação: Programa de sanidade equídea.						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Controlar a AIE e erradicar o mormo no plantel de equídeos no arquipélago do Marajó.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Em decorrência das características geoeconômicas, sociais e políticas da região do Marajó, associado ao deficiente sistema de atenção veterinária, há necessidade de se instituir mecanismos de controle para A.I.E e erradicação do Mormo, através de estratégias que inicialmente devem esclarecer a atual situação epidemiológica para ambas as doenças.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: <ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar a participação de equídeos em eventos agropecuários, como feiras, leilões, e qualquer outro tipo de aglomeração, através da exigência da documentação sanitária necessária. - Controlar o Trânsito da saída e entrada de animais no arquipélago do Marajó - Realizar ações continuadas de educação sanitária - Realização de inquérito soro epidemiológico - Cadastramento georreferenciado das propriedades com equídeos 						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Implementar efetivamente um sistema de atenção veterinária que promova a sanidade do plantel equídeo marajoara.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	60.000	80.000	100.000	130.000	170.000
	13.2 – Custeio	150.000	190.000	250.000	330.000	430.000

1- Nome do Programa/Ação: Programa de controle da mosca da carambola						
2 – Órgão Responsável: ADEPARÁ						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Agricultura, Ministério Público, Polícia Militar do Estado, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, SAGRI, EMATER, FAEPA – SENAR, UFPA, UFRA, EMBRAPA e ARPP.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.						
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do marajó com novas tecnologias.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Prevenir a introdução, estabelecimento e dispersão da Mosca da Carambola no arquipélago Marajoara e rápida erradicação de focos após a sua detecção.						
8 - Descrição do Programa/Ação - Monitoramento para detecção da Mosca da Carambola no arquipélago através de armadilhas nos municípios que compõem a área limítrofe com o estado do Amapá e em outras áreas do arquipélago consideradas de risco pelo grande fluxo de transporte aéreo, rodoviário e fluvial. - Intensificar a fiscalização em portos, aeroportos e nas barreiras fitossanitárias interestaduais, visando à interceptação de frutas hospedeiras. - Aplicar imediatamente as medidas de emergência para erradicação de focos da praga, imediatamente após sua detecção. - Desenvolvimento de campanha de educação sanitária (rádio, tv...) visando a sensibilização de técnicos e gestores de órgãos envolvidos direta e indiretamente com agricultura, produtores rurais, bem como a população em geral.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: - Implantação de postos fixos de Fiscalização Zoofitossanitária em lugares estratégicos no Arquipélago e de fiscalizações móveis para o controle de entrada de frutos hospedeiros da Mosca da Carambola, - Realização de treinamentos de recursos humanos - Cadastramento das propriedades agroprodutivas						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Realizar o monitoramento em municípios estratégicos com regularidade e caso ocorra à presença da praga haja mobilização de todos os órgãos envolvidos para a implementação do Plano de Contingência.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Municípios de Salvaterra, Soure, Breves, Gurupá, Afuá e Chaves.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	2007 a 2011	13.1 - Investimento	430.000	560.000	720.000	940.000
		13.2 - Custeio	250.000	320.000	420.000	550.000
						720.000

1- Nome do Programa / Ação: Fortalecimento institucional da EMATER-PA (arquipélago do marajó).						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no arquipélago e elevar sua importância na economia do estado do Pará e em outros mercados consumidores da região.						
6 – Ação demandada: Estruturar unidades de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de produção agrossilvopastoril, pesca, aquicultura e turismo.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Fortalecer o trabalho de assistência técnica e extensão rural desenvolvidos pela Emater nos municípios do Arquipélago do Marajó, através da melhoria da infraestrutura física e operacional dos escritórios locais.						
8 – Descrição do Programa / Ação: A estruturação dos escritórios locais com a contratação de recursos humanos, a construção e reforma de sedes, e a aquisição de equipamentos, veículos e embarcações, proporcionará a ampliação e o avanço das atividades desenvolvidas pela empresa na região, aumentando a capacidade de trabalho no atendimento das demandas produtivas da agricultura familiar de uma das regiões do Estado com o mais baixo IDH. Capacitar o corpo técnico para atender os desafios de mudar o quadro de desenvolvimento do Arquipélago do Marajó.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Captação de recursos para implementação das ações Planejadas; Estabelecer parcerias com prefeituras municipais; Capacitação da equipe técnica; Contratação de pessoal.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Atender 100% dos municípios do arquipélago, com fortalecimento de 15 de escritórios locais em 15 municípios e implantação de um escritório local no município de Chaves e Santa Cruz do Arari. - Ampliar o número de famílias atendidas por município. - Ampliar e fortalecer as organizações sociais por município. - Contratação de 21 técnicos de nível superior e 18 técnicos de nível médio.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	1.700.000				
	13.2 - Custeio	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.300.000	2.300.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa para o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA, SEPAq e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: - Apoiar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó; - Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos; - Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas e a criação de terminais pesqueiros.						
6 – Ação demandada: - Fomentar a criação e produção de peixes, caprinos, ovinos, suínos, aves e abelhas; - Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização; - Promover a industrialização do pescado e demais produtos agrícolas, capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Disponibilizar meios para os pescadores artesanais aumentarem a renda e a produtividade dos seus negócios; promover a piscicultura de tanque-rede em tapagem de canais naturais.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Treinamentos em captura, manejo e beneficiamento do pescado; tecnologia de pesca; treinamentos em métodos e técnicas em gestão de empreendimentos piscícolas, em viveiros e tanques rede.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: <u>Resultados alcançados ano de 2006 na Pesca Artesanal:</u> 180 famílias atendidas; com uma produção de 19,2 toneladas de pescado; treinamento em tecnologia de pescado, 130 Kits de Pesca distribuídos nos 7 municípios beneficiados. <u>Resultados alcançados na Aquicultura em 2006:</u> 240 famílias atendidas por município; 05 Unidades Demonstrativas de Tanque-rede instaladas; 06 Cursos de Captura, Manejo e Beneficiamento do pescado; 05 Cursos de Criação de Peixes em Tanque-rede, para piscicultores e pescadores artesanais; 05 Excursões técnicas em Piscicultura. <u>Resultados esperados para 2007 na Pesca Artesanal:</u> ampliação do público assistido 216 famílias, com aplicação de crédito, capacitação de mão-de-obra e aumento da produção, estimada em 23 toneladas de pescado. <u>Resultados esperados na Aquicultura em 2007:</u> Atendimento de 300 famílias por município; 05 Unidades Demonstrativas de Tanque-rede instaladas; 06 Cursos de Captura, Manejo e Beneficiamento do Pescado; 05 Cursos de Criação de Peixes em Tanque-rede, para piscicultores e pescadores artesanais; 05 Excursões Técnicas em Piscicultura.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: 2007 a 2011.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	410.000	490.000	540.000	590.000	650.000
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em área de reforma agrária, populações tradicionais e reservas extrativistas.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos.						
6 – Ação demandada: Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Implementar, desenvolver e difundir tecnologias de produção de plantas e ou animais de pouco impacto ambiental visando melhor aproveitamento e ocupação da mão de obra local, mediante metodologias participativas, em áreas de reforma agrária, populações tradicionais e reservas extrativistas.						
8 – Descrição do Programa / Ação: As Unidades Demonstrativas permitem que os agricultores familiares tomem conhecimento de novas tecnologias sustentáveis que levem em consideração o conhecimento das populações locais, constituindo-se num espaço onde ocorrem discussões, troca de experiências, realização de eventos (reuniões técnicas, demonstração de métodos, dias de campo, demonstração de métodos, excursões, etc.), permitam a demonstração de cultivares de qualidade geneticamente comprovada e o manejo florestal comunitário.						
9 – Estratégia para implementação do Programa / Ação: Privilegiar a relação da participação e gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa / Ação: <u>Resultados alcançados em 2006:</u> foram instaladas 09 Novas Unidades Demonstrativas, com um total de 14 Unidades Demonstrativas instaladas no Arquipélago, beneficiando 280 famílias. <u>Resultados esperados para 2007:</u> Instalação de mais 10 Unidades Demonstrativas, beneficiando mais 200 famílias de agricultores familiares.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: - Seleção do público assistido – 1º semestre - Treinamentos - 1º semestre - Implantação dos projetos - 1º semestre - Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) - 2º semestre. - Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	110.000	120.000	130.000	140.000	150.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio à cadeia produtiva sustentável de origem animal e vegetal – pequenos animais.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Apoiar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó.						
6 – Ação demandada: Fomentar a criação e produção de peixes, caprinos, ovino, suínos, aves e abelhas.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a melhoria das condições alimentares e de renda dos agricultores familiares, tendo como base a produção de pequenos animais.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Implantação de pólos de produção de pequenos animais nos municípios do Arquipélago do Marajó, incentivando a educação alimentar, informando sobre a qualidade dos produtos, evitando a ocorrência de doenças, obtendo boa performance e bem estar dos animais, além de assegurar ao consumidor um produto de boa qualidade, proporcionando melhoria de renda aos agricultores familiares.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Os indicadores de desenvolvimento no ano de 2006 foram: 210 famílias atendidas; Resultados esperados para 2007: ampliação do público assistido (420 famílias); Os indicadores de desenvolvimento são: 07 Cursos de capacitação em criação de pequenos animais.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Todos os municípios do Arquipélago						
12 - Cronograma de execução: - Seleção do público assistido – 1º semestre - Treinamentos - 1º semestre - Implantação dos projetos - 1º semestre - Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) - 2º semestre. - Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	140.000	170.000	190.000	200.000	230.000
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa com ênfase à organização social e gestão ambiental							
2 – Órgão Responsável: EMATER							
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.							
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis							
5 - Diretriz: - Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos; - Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no arquipélago e levar sua importância na economia do estado do Pará e em outros mercados consumidores da região.							
6 – Ação demandada: -Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização; - Capacitar e organizar dirigentes de associações de agricultores, pescadores remanescentes de quilombolas e prestadores de serviços, bem como moradores de áreas de assentamento para desenvolvimento da política do setor produtivo do Marajó.							
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a gestão participativa de empreendimentos solidários no meio rural, para que os produtos tenham acesso a fontes alternativas de renda, inclusive através de financiamentos para suas atividades, com enfoque para preservação do meio ambiente.							
8 – Descrição do Programa / Ação: Fortalecimento da gestão das organizações rurais, contribuição na criação e assessoramento de formas associativas, como cooperativas, grupo de produtores, sindicatos, associações e outros.							
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de crédito diferenciada para a atividade (Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar).							
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Atuação junto a 161 Associação de Produtores; 07 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural; 100 Sindicatos de Trabalhadores Rurais; 20 Colônias de Pescadores; 50 Grupos de Jovens.							
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do Arquipélago.							
12 - Cronograma de execução: - Promoção da cidadania e organização social – durante o ano todo. - Assessoramento a Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, Sindicatos, Colônia de Pescadores, Grupo de Jovens - durante o ano todo.		13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
			2007	2008	2009	2010	2011
		13.1 - Investimento					
		13.2 - Custeio					
			42.000	50.000	55.000	61.000	67.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio a programas de combate a pobreza no meio rural - olericultura.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos.						
6 – Ação demandada: Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos, diagnósticos, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, créditos e comercialização.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a melhoria das condições alimentares e de renda dos agricultores familiares, através da produção de hortaliças adaptadas às condições do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Treinamentos sobre cultivo, produção e comercialização de hortaliças; Instalação de Unidades Demonstrativas; Realização de Excursões e Dias de campo; Avaliar a evolução sócio-econômica das famílias.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Resultados esperados para 2007: ampliação do público assistido de 220 para 480 famílias, com uma área de 110 ha; Instalação de 05 de Unidades Demonstrativa com 50 famílias atendidas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos - 1º semestre Implantação dos projetos - 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) - 1º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	86.000	100.000	115.000	130.000	140.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio à cadeia produtiva sustentável de origem animal e vegetal – bubalinocultura e bovinocultura de corte e de leite.					
2 – Órgão Responsável: EMATER					
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.					
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis					
5 - Diretriz: Promover a recuperação da atividade pecuária.					
6 – Ação demandada: Reorganizar e fortalecer a pecuária do Marajó com novas tecnologias.					
7 – Objetivo do Programa / Ação: Estimular a organização de empreendimentos solidários para favorecer todo o processo produtivo desde a aquisição de animais, industrialização até a comercialização; Estimular o uso de praticas de sistema de manejo de pastagens do tipo rotativo em sistemas agrosilvopastoril.					
8 – Descrição do Programa / Ação: Orientar técnicas de produção, higienização, beneficiamento, industrialização, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos e derivados da cadeia produtiva da carne e leite, além, de estimular a pratica de sistema de manejo de pastagens do tipo rotativo em sistemas agrosilvopastoril.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: <u>Resultados alcançados em 2006:</u> foram atendidos 119 produtores em bovino de corte com um plantel de 6.926 animais e uma produção de 7.445 T; atendidos 20 produtores em bovino de leite com um plantel de 372 animais, com uma produção de 38.232 litros de leite. Em bubalino de corte, foram atendidos 135 produtores, com um plantel de 14.096 animais e uma produção de 18.620 T e, bubalino de leite foram atendidos 29 produtores, com um plantel de 1.400 animais com uma produção de 504.000 litros de leite.					
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do Arquipélago.					
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos – 1º semestre Instalação de Unidades Demonstrativas – 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc) – 2º semestre. Avaliação – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento				
	13.2 - Custeio	25.000	30.000	33.000	35.000
					2011

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio à cadeia produtiva sustentável de origem animal e vegetal - produção de mudas.					
2 – Órgão Responsável: EMATER					
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, IBAMA, SEMA e EMBRAPA.					
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis					
5 - Diretriz: Apoiar estudos destinados à identificação e estímulos às cadeias produtivas sustentáveis do Arquipélago do Marajó;					
6 – Ação demandada: Criar centros de produção de sementes e mudas para a implantação de lavouras, manejo de essências florestais e produção de fruteiras na região.					
7 – Objetivo do Programa / Ação: Produzir mudas de qualidade ao nível de produtores nos municípios do Arquipélago do Marajó para apoiar os diferentes sistemas de produção a serem implantadas.					
8 – Descrição do Programa / Ação: Orientar os agricultores familiares, através de tecnologias ecologicamente corretas e sustentáveis, sobre produção de mudas, utilizando cultivares de boa qualidade genética, permitindo melhorias das condições sócio-econômicas dessas famílias; Treinamentos sobre produção e comercialização de mudas; Instalação de Unidades Demonstrativas; Realização de Excursões e Dias de campo; Avaliar a evolução sócio-econômica das famílias envolvidas nos projetos.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Resultados esperados para 2007: ampliação do público assistido para 180 famílias, com uma produção de 87.600 mudas; Instalação de 05 de Unidades Demonstrativas com 50 famílias atendidas.					
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Em todos os municípios do Arquipélago.					
12 - Cronograma de execução: - Avaliação da evolução sócio-econômica das famílias; - Seleção do público assistido – 1º semestre; - Treinamentos – 1º semestre; - Instalação de Unidades Demonstrativas – 1º semestre; - Realização de métodos (Dia de Campo, Excursões, e outros); - Avaliação do Projeto – Durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento	200.000	125.000		
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio à cadeia produtiva sustentável de origem animal e vegetal - fruticultura consorciada com culturas anuais.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, IBAMA, SEMA e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a difusão do manejo florestal comunitário e empresarial;						
6 – Ação demandada: Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis (sistemas agro-florestais) e com financiamentos para o produtor rural, através do PRONAF-FLORESTAL, FNO e outros; Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago do Marajó.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Realizar estudos técnicos e proporcionar a recuperação de áreas alteradas com sistemas agroflorestais, envolvendo a produção.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Inserção de fruteiras consorciadas com culturas anuais (arroz, milho, mandioca, caupi, etc.), principalmente áreas alteradas visando recuperação do solo, utilizando leguminosas com adubação nitrogenada, e realizando rotação de culturas.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: <u>Resultados esperados para 2007:</u> Instalação de mais 05 Unidades Demonstrativas, em área de 5,0 ha; realização de 05 Dias de Campo; 05 Excursões; 10 Demonstrações de métodos.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: - Em todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos – 1º semestre Implantação dos projetos – 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) – 2º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	55.000	66.000	75.000	80.000	90.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio à cadeia produtiva sustentável de origem animal e vegetal - manejo de açaizais nativos em sistemas agroflorestais.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Promover a difusão do manejo florestal comunitário e empresarial;						
6 – Ação demandada: Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis (sistemas agro-florestais) e com financiamentos para o produtor rural, através do PRONAF-FLORESTAL, FNO e outros.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover a conservação do ecossistema de várzea, mediante o manejo sustentável de açaizais e enriquecimento com espécies nativas de potencial econômica, proporcionando renda e ocupação da mão-de-obra local.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Inserção de técnicas de manejo agroflorestal com ênfase na conservação dos Açaizais e espécies florestais nativas existentes e via enriquecimento com outras espécies nativas, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas, permitindo melhorias das condições sócio-econômicas dos agricultores familiares.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Resultados esperados para 2007: ampliação do público assistido (3.638 famílias); aumento da produtividade para 4.673 t/ha, com uma produção de 32.575, em uma área de 6.971 ha. Instalação de 10 de Unidades Demonstrativa com 180 famílias atendidas, instaladas em área de 9,0 ha.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: - Em todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos - 1º semestre Implantação dos projetos - 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) -2º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	65.000	75.000	85.000	95.000	100.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio ao programa de combate a pobreza no meio rural - culturas alimentares anuais.						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SECTAM e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: - Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos. - Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago						
6 – Ação demandada: Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Desenvolver atividades de ATER e pesquisa visando à transferência de tecnologia que contribua para sustentabilidade de sistema de produção de alimentos via culturas de ciclo curto.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Instalação de unidades de observação e demonstração com de espécies alimentares de ciclo curto, recomendados pela pesquisa.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Total de 1600 famílias beneficiadas por ano.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: - Em todos os municípios do Arquipélago.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos - 1º semestre Implantação dos projetos - 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) -2º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	86.000	100.000	115.000	130.000	140.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio ao turismo rural familiar						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, PARATUR, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, CEPNOR/ICMBio, SEMA, SEDECT.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 - Diretriz: Fortalecer a atividade do turismo, implementação do PROECOTUR / MMA, os programas do ministério do turismo e outros e ampliação para outros municípios.						
6 – Ação demandada: - Fortalecer a atividade turística através de parceria com empresas de turismo - Criar mecanismos de fomento para a atividade turística e apoiar o turismo de base comunitária						
7 – Objetivo do Programa / Ação: Promover o desenvolvimento rural sustentável mediante implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida e dar suporte ao Programa nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição do Programa / Ação: Curso de capacitação em turismo rural e ecológico; Curso de plano de negócio de turismo rural e ecológico; Gestão de negócio de turismo rural e ecológico.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Capacitação de 120 famílias por ano em turismo rural ecológico e comunitário, e em torno de 30 famílias por município.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Municípios de Salvaterra, Soure, Curralinho, Breves, Portel e Chaves.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos - 1º semestre Implantação dos projetos - 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) -2º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000

1- Nome do Programa / Ação: ATER e pesquisa em apoio ao desenvolvimento da bioenergia						
2 – Órgão Responsável: EMATER						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, MDS - CONSAD, MDA, Agentes financeiros, Colônia de Pescadores e Sindicato dos Trabalhadores/Produtores Rurais, SAGRI, SECTAM e EMBRAPA.						
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5 – Diretriz: Promover a difusão do manejo florestal comunitário e empresarial;						
6 – Ação demandada: - Criar mecanismos para facilitar o manejo florestal comunitário; - Criar e implantar um plano de reflorestamento e a utilização de essências regionais e frutíferas tropicais.						
7 – Objetivo do Programa / Ação: - Promover a conservação do ecossistema de várzea, mediante o manejo sustentável e enriquecimento com espécies nativas produtoras de óleo vegetal, visando à produção de biodiesel, proporcionando renda e ocupação da mão-de-obra local. - Apoiar a instalação de energia solar em comunidades remotas do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição do Programa / Ação: - Inserção de técnicas de manejo agroflorestal com ênfase na a conservação de espécies florestais oleaginosas nativas e enriquecimento com outras espécies, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas, permitindo melhorias das condições sócio-econômicas dos agricultores familiares. - Levar energia solar para as comunidades onde o acesso à energia elétrica seja muito difícil.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Privilegiar a relação da participação e Gestão compartilhada, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil organizada; Fortalecimento da EMATER (ampliação do quadro de técnicos, infra-estrutura, transporte, etc.); Política de Crédito Diferenciada para a atividade (investimento e custeio).						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Resultados esperados por/ano: - 100 agricultores assistidos; 03 cursos realizados; 03 UD implantadas; 01 excursão realizada; 200 cartilhas informativas distribuídas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação: Ponta de Pedras, Bagre e Anajás.						
12 - Cronograma de execução: Seleção do público assistido – 1º semestre Treinamentos - 1º semestre Implantação dos projetos - 1º semestre Realização de Métodos (Dia de Campo, Excursões, etc.) - 2º semestre. Avaliações – durante o ano todo.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	50.000	75.000	82.000	90.000	100.000

1- Nome do Programa/Ação: Pará florestal.					
2 – Órgão Responsável: IDEFLOR					
3 – Órgãos Parceiros: SAGRI, EMATER e FASE					
4 - Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis					
5 - Diretriz: - Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Arquipélago, assim como elevar a importância da economia local no contexto da economia do Estado do Pará, aproveitando-se da relativa proximidade do grande mercado consumidor representado pela Região Metropolitana de Belém; - Apoiar a realização de estudos, destinados a aprimorar o conhecimento das possibilidades e potencialidades socioeconômicas do Arquipélago do Marajó observando-se os princípios da sustentabilidade; - Promover a difusão do Manejo Florestal					
6 – Ação demandada: - Apoiar projetos e pesquisas ao fomento de manejo florestal e de modelos de uso e aproveitamento sustentáveis de produtos madeireiros e não-madeireiros, e de serviços florestais, com atenção especial àqueles de gestão comunitária e familiar; - Apoiar projetos de difusão e ao aprimoramento de tecnologias sustentáveis de beneficiamento industrial de produtos e subprodutos de base florestal; - Fortalecimento do assessoramento técnico-econômico florestal da cadeia produtiva; - Estimular a inserção de novos produtos não madeireiros; - Divulgar as linhas de crédito e propor adequação.					
7 – Objetivo do Programa / Ação: Identificar e conhecer os agentes econômicos envolvidos na atividade florestal madeireira e não-madeireira para divulgar e apoiar experiências de empreendedorismo em pequena e média escala, organizando e capacitando os agentes da atividade produtiva, catalogando e difundindo informações sobre os produtos madeireiros e não-madeireiros visando viabilizar a entrada de novos produtos mercado e facilitar o acesso ao crédito.					
8 – Descrição do Programa / Ação: Serão realizadas visitas aos municípios a fim de identificar potenciais experiências a receber apoio na organização e gestão de projetos com base no uso dos recursos florestais. Tais projetos terão assessoria do IDEFLOR durante o processo de implementação e desenvolvimento de atividades produtivas, bem como capacitação e treinamento para minimizar entraves econômicas das atividades desenvolvidas.					
9-Estratégia para implementação da Ação: A identificação, seleção, levantamento de dados e apoio às experiências de projetos de uso de recursos florestais será realizado com visitas nos municípios e assessoria técnica realizada pelo Ideflor e Instituições parceiras através de treinamento, capacitação quando identificados os entraves da atividade produtiva.					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: - Visita as regiões com potencial florestal do setor madeireiro e não madeireiro, com mobilização das instituições e organizações da sociedade civil envolvidas; - Disseminação de informações da cadeia produtiva através de publicações; - Fortalecimento e difusão dos cursos técnico-econômicos florestais ao agente envolvidos na cadeia produtiva; - Estimular a capacitar agentes florestais - Construção de estratégias que viabilizem a inserção de produtos madeireiros e não madeireiros no mercado; - Identificando as linhas de crédito diferenciadas existentes e suas alterações no estado e no Brasil.					
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Municípios de Salvaterra, Breves e Gurupá.					
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento				
	13.2 – Custeio	128.956	83.735	40.517	34.432

1. Nome do programa/ação em andamento: 0A31 - Apoio à Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade						
2. Órgão Responsável: SBF/MMA						
3. Órgãos Parceiros: MDA/INCRA						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis Ordenamento territorial regularização fundiária e gestão ambiental						
5. Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos de assistência técnica e crédito para o pequeno produtor; Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos;						
6. Ação demandada: Garantir e ampliar recursos de contrapartida para implementar projetos de C&T já pactuados e celebrados.						
7. Objetivo do Programa/Ação: Apoiar sistemas comunitários de promoção da conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, por meio da implementação de Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs.						
8. Descrição do Programa/Ação: Os CIMAs são Centros de Referência de irradiação e manejo da agrobiodiversidade, visando consolidar atividades em cinco linhas temáticas principais, relacionadas à agrobiodiversidade e à agricultura familiar, a saber: i) sementes crioulas; ii) plantas medicinais e produtos fitoterápicos; iii) sistemas agroflorestais; iv) manejo agroextrativista; e v) manejo animal alternativo. Nesse sentido, a localização de cada CIMA é um ponto chave para todo o sucesso da proposta, devendo considerar três aspectos fundamentais: i) acúmulo de experiência na área agroecológica; ii) capacidade multiplicadora e iii) distribuição entre os principais biomas e regiões do Brasil.						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: A concepção do CIMA prevê a necessidade da formação de agentes multiplicadores (técnicos extensionistas, lideranças e equipe didática) e a capacitação de agricultores familiares e lideranças locais por meio de atividades tais como oficinas de formação e treinamento, visitas de campo e práticas de campo, todas sob modelos participativos. Outra estratégia associada à implementação dos CIMAs é o desenvolvimento de atividades demonstrativas, em cada uma das linhas temáticas selecionadas. É necessário também o envolvimento de parceiros locais/regionais que possam dar suporte técnico às metas/atividades propostas nos CIMAs (universidades, centros de pesquisa, ONGs, instituições governamentais municipais/estaduais, etc).						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: A concepção do projeto, foi delineada de tal modo que as experiências e resultados obtidos nas comunidades selecionadas envolvidas pelo CIMA se tornem referência para que sejam reproduzidas e multiplicadas em outras comunidades vizinhas, ampliando-se o contingente de beneficiados pelo projeto e a conservação da agrobiodiversidade na propriedade.						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Todos os Biomas						
12-Cronograma de Execução: 2 anos	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento	40.000				
	13.2 Custeio	110.000	110.000			

1. Nome do programa/ação em andamento: Finalização da Unidade Agroindustrial para processamento de palmito em conserva, no município de Gurupá						
2. Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente/SEDR/DEX						
3. Órgãos Parceiros: Prefeitura Municipal de Gurupá						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5. Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos de assistência técnica e crédito para o pequeno produtor;						
6. Ação demandada:						
7. Objetivo do Programa/Ação: Promover o uso sustentável dos recursos naturais da floresta, promovendo a geração de emprego e renda para aos extrativistas do município de Gurupá, através da instalação de uma fábrica para a produção de palmito de açaí em conserva.						
8. Descrição do Programa/Ação: Realização de obras para finalização da unidade de beneficiamento de palmito.						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: A estratégia adotada para a implementação desta ação foi o repasse dos recursos à Associação Cooperativista de Gurupá-ACOEX						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: Como resultado desta ação espera-se que o município de Gurupá possua uma unidade de beneficiamento de palmito extraídos de forma sustentável pelas comunidades extrativistas desse município.						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Município de Gurupá						
12-Cronograma de Execução: Início em 2007, com prazo de execução de 06 meses	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento					
	13.2 Custeio	99.531,08				

1. Nome do programa/ação em andamento: Incentivo a produção pesqueira auto-sustentável para a permanência dos pescadores nas regiões Ribeirinhas de São Sebastião da Boa Vista						
2. Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente/SEDR/DEX						
3. Órgãos Parceiros:						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5. Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos de assistência técnica e crédito para o pequeno produtor;						
6. Ação demandada:						
7. Objetivo do Programa/Ação: Conscientizar e incentivar os pescadores(as) a trabalhar de forma sustentável propiciando melhores condições de vida para os trabalhadores da pesca artesanal extrativista de São Sebastião da Boa Vista						
8. Descrição do Programa/Ação: Esse objetivo será alcançado através da aquisição de apetrechos de pesca, embarcações, equipamentos; da construção de infra-estrutura para aproveitamento do pescado; além da realização de cursos para gerenciamento empresarial e beneficiamento do pescado.						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: A estratégia adotada para a implementação desta ação foi o repasse dos recursos à Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais e Extrativistas de São Sebastião da Boa Vista – APAEBV, para que ela realize as atividades previstas acima.						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: Aproximadamente 40 famílias de pequenos pescadores beneficiadas com o estabelecimento de melhores condições de trabalho para garantir a produção e comercialização de pescado através da realização de capacitações e aquisição de apetrechos de pesca e equipamentos.						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Município de São Sebastião da Boa Vista						
12-Cronograma de Execução: De 19/06/2006 à 19/07/2007	13- Dotação orçamentária: (R\$) Valor total da ação: R\$79.998,00					
		2006	2007	2008	2009	2010
	13.1 Investimento		46.958,00			
	13.2 Custeio	33.040,00				

1. Nome do programa/ação em andamento: 1270 - Proambiente – Implantação dos Pólos do Proambiente - Pólo Marajó – Ação 1C12
2. Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente
3. Órgãos Parceiros: MDA, Embrapa, MDS, Funai, ICMBio, Incra, SEAP/PR, MPO, Censipam,
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis Ordenamento territorial regularização fundiária e gestão ambiental
5. Diretriz: Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos de assistência técnica e crédito para o pequeno produtor; Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos;
6. Ação demandada:
7. Objetivo do Programa/Ação: Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais / Elaborar e implementar planos de desenvolvimento em escala territorial, de Planos de Uso das Unidades de Produção Familiar, Acordos Comunitários e a certificação de cumprimento dos compromissos formalizados nestes documentos. O planejamento em escala territorial procura realizar um diagnóstico do território rural e estabelecer uma agenda de desenvolvimento sustentável da produção familiar. Os Planos de Uso visa pautar dentro das unidades produtivas as diretrizes levantadas no planejamento territorial e, através de uma abordagem holística da propriedade, definir pontos de conversão e metas para a mudança de uso da terra levando à prestação de serviços ambientais. Os Acordos Comunitários devem formalizar os compromissos dos produtores com a execução de seus Planos e estabelecer a base da certificação de prestação de serviços ambientais. A certificação, através da combinação do componente participativo representado pelos Acordos Comunitários com a certificação de terceira parte, deve efetivamente atestar a prestação de serviços ambientais pelos produtores e a conciliação da produção com a conservação ambiental em suas Unidades Produtivas. As etapas de execução dessa ação tem por objetivo iniciar um processo inovador de desenvolvimento rural nos Pólos do Proambiente através de inserção de aspectos ambientais e sociais no planejamento e gestão dos territórios e das Unidades Produtivas.
8. Descrição do Programa/Ação: Capacitação às organizações sociais para fortalecimento e gestão participativa do Proambiente. Disponibilizar capacitação às equipes técnicas executoras sobre: o funcionamento do Proambiente; elaboração e implementação dos Planos de desenvolvimento territorial e Planos de Utilização das Unidades de Produção; estabelecimento dos Acordos Comunitários de Certificação de Serviços Ambientais; acompanhamento das auditorias externas de certificação; acompanhamento das etapas de georreferenciamento e monitoramento ambiental do Programa. Apoio financeiro e logístico e disponibilização de recursos para elaboração dos Planos e dos Acordos Comunitários. Apoio financeiro e disponibilização de recursos para certificação externa dos serviços ambientais: (1) redução do desmatamento; (2) recuperação de áreas degradadas e/ou cobertura florestal; (3) conservação do solo; (4) conservação da água; (5) conservação da biodiversidade; (6) redução do risco de fogo; (7) eliminação do uso de agrotóxicos; (8) troca de matriz energética; (9) transição para agricultura de base ecológica; (10) sequestro de carbono.
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: Visitas às Unidades de Produção Familiar para construção participativa dos Planos de uso; Realização reuniões com grupos comunitários; Oficinas de seleção de alternativas para elaboração dos pontos de conversão (prioridades); Oficinas de diagnósticos de uso dos recursos pesqueiros das zonas de captura; Reuniões do Congep; Reuniões comunitárias para devolução dos Planos de UPFs; Oficinas de aprovação dos planos de zonas de captura; Reuniões do Conselho Gestor do Pólo.
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: Elaboração participativa de Planos de uso dos quintais familiares e de Planos de Uso Coletivo dos Recursos Pesqueiros, visando a prestação de serviços ambientais.
11. Abrangência territorial do Programa/Ação:

Municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari						
12-Cronograma de Execução: De 19/06/2006 à 19/07/2007	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento		55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00
	13.2 Custeio	150.000,00	395.000,00	395.000,00	395.000,00	395.000,00

1. Nome do programa/ação em andamento: Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo de base comunitária – Resex de Soure						
2. Órgão Responsável: MMA						
3. Órgãos Parceiros: Ministério do Meio Ambiente, ICMBio / CNPT, Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI, Governo do Estado do Pará, Paratur - Agência de Turismo do Estado do Pará, Ministério do Turismo, sociedade civil local, trade turístico local.						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5. Diretriz: Promover a criação e implementação de unidades de conservação						
6. Ação demandada: Estruturar as unidades de conservação para o desenvolvimento de atividades turísticas;						
7. Objetivo do Programa/Ação: O objetivo do projeto é fomentar a participação das comunidades tradicionais residentes ou moradoras do entorno da RESEX Marinha de Soure no desenvolvimento do ecoturismo na região, conciliando a conservação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais e a geração de trabalho e renda. O desenvolvimento da atividade ecoturística no destino, de forma sustentável, se fará mediante o planejamento e organização das instituições locais e a profissionalização dos serviços turísticos. Os componentes principais do projeto são: informação e conscientização turística, estruturação e gestão coordenada do destino turístico pela população local, fortalecimento do setor privado, valorização e melhora da oferta turística, marketing eficaz do destino turístico, monitoramento e avaliação do projeto de cooperação.						
8. Descrição do Programa/Ação: As atividades, cronograma e desembolsos ainda estão sendo detalhados pelos parceiros. Ações no PPA: <u>Programa 0499 - Programa Áreas Protegidas do Brasil</u> Unidade Responsável pela Execução: Programa Nacional de Ecoturismo Ação 6068 - Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis em Ecoturismo - <u>Programa 0511 - Gestão de Política de Meio Ambiente</u> Unidade Responsável pela Execução: Programa Nacional de Ecoturismo Ação 8661 - Planejamento para o Desenvolvimento do Ecoturismo em Áreas Selecionadas						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: No momento, estão sendo formalizadas as parcerias e detalhados as atividades, responsabilidades e desembolsos.						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: Melhoria da qualidade de vida da população; melhoria da conservação dos recursos naturais; aumento de alternativas econômicas sustentáveis; exploração eficiente da atividade ecoturística. Como indicadores mensuráveis, pode-se citar: Plano de Desenvolvimento do Turismo da RESEX elaborado; Instância público-privada de Turismo criada; Estudo de Mercado e Plano de Marketing elaborado.						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Soure						
12-Cronograma de Execução	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento					
	13.2 Custeio					

1. Nome do programa/ação em andamento: Apoio a projetos de agroextrativismo com foco na consolidação de cadeias produtivas sustentáveis						
2. Órgão Responsável: MMA / SEDR / DEX (Cex e Probem)						
3. Órgãos Parceiros: SEMA/PA e outros órgãos do governo do estado, ICMBio/Diusp, Organizações de produtores agroextrativistas, MDA/SAF/SDT/Incra						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis Ordenamento territorial regularização fundiária e gestão ambiental						
5. Diretriz: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago. Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos. Ordenamento territorial regularização fundiária e gestão ambiental : Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da conservação, preservação e manejo controlado desses recursos						
6. Ação demandada: Trabalhar a cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não madeireiros visando a agregação de valor						
7. Objetivo do Programa/Ação: Apoiar o desenvolvimento de cadeias de produtos baseadas em recursos florestais não-madeireiros estratégicos para o arquipélago. Objetivos específicos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as cadeias produtivas estratégicas e seus principais gargalos/lacunas e potencialidades/oportunidades; 2. Apoiar projetos para o incremento da competitividade destas cadeias, com foco nos gargalos/lacunas e potencialidades/oportunidades identificados; Acompanhar e avaliar os benefícios socioculturais associados aos arranjos e cadeias produtivas apoiados						
8. Descrição do Programa/Ação: A ação será realizada em 5 etapas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico preliminar e planejamento do fomento: eleição de cadeias prioritárias e principais gargalos (sistematização de dados, pesquisa de campo e workshop); 2. Lançamento de edital para projetos; 3. Avaliação preliminar e planejamento (sistematização de dados, pesquisa de campo e workshop); 4. Lançamento de edital para consolidação; 5. Avaliação e monitoramento 						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação: Levantamento das informações disponíveis; Levantamento das informações não disponíveis (ida a campo); Seleção participativa das cadeias prioritárias e gargalos da cadeia principal (workshop I); Lançamento de edital para apoiar a projetos relacionados ao gargalo identificado; Levantamento das informações disponíveis e das informações não disponíveis (ida a campo) sobre a cadeia; Definição participativa das prioridades para consolidação da cadeia (workshop II); Lançamento de edital II para apoiar projetos relacionados a prioridade identificada; Acompanhamento dos resultados no campo.						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação: Como resultado, espera-se que se verifique incremento nas cadeias de produtos selecionadas a nível local, especialmente na renda de comunidades agroextrativistas, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável local e regional.						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Toda a área do Plano						
12-Cronograma de Execução: 2 anos.	13- Dotação orçamentária: (R\$) Orçamento total: R\$1.442.000,00; Logo, necessita-se de apoio de parceiros para a execução da ação, com aporte de no mínimo mais R\$780.000,00 de outras fontes					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento					
	13.2 Custeio	329.000,00	333.000,00			

1. Nome do programa/ação em andamento: Ciência e tecnologia para o desenvolvimento						
2. Órgão Responsável: SEDECT						
3. Órgãos Parceiros: MCT/FINEP/CNPq/UFPa/HEMOPA/IEC/Fund. Santa Casa/H.U. João de Barros Barreto.						
4. Tema: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis						
5. Diretriz:						
6. Ação demandada: Garantir e ampliar recursos de contrapartida para implementar projetos de C&T já pactuados e celebrados.						
7. Objetivo do Programa/Ação:						
8. Descrição do Programa/Ação: Implementar a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado através de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento, à capacitação, e fixação de RH e cooperação interinstitucional. Utiliza os APL como instrumento de organização do processo produtivo.						
9. Estratégia para implementação do Programa/Ação:						
10. Resultados esperados/alcançados do programa/Ação:						
11. Abrangência territorial do Programa/Ação: Salvaterra, Soure, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras.						
12-Cronograma de Execução	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento					
	13.2 Custeio	45.000				

Abaixo as ações dos órgãos dos Governos Federal e Estadual direcionados para as demandas focadas no eixo temático Infra-estrutura para o Desenvolvimento.

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: construção de estação de passageiros						
2 – Órgão Responsável: SETRAN						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento						
5 - Diretriz: Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.						
6 – Ação demandada: Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes.						
7 – Objetivo da Ação: desenvolver o potencial da região no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo e desenvolvimento social e econômico.						
8 - Descrição da Ação: Esta ação visa a Construção de Estação de Passageiros no município de S. Sebastião da Boa Vista.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Para o desenvolvimento dessa ação o SETRAN articula-se com parcerias, principalmente com o Governo Federal.						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: São Sebastião da Boa Vista – CIDE 2007						
12-Cronograma de Execução	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento	480.251				
	13.2 Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: construção de terminal hidroviário de passageiros.						
2 – Órgão Responsável: SETRAN						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento						
5 - Diretriz: Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.						
6 – Ação demandada: - Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes; - Construir e/ou melhorar os terminais hidroviários de forma satisfatória.						
7 – Objetivo da Ação: Desenvolver o potencial da região no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo e desenvolvimento social e econômico.						
8 - Descrição da Ação: Esta ação visa a Construção de Terminal Hidroviário de Passageiros dos municípios de Chaves e Afuá.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Para o desenvolvimento dessa ação o SETRAN articula-se com parcerias, principalmente com o Governo Federal.						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Chaves- SEDE e Afuá- SEDE						
12-Cronograma de Execução	13- Dotação orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento		2.000.000			
	13.2 Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: construção de trapiche em concreto					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.					
6 – Ação demandada: Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes.					
7 – Objetivo da Ação: Desenvolver o potencial da região no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo e desenvolvimento social e econômico.					
8 - Descrição da Ação: Esta ação visa à construção de trapiche em concreto.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Para o desenvolvimento dessa ação o SETRAN articula-se com parcerias, principalmente com o Governo Federal.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Cachoeira do Arari =2009; Muaná-Vila Ponta Negra= 2008; Muaná – Vila São Miguel= 2010; Muaná – Vila Cajuuba= 2009; Santa Cruz do Arari= 2008; Anajás (sede)= 2008.					
12 - Cronograma de execução: Início: 2008 Término: 2010	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	617.100	481.100	240.550	
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Caminhos para o desenvolvimento: construção flutuante e rampa móvel.					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.					
6 – Ação demandada: Construir e/ou melhorar os terminais hidroviários de forma satisfatória.					
7 – Objetivo da Ação: Melhorar a infra – estrutura de transporte hidroviário, bem como desenvolver o potencial da região no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo e desenvolvimento social e econômico.					
8 - Descrição da Ação: Esta ação visa à manutenção e reparos no flutuante e rampa móvel.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Para o desenvolvimento dessa ação o SETRAN articula-se com parcerias, principalmente com o Governo Federal.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Porto do Camará-Salvaterra; Muaná e Soure.					
12 - Cronograma					
de execução: Início: 2008 Término: 2010	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	290.000,00	283.385,23	283.385,83	
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA-154						
2 – Órgão Responsável: SETRAN						
3 – Órgãos Parceiros: BNDES – 80% e Governo do Estado – 20%						
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento						
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
6 – Ação demandada: Recuperar a pavimentação da PA-154 entre Soure e Pesqueiro.						
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.						
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 42Km, entre Camará e Cachoeira do Arari.						
9 – Estratégia para implementação da Ação:						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra; Soure e Cachoeira do Arari.						
12 - Cronograma de execução: 50% em 2007 e 50% em 2008.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	13.000.000				
	13.2 – Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA-154						
2 – Órgão Responsável: SETRAN						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento						
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.						
6 – Ação demandada:						
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.						
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 53Km, entre a PA – 396 até Muaná, previsão para o ano de 2009 e 2010, custo previsto de R\$ 82.680.000,00.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2009 e 2010, através do plano de investimento de 2009 e 2010 do governo estadual. Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de crédito.						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Muaná; Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari						
12 - Cronograma de execução: 50% em 2009 e 50% em 2010.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento			41.340.000	41.340.000	
	13.2 – Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA-159					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.					
6 – Ação demandada: Realizar estudos para conclusão da PA-159 (Breves/Anajás).					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 100Km, entre Breves e PA - 417, previsão para o ano de 2008 e 2009.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2008 e 2009, Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de crédito.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Breves e Anajás.					
12 - Cronograma de execução:					
13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
50% em 2008 e 50% em 2009		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	104.000.000	104.000.000		
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA-154				
2 – Órgão Responsável: SETRAN				
3 – Órgãos Parceiros:				
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento				
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.				
6 – Ação demandada:				
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.				
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 24Km, entre PA-396 e PA-392, previsão para o ano de 2008.				
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2008. Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de crédito.				
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.				
11 - Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra; Soure e Cachoeira do Arari				
12 - Cronograma de execução: 100% em 2008.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)			
		2008	2009	2010
	13.1 – Investimento	24.960.000		
	13.2 – Custeio			

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA - 157					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte.					
6 – Ação demandada:					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 204 Km, compreendendo os seguintes trechos Curralinho / PA-417 – 68Km, PA-417 / PA-392 – 106Km, PA392 / Santa Cruz do Arari – 30Km, previsão para o ano de 2008, 2009 e 2010. Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de crédito.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2008, 2009 e 2010, através do plano de investimento de 2008, 2009 e 2010 do governo estadual.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: São Sebastião de Boa Vista; Curralinho e Santa Cruz do Arari.					
12 - Cronograma de execução:					
13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2008	2009	2010	2011
30% em 2008, 40% em 2009		13.1 – Investimento	95.472.000	127.296.000	95.472.000
e 30% em 2010		13.2 – Custeio			

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA-159					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover estudos para implantação da malha rodoviária da PA – 159 (Breves/Anajás), PA – 368 (Ponta de Pedras/Anajás) e suas vicinais.					
6 – Ação demandada:					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 45Km, entre PA – 417e Chaves, previsão para o ano de 2008 e 2009, custo previsto de R\$ 93.600.000,00. Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de credito.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2008 e 2009, através do plano de investimento de 2008 e 2009 do governo estadual.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Chaves e Anajás					
12 - Cronograma de execução: 50% em 2008 e 50% em 2009.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	46.000.000	46.000.000		
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA - 392					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transportes.					
6 – Ação demandada:					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 50 Km entre a PA – 154 e PA – 157, previsão para o ano de 2009 e 2010, custo previsto de R\$ 78.000.000,00.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2009 e 2010. Estará condicionada a recursos a captar do governo estadual ou operação de crédito.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Santa Cruz do Arari					
12 - Cronograma de execução:					
13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
50% em 2009 e 50% em 2010		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento		39.000.000	39.000.000	
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: pavimentação da PA - 417					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transportes.					
6 – Ação demandada:					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 103,00Km, entre PA – 159 e Afuá, previsão para o ano de 2008 e 2009, custo previsto de R\$ 214.240.000,00. Estará condicionada a recursos a capear do governo estadual ou operação de crédito.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Negociação do Governo com os órgãos de financiamento de tal maneira que se possa viabilizar o recurso para execução da obra para o ano de 2008 e 2009, estará condicionada a recursos a capear do governo estadual ou operação de crédito.					
10 – Resultado s Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Afuá e Anajás.					
12 - Cronograma de execução: 50% em 2008 e 50% em 2009.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	107.120.000	107.120.000		
	13.2 – Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: Restauração do trapiche misto.					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.					
6 – Ação demandada: Construir e/ou melhorar os terminais hidroviários de forma satisfatória.					
7 – Objetivo da Ação: Desenvolver o potencial da região no que tange ao desenvolvimento de diversas modalidades de turismo e desenvolvimento social e econômico.					
8 - Descrição da Ação: Esta ação visa à restauração do trapiche misto no município de Salvaterra - Sede					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Para o desenvolvimento dessa ação o SETRAN articula-se com parcerias, principalmente com o Governo Federal.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra - Sede					
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária: (R\$)			
Início: 2007			2007	2008	2009
Término: 2007			2011		
13.1 – Investimento		37..381			
13.2 – Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Caminhos para o desenvolvimento: Pavimentação da PA - 396					
2 – Órgão Responsável: SETRAN					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Infra-Estrutura para o Desenvolvimento					
5 - Diretriz: Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transportes.					
6 – Ação demandada:					
7 – Objetivo da Ação: Promover o Turismo na região, estimular a atividade Agropecuária e acesso da população ao município.					
8 - Descrição da Ação: Pavimentação asfáltica de 41 Km, entre Ponta de Pedras e PA - 154, previsão para o ano de 2008.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: Obra em processo licitatório, financiada pela Corporação Andina de Fomento- C.A.F, com contra partida do Estado através da construção das rodovias PA – 154 trecho Camará / Cachoeira do Arari, PA – 279 trechos Tucumã / São Félix do Xingu / Água Azul do Norte e PA – 395 trecho PA – 127 / Magalhães Barata / Cafezal.					
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Mobilidade local e incentivo ao turismo.					
11 - Abrangência Territorial da Ação: Ponta de Pedras; Soure e Cachoeira do Arari.					
12 - Cronograma de execução:					
13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
30% em 2007 e 70% em 2008.		2007	2008	2009	2010
	13.1 – Investimento	12.660.000	29.540.000		
	13.2 – Custeio				

Abaixo as ações dos órgãos dos Governos Federal e Estadual direcionados para as demandas focadas no eixo temático Inclusão Social e Cidadania.

1 - Nome do Programa/Ação: Plano estadual de educação					
2 - Órgão Responsável: SEDUC					
3 - Órgãos Parceiros: Rede Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Movimentos Sociais.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.					
6 - Ação Demandada:					
7 - Objetivo do Programa/Ação: Estruturar as diretrizes de articulação e integração das ações da política educacional estadual, delineando referências significativas para a atuação do poder público e da sociedade civil.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Realização de Conferências Municipais de Educação, Plenárias Públicas, Plenárias de Movimentos Sociais entre outros segmentos que estejam envolvidos direta e indiretamente com os processos formativos no Estado.					
9 - Estratégia para Implementação do Programa/Ação: Estabelecimento de parcerias entre a Rede Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Movimentos Sociais.					
10 - Resultados Esperados /alcançados do Programa/Ação: Aprovação da Lei que regulamenta o Plano Estadual de Educação.					
11 – Abrangência Territorial do Programa/Ação: Todos os municípios do arquipélago.					
12. Cronograma de Execução:		13. Dotação Orçamentária: (R\$)			
2007		2007	2008	2009	2010
	13.1. Investimento				
	13.2. Custeio	71.000			

1 - Nome do Programa/Ação: Escola de portas abertas						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: Órgãos federais, estaduais e municipais.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Implementação de ações de culturas de paz para qualificar a relação escola e comunidade.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Desenvolver atividades nas seguintes temáticas: educação aberta para novos saberes, tempo de esporte e lazer para todos; cidadania digital e mundo do trabalho, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, direitos humanos e diversidade, corporeidade saudável e promoção da saúde e diferentes culturas.						
9 - Estratégia para implementação do Programa/Ação: Estabelecimento de parcerias entre intra-secretarias, estruturação de bancos de dados para informações disponíveis.						
10 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Oportunizar a comunidade do entorno da escola efetiva participação nas atividades sócio-educativas nos finais de semana.						
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Municípios de Salvaterra, Soure, Ponta de Pedras, S. Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Breves, Gurupá e Melgaço.						
12 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1. Investimento	31.500	31.500	31.500	31.500	31.500
	13.2. Custeio	170.730	170.730	170.730	170.730	170.730

1 - Nome do Programa/Ação: Implantação do projeto educação e protagonismo juvenil					
2 - Órgão Responsável: SEDUC					
3 - Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.					
6 - Ação Demandada:					
7 - Objetivo do Programa/Ação: Promover ações de integração entre os jovens do ensino fundamental e médio e a comunidade.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Desenvolvimento dos Projetos: Mostra de danças; Festival de Bandas e Fanfarras; Jogos Estudantis Paraenses; Olimpíadas Escolares; Cabeça ligada no saber; Tribo das Artes, Diversidade Juvenil; A Escola Vai à Rua/Praça; campeonato de Futebol de campo; Corrida da Independência; Rádio-Escola; Festival de danças folclóricas, Projeto Flores, Música e Poesia, Implementação de coral e teatro nas escolas; Realização da Semana da Pátria (Desfiles Escolares); formação de alunos para implementação do projeto aluno-monitor para atuarem nos laboratórios de informática.					
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Oportunizar ações de integração entre a comunidade, alunos e professores.					
10 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.					
11 - Cronograma de Execução: 2008 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento				
	12.2. Custeio	160.000	160.000	160.000	160.000

1 - Nome do Programa/Ação: Implantação do projeto educação e protagonismo juvenil					
2 - Órgão Responsável: SEDUC					
3 - Órgãos Parceiros: SECULT, Biblioteca Pública Artur Viana, FNDE, MEC.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.					
6 - Ação Demandada:					
7 - Objetivo do Programa/Ação: Oferecer livros e material didático aos alunos da educação básica e suas modalidades.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Aquisição do livro didático; Monitoramento e assessoramento da distribuição dos livros didáticos nas escolas públicas estaduais; Produção de material informativo sobre o Livro Didático; Distribuição do livro didático; Realização de Encontros Estaduais do Livro Didático. Aquisição e distribuição de jogos educativos, equipamentos tecnológicos; Aquisição de material didático para educação física; Aquisição de instrumentos musicais, aparelhos de som, filmadora, vídeos, CDs, DVDs e data show.					
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Oferecer aos alunos a oportunidade de uma boa formação e aquisição do conhecimento através do acesso ao livro didático.					
10 - Abrangência Territorial da Ação: Municípios de Salvaterra, Soure, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, S. Sebastião da Boa Vista, Muaná, Breves e Gurupá.					
11 - Cronograma de Execução: 2008 A 2010	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento	100.000	100.000	100.000	100.000
	12.2. Custeio	700.000	700.000	700.000	700.000

1 - Nome do Programa/Ação: Ensino profissionalizante					
2 - Órgão Responsável: SEDUC					
3 - Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.					
6 - Ação Demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, melhorando a qualidade das já existentes, incluindo as casa familiares rurais.					
7 - Objetivo do Programa/Ação: Promover a formação dos alunos da escola pública para o acesso ao mundo do trabalho.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Implantação da educação profissional no Estado.					
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Oferta de formação continuada dos docentes que atuam na Educação Profissional, Aquisição de equipamentos e materiais permanentes específicos dos cursos de educação profissional, Implementação do Fórum Paraense de Educação Profissional, Construção de Casas Familiares Rurais.					
10 - Abrangência Territorial da Ação: Municípios de Salvaterra, Muaná e Melgaço.					
11 - Cronograma de Execução: 2008 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
	12.2. Custeio	200.000	200.000	200.000	200.000

1 - Nome do Programa/Ação em andamento: Mova Pará Alfabetizado						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 – Órgãos Parceiros: Governo Federal, Movimentos Sociais, Universidades Públicas, Rede Municipal de Educação.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Alfabetizar jovens, adultos e idosos.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Criação de 5.930 turmas de alfabetização de jovens e adultos.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Alfabetizar 118.610 jovens, adultos e idosos.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento	200.000				
	12.2. Custeio	300.000	500.000	500.000	500.000	500.000

1 - Nome do Programa/Ação: Valorização do servidor da educação						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 – Órgãos Parceiros: Universidades Públicas, FUNTELPA.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Promover a Formação de professores da Educação Básica, Promover a qualificação de professores da Educação Básica. Realizar concurso público para professores. Criar 20 pontos receptores de Tele-Informação.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Realização de convênios para a oferta de Curso de Pós-graduação (Especialização) para professores de Ensino Médio, Formação Continuada para professores na área de Tecnologia Educativa em nível de Pós-graduação, Auxílio de Bolsa de estudo para Mestrado e Doutorado.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho do educador.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000

1 - Nome do Programa/Ação: Plano de cargos, carreira e remuneração do magistério.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Viabilizar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor da Educação.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Realizar estudos e análise sobre o perfil dos servidores, remuneração, avaliação de desempenho, política de motivação e valorização, cálculo atuarial e elaboração do PCCR, Realizar Avaliações Institucionais dos servidores da educação básica. Capacitação para os avaliadores e Comissões de Avaliação.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Melhoria da qualidade de ensino através da remuneração condigna dos professores da Educação Básica no Estado do Pará e Admissão por concurso público, Valorização da Escola Pública tornando-a referência de educação humana, afetiva, competente e profissional.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	56.000				

1 - Nome do Programa/Ação: Implementação da educação infantil em regime colaboração						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 – Órgãos Parceiros: Prefeituras municipais						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Qualificar o atendimento da Educação Infantil nos municípios paraenses.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Monitoramento e assessoramento as 143 secretarias municipais de educação; Implementação de proposições e ações educativas nos espaços de educação infantil em regime de colaboração com os entes federados e com a rede social de atendimento à infância (UNICEF, Fórum de educação infantil nacional e Estadual, Conselhos Tutelares, Orçamento Criança, Departamento de saúde infantil da SESP); Garantia de infra-estrutura e funcionamento das escolas que atendem a educação infantil da rede estadual com equipamentos e material permanente, material didático e transporte escolar.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Melhoria do serviço e atendimento e capacitação nos municípios que forem implementadas a educação infantil e a garantia de equipamentos e manutenção.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000

1 - Nome do Programa/Ação: Melhorar a qualidade do ensino fundamental, do ensino médio e suas modalidades.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: MEC e FNDE						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Melhorar a qualidade do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e suas modalidades.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Monitoramento e Assessoramento do Ensino Médio Integrado e profissional e Ensino Fundamental aos 143 Municípios; Infra-estrutura da rede estadual; Promoção de projetos socioculturais; Aplicação de Exames de Suplências de EJA para povos indígenas, Quilombolas, Educação do Campo e da Etapa Fundamental; Aquisições de materiais didáticos; Implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA); Assessoramento técnico pedagógico às escolas de Ensino Médio, Ensino Profissional, EJA, USEs e UREs; Realização de Seminários para incentivo de educação científica. Etc.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e da eficiência interna do sistema educacional.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2010	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento	2.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
	12.2. Custeio	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000

1 - Nome do Programa/Ação: Aquisição e distribuição da merenda escolar à educação básica.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Oferecer Merenda Escolar nas escolas públicas de Educação Básica.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Aquisição e distribuição de merenda escolar regionalizada para as escolas da educação básica (infantil, fundamental e médio/indígena, do campo, especial, profissional, quilombolas, jovens e adultos).						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Através da garantia dessa ação contribuir com a permanência do aluno na escola melhorando o rendimento escolar.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

1 - Nome do Programa/Ação: Fornecimento de transporte escolar.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: FNDE e municípios.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada: Garantir transporte escolar para crianças e jovens.						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Oferecer transporte escolar aos alunos da Educação Básica.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Celebrar convênio com governo federal, empresas e prefeituras para aquisição de veículos e embarcações para transportar alunos da rede estadual de ensino básico e profissional da zona rural (aldeias, ribeirinhos); Celebrar convênio de cooperação técnica com governo federal, prefeituras e empresas, para o transporte dos alunos da zona rural da rede estadual da educação básica; Manutenção de transporte escolar em regime de colaboração com governo federal e prefeituras.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Garantir aos alunos da zona rural o direito de ir e vir à escola.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	300.000	300.000	300.000	300.000	300.000

1 - Nome do Programa/Ação: Fomento à produção científico-educacional.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidades Públicas, FNDE, MEC, MCT.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Fomentar a criação, produção, difusão e publicação científica e educacional no Estado.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Implantação do Projeto de Extensão; Implantação do Projeto de Pesquisa; Realização de Feira Científica; Publicação do Produto Final das pesquisas; Produção de livros didáticos regionalizados; Promoção de Concursos para incentivo ao sucesso escolar; Criação de uma linha editorial da SEDUC; Elaboração e publicação de cadernos de educação fundamental.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação:						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução:		12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
2007 a 2010			2007	2008	2009	2010
		12.1. Investimento				
		12.2. Custeio	160.000	160.000	160.000	160.000

1 - Nome do Programa/Ação: Implementação da formação digital nas escolas públicas.						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: PRODEPA, FUNTELPA, SEDECT, MEC, Ministério das Comunicações.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Promover a inserção da comunidade escolar no mundo das TICs.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Realização de eventos: seminários, cursos, oficinas, workshop, feiras e palestras; Realização de cursos específicos para a cidadania digital e mundo do trabalho: pacote escritório, intermediário e avançados na área de tecnologia; aquisição de computadores; aquisição de software; aquisição de hardware.						
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Acesso e utilização das tecnologias da comunicação e informação.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2011	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	12.1. Investimento					
	12.2. Custeio	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000

1 - Nome do Programa/Ação: Implantação da tecnologia aplicada à educação						
2 - Órgão Responsável: SEDUC						
3 - Órgãos Parceiros: MEC; Ministério das Comunicações.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretrizes: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 - Ação Demandada:						
7 - Objetivo do Programa/Ação: Utilizar os recursos da tecnologia da informação e comunicação-TICs para a melhoria do processo ensino-aprendizagem nas escolas de educação básica.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Realização de eventos: seminários, cursos, oficinas, workshop, feiras e palestras; Revitalização dos espaços das locadoras de recursos pedagógicos e tecnológicos; Implantar e implementar o sistema de informática nas bibliotecas escolares, nas 20 USES e 18 URES.						
9 - Resultados Esperados do Programa/Ação: Melhoria da aprendizagem dos alunos, através da utilização dos recursos tecnológicos disponibilizados.						
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
11 - Cronograma de Execução:		12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
2007 a 2011			2007	2008	2009	2010
		12.1. Investimento				
		12.2. Custeio	80.000	80.000	80.000	80.000

1 - Nome do Programa/Ação: Educação ambiental na escola-comunidade					
2 - Órgão Responsável: SEDUC					
3 - Órgãos Parceiros: FNDE					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 – Diretriz:					
6 - Ação Demandada:					
7 - Objetivo do Programa/Ação: Implementar práticas educativas nas escolas no âmbito da Educação Ambiental, propiciando mudança de hábitos e conceitos de forma a atingir a consciência ambiental na escola e em seu entorno.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Institucionalização da Coordenadoria de EA na SEDUC; Fórum de EA nas mesorregiões; Diagnóstico das Iniciativas em EA; Formação inicial e continuada em EA para a educação básica; Formação de professores para o Programa de EA do programa Água Para Todos; Assessoramento aos professores de EA; Conferências de Meio Ambiente nas Escolas; Conferência Estadual de EA – Infanto-juvenil; Lançamento do Plano de EA da SEDUC; Apoio a Conferência Nacional de Meio Ambiente; Encontro Estadual do Coletivo Jovem de Meio Ambiente – CJMA; Atividades educativas nas escolas através de projetos – Campanhas Educativas com as comunidades; Campanha de EA nos órgãos do Estado; Implementação da AGENDA 21 nas escolas estaduais; Formação de Coletivos Jovens de Meio Ambiente em cada Município; Educação Ambiental no Programa Água para Todos.					
9 - Resultados Esperados ou alcançados do Programa/Ação: Despertar a consciência ambiental dos alunos e comunidades sobre a importância da conservação do ambiente.					
10 - Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios do arquipélago.					
11 - Cronograma de Execução: 2007 a 2010	12 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2007	2008	2009	2010
	12.1. Investimento				
	12.2. Custeio	80.000	80.000	80.000	80.000

1- Nome do Programa/Ação: Mapeamento social de comunidades tradicionais do arquipélago do Marajó						
2 – Órgão Responsável: MMA / SDS / DADS / CEX						
3 – Órgãos Parceiros: Os parceiros necessários para a execução desta ação serão os movimentos sociais locais, a Universidade Federal do Pará e a Associação das Universidades Amazônicas-UNAMAZ						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz:						
6 – Ação demandada:						
7 – Objetivo do Programa/Ação: O objetivo geral desta proposta é identificar e mapear agentes que representam “povos tradicionais” no arquipélago do Marajó, sendo os objetivos específicos: .1 - Identificar e registrar memórias e narrativas sobre sua história e nesta encontram sentimentos de pertencimento e de compartilhamento de um passado comum incorporado nos sistemas de parentesco. .1 - Explicar as formas de organização, de produção e de associativismo entre unidades domésticas para uso dos recursos naturais e preservação dos mesmos. .2 - Analisar as práticas, calendário de agricultura, pesca, extrativismo e padrões de sustentabilidade que agregam famílias extensas, assim como os laços de solidariedade e coesão entre grupos sociais que estabelecem diferenças no plano político e simbólico. .3 Examinar a interlocução com instituições e profissionais envolvidos com trabalhos relacionados com os grupos sociais mapeados						
8 - Descrição do Programa/Ação: Os povos e comunidades tradicionais foram historicamente excluídas do reconhecimento da sua existência e por consequência do acesso às políticas públicas. Atualmente não há levantamentos de dados oficiais como, por exemplo, um censo específico para a grande maioria desses grupos populacionais. Isto favorece a situação de sua quase invisibilidade perante os órgãos públicos e para a sociedade em geral. Isto trás como consequências, a precariedade da garantia de acesso e uso dos territórios dessas comunidades, a sua exclusão do processo produtivo/econômico, ao não acesso aos serviços públicos básicos, dentre outros. Os beneficiários principais serão as comunidades tradicionais que serão mapeadas, sendo elas: Açaizeros: São Sebastião da Boa Vista / Vaqueiros, Pescadores: Cachoeira do Arari (Jenipapo) / Andirobeiras: Ponta de Pedras / Pescadores: Soure, Salvaterra / Caranguejeiras: Salvaterra / Trabalhadores na madeira: Breves, Portel, Gurupá / Comunidades “quilombolas”: toda a ilha / Artesãos: Ponta de Pedra, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari / Festeiros e músicos: Salvaterra.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Esta ações será executada através de um convênio firmado com a UFPA ou UNAMAZ.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: 06 Relatórios Antropológicos referentes aos agentes sociais e suas unidades de mobilização; Publicação de 06 fascículos sobre cada comunidade mapeada e distribuição para as comunidades mapeadas, para agentes públicos e para o público em geral;						
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Os municípios envolvidos no mapeamentos serão: São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Arari (Jenipapo), Ponta de Pedras Soure, Salvaterra , Breves, Portel e Gurupá: Quanto as comunidades quilombolas, serão mapeadas em todo arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
			2007	2008	2009	2010
		2011				
13.1 - Investimento						
13.2 - Custeio						

1- Nome do Programa/Ação: Fomento à produção e difusão cultural e desportiva						
2 – Órgão Responsável: FUNTELPA						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz:						
6 – Ação demandada: Realização de Transmissão e Produção Digital Via Satélite de Rádio e TV						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Difusão Cultural.						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Modernização da cobertura da TV Cultura do Pará, levando a programação da TV Cultura a todos os municípios, que hoje retransmitem os programas da TV Liberal, bem como produzir conteúdos que reflitam o Pará na ilha do Marajó.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Sinal de transmissão realizado.						
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
Até dezembro de 2007			2007	2008	2009	2010
		13.1 - Investimento	2.148.870			
		13.2 - Custeio	1.488.500			

1- Nome do Programa: Segurança para todas e todos					
2 – Órgão Responsável: SESP					
3 – Órgãos Parceiros: Todo sistema de SESP (PC, PM, CBM)					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.					
6 – Ação demandada: Criar, ampliar, integrar e modernizar o Sistema de Segurança Pública e o Controle das Fronteiras Nacionais; Prover lanchas patrulha para toda a região sudoeste do arquipélago do Marajó com parceria da polícia federal, militar e civil; Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis); Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial; Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira.					
7– Objetivo do Programa/Ação: Oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro reduzindo os índices de violência.					
8 - Descrição do Programa: O Programa <i>Segurança Para Todas e Todos</i> vem ao encontro da demanda da sociedade por mais segurança, a partir do combate à violência tanto nos centros urbanos quanto rurais. Por meio deste Programa, propõe-se realizar ações pautadas em um novo modelo de segurança pública para o Estado do Pará. Um modelo que tem como foco a cidadã e o cidadão, e como fundamento o fato de que, os serviços e ações planejadas na área de segurança pública alcancem, sem distinções, toda a população paraense e tenham por premissa medidas preventivas e pacificadoras.					
9 - Estratégia para implementação: O Programa será implementado por meio da realização direta pelo Estado, com recursos próprios e da administração indireta, bem como com o apoio dos Governos Federal e Municipais, por meio de parcerias, de celebração de convênios e de captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SNDIC/MJ).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Aquisição de equipamento para modernização – Corpo de Bombeiros Militar					
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Soure; Breves; Portel e Afuá.					
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2011.	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	12.000	12.000	12.000	12.000
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa: Segurança para todas e todos					
2 – Órgão Responsável: SESP					
3 – Órgãos Parceiros: Todo sistema de SESP (PC, PM, CBM)					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.					
6 – Ação demandada: Criar, ampliar, integrar e modernizar o Sistema de Segurança Pública e o Controle das Fronteiras Nacionais; Prover lanchas patrulha para toda a região sudoeste do arquipélago do Marajó com parceria da polícia federal, militar e civil; Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis); Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial; Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro reduzindo os índices de violência.					
8 - Descrição do Programa: O Programa <i>Segurança Para Todas e Todos</i> vem ao encontro dessa demanda da sociedade por mais segurança, a partir do combate à violência tanto nos centros urbanos quanto rurais. Por meio deste Programa, propõe-se realizar ações pautadas em um novo modelo de segurança pública para o Estado do Pará. Um modelo que tem como foco a cidadã e o cidadão, e como fundamento o fato de que, os serviços e ações planejadas na área de segurança pública alcancem, sem distinções, toda a população paraense e tenham por premissa medidas preventivas e pacificadoras.					
9 - Estratégia para implementação: O Programa será implementado por meio da realização direta pelo Estado, com recursos próprios e da administração indireta, bem como com o apoio dos Governos Federal e Municipais, por meio de parcerias, de celebração de convênios e de captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SNDC/MJ).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Construção de 4 novas unidades - CBM (Afuá, Portel, Breves e Soure).					
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Soure; Breves; Portel e Afuá.					
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2011.	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 904.000,00				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	226.000	226.000	226.000	226.000
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa: Segurança para todas e todos					
2 – Órgão Responsável: SESP					
3 – Órgãos Parceiros: Todo sistema de SESP (PC, PM, CBM)					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.					
6 – Ação demandada: Criar, ampliar, integrar e modernizar o Sistema de Segurança Pública e o Controle das Fronteiras Nacionais; Prover lanchas patrulha para toda a região sudoeste do arquipélago do Marajó com parceria da polícia federal, militar e civil; Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis); Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial; Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro reduzindo os índices de violência.					
8 - Descrição do Programa: O Programa <i>Segurança Para Todas e Todos</i> vem ao encontro dessa demanda da sociedade por mais segurança, a partir do combate à violência tanto nos centros urbanos quanto rurais. Por meio deste Programa, propõe-se realizar ações pautadas em um novo modelo de segurança pública para o Estado do Pará. Um modelo que tem como foco a cidadã e o cidadão, e como fundamento o fato de que, os serviços e ações planejadas na área de segurança pública alcancem, sem distinções, toda a população paraense e tenham por premissa medidas preventivas e pacificadoras.					
9 - Estratégia para implementação: O Programa será implementado por meio da realização direta pelo Estado, com recursos próprios e da administração indireta, bem como com o apoio dos Governos Federal e Municipais, por meio de parcerias, de celebração de convênios e de captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SNDIC/MJ).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Construção de unidade integrada PC/PM.					
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Santa Cruz do Arari; Cachoeira do Arari; Melgaço; Anajás e Chaves.					
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2011	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 2.060.000,00				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	515.000	515.000	515.000	515.000
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa: Segurança para todas e todos					
2 – Órgão Responsável: SESP					
3 – Órgãos Parceiros: Todo sistema de SESP (PC, PM, CBM)					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.					
6 – Ação demandada: Criar, ampliar, integrar e modernizar o Sistema de Segurança Pública e o Controle das Fronteiras Nacionais; Prover lanchas patrulha para toda a região sudoeste do arquipélago do Marajó com parceria da polícia federal, militar e civil; Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis); Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial; Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Oferecer à sociedade paraense um ambiente seguro reduzindo os índices de violência.					
8 - Descrição do Programa: O Programa <i>Segurança Para Todas e Todos</i> vem ao encontro dessa demanda da sociedade por mais segurança, a partir do combate à violência tanto nos centros urbanos quanto rurais. Por meio deste Programa, propõe-se realizar ações pautadas em um novo modelo de segurança pública para o Estado do Pará. Um modelo que tem como foco a cidadã e o cidadão, e como fundamento o fato de que, os serviços e ações planejadas na área de segurança pública alcancem, sem distinções, toda a população paraense e tenham por premissa medidas preventivas e pacificadoras.					
9 - Estratégia para implementação: O Programa será implementado por meio da realização direta pelo Estado, com recursos próprios e da administração indireta, bem como com o apoio dos Governos Federal e Municipais, por meio de parcerias, de celebração de convênios e de captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SNDC/MJ).					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Reforma com Adaptação PC (Salvaterra e Portel).					
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Salvaterra e Portel.					
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2011.	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 300.000,00				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	75.000	75.000	75.000	75.000
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Segurança para todas e todos						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Todo sistema de SESP (PC, PM, CBM)						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.						
6 – Ação demandada: Criar, ampliar, integrar e modernizar o Sistema de Segurança Pública e o Controle das Fronteiras Nacionais; Prover lanchas patrulha para toda a região sudoeste do arquipélago do Marajó com parceria da polícia federal, militar e civil; Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis); Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial; Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Aumentar o número de Unidades Integradas de Polícia nas regiões e bairros mais carentes						
8 - Descrição do Programa/Ação: Ampliação e universalização da segurança pública, através da mobilização de recursos para o Sistema e da sua adequação à demanda efetiva dos paraenses, através de ações preventivas que coíbam a cultura de violência.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Realizar obras e reformas em unidades integradas de polícia na RMB e no interior.						
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Aquisição de 01 lancha de policiamento fluvial.						
11 - Abrangência Territorial do Programa/Ação: Salvaterra; Soure; Santa Cruz do Arari; Cachoeira do Arari; Ponta de Pedras; S. Sebastião da Boa Vista; Muaná; Currallinho, Breves; Gurupá; Melgaço; Portel; Anajás, Afuá e Chaves.						
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária: (R\$)				
2007 a 2011			2007	2008	2009	2010
		13.1 - Investimento	385.000			
		13.2 - Custeio				

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Diagnóstico Laboratorial da Malária Deverá ser feito de forma rápida através dos exames das gotas espessas em laboratórios; e nas localidades distantes e de difícil acesso, onde não é possível fazer os exames de gotas espessas estes deverão ser feitos através dos testes rápidos (imuniteste) de campo.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: A abrangência do diagnóstico será alcançada com os exames feitos em laboratórios fixos em localidades estratégicas e quando necessário em laboratórios volantes de modo a garantir a rapidez do diagnóstico e o tratamento imediato.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Que se consiga o início do tratamento imediato, a contar da coleta do sangue.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: A ação abrange todos os municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	300.000	50.000			
	13.2 – Custeio	103.000	113.000	124.630	137.093	150.802

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias Municipais de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Tratamento da Malária O tratamento dos pacientes deverá ser feito imediatamente após o diagnóstico da malária com medicamentos adequados à espécie parasitária.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Expansão da rede para melhorar o acesso da população ao tratamento. Os Agentes Comunitários de Saúde quando possível deverão ser utilizados para monitoramento do tratamento diariamente nos domicílios.						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Iniciar o tratamento imediato, a contar da coleta do sangue para cura do paciente.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: A ação abrange todos os municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	20.000	22.000	24.000	27.000	30.000

1 -- Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Controle de Vetores da Malária Serão feitas pesquisas entomológicas para identificar os hábitos de alimentação, repouso e horário de atividades dos Anofelinos. Nas localidades da zona rural serão feitas borrifações intradomiciliares, com inseticida de efeito residual. Nas cidades e localidades com características de zona urbana além das borrifações intradomiciliares também poderão ser feitas nebulizações espaciais com inseticidas de ação imediata. O manejo ambiental para eliminação de criadouros e Educação e Saúde também poderão ser realizadas, quando for o caso.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: A partir das pesquisas entomológicas, o controle vetorial será orientado para as localidades em que foram encontrados mosquitos repousando dentro das habitações, para selecionar a medida a ser realizada.						
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Reduzir a densidade anofélica e a transmissão da malária.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: A ação abrange todos os municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	80.000	60.000			
	13.2 – Custeio	320.000	352.000	387.000	425.000	468.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Manejo Ambiental e Drenagem para o Controle da Malária Manejo do meio ambiente envolvendo atividades de drenagem, aterro de depressões topográficas, manejo da água, controle da vegetação.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Realizar obras de manejo ambiental e de drenagem de criadouros do anofelino por intermédio de empresas especializadas e por intermédio de parcerias inter institucionais envolvendo todos os seguimentos da sociedade.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Reduzir a densidade anofélica e a transmissão da malária.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: A ação abrange todos os municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento		800.000	150.000	150.000	
	13.2 – Custeio	150.000	150.000	150.000	150.000	

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Educação em Saúde para o Controle da Malária Divulgação informações sobre malária através de folderes e cartazes, realizações de palestras envolvendo todos os seguimentos da sociedade civil organizada local e mobilização da comunidade.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Através de deslocamento da equipe de Educação em Saúde para as localidades aproveitando o momento de eventos populares.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: População sensibilizada para a adoção de uma nova conduta com relação aos seus hábitos entre elas a exposição aos mosquitos vetores, a melhoria da habitação e adesão completa ao tratamento da doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: A ação abrange todos os municípios do Arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento		50.000			
	13.2 – Custeio	20.000	20.000	20.000	20.000	

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Realizar tratamento oportuno e adequado para curar todos os pacientes com quadro de Doença de Chagas Aguda e minimizar as consequências da infecção crônica. O medicamento deverá ser administrado através de doses diárias calculadas de acordo com a forma da doença, peso do paciente, faixa etária, por um período de 60 dias.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Ampliar a rede de tratamento e o quadro de recursos humanos (Agentes de Saúde do Município e Agentes Comunitários de Saúde) para melhorar a assistência aos pacientes.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir o tratamento oportuno e adequado aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir as consequências da forma crônica da doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento		540.000			
	13.2 – Custeio	740.000	1.480.000			

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Identificação de casos de Doença de Chagas Aguda pela suspeição clínica, de acordo com as normas técnicas recomendadas pelo Ministério da Saúde/2006 e constante no manual de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Ministério da Saúde/2006, e Consenso brasileiro de Doença de Chagas, sendo recomendada a realização de exames parasitológicos diretos de sangue (gota espessa e creme leucocitário) para confirmação diagnóstica, bem como a notificação imediata de casos à SESP.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Envolver profissionais médicos e enfermeiros das unidades de assistenciais dos municípios para a identificação clínica, diagnóstico e tratamento de casos de Doença de Chagas. Utilizar os agentes comunitários de saúde e os agentes de controle de endemias para identificação de casos suspeitos, e implementar capacitações de microscopistas para identificação de T. cruzi em exame hemoscópicos.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a assistência aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir a gravidade da infecção aguda.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente	13 - Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	1.268.000	2.536.000			

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para as equipes de ACS e PSF a fim de sensibilizá-los para a suspeita clínica dos casos de Doença de Chagas Aguda.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Desenvolver um programa de educação permanente para as equipes de ACS e PSF dos municípios do Arquipélago do Marajó.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a realização da busca ativa de pacientes com sinais e sintomas de Doença de Chagas Aguda e, assim melhorar a assistência a esses pacientes diminuindo as consequências da forma crônica da doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução: As ações serão desenvolvidas de forma continuada e	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	270.000	540.000			

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para médicos e enfermeiros a fim de melhorar cada vez mais a assistência aos pacientes referente à realização do diagnóstico precoce e do tratamento oportuno e adequado.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em atualizações e entrega de manual de normas técnicas para médicos da atenção básica em diagnóstico e tratamento de DCA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a assistência aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir a gravidade da infecção aguda.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução:						
13 – Dotação Orçamentária: (R\$)						
As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente.			2007	2008	2009	2010
		13.1 – Investimento				
		13.2 – Custeio	225.000,00	450.000,00		

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: A pesquisa entomológica local deverá ser realizada em áreas com suspeita ou ocorrência de casos agudos ou crônicos de Doença de Chagas para a verificação de espécies de triatomíneos da região do Marajó, com isso auxiliar na investigação epidemiológica para definição da autoctonia e identificação da provável forma de transmissão da DCA na área investigada.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada e em parceria com a regional onde o município está inserido, ainda, se necessário com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a definição da autoctonia do caso e, se a transmissão estiver ocorrendo no ambiente domiciliar ou peridomiciliar; indicar medidas higiênico-sanitárias e de proteção individual e se realmente for necessário, indicar o controle químico.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução:						
As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	175.000	350.000			

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias					
2 – Órgão Responsável: SESP					
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde					
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde					
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.					
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.					
8 – Descrição da Ação: Divulgação à população através de palestras e campanhas sobre a ocorrência da DCA na região, município, localidade orientando para o reconhecimento de sinais clínicos e a procura dos serviços para o diagnóstico e tratamento, quando houver caso suspeito; sobre as medidas de prevenção voltadas para o homem como a redução do contato homem-vetor para evitar exposição a atividades que propiciem contato com triatomíneos em áreas de ocorrência, uso de mosquiteiros de malha fina (tamanho da malha 1.2 a 1.5 e denier 40 a 100), bem como a telagem de portas e janelas; e as medidas voltadas para o vetor como o saneamento ambiental para evitar acúmulo de materiais onde o triatomíneo possa se alojar.					
9 – Estratégia para implementação da Ação: As atividades de educação em saúde devem estar inseridas em todos os serviços que desenvolvam as ações de vigilância e controle da DCA, requerendo o envolvimento efetivo das equipes multiprofissionais e multiinstitucionais com vistas ao trabalho articulado nas diferentes unidades de prestação de serviços.					
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: População consciente e atuante.					
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.					
12 – Cronograma de execução: As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 – Investimento				
	13.2 – Custeio	125.000	250.000		

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Coleta de amostras de sangue em áreas com registros de surtos de Doença de Chagas para realização de inquérito sorológico. A partir desse inquérito será possível o percentual da população que está acometida pela Doença de Chagas, assim como identificar a magnitude da doença crônica de assim inferir medidas de assistência à saúde, com orientações para os serviços municipais de saúde no diagnóstico e tratamento em consequência das manifestações crônicas da doença.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Organização de todo o material necessário para coleta, armazenamento envio das amostras aos laboratórios de referência, parceria com o LACEN e município para execução da atividade. As atividades de educação em saúde como palestras para a população durante o inquérito, requerendo o envolvimento efetivo das equipes multiprofissionais e multiinstitucionais com vistas ao trabalho articulado nas diferentes unidades de prestação de serviços.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Determinação da soro-prevalência da Doença de Chagas.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios integrantes do arquipélago do Marajó.						
12 – Cronograma de execução:						
As ações serão desenvolvidas de forma continuada e permanente.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	100.000	200.000			

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias							
2 – Órgão Responsável: SESP							
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde							
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania							
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde							
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.							
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.							
8 – Descrição da Ação: A busca ativa de casos novos deve ser feita em áreas com transmissão de LTA para detectar pacientes com lesão suspeita de leishmaniose e, então, esses pacientes devem ser encaminhados à unidade de saúde mais próxima para que o exame parasitológico através da coleta de material obtido pelo raspado da lesão seja feito. E, somente se o exame parasitológico for positivo, ou seja, se for verificado na lâmina a forma amastigota de <i>Leishmania sp</i> , a ficha de notificação e investigação do caso deverá ser preenchida com os dados do paciente confirmado e investigação do caso deverá ser preenchida com os dados do paciente confirmado.							
9 – Estratégia para implementação da Ação: A busca ativa é feita através de visitas domiciliares, pelos agentes de saúde e equipes de PSF, em localidades com casos de leishmaniose tegumentar americana.							
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a assistência aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir as deformidades provocadas pela doença.							
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.							
12 - Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma contínua enquanto persistir a transmissão.		13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011	
		13.1 – Investimento	68.000	74.800	82.280	91.580	100.658
		13.2 – Custeio	160.000	176.000	193.600	212.960	234.256

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Realizar exame parasitológico através da coleta de material obtido pelo raspado da lesão. E, somente se for verificado na lâmina a forma amastigota de <i>Leishmania sp</i> o exame parasitológico é considerado positivo.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: A abrangência do diagnóstico será alcançada com os exames feitos em laboratórios fixos presentes em todos os municípios com transmissão de LTA e quando necessário em laboratórios volantes de modo a garantir a rapidez do diagnóstico e o tratamento oportuno.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir o tratamento oportuno e adequado aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir as deformidades provocadas pela doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 – Cronograma de execução: 13 – Dotação Orçamentária: (R\$)						
As atividades serão desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão.		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	90.000	110.000	110.000	120.000	120.000
	13.2 – Custeio	103.000	113.000	124.630	137.093	150.802

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O medicamento deverá ser administrado através de doses diárias calculadas de acordo com o peso do paciente e com o intervalo de doses variando entre 10 a 20mg Sb ⁺⁵ /Kg/dia durante 20 a 30 dias dependendo da forma clínica da doença. (Consultar Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana - MS).						
9 – Estratégia para implementação da Ação: O aumento da rede de tratamento e estrutura de recursos humanos suficientes (Agentes de Saúde do Município e Agentes Comunitários de Saúde) para melhorar a assistência aos pacientes.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir o tratamento oportuno e adequado aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir as deformidades provocadas pela doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 - Cronograma de execução: As atividades serão desenvolvidas de forma continuada enquanto persistir a transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	50.000	80.000	120.000	120.000	120.000
	13.2 – Custeio	130.000	143.000	157.000	173.030	190.333

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em atualizações e entrega de material didático para as equipes de PACS e PSF.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer a realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para as equipes de PACS e PSF a fim de sensibilizá-los para a suspeita clínica.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a realização da busca ativa de pacientes com lesões suspeitas de LTA e, assim melhorar a assistência a esses pacientes diminuindo as deformidades provocadas pela doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 – Cronograma de execução: As atualizações deverão acontecer no mínimo a cada 6 (seis) meses.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em atualizações e entrega de material didático para médicos e enfermeiros da atenção básica em diagnóstico e tratamento de LTA.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer a realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para médicos e enfermeiros a fim de melhorar cada vez mais a assistência aos pacientes.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir que todos os pacientes de LTA tenham o diagnóstico e tratamento oportuno e adequados e, assim reduzir as deformidades provocadas pela doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 – Cronograma de execução: As atualizações deverão acontecer no mínimo a cada 6 (seis) meses para que os profissionais possam receber orientações constantemente.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Considerando que a transmissão da LTA pode envolver uma ou mais espécies de vetores, a pesquisa entomológica em foco deverá utilizar o maior número de métodos disponíveis (armadilha luminosa, armadilha de Shannon, capturas manuais em locais possíveis de criação e repouso do flebotômico, entre outras). As capturas deverão ser realizadas nos locais prováveis de infecção do caso, desde que a investigação epidemiológica indique que a transmissão ocorra em ambiente domiciliar.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e, ainda, se necessário com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a definição da autoctonia do caso e, se a transmissão estiver ocorrendo no ambiente domiciliar indicar o saneamento domiciliar e, se realmente for necessário, indicar o controle químico. Se a transmissão não estiver ocorrendo no ambiente domiciliar indicar medidas de proteção individual visando reduzir o contato homem-vetor e com isso a transmissão.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Município sem casos de LTA da 7ª RPS: Santa Cruz do Arari. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 – Cronograma de execução: Quando surgir o primeiro caso humano de LTA em municípios considerados sem transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	320.000	352.000	387.000	425.920	468.512

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O monitoramento entomológico consistirá em capturas entomológicas sistemáticas em estações de monitoramento (EM). Considerando-se que a distribuição das espécies de flebotomíneos acompanha um padrão de distribuição em relação à cobertura vegetal natural e à região geomorfológica, a definição das EM deverá considerar esses parâmetros, de modo a obter áreas homogêneas, em que pelo menos uma EM deverá ser implantada.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a vigilância entomológica visando conhecer o comportamento do vetor e onde a transmissão está ocorrendo e, assim indicar medidas de prevenção e de controle químico para reduzir a presença do vetor da área e assim evitar a ocorrência de novos casos de LTA.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LTA da 7ª RPS: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Municípios com casos de LTA da 8ª RPS: todos os municípios apresentam casos.						
12 – Cronograma de execução: O monitoramento deverá ser realizado mensalmente por no mínimo dois anos e as coletas de flebotomíneos deverão ser no	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	120.000	132.000	145.200	159.720	175.692
	13.2 – Custeio	320.000	352.000	387.000	425.920	468.512

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Saneamento ambiental por meio de limpeza de quintais e terrenos, a fim de alterar as condições do meio que propiciem o estabelecimento de criadouros para formas imaturas do vetor; Poda de árvores, de modo a aumentar a insolação, a fim de diminuir o sombreamento do solo e evitar as condições favoráveis (temperatura e umidade) ao desenvolvimento de larvas de flebotomíneos; Destino adequado do lixo orgânico, a fim de impedir a aproximação de mamíferos comensais, como marsupiais e roedores, prováveis fontes de infecção para os flebotomíneos; Limpeza periódica dos abrigos de animais domésticos; Manutenção de animais domésticos distantes do intradomicílio durante a noite, de modo a reduzir a atração de flebotomíneos para este ambiente.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer parcerias entre as secretarias municipais responsáveis pela realização das ações de saneamento no município.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Reduzir a proliferação do vetor e conseqüentemente a transmissão da LTA e a ocorrência de casos novos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Todos os municípios da 7ª e 8ª regionais de saúde.						
12 – Cronograma de execução: As atividades deverão ser realizadas de forma continuada.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	150.000	165.000	181.500	199.650	219.615
	13.2 – Custeio	220.000	242.000	266.200	292.820	322.102

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: A busca ativa de casos novos é feita em áreas com transmissão de LV para detectar a presença de pacientes suspeitos de LV, ou seja, com sintomas de febre e esplenomegalia e então, esses pacientes devem ser encaminhados à unidade de saúde mais próxima para que a coleta de material biológico (soro) seja realizada e, então as amostras deverão ser encaminhadas para o LACEN. As fichas de notificação deverão ser preenchidas para o paciente suspeito.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: A busca ativa é feita através de visitas domiciliares, pelos agentes de saúde e equipes de PSF, em localidades com casos de leishmaniose visceral americana.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a assistência aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim diminuir as complicações e conseqüentemente a ocorrência de óbitos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás						
12 – Cronograma de execução: As ações são desenvolvidas de forma contínua enquanto persistir a transmissão.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	60.000	70.000	80.000	90.000	100.000
	13.2 – Custeio	150.000	160.000	170.000	180.000	190.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O medicamento deverá ser administrado através de aplicações diárias calculadas de acordo com o peso do paciente e na dose de 20mg Sb ⁺⁵ /Kg/dia por no mínimo 20 a e no máximo 40 dias, utilizando-se o limite máximo de 2 a 3 ampolas/dia. (Consultar Manual de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral - MS).						
9 – Estratégia para implementação da Ação: O aumento da rede de tratamento e estrutura de recursos humanos suficientes (Agentes de Saúde do Município e Agentes Comunitários de Saúde) para melhorar a assistência aos pacientes.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir o tratamento oportuno e adequado aos pacientes de demanda ativa ou passiva e assim a ocorrência de complicações e possíveis óbitos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução: As atividades serão desenvolvidas de forma continuada enquanto	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	30.000	30.000	40.000	50.000	50.000
	13.2 – Custeio	130.000	140.000	140.000	150.000	150.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em cursos de atualizações e entrega de material didático para as equipes de ACS e PSF.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer a realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para as equipes de ACS e PSF a fim de sensibilizá-los para a suspeita clínica.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a realização da busca ativa de pacientes com sintomas como febre e esplenomegalia (pacientes suspeitos) de LV e, assim melhorar a assistência a esses pacientes diminuindo a ocorrência de complicações e de possíveis óbitos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: As atualizações deverão acontecer no mínimo a cada 6 (seis) meses.						
12 – Cronograma de execução: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	20.000	20.000	30.000	30.000	40.000
	13.2 – Custeio	10.000	11.000	12.000	13.000	14.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: As metodologias propostas para a investigação entomológica são a coleta manual e/ou armadilha luminosa. A coleta manual deverá ser realizada com o auxílio de um tubo de sucção (tipo aspirador de Castro). Deverão ser pesquisadas as paredes do intradomicílio, especialmente, dos dormitórios. No peridomicílio deverão ser pesquisados, principalmente os anexos e os abrigos de animais. As coletas deverão ser realizadas no mínimo em três noites consecutivas em cada domicílio. O período mínimo de pesquisa será estabelecido em 30 minutos/domicílio, sendo: 15 minutos para a coleta no intradomicílio e 15 minutos no peridomicílio. A coleta deverá ser iniciada uma hora após o crepúsculo e prosseguir, se possível, até às 22 horas.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e, ainda, se necessário com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a definição da autoctonia do caso e, indicar o saneamento domiciliar e, se realmente for necessário, indicar o controle químico. Além disso, indicar ainda medidas de proteção individual visando reduzir o contato homem-vetor e com isso a transmissão.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Municípios sem casos de LV da 7ª RPS: Afuá, Chaves, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás. Municípios sem casos de LV da 8ª RPS: Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel.						
12 – Cronograma de execução: Quando surgir o primeiro caso humano de LV em localidades de municípios considerados sem	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	320.000	340.000	360.000	380.000	400.00

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em cursos de atualizações e entrega de material didático para médicos e enfermeiros da atenção básica em diagnóstico e tratamento de LV.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer a realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para médicos e enfermeiros a fim de melhorar cada vez mais a assistência aos pacientes.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir que todos os pacientes de LV tenham diagnóstico e tratamento oportunos e adequados e, assim reduzir as complicações e evitar possíveis óbitos provocados pela doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução: As atualizações deverão acontecer no mínimo a cada 6 (seis) meses para que os profissionais possam	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	20.000	20.000	30.000	30.000	40.000
	13.2 – Custeio	12.000	14.000	16.000	18.000	20.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Desenvolver um programa de educação continuada baseada em cursos de atualizações e entrega de material didático para médicos veterinários, agentes de endemias, biólogos e outros profissionais da área da saúde em ações de controle do reservatório doméstico e do vetor da LV.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecer a realização de cursos de atualização pelo menos a cada 6 (seis) meses para médicos veterinários, agentes de endemias, biólogos e outros profissionais a fim de realizar de forma eficaz as ações de controle da leishmaniose visceral.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir que as ações de controle do reservatório doméstico e do vetor sejam realizadas simultaneamente para que se tornem eficazes.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução: As atualizações deverão acontecer no mínimo a cada 6 (seis) meses para que os profissionais possam	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	30.000	30.000	40.000	50.000	60.000
	13.2 – Custeio	10.000	12.000	14.000	16.000	18.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: A metodologia proposta para o levantamento entomológico é a armadilha de isca luminosa. A unidade de pesquisa para a zona rural será a localidade e para a zona urbana, os setores de zoneamento para o controle do <i>Aedes aegypti</i> . A coleta de flebotomos deverá ser realizada em todos os setores/localidade do município, utilizando-se de duas até dez armadilhas em cada setor/localidade. Cada armadilha deverá ser instalada no peridomicílio, preferencialmente, em abrigos de animais. As armadilhas deverão ser expostas uma hora após o crepúsculo até o período matutino seguinte (de preferência retirar antes das 7 horas) durante três noites consecutivas.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e, ainda, se necessário com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Conhecer a dispersão do vetor e indicar o saneamento domiciliar e ambiental e, se necessário, indicar também o controle químico.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Municípios sem casos de LV da 7ª RPS: Afuá, Chaves, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás. Municípios sem casos de LV da 8ª RPS: Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel.						
12 – Cronograma de execução:		13 – Dotação Orçamentária: (R\$)				
O levantamento entomológico deverá ser realizado no mínimo a cada			2007	2008	2009	2010
		2011				
		13.1 – Investimento				
		13.2 – Custeio	310.000	330.000	350.000	370.000
						390.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: As metodologias propostas para a investigação entomológica são a coleta manual e/ou armadilha luminosa. A coleta manual deverá ser realizada com o auxílio de um tubo de sucção (tipo aspirador de Castro). Deverão ser pesquisadas as paredes do intradomicílio, especialmente, dos dormitórios.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e, ainda, se necessário com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a definição da autoctonia do caso e, indicar o saneamento domiciliar e, se realmente for necessário, indicar o controle químico. Além disso, indicar ainda medidas de proteção individual visando reduzir o contato homem-vetor e com isso a transmissão.						
11 - Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Municípios sem casos de LV da 7ª RPS: Afuá, Chaves, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás. Municípios sem casos de LV da 8ª RPS: Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel.						
12 – Cronograma de execução:		13 – Dotação Orçamentária: (R\$)				
Quando surgir o primeiro caso humano de LV em localidades de municípios			2007	2008	2009	2010
		13.1 – Investimento				
		13.2 – Custeio	320.000	340.000	360.000	380.000
						400.00

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O monitoramento entomológico é recomendado em municípios de transmissão moderada e/ou intensa. Deverão ser selecionados um ou mais municípios de acordo com as regiões climáticas e/ou topográficas. A presença e a flutuação estacional das populações de flebotomíneos, em uma determinada região geográfica, está ligada aos fatores climáticos: temperatura, umidade relativa do ar e índice pluviométrico e, aos fatores fisiográficos: composição do solo, altitude, relevo e tipo de vegetação.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade entomológica acima citada, estabelecer parcerias com a regional responsável pelo apoio necessário ao município e com a equipe de entomologia do nível central/SESPA.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a vigilância entomológica visando conhecer o comportamento do vetor e onde a transmissão está ocorrendo e, assim indicar medidas de prevenção e de controle químico para reduzir a presença do vetor da área e assim evitar a ocorrência de novos casos de LV.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução: O monitoramento deverá ser realizado mensalmente por no mínimo dois anos e as coletas de flebotomíneos	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	120.000	132.000	145.000	159.000	175.000
	13.2 – Custeio	320.00	350.000	380.000	420.000	460.000

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESP						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O controle químico por meio da utilização de inseticida de ação residual é a medida de controle vetorial recomendada no âmbito da proteção coletiva. Esta medida é dirigida apenas para o inseto adulto. O controle químico é recomendado em áreas com registro do primeiro caso autóctone de LV humano, imediatamente após a investigação entomológica; em áreas com transmissão moderada e intensa, se a curva de sazonalidade do vetor for conhecida, a aplicação do inseticida de ação residual deverá ser realizada no período do ano em que se verifica o aumento da densidade vetorial. Caso contrário, o primeiro ciclo de tratamento deverá ser realizado ao final do período chuvoso e o segundo, 3 a 4 meses após o primeiro ciclo.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: O controle químico só deverá ser empregado mediante os resultados da investigação ou do levantamento ou do monitoramento entomológico, ou seja, somente com indicação da entomologia.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Redução da densidade do vetor transmissor que também reduzirá o contato entre o vetor e a população humana e, ainda a transmissão da doença.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução:						
Intervalos de quatro em quatro meses.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	120.000	132.000	145.200	159.720	175.692
	13.2 – Custeio	320.000	352.000	387.000	425.920	468.512

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias							
2 – Órgão Responsável: SESPA							
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde							
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania							
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde							
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.							
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.							
8 – Descrição da Ação: Este tipo de inquérito deverá ser realizado em zona rural de município em qualquer uma das situações de transmissão de LV e, ainda em localidades com registro do primeiro caso autóctone. São realizadas coletas de material biológico (soro sanguíneo) e encaminhadas ao LACEN para que o diagnóstico sorológico seja feito.							
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade acima citada.							
10 - Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a vigilância do reservatório doméstico (cão) visando identificar os cães infectados, fonte de infecção para o vetor, para então indicar a eutanásia de 100% dos cães soropositivos e, assim, reduzir o número de vetores infectados na área e, conseqüentemente o número de casos novos de LV.							
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.							
12 – Cronograma de execução: Os inquéritos deverão ser realizados, anualmente, sincronizado com as demais ações de controle, por no mínimo 3 anos consecutivos,		13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
			2007	2008	2009	2010	2011
		13.1 – Investimento	30.000	30.000	20.000	20.000	20.000
		13.2 – Custeio	10.000	11.000	12.100	13.310	14.641

1 – Nome do Programa/Ação: Programa de controle de endemias						
2 – Órgão Responsável: SESPA						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Fortalecer a Organização do Serviço Público de Saúde						
6 – Ação demandada: Organização e o funcionamento do SUS de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Controlar endemia transmitida por vetor, nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: A realização da eutanásia deve ser baseada na Resolução nº 714, de 20 de junho de 2002, do Conselho Federal de Medicina veterinária, que dispõe sobre os procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências, dentre as quais merecem destaque: os procedimentos de eutanásia são de exclusiva responsabilidade do médico veterinário, que dependendo da necessidade pode delegar esta prática a terceiros, que realizará sob sua supervisão.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Capacitar profissionais do município para desenvolver a atividade acima citada.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Garantir a vigilância do reservatório doméstico (cão) visando eliminar os cães infectados, fonte de infecção para o vetor e, assim, reduzir o número de vetores infectados na área e, conseqüentemente o número de casos novos de LV.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Municípios com casos de LV da 7ª RPS: Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure. Município com casos de LV da 8ª RPS: Anajás.						
12 – Cronograma de execução: A eutanásia deverá ser feita dentro de 30 dias contados após a coleta da sorologia.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	68.000	74.800	82.280	91.580	100.658
	13.2 – Custeio	160.000	176.000	193.600	212.960	234.256

1 – Nome do Programa/Ação: Atenção básica – estratégia da saúde da família – Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESP/PA e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Ampliar os serviços de promoção e proteção da saúde qualificando a Atenção Básica.						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia da Saúde da Família é desenvolvida através de equipe multiprofissional (médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, técnico de higiene dental, odontólogo e ACS) que desenvolvem ação a nível primário e secundário, necessitando uma estrutura física adequada e tecnologia simplificada para o desenvolvimento das ações e o PACS é inserido neste contexto através dos agentes comunitários de saúde supervisionados pelo profissional enfermeiro específico para o programa.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Implantar as Equipes de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Cobertura de 70% da estratégia para cada município						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:.	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	- R\$ 20.000 (vinte mil Reais) por Equipe da Saúde da Família Implantada.				
	13.2 – Custeio	- R\$ 8.100,00 (oito mil e cem Reais) por mês, por Equipe da Saúde da Família implantada. - R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois Reais) por mês, por Agente de Saúde.				

1 – Nome do Programa/Ação: Atenção básica – Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESPAs e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Oferecer melhores condições físico-estruturais de trabalho para o trabalhador da saúde						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia será implementada por meio da reforma dos postos e centros de saúde para melhorar as condições para o trabalhador e a população.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecer parcerias entre as secretarias de saúde municipais e estaduais para garantir estrutura física e convênio para manutenção da estratégia.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Instalações prediais reformadas e com condições humanizadas para atendimento.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	Os municípios deverão apresentar proposta de convênio ao Ministério da Saúde e à SESPAs				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Atenção básica – Saúde bucal - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESP/PA e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Oferecer melhores condições físico-estruturais de trabalho para o trabalhador da saúde						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia é desenvolvida através de ações de promoção à saúde bucal com profissionais qualificados (técnico de higiene dental e odontólogo) que desenvolvem ação a nível primário e secundário, necessitando uma estrutura física adequada e tecnologia simplificada para o desenvolvimento das ações.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Garantir estrutura física, móveis e equipamentos conforme o padrão do Ministério da Saúde e convênio para manutenção da estratégia.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Aumentar a cobertura das primeiras consultas programadas e dos indicadores de Saúde Bucal.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	- R\$ 7.000,00 (sete mil Reais) para cada Equipe de Saúde Bucal implantada.				
	13.2 – Custeio	- R\$ 1.700,00 (mil e setecentos Reais) para cada Equipe de Saúde Bucal.				

1 – Nome do Programa/Ação: Ações programáticas estratégicas - Saúde da mulher - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESPAs e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Reduzir morbi-mortalidade materna e neonatal.						
8 – Descrição da Ação: - A ação é desenvolvida através dos programas do Ministério da Saúde. Para a mulher: o planejamento familiar, pré-natal, programa de humanização. No pré-natal, parto e nascimento, controle das DST's – AIDS, ações de controle do câncer de colo uterino e mama.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecer parcerias entre as secretarias municipais de saúde. - Realizar levantamento das informações disponíveis. - Estruturação dos programas (física, administrativa e pessoal). - Capacitação dos profissionais. - Implantação do SISPRENATAL no município de Chaves.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Melhorar as condições gerais de saúde da mulher.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	Os municípios deverão apresentar proposta de convênio ao Ministério da Saúde e a SESPAs				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Ações programáticas estratégicas - Saúde da criança - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESP e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Reduzir morbi-mortalidade infantil.						
8 – Descrição da Ação: - Para a criança; implementação do teste do pezinho, programa de imunização, programa do combate às carências nutricionais e ações do AIDPI e PROAME.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecer parcerias entre as secretarias executivas municipais – Realizar levantamento das informações disponíveis – Estruturação dos programas (física, administrativa e pessoal) e Capacitação dos profissionais.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação:						
- Melhorar as condições gerais de saúde da criança.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	Os municípios deverão apresentar proposta de convênio ao Ministério da Saúde e a SESP				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Ações programáticas estratégicas - Saúde Mental - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESP e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Acompanhamento de pacientes com problemas de saúde mental e dependentes químicos.						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia é desenvolvida através de equipe multiprofissional especializado que desenvolvem ação secundária, necessitando uma estrutura física adequada e tecnologia especializada para o desenvolvimento das ações.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Garantir estrutura física adequada obedecendo aos padrões do Ministério da Saúde, estabelecendo parceria para convênio e manutenção do serviço. - Estabelecer fluxo do atendimento no município.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Garantir a assistência especializada aos pacientes com transtornos mentais e dependentes químicos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:						
13 – Dotação Orçamentária: (R\$)		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	- CAPS I em fase de implantação: R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais). - CAPS II em fase de implantação: R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais) - CAPS Infantil (i) em fase de implantação: R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais). - CAPS III em fase de implantação: R\$ 50.000,00 (vinte mil Reais). CAPS Álcool e Drogas (AD) em fase de implantação: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais).				
	13.2 – Custeio	Os procedimentos realizados nos CAPS serão custeados por FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação).				

1 – Nome do Programa/Ação: Média complexidade - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESPAs e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Oferecer melhores condições físicas/estruturais/equipamentos, na área de apoio diagnóstico, RX e laboratórios.						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia é desenvolvida através da aquisição de equipamentos de apoio e diagnósticos por imagem para os postos e centros de saúde.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Garantir estrutura física, móveis e equipamentos conforme o padrão do Ministério da Saúde e convênio para manutenção da estratégia..						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Disponibilizar atendimento de qualidade no apoio diagnóstico, RX, laboratórios.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	Os municípios deverão apresentar proposta de convênio ao Ministério da Saúde e a SESPAs				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Média complexidade – CEO - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESPA e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Implementar do programa Referência em Saúde Bucal nos municípios.						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia é desenvolvida através do fortalecimento da saúde bucal especializada com a instalação de Centro Especializado Odontológico - CEO.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Garantir estrutura física, móveis e equipamentos conforme o padrão do Ministério da Saúde e convênio para manutenção da estratégia.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Disponibilizar atendimento especializado na área de odontologia para comunidade.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	CEO TIPO I (3 CADEIRAS) – R\$ 40.000,00 (quarenta mil Reais). CEO TIPO II (4 CADEIRAS) - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais). CEO TIPO III (7 ou mais CADEIRAS) – R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais)				
	13.2 – Custeio	CEO TIPO I (3 CADEIRAS) – R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos Reais). CEO TIPO II (4 ou mais CADEIRAS) – R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos Reais).				

1 – Nome do Programa/Ação: Média e alta complexidade – SAMU - Sistema Único de Saúde (SUS)						
2 – Órgão Responsável: SESPA e Secretarias Municipais de Saúde do Arquipélago do Marajó.						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Saúde						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Consolidar as ações de Atenção Básica nos serviços de saúde dos Municípios do Arquipélago do Marajó – 7º Centro Regional de Saúde-Pará						
6 – Ação demandada: Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município.						
7 – Objetivo da Ação: Implementação de política de saúde na área de urgência e emergência para a população.						
8 – Descrição da Ação: - A estratégia é desenvolvida através da Implementação de política de saúde na área de urgência e emergência para as unidades de saúde, além de aquisição de transporte fluvial de rápido acesso - Ambulancha.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Garantir estrutura física, móveis, equipamentos e recursos humanos conforme o padrão do Ministério da Saúde e convênio para manutenção da estratégia.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Implementar atendimento de qualidade área de urgência e emergência para a população.						
11 – Abrangência Territorial da Ação:						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
	* Apresentar projeto de ampliação do SAMU conforme definido no Plano Estadual de Urgência e Emergência.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Conferências municipais e intermunicipais de cultura					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT					
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura, SEIR, SEPOF, SEGOV, SEDUC, Fundação Tancredo Neves, Fundação Curro Velho, Fundação Carlos Gomes, Instituto de Arte do Pará, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretrizes: Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana e o fortalecimento da cidadania; - Criar mecanismos que fortaleçam o controle social na definição e execução das políticas e programas.					
6 – Ação demandada: Implantar e fortalecer a organização e funcionamento de sistemas públicos municipais de saúde, educação e cultura, assim como mecanismos de controle social (conferências e conselhos).					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Debater, formular e aprovar as diretrizes das Políticas Públicas para as culturas marajoaras, na elaboração da Política Cultural para o Estado do Pará.					
8 - Descrição do Programa/Ação: A realização das Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura, terão caráter deliberativo, envolvendo instituições públicas, privadas e os segmentos sociais, tendo como objetivo formular propostas para a definição dos Princípios, Diretrizes e Prioridades da Política Cultural do Estado do Pará.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Estabelecer parcerias intra-secretarias; Abranger a totalidade dos municípios do Arquipélago do Marajó; Articular a participação dos municípios com a AMAM; Fortalecer a gestão democrática da política cultural; Subsidiar os órgãos de cultura locais e a sociedade civil na elaboração dos Planos Municipais de Cultura; Contribuir para a realização do diagnóstico da cultura local.					
10 - Resultados Esperados / alcançados do Programa /Ação: Realizar 04 conferências por ano no prazo de vigência do PPA (2008/2011) atendendo 800 participantes por município do Arquipélago do Marajó, totalizando 12.800 participantes em 04 anos.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do arquipélago.					
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2011	13 – Previsão Orcamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	282.592	310.852	341.937	376.131
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Inventário do patrimônio cultural do estado do Pará – Municípios do arquipélago do Marajó						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT						
3 – Órgãos Parceiros: Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Cultura e de Educação dos municípios, SEDUC, SEMA, SEIR, FUNTEPA, Fundação Cultural Tancredo Neves, Fundação Carlos Gomes, Fundação Curro Velho, Instituto de Arte do Pará, PARATUR, Museu Paraense Emílio Goeldi, IPHAN, Ministério da Cultura, Ministério Público, Instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó; - Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.						
6 – Ação demandada: - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial; - Criação de um catálogo de manifestações culturais no Marajó.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Identificar, registrar e divulgar o patrimônio cultural do Arquipélago do Marajó, com a finalidade de elaborar o Plano Estadual de Gestão e Políticas Públicas do Patrimônio Cultural do Estado do Pará.						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Realização de pesquisa bibliográfica acerca dos municípios contemplados no projeto; Realização de seminários para integração da equipe do projeto; Elaboração de instrumental de pesquisa, como ficha cadastral, roteiro de entrevista, a serem aplicados no levantamento dos municípios envolvidos no projeto; Apresentação e divulgação do projeto às Prefeituras e aos representantes comunitários dos municípios contemplados; Pesquisa de campo para identificação e registro do patrimônio material e imaterial existentes nos municípios paraenses; Levantamento fotográfico e videográfico dos bens culturais de interesse à preservação, existentes nos municípios; Sistematização dos dados obtidos para a criação de banco de dados; Divulgar o resultado do Inventário Cultural através de livros, catálogos, painéis expositivos, sistemas digitais interativos, documentário, a fim de garantir a preservação da identidade cultural dos amazonenses; Produzir e disponibilizar novas fontes documentais e iconográficas sobre patrimônio cultural do Arquipélago do Marajó; Elaboração do Plano Estadual de Gestão e Políticas Públicas do Patrimônio Cultural do Estado.						
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Inventariar o patrimônio cultural dos municípios do Arquipélago do Marajó com enfoque nas atividades religiosas, arquitetura, grupos musicais, grupos teatrais, artistas literários, artesanato, manifestações folclóricas, ofícios, comunidades tradicionais, reservas naturais, sítios arqueológicos, áreas livres para eventos culturais, entidades formadoras na área cultural, meios de comunicação, bibliotecas, arquivo, serviços e comércios culturais, entre outros.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Todos os municípios do arquipélago.						
12 - Cronograma de execução:						
13 – Previsão Orçamentária: (R\$)						
		2007	2008	2009	2010	2011
• 2008: Gurupá, Bagre, Portel e Melgaço.		13.1 - Investimento	60.490	599.077	658.977	724.874
• 2008 a 2011:		13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Programa estadual de educação patrimonial – Municípios do arquipélago do Marajó						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT						
3 – Órgãos Parceiros: Prefeituras Municipais, Secretarias de Cultura e de Educação dos municípios, SEDUC, SEMA, Secretaria Estadual de Integração Regional/SEIR, FUNTEIPA, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/FCPTN, Fundação Carlos Gomes, Fundação Curro Velho, Instituto de Arte do Pará, PARATUR, Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional/IPHAN, Representação Regional do Ministério da Cultura, Ministério Público, Instituições de ensino e pesquisa, Representantes e organizações da sociedade civil.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: - Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, Casas Familiares Rurais e abertura de novos núcleos universitários com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura Marajoara; - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó; - Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana e o fortalecimento da cidadania; - Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.						
6 – Ação demandada: - Viabilizar o acesso e permanência com sucesso de crianças, jovens e adultos nas redes de ensino com formação orientada para as demandas locais, com proposta de gestão e currículo que integre as culturas marajoaras. - Promover programas de educação inicial e continuada para a qualificação dos profissionais de saúde, educação, assistência social e cultura. - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial. - Fortalecer a economia e auto-sustentabilidade das culturas marajoaras, promovendo a participação de artesãos e de mestres de saberes e ofícios nas diversas ações de educação, saúde e cultura, objetivando a inclusão social.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Sensibilizar gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada, estudantes e a população em geral, para a valorização, preservação e apropriação do patrimônio cultural produzido e recriado no cotidiano de cada cidadão no Estado do Pará.						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Parcerias serão estabelecidas com instituições públicas, privadas e associações da sociedade civil organizada que atuam nos municípios. Serão realizadas oficinas de educação patrimonial nos municípios direcionados a estudantes, gestores, representantes da sociedade civil organizada. Além disso, haverá o registro videográfico, documentando todas as etapas do projeto e a produção de uma publicação sobre as oficinas executadas. O resultado final do projeto será divulgado através do lançamento de 16 mapas culturais propostos pelos estudantes ao final das oficinas de educação patrimonial, juntamente com o registro videográfico.						
10 - Resultados Esperados/ alcançados do Programa /Ação: Atender em 04 anos os 16 municípios que formam o arquipélago do Marajó, envolvendo cerca de 70 mil pessoas na Educação Patrimonial.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.						
12 - Cronograma de execução: - Maio: Ponta de Pedras e Gurupá; - Agosto/2007 a Julho/2011: demais municípios do Arquipélago	13 – Previsão Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento		277.770	305.547	336.101	369.711
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Revitalização e preservação da memória e identidade cultural do arquipélago do Marajó						
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT						
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura, SEIR, SEPOF, SEGOV, Secretaria Estadual de Obras Públicas (SEOP), Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social (SETEPS), SEBRAE, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Fundação Carlos Gomes, Instituto de Arte do Pará, PARATUR, IPHAN, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural; entre outros.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó.						
6 – Ação demandada: - Promover a criação de casas de cultura e novos museus na Região; - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Conservar e salvaguardar a condição histórica e o caráter arquitetônico e simbólico das edificações identificadas como de interesse à preservação nos municípios do Arquipélago do Marajó.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Propiciar a continuidade do processo de revitalização e da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, voltado para a diversidade de recursos turísticos e a inclusão social nos municípios que compõem o arquipélago do Marajó.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Estabelecer parcerias intra-secretarias - Levantamento das informações disponíveis – Mapeamento situacional das edificações de interesse à preservação - Estruturação do banco de dados para informações disponíveis – Elaboração de projetos de restauração, recuperação, reforma e revitalização das edificações identificadas, primeiramente a instalação da CASA/ MUSEU DALCÍDIO JURANDIR e a reestruturação do MUSEU DO MARAJÓ em Cachoeira do Arari, e a RESTAURAÇÃO DO PALÁCIO MUNICIPAL de Ponta de Pedras – Realização de oficinas destinados a operários da construção civil, auxiliares de restauração, crianças e adolescentes - Contratações de jovens cadastrados programa de geração de trabalho e renda para consecução dos projetos – Cadastrar mestres artífices e ofícios tradicionais da construção e da arquitetura do Marajó, utilizando metodologia do IPHAN – Identificar e documentar os saberes dos mestres artífices do Marajó - Entrega da obra – Cursos profissionalizantes envolvendo a população local na geração de trabalho e renda (obras de restauro, visitas monitoradas, educação patrimonial, entre outras).						
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Atender uma média de 04 municípios/ano no Arquipélago do Marajó, perfazendo um total de 16 municípios atendidos no prazo de vigência do PPA (2008/2011).						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano						
12-Cronograma de execução: - Ago/2007 a Dez/2007: Casa/ museu Dalcídio Jurandir, Museu do Marajó e Projeto de Restauração do Palácio Municipal; - Jan/2008 a Dez/2011: Reabilitação de áreas históricas (Soure e Ponta de	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	2.080.000 (todo o Estado PPA 2004/2007)	2.288.000	2.516.800	2.768.480	3.045.328
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação: Criação e implementação de pontos de cultura nos municípios do arquipélago do Marajó					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT					
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura, SEIR, SEPOF, SEGOV, SEOP, SEDUC, SETEPS, PARATUR, SEBRAE, Fundação Cultural do Pára Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Fundação Carlos Gomes, Instituto de Arte do Pará (IAP), Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural, notadamente, da cultura popular; entre outros.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó; - Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana e o fortalecimento da cidadania; - Criar mecanismos que fortaleçam o controle social na definição e execução das políticas e programas; - Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.					
6 – Ação demandada: - Promover a criação de casas de cultura e novos museus na Região; - Criar um catálogo de manifestações culturais no Marajó; - Capacitar lideranças formais e informais no processo da participação e organização da comunidade; - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial; - Fortalecer a economia e auto-sustentabilidade das culturas marajoaras, promovendo a participação de artesãos e de mestres de saberes e ofícios nas diversas ações de educação, saúde e cultura, objetivando a inclusão social; - Formar técnicos gestores para elaboração de projetos sociais de incentivo a atividade do terceiro setor.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Integrar as ações de criação, preservação e descentralização das ações culturais, democratizando o acesso à cultura a partir do fomento e da difusão do patrimônio artístico e cultural do Estado.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Os Pontos de Cultura podem ser caracterizados como locais, públicos ou privados, edificações ou espaços abertos, onde se desenvolva manifestações culturais e expressões artísticas representativas de uma comunidade, bairro ou cidade. Agregam agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades em um sistema de gestão compartilhada entre poder público e sociedade. Não há um modelo único à instalação de um Ponto de Cultura, podendo ser instalado em uma pequena casa, barracão, em um centro comunitário ou cultural, ou museu. Basta que os agentes culturais os apresentem como referência à cultura local.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Levantamento, mapeamento e diagnóstico dos possíveis espaços a serem indicados como Pontos de Cultura; Lançamento do Edital de Criação e Implementação dos Pontos de Cultura; Elaboração do Projeto de Criação do Ponto de Cultura por parte do poder público local ou de agentes e representantes culturais dos municípios do Arquipélago do Marajó; após aprovação, o Ponto de Cultura recebe até 185 mil reais para investimentos no prazo de 02 anos, conforme definido no projeto próprio; 50 bolsas do Programa Primeiro Emprego, com duração de 06 meses, no valor de 150 reais, para jovens de 14 a 25 anos.					
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Criar e implantar 04 Pontos de Cultura por município/ano no prazo de vigência do PPA (2008/2011), totalizando 16 Pontos de Cultura criados, atendendo assim a totalidade dos municípios do Arquipélago do Marajó.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.					
12 - Cronograma de execução: Março/2008 a Dezembro/2011.	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1-Investimento	1.660.000	1.826.000	2.008.600	2.209.460
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Realização da feira pan-amazônica nos municípios - arquipélago do Marajó					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT					
3 – Órgãos Parceiros: SEDUC, SEIR, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Fundação Carlos Gomes (FCG), Instituto de Arte do Pará (IAP), Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural, notadamente, da cultura popular; entre outros.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: - Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, Casas Familiares Rurais e abertura de novos núcleos universitários com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura Marajoara; - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade.					
6 – Ação demandada: Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Divulgar a literatura regional, incentivar a leitura e formar público leitor.					
8 - Descrição do Programa/Ação: A Feira Pan-amazônica do Livro é um evento que ocorre anualmente na cidade de Belém no período de setembro a outubro. Contudo, este evento promove durante o ano ações preparatórias de incentivo à leitura e a formação do público leitor através da “Pan-Amazônica nos Municípios”, “Pan-Amazônica na Escola” e “Sarau da Feira”, atividades estas que abrangem o território do Estado em um processo de estadualização, integração e descentralização da política cultural.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Visita prévia ao município para o estabelecimento de parcerias com o poder público local, em especial as Secretarias Municipais de Educação e de Cultura; Entrega de material didático (livros a serem trabalhados) para as escolas da rede de ensino público; Workshop com escritores regionais e locais em um bate-papo para debater com estudantes, professores e a comunidade sobre literatura; Apresentação de performances dos alunos sobre os temas abordados nos livros distribuídos.					
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Realizar 04 Pan-Amazônica nos Municípios por ano, atendendo um público de 1.000 pessoas entre alunos, professores, gestores, entre outros por município/ano, totalizando no prazo de vigência do PPA (2008/2011) um público de 16 mil pessoas atendidas.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.					
12 - Cronograma de execução: • Agosto/2007: Soure; • Março/2008 a	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	2.500	2.750	3.025	3.327
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Projeto encenar: adaptação/ construção de teatros					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT / Sistema integrado de teatro - SIT					
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura (MinC), Secretaria Estadual de Obras Públicas (SEOP), SEIR, SEPOF, SEGOV, PARATUR, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Fundação Carlos Gomes (FCG), Instituto de Arte do Pará (IAP), Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais e de Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural, notadamente os grupos teatrais existentes nos municípios do Marajó.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó; - Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana e o fortalecimento da cidadania.					
6 – Ação demandada: <ul style="list-style-type: none"> - Promover a criação de casas de cultura e novos museus na Região; - Fortalecer a criação de unidades educativas que contenham espaços sócio-educativos apropriados para a prática de atividades de esporte, cultura e lazer, nas zonas urbanas e rurais; - Promover programas de educação inicial e continuada para a qualificação dos profissionais de saúde, educação, assistência social e cultura; - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase valorização de seu aspecto imaterial; - Fortalecer a economia e auto-sustentabilidade das culturas marajoaras, promovendo a participação de artesãos e de mestres de saberes e ofícios nas diversas ações de educação, saúde e cultura, objetivando a inclusão social. 					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Incentivar a produção cênica (teatro e dança) e musical da região, formação de platéia, fomentar a circulação de espetáculos, descentralizar a produção cultural e as ações culturais, estimular a profissionalização dos artistas marajoaras, gerar emprego e renda e valorizar a cultura regional. Desenvolver atividades de fomento que atinjam todas as mesorregiões do Estado, democratizando o acesso à cultura, construir uma política cultural democrática.					
8 - Descrição do Programa/Ação: A adaptação/ construção de teatros se dará pelo levantamento das demandas e da produção artística dos municípios visitados e futura instalação de canteiros de obras para a referida construção. Locais que já possuam espaços culturais que possam ser adaptados para teatro terão projeto arquitetônico específico para esse fim. Locais que não possuam esses espaços terão a construção de teatros projetados e construídos de acordo com a realidade dos artistas do município.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Visita prévia ao município para o estabelecimento de parcerias com o poder público local, em especial as Secretarias Municipais de Educação e de Cultura; análise da situação e levantamento da produção dos grupos de teatro, dança e música locais; elaboração de projetos arquitetônicos para adaptação/ construção de teatros; formação e treinamento de mão-de-obra local para trabalho nos teatros (técnicos de som, luz, cenotécnica, etc.); dotar os teatros com equipamentos de luz, som, palco, cadeiras, maquinários, panadas, climatização e recursos humanos. Transporte de material.					
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Construir/ adaptar dois (2) teatros por ano, totalizando a construção adaptação de oito (8) teatros no arquipélago do Marajó, atendendo a um público de cerca de 6 mil pessoas anualmente, atingindo cerca de 24 mil pessoas na vigência do PPA 2008/2011.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.					
12 - Cronograma de execução:	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	600.000	660.000	726.000	798.600
Março/2008 a Dezembro/2011	13.2-Custeio				

1- Nome do Programa/Ação: Inventário, pesquisa e educação patrimonial: Diretrizes para a prevenção, proteção e resgate do patrimônio arqueológico do arquipélago do Marajó.					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT					
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura, IPHAN, Sistema Integrado de Museus (SIM), Museu do Estado do Pará (MEP), SEDUC, SEIR, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Instituto de Artes do Pará, PARATUR, UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, demais Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: - Promover a pesquisa em sítios arqueológicos no arquipélago do Marajó, fundamental para a preservação, proteção e socialização do conhecimento arqueológico para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento de Pontos de Cultura e de Museus na Ilha de Marajó; - Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais					
6 – Ação demandada: - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó por meio das pesquisas arqueológicas visando seu desenvolvimento sócio-cultural, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial; - Promovendo a criação de casas de cultura e novos museus na Região. - Criação de um catálogo de manifestações culturais no Marajó.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Elaborar diagnóstico para averiguar o potencial arqueológico dos municípios do arquipélago do Marajó, com o intuito de planejar e fomentar futuras pesquisas arqueológicas na região; além de promover a prevenção, preservação e proteção desse patrimônio por meio de projeto Arqueológico e de Educação Patrimonial.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Propiciar a continuidade do processo de proteção, preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico, voltado para a compreensão do desenvolvimento de sociedades pré-coloniais e coloniais na ilha de Marajó.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Estabelecer convênios com instituições de ensino e pesquisa, dentre outras, para elaboração e execução do projeto de inventário de sítios arqueológicos na Ilha de Marajó; elaboração de convênio com as prefeituras dos municípios onde serão implantados o projeto de inventário de sítios arqueológicos; implantar reserva técnica e laboratórios no Museu do Estado do Pará para acondicionamento, pesquisa e guarda do material arqueológico que forem recuperados com as pesquisas de campo; solicitar a autorização de pesquisa arqueológica para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; realizar prospecção para a identificação de sítios arqueológicos; selecionar dois sítios arqueológicos a cada ano para serem mapeados e escavados; promover a criação de pontos de cultura e/ou novos museus na Região para a exposição dos materiais arqueológicos recuperados pelas pesquisas arqueológicas; promover a divulgação dos resultados das pesquisas através de publicações; elaborar e estruturar banco de dados para as informações disponíveis e as que serão disponibilizadas a partir da implementação das pesquisas.					
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Realizar levantamento, diagnóstico, prospecção, mapeamento e escavação de 02 sítios arqueológicos por município/ano no prazo de vigência do PPA (2008/2011), totalizando 08 Sítios Arqueológicos, com o intuito de publicar os resultados da pesquisa e expor a cultura material recuperada nos pontos de cultura e em museus.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: 08 municípios do Arquipélago.					
12 - Cronograma de execução: Março/2008 a Dezembro/2011	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	400.000	450.000	500.000	550.000
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Publicação da coleção de peças do patrimônio arqueológico do arquipélago do Marajó.				
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT				
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura (MinC), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Sistema Integrado de Museus (SIM), Museu do Estado do Pará (MEP), SEDUC, Secretaria Estadual de Integração Regional, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Instituto de Artes do Pará (IAP), PARATUR, UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais e de Cultura, demais Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural, notadamente, do setor de patrimônio; entre outros.				
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania				
5 - Diretriz: - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento social; - Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.				
6 – Ação demandada: - Promover programas de educação inicial e continuada para a qualificação dos profissionais na área de cultura e patrimônio; - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município, com ênfase na identificação e promoção do patrimônio arqueológico, e valorização de seu aspecto imaterial; - Fortalecer o conhecimento das culturas marajoaras, promovendo a participação de artesãos e de mestres de saberes e ofícios nas diversas ações de educação, cultura, objetivando a inclusão social; - Capacitar agentes multiplicadores de arte e ofício e gestores para elaboração de projetos sociais de incentivo à cultura do Marajó.				
7 – Objetivo do Programa/Ação: Preservar a memória cultural do Estado; Democratizar as informações culturais no Estado; Proporcionar condições para a criação, produção, pesquisa, aperfeiçoamento e circulação cultural nas várias linguagens artísticas, possibilitando o acesso aos recursos destinados à cultura.				
8 - Descrição do Programa/Ação: A publicação do acervo arqueológico se fará a partir de acervos já mantidos no arquipélago (como referência D. Dita Acatauassú) e expandido através da coleta em outros sítios em todo o arquipélago, registrados através de fotografias e ilustrações. A publicação deste acervo visa fomentar a pesquisa para a experimentação artística e para o fortalecimento das culturas marajoaras, promovendo a veiculação da produção histórica e folclórica a fim de consolidar a valorização da produção e a acessibilidade à cultura local. Neste sentido, o programa irá fortalecer a dimensão artística das manifestações culturais, bem como estabelecer um processo de relação entre as raízes simbólicas das culturas marajoaras, paraense e amazônica e a contemporaneidade.				
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Visita prévia aos municípios para o estabelecimento de parcerias com o poder público local, em especial as Secretarias Municipais de Educação e de Cultura; Articular a participação dos municípios com a AMAM; Estabelecer parcerias intra-secretarias; Fortalecer a gestão democrática da política cultural; Subsidiar os órgãos de cultura locais e a sociedade civil na elaboração dos Planos Municipais de Cultura; Contribuir para a realização do diagnóstico da cultura local.				
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Atender uma média de 04 municípios/ano no Arquipélago do Marajó.				
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.				
12 - Cronograma de execução: 2008 a 2001	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)			
		2008	2009	2010
	13.1 - Investimento	300.000	330.000	365.000
	13.2 - Custeio			

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto encenar - oficinas de artistas					
2 – Órgão Responsável: Secretaria de Estado de Cultura do Pará - SECULT					
3 – Órgãos Parceiros: Ministério da Cultura, SEPOF, SEGOV, SEDUC, Secretaria Estadual de Trabalho e Promoção Social (SETEPS), Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), Fundação Curro Velho (FCV), Fundação Carlos Gomes (FCG), Instituto de Arte do Pará (IAP), SEBRAE, Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Educação, Secretarias Municipais de Cultura, Instituições de Ensino e Pesquisa, Associações e Consórcios Municipais, Organizações ou Entidades representantes do setor cultural, notadamente os grupos teatrais existentes nos municípios do Marajó.					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: - Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento das Artes Cênicas no Marajó; - Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando a abertura de novo campo de trabalho e o fortalecimento da cidadania através da arte.					
6 – Ação demandada: - Promovendo ação de formação teatral para a comunidade habitante na Região; - Promover programas de formação teatral inicial e continuada para a qualificação dos iniciados na área das artes cênicas; - Promover o resgate e o fortalecimento das culturas do Marajó visando seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma harmônica, apoiando e respeitando as especificidades de cada município através das artes cênicas, que tomará como foco de encenação as especificidades Marajoaras; - Fortalecer a economia e auto-sustentabilidade das culturas marajoaras, promovendo a participação de artesãos e de mestres de saberes e ofícios nas diversas ações de cultura, mais particularmente as artes cênicas, objetivando a inclusão social; - Fortalecer a criação de unidades culturais, como grupos artísticos, escolas profissionalizantes e núcleos universitários, que contenham espaços sócio-educativos apropriados para a prática de atividades de cultura (através das artes cênicas), nas zonas urbanas e rurais.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Possibilitar a criação de mais uma fonte de emprego e renda, através do aumento da produção cênica do Estado, através de ações de formação, informação e estímulo à reflexão sobre as artes cênicas.					
8 - Descrição do Programa/Ação:					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: O projeto inicia com a visita de técnicos da área de cênicas do Governo do Estado aos Municípios, para contato inicial com as Prefeituras e comunidade artística local, para definição de parcerias, apoios, local e data de início das oficinas. Após o primeiro contato, será iniciado as oficinas, sendo a primeira de interpretação, em paralelo à de produção, seguida de figurino, iluminação, maquiagem, sonoplastia e cenário. Concluídas as oficinas e, iniciado o processo de montagem, será efetuado acompanhamento periódico, pelo coordenador da oficina de direção, que estará quinzenalmente no Município para acompanhar todo o processo de montagem e ensaios de elenco. Com o espetáculo pronto e apresentado à comunidade, desloca-se o grupo para Belém, para participar da MOSTRA ESTADUAL DE CENICAS , onde participarão, além da apresentação do espetáculo, das oficinas e workshops oferecidos pelo projeto.					
10 - Resultados Esperados/alcançados do Programa /Ação: Realizar a ação cênica em 04 municípios/ano do Arquipélago do Marajó, perfazendo uma média de 70 mil pessoas atendidas.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Toda área do Plano.					
12 - Cronograma de execução: Março/08 a Dezembro/2011	13 – Previsão Orçamentária: (R\$)				
		2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	105.120	110.376	115.894	121.689
	13.2 - Custeio				

1 – Nome do Programa/Ação: Arqueologia amazônica - Diagnóstico e identificação de sítio arqueológico submerso na cidade de Anajás						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos						
7 – Objetivo da Ação: Identificação e diagnóstico da situação de bens arqueológicos submersos relativos à sociedade Marajoara, localizados na cidade de Anajás, Ilha de Marajó.						
8 – Descrição da Ação: Ação nova. Situação emergencial. Diagnóstico da situação visando definir os procedimentos que deverão ser adotados no sentido de assegurar a preservação dos bens e as informações sobre o sítio.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecimento de parceria com instituições de pesquisa para trabalho de campo, coleta, identificação e salvaguardados objetos encontrados no sítio arqueológico localizado no município de Anajás, Ilha de Marajó; - Contratação de equipe especializada em trabalhos de mergulho e profissional especialista em arqueologia sub-aquática; - Os serviços serão realizados no período em que o nível das águas do rio se encontre mais baixo, para facilitar a visualização das condições em que se encontra o material submerso.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Sítios arqueológicos inseridos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos; - Procedimentos definidos para tratamento do material arqueológico - Definição, junto à prefeitura, de procedimentos para a proteção do sítio						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Anajás						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	15.416				

1 – Nome do Programa/Ação: Arqueologia amazônica - Inventário de sítios arqueológicos na Ilha de Marajó – 1ª etapa (Afuá, chaves, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras e Curralinho).						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos						
7 – Objetivo da Ação: - Identificar e cadastrar, segundo a metodologia do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, os sítios e coleções arqueológicas da Ilha do Marajó. - Mobilizar e sensibilizar a população e prefeituras para a questão arqueológica envolvendo a comunidade local no processo de identificação e preservação dos sítios.						
8 – Descrição da Ação: Os municípios serão definidos e priorizados em função das possibilidades de apoio ao trabalho, bem como das condições de acesso aos locais potenciais de sítio se condições de risco.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecimento parceria com as prefeituras e instituições de pesquisa - Montagem de equipe e treinamento - Identificação e registro de sítios a partir da bibliografia existente sobre a arqueologia do Marajó e das informações repassadas pelas comunidades - Cadastro dos sítios localizados - Sistematização dos cadastros no Cadastro Nacional de sítios Arqueológicos – CNSA. - Divulgação sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos e de seu potencial turístico como possibilidade de geração de emprego e renda para a população						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Sítios arqueológicos e coleções identificados segundo a metodologia do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. - Resultados da pesquisa divulgados junto às comunidades locais da Ilha do Marajó; - Prefeitura e comunidades informadas sobre a importância e formas de preservação dos bens arqueológicos.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra, Soure, Stª. Cruz do Arari e Cachoeira do Arari						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	65.000				

1 – Nome do Programa/Ação: Arqueologia amazônica - Preservação de Sítios Arqueológico Histórico e Pré-Histórico de Joanes em Salvaterra						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos						
7 – Objetivo da Ação: Garantir a preservação de sítio arqueológico no Marajó, marco da ocupação da Amazônia, por meio de ações de proteção, que detenham a degradação do sítio e elaborar material didático de informação e divulgação para dar suporte à ação do IPHAN. Trata-se de lugar de visitação turística que requer infra-estrutura mínima de visitação, de modo a que o sítio não sofra danos.						
8 – Descrição da Ação: Continuação de ação iniciada em 2005, por solicitação do Ministério Público ao Iphan, marca a atuação efetiva da instituição na ilha do Marajó, no que se refere ao patrimônio arqueológico, até então objeto tão somente de ação, insuficiente, de fiscalização. A ação teve boa repercussão na localidade e recebeu destaque na mídia.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Estabelecer parcerias locais com a prefeitura e a sociedade civil organizada; - Realizar sondagens no largo da igreja para dimensionamento e identificação das áreas a serem resguardadas para futuras pesquisas e salvamentos; - Estabilizar e tratar as ruínas; - Elaborar Projeto de agenciamento dos sítios para visitação turística; - Produzir material didático informativo para uso junto à comunidade; - Realizar oficinas de educação patrimonial						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Liberação da área da praça para eventos públicos; - Sítio com ruínas tratadas e estabilizadas; - Oficinas de educação patrimonial realizadas; - Material informativo sobre o trabalho e o sítio produzido e distribuído; - Projeto de agenciamento e sinalização do sítio elaborado.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio	65.000				

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial / promoção e divulgação patrimonial - Reprodução do CD Rom Levantamento Preliminar do INRC da Ilha do Marajó.						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Reproduzir, através de CD Room, os resultados das pesquisas realizadas pela 2ª Superintendência Regional do IPHAN, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais, com tratamento para uso didático.						
8 – Descrição da Ação: O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizou, entre junho de 2004 a março de 2006, o levantamento preliminar do Inventário de Referências Culturais da Ilha de Marajó (INRC Marajó). O inventário permitiu identificar e conhecer um pouco melhor a imensa diversidade cultural da região, refletida em manifestações como o artesanato das cerâmicas marajoaras e dos trançados de palha, as danças do lundu, da chula e do carimbo a luta marajoara, as festas de santos, o queijo do Marajó e muitos outros bens que compõem o patrimônio cultural da ilha. A reprodução dessas informações, através da mídia CD Rom, é um importante suporte para as atividades de educação patrimonial realizadas pela 2ª SR.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Contratação de empresa especializada para execução do serviço.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Material reproduzido para distribuição com a finalidade de uso didático.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Toda área do Plano						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	5.000				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial - Ação de Salvaguarda da Festa de São Sebastião, do município Cachoeira do Arari.						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Elaborar e montar o plano de salvaguarda da Festa de São Sebastião do município Cachoeira do Arari, resultante da aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais na Ilha do Marajó, destacando os aspectos significativos da festa com a descrição da citada manifestação cultural.						
8 – Descrição da Ação: O IPHAN concluiu, em 2006, o inventário cultural preliminar da ilha do Marajó e o Inventário da Festa de São Sebastião de Cachoeira do Arari, identificando algumas fragilidades na organização da festa. Assim, esta ação tem por objetivo discutir com a população os problemas que a festividade vem atravessando e também formular proposições para reforçar a realização e a reprodução dessa manifestação, cujo registro foi solicitado ao IPHAN.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Contratação de Pessoal - Compra de material de consumo - Redação do texto com base no material coletado - Revisão de textos - Finalização gráfica - Impressão						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Oficina participativa realizada; Diagnóstico da festividade elaborado com indicação de ações de salvaguarda;						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Cachoeira do Arari						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento	45.000,00				
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial / promoção e divulgação patrimonial - Exposições sobre o INRC da Ilha do Marajó						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros: AMAM, Prefeituras dos Municípios						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Promover a cultura do Marajó e divulgar resultados das pesquisas realizadas pela 2ª SR/IPHAN a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais.						
8 – Descrição da Ação: O levantamento preliminar do inventário de referências culturais da Ilha do Marajó possibilitou identificar ali 561 bens culturais a partir da indicação da população local. A Ilha do Marajó, localizada na confluência do Rio Amazonas e Tocantins com o Oceano Atlântico, e fazendo parte do maior arquipélago fluvio-marítimo do planeta ainda é desconhecida pelos paraenses e muitos brasileiros, pois o Marajó esconde, em cada localidade, em cada curva de rio, uma rica cultura. Revelou a partir do olhar de seus habitantes uma quantidade de bens culturais, em sua maioria desconhecidos até mesmo pela população da região. Diante desse quadro, e com a quantidade e diversidade das informações e registro audiovisuais coletados pelos pesquisadores envolvidos no projeto do INRC, a 2ª SR/IPHAN toma a iniciativa para a realização dessa exposição que leva a cultura marajoara não só a Belém e outras capitais do País como também para a própria Ilha do Marajó.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Encaminhar o projeto, através de parcerias, para editais de financiamento de ações na área da cultura. - Contratação de serviços profissionais terceirizados para montagem da exposição e elaboração do material de divulgação; - Lançamento da exposição na sede da 2ª SR/IPHAN, em Belém/PA; No Museu do Folclore/RJ e na Ilha do Marajó - Doação da exposição para a AMAM para percorrer todos os municípios.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Manifestações, bens e produtos culturais do Marajó divulgados junto à população local e nacional						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra, Soure, Stª. Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Currálinho, Breves, Anajás, Afuá e Chaves.						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$) 260.000,00					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial / promoção e divulgação patrimonial - Divulgação dos resultados do Inventário realizado pelo IPHAN desde 2005						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros: AMAM						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Reproduzir e distribuir para os 12 municípios do Marajó onde foi realizado o inventário jogo de banners contendo informações do trabalho em cada um dos municípios visitados, visando itinerância pelas escolas e centros comunitários. Estes banners foram produzidos e utilizados durante a etapa de conclusão do INRC Marajó, contém informações sobre os bens culturais levantados nos municípios e as categorias de patrimônio imaterial usadas pelo inventário. Esta forma de exposição teve grande aceitação pelas comunidades dos municípios pesquisados, que demandaram a produção de um jogo de banners para cada uma das cidades para exposição e utilização didática.						
8 – Descrição da Ação: Ação planejada, sem recursos disponibilizados. A concepção gráfica dos banners já está pronta, necessitando apenas sua reprodução.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Estabelecimento de parcerias para viabilização da ação; Contratação de empresa de plotagem para realizar o serviço.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Material reproduzido para distribuição com a finalidade de uso didático e de divulgação.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Salvaterra, Soure, St ^a . Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Currálinho, Breves, Anajás, Afuá e Chaves.						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$) 24.000,00					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial / promoção e divulgação patrimonial - Produção Bibliográfica – Publicação sobre o Inventário de Referências Culturais na Ilha do Marajó						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Produção de livro sobre bens culturais identificados na Ilha do Marajó.						
8 – Descrição da Ação: O levantamento preliminar dos bens culturais de natureza imaterial da ilha do Marajó identificou mais de 500 bens, em sua maioria desconhecidos até mesmo da população da região. Neste sentido, a produção de um livro, virá contribuir para o reconhecimento e valorização destes com um conteúdo que pode servir de material didático para as escolas da região e ainda divulgar a riqueza cultural da Ilha para outras regiões do país. Além de descrever os bens identificados constará da publicação a relação de informantes e produtores culturais e calendário dos eventos.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: O projeto de captação de recursos está sendo enviado para editais da área cultural 1-Editar e imprimir o livro "MARAJÓ - CONHECER E PRESERVAR", 400 páginas, formato fechado 220 x 330 mm, acabamento: Dobrado, Lomb.guad.hot melt. 2-Reproduzir CD-ROM dos bens culturais identificados nos municípios 2- Distribuir por todas as escolas do Marajó e também pelas bibliotecas públicas do Pará e nacionais.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Divulgação local e nacional dos bens culturais identificados no levantamento preliminar do Inventário de Referência Culturais da Ilha do Marajó; A partir dessa divulgação articular parcerias visando o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda para a população do Marajó.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Toda a área do Plano						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$) 168.000,00					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio					

1 – Nome do Programa/Ação: Arqueologia amazônica - Inventário de sítios arqueológicos na Ilha de Marajó, 1ª etapa, envolvendo os municípios de A fuá, chaves, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras e Curralinho.						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos						
7 – Objetivo da Ação: Identificar e cadastrar, segundo a metodologia do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, os sítios e coleções arqueológicas da Ilha do Marajó. Mobilizar e sensibilizar a população para a questão arqueológica envolvendo a comunidade local e prefeituras no processo de identificação e preservação dos sítios.						
8 – Descrição da Ação: Identificar e registrar nas fichas de cadastro de sítios arqueológicos do IPHAN , os sítios identificados na ilha do Marajó, a partir das informações da população, sondagens, observação e referências existentes na literatura. A priorização dos municípios deu-se em função de denúncias de exploração ilegal de bens arqueológicos.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: - Contratação, através de processo licitatório, de instituição de pesquisa ou de empresa de arqueologia para proceder a pesquisa, identificação e cadastro dos sítios. - Estabelecer parcerias estaduais e municipais para o Levantamento das informações. - Produção de material informativo sobre os sítios e a importância de sua preservação, com orientações neste sentido.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: - Sítios arqueológicos e coleções identificados segundo a metodologia do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. - Resultados da pesquisa divulgados junto às comunidades locais da Ilha do Marajó; - População e prefeituras sensibilizadas para a questão.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Afuá, chaves, Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras e Curralinho.						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio		105.000	100.000		

1 – Nome do Programa/Ação: Patrimônio imaterial / promoção e divulgação patrimonial - Reprodução do DVD com o vídeo do Inventário Cultural da Ilha do Marajó, para fins didático e de divulgação.						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação. - Criar um catálogo de manifestação culturais no marajó.						
7 – Objetivo da Ação: Reproduzir, através de DVD, as pesquisas realizadas pela 2ª Superintendência Regional do IPHAN, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais, com tratamento para uso didático e de divulgação.						
8 – Descrição da Ação: Não há recursos assegurados para essa ação O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizou, entre junho de 2004 a março de 2006, o levantamento preliminar do Inventário de Referências Culturais da Ilha de Marajó (INRC Marajó). O inventário permitiu identificar e conhecer um pouco melhor a imensa diversidade cultural da região. A reprodução dessas informações, através de DVD, é um importante suporte para as atividades de educação patrimonial e de divulgação do patrimônio cultural da região.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Contratação de empresa especializada para execução do serviço.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Material reproduzido para distribuição com a finalidade de uso didático e de divulgação.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Toda a área do Plano						
12 – Cronograma de execução:	13 – Dotação Orçamentária: (R\$)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio		8.000,00			

1 – Nome do Programa/Ação: Conservação e restauração de bens imóveis - Contenção de encosta na área do Forte de Santo Antônio de Gurupá						
2 – Órgão Responsável: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 – Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 – Diretriz: Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.						
6 – Ação demandada: - Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos.						
7 – Objetivo da Ação: Realizar obra de contenção da encosta onde se situa o Forte de Santo Antônio de Gurupá, com drenagem pluvial e restauração da fortificação.						
8 – Descrição da Ação: A fortificação, situada às margens do Rio Amazonas, encontra-se ameaçada por processo de erosão causado pelas águas fluviais e pluviais que incidem sobre a falésia onde foi edificada. O monumento também apresenta problemas de má conservação devido a sua pouca utilização.						
9 – Estratégia para implementação da Ação: Contratação de pessoa jurídica, através de licitação, para execução dos serviços de contenção da encosta e consolidação das muralhas e restauração do forte.						
10 – Resultados Esperados / alcançados da Ação: Encosta consolidada, com problema estrutural resolvido e fortificação restaurada.						
11 – Abrangência Territorial da Ação: Gurupá.						
12 – Cronograma de execução: 13 – Dotação Orçamentária: (R\$)						
		2007	2008	2009	2010	2011
13.1 – Investimento						
13.2 – Custeio			1.699.090			

<p>1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa 1067 – Gestão da Política de Educação – Ação 6336 – Capacitação de agentes educacionais para o monitoramento de programas e projetos educacionais</p>
<p>2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica</p>
<p>3 – Órgãos Parceiros: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE; Conselho Nacional de Educação-CNE; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme, o Programa Nacional das Nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD, o Fundo das Nações Unidas para Infância - Unicef, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, bem como as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios</p>
<p>4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania</p>
<p>5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.</p>
<p>6 – Ação demandada: 2) Promover o apoio técnico e financeiro para o fortalecimento do controle social, na definição e execução das políticas e programas. 6) Garantir, através do poder público, o financiamento para deslocamento dos conselheiros para educação permanente, conferências municipais, estaduais e federais.</p>
<p>7 – Objetivo do Programa/Ação: Implementar ações que assegurem a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, contribuindo com a regulamentação e implementação do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e com a construção de uma educação pública com qualidade social.</p>
<p>8 - Descrição do Programa/Ação: A ação coaduna-se com os pressupostos constantes no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007) onde, além do objetivo da melhoria na qualidade da educação (art. 1º) por meio da capacitação dos gestores escolares, define como participação da União no Plano, dentre outras, as diretrizes de (art. 2º): acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas; zelar pela transparência da gestão pública na área da educação; garantir o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social; promover a gestão participativa na rede de ensino; elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes; fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso. A ação será realizada por intermédio de assistência técnica, com orientações sobre a concepção, formulação e avaliação de políticas públicas na área de educação e a organização do estudante com vistas a promover a discussão da escola e da qualidade da educação, mediante cursos para sensibilização e capacitação de equipes gerenciais, estudantes e conselhos vinculados à educação nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Além disso, a SEB desenvolverá um processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução de programas e projetos educacionais, conveniados com o MEC, mediante manuais e instrumentos técnicos que orientem o replanejamento da União e dos entes federados. Para a implementação da ação são previstas atividades de produção de material impresso, vídeos, áudios, capacitações dos agentes envolvidos e o fornecimento de equipamentos de informática, de rádio difusão e de acesso à internet, necessários à implantação de tecnologia de sistema de informações gerenciais informatizado, de modernização administrativa e de instrumentos de comunicação com a comunidade.</p>
<p>9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: A ação será implementada mediante parceria entre a Secretaria de Educação Básica - SEB, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, o Conselho Nacional de Educação-CNE, além de atores externos, compreendendo os conselheiros municipais de educação, conselheiros escolares, dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e gestores municipais de</p>

planejamento educacional. Participarão como atores estruturantes, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme, o Programa Nacional das Nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD, o Fundo das Nações Unidas para Infância - Unicef, o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, bem como as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. As ações prevêem a realização de capacitações, cursos a distância via internet, material didático impresso, produção de vídeos e áudios institucionais, videoconferências, produção de documentos, realização de encontros estaduais e regionais, distribuição de equipamentos de informática (computadores com softwares e impressoras), instalação de equipamento para acesso ao sistema de banda larga (antena e modem) e instalação de equipamentos de transmissão e operação de rádios comunitárias, que serão executadas diretamente pela Secretaria de Educação Básica ou mediante projeto de cooperação técnica com organismos internacionais, órgãos governamentais e órgãos não-governamentais.

10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa / Ação:

A ação 6336 objetiva, dentro do tema inclusão social e cidadania, a instalação de Conselhos Municipais de Educação e de Conselhos Escolares nas escolas públicas estaduais e municipais com vistas à participação popular na gestão democrática do ensino público, bem como o controle social dos gastos públicos.

11 - Abrangência Territorial do Programa / Ação:

O programa tem abrangência nacional

12 - Cronograma de execução:

A ação já é realizada desde 2004, e tem atividades previstas até 2011. As atividades são encontros estaduais para capacitação dos conselheiros. No momento não estão marcadas eventos para 2007

13 – Dotação Orçamentária: (R\$)

Ainda não definida no PPA 2008-2011
Esta ação conta com recursos do PNUD.

	2007	2008	2009	2010	2011
13.1 – Investimento					
13.2 – Custeio					

Observação

Esta ação engloba os seguintes programas:

- Programa de articulação com os sistemas de ensino, para acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação / Plano Estadual de Educação / Plano Municipal de Educação;
- Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica;
- Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho;
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Estes programas desenvolvem-se com encontros estaduais.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica desenvolve-se com curso a distância via internet.

O Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação distribuirá computadores com impressora e banda larga para os municípios que apresentam Conselhos Municipais em funcionamento. Esse programa está em negociações com o Ministério das Comunicações para a instalação de Rádios Comunitárias nos municípios com Conselhos Municipais.

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada					
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica/Departamento de Políticas de Ensino Médio					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.					
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Melhorar infra-estrutura escolar.					
8 - Descrição do Programa/Ação: Construção de espaço para instalação de laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, biblioteca, na Unidade Escolar Leopoldina Guerra.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.					
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços e recursos escolares.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Afuá/PA					
12 - Cronograma de execução: Obra 80% executada, interrompida há mais de 02 anos; será realizado novo processo licitatório para sua conclusão. Agosto/2007: execução de 10% Setembro/2007: execução de 10%	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 174.689,00 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento				
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica Departamento de Políticas de Ensino Médio						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Melhorar infra-estrutura escolar						
8 - Descrição do Programa/Ação: Construção de espaço para implantação de laboratórios de informática, laboratório multidisciplinar, biblioteca, na Unidade Escolar Delgado Leão.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços e recursos escolares.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Cachoeira do Arari/PA						
12 - Cronograma de execução: Obra 50% executada, interrompida há mais de 02 anos; será realizado novo processo licitatório para sua conclusão. Agosto/2007: execução de 25% Setembro/2007: execução de 25%	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 60.024,13 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Políticas de Ensino Médio						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Reforma da Unidade Escolar Prado Lopes						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços escolares.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Curralinho/PA						
12 - Cronograma de execução: Obra 50% executada e interrompida há mais de 02 anos. Será aberto novo processo licitatório para sua conclusão. Agosto/2007: execução de 20% Setembro/2007: execução de 20% Outubro/2007: execução de 10%	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 125.279,20 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Políticas de Ensino Médio/SEB/MEC						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Construção de uma escola de 06 salas de aula para o ensino médio.						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços escolares.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Curralinho/PA						
12 - Cronograma de execução: Obra 50% executada e interrompida há 90 dias. A empresa está sendo acionada para concluir a obra. Julho/2007: execução de 15% Agosto/2007: execução de 15% Setembro/2007: execução de 10% Outubro/2007: execução de 10%	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 700.000,00 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 – Investimento					
	13.2 – Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada							
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Políticas de Ensino Médio							
3 – Órgãos Parceiros:							
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania							
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.							
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.							
7 – Objetivo do Programa/Ação: Construção de espaço para instalação de laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, biblioteca, na Unidade Escolar Ademar N.Vasconcelos.							
8 - Descrição do Programa/Ação:							
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.							
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços escolares.							
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Salvaterra/PA							
12 - Cronograma de execução: Obra a ser iniciada. Agosto/2007: execução de 35%; Setembro/2007: execução de 35%; Outubro/2007: execução de 30%.		13 - Dotação Orçamentária: R\$ 180.231,86 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.					
			2007	2008	2009	2010	2011
		13.1 - Investimento					
		13.2 - Custeio					

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Políticas de Ensino Médio						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Construção de espaço para instalação de laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, biblioteca, na Unidade Escolar Edda de Sousa Gonçalves.						
8 - Descrição do Programa/Ação:						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços escolares.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Soure/PA						
12 - Cronograma de execução: Obra a ser iniciada. Agosto/2007: execução de 35%; Setembro/2007: execução de 35; Outubro/2007: execução de 30%.						
13 - Dotação Orçamentária: R\$ 96.812,02 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.						
		2007	2008	2009	2010	2011
13.1 - Investimento						
13.2 - Custeio						

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Projeto Alvorada					
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Políticas de Ensino Médio					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.					
6 – Ação demandada: Implantar programas de inclusão social para a população.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Construção de espaço para instalação de laboratório de informática, laboratório multidisciplinar, biblioteca, na Unidade Escolar João XXIII.					
8 - Descrição do Programa/Ação:					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Processo de execução coordenado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará.					
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Promover a inclusão educacional por meio do acesso a novos espaços escolares.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: São Sebastião da Boa Vista/PA					
12 - Cronograma de execução: Obra a ser iniciada. Agosto/2007: execução de 35%; Setembro/2007: execução de 35%; Outubro/2007: execução de 30%.	13 - Dotação Orçamentária: R\$ 64.578,32 Projeto Alvorada com término da execução previsto para dezembro de 2007.				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento				
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime)						
2- Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica / Departamento de Projetos Educacionais						
3 – Órgãos Parceiros: FNDE, Undime, Pnud, Unesco, Unicef, Banco Mundial (Parceiros do Programa) Inep e Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (parceiros na execução dos encontros presenciais de 2007)						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
6 – Ação demandada: 1) Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, com educação permanente, na definição e execução das políticas e programas. 2) Promover o apoio técnico e financeiro para o fortalecimento do controle social, na definição e execução das políticas e programas.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Contribuir para a promoção dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que tange às obrigações municipais de desenvolvimento e manutenção da Educação Básica, por meio da formação e apoio técnico aos gestores municipais da educação.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Programa cujo público-alvo é a totalidade dos dirigentes municipais de educação do Brasil, articula formação permanente, apoio à gestão e troca de experiências de modo a desenvolver a gestão educacional no âmbito municipal e fortalecer a rede de dirigentes em parceria com a Undime.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Em 2007 serão realizados encontros presenciais de curta duração para apresentação de ferramentas de gestão, além da ampliação do Pradime <i>on line</i> (EaD) para atender aqueles dirigentes que não participaram da formação inicial presencial em 2005 e 2006.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Nos encontros presenciais para formação inicial contou-se com a participação de 3.344 dirigentes municipais de educação (60,1% dos 5.564 DME do Brasil)						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional.						
12 - Cronograma de execução: Para os municípios que integram o Arquipélago do Marajó participarão do encontro destinado ao estado do Pará que está previsto para acontecer nos dias 16 e 17 de agosto de 2007, em Belém (data a confirmar). Em 2009 e 2011 devem acontecer outros encontros.	13 - Dotação Orçamentária: (Não há dotação orçamentária definida para o Pradime)					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	110.000		110.000		110.000

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Saberes da Terra – Ação 0B82 do Programa 1377						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade						
3 – Órgãos Parceiros: UEPA; UFPA; EFA/PA; FATA/PA, Geperuaz/PA, Densa – Nova, Amafrutas/PA, FVPP/PA, MOVA/Ajuri/PA, ISSAR/PA, CEDENPA, ARCAFAR/PA, FETAGRI/PA						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 – Ação demandada: Implantar e ampliar onde já existem programas de inclusão produtiva para jovens extensiva à área rural.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares no sistema formal de ensino oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Atendimento prioritário a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, agricultores/as familiares excluídos do sistema formal de ensino, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em curso de Ensino Fundamental considerando a demanda existente no município. A organização do trabalho pedagógico na modalidade Educação de Jovens e Adultos deverá integrar conhecimentos da educação geral com formação inicial e continuada por meio de metodologias adequadas aos tempos e espaços da realidade das populações que este programa deseja atender, ou seja, os/as agricultores/as familiares.						
9 – Estratégia para implementação do Programa/Ação: Realização de convênios com entes federados estaduais ou municipais com a participação efetiva de organizações não-governamentais e movimentos sociais do campo que tenham experiência na integração em Educação de Jovens e Adultos e qualificação social e profissional. O Programa será desenvolvido em âmbito nacional. A organização das atividades educativas se faz em regime de alternância entre os tempos de aprendizagem no espaço escolar e na comunidade do aluno, de modo a integrar o aprendizado formal às práticas e vivências locais. A alternância é uma metodologia desenvolvida pela conjugação de períodos alternados de formação na escola e na família e pelo uso de instrumentos pedagógicos específicos. Isto é, o <i>tempo escola</i> corresponde ao período em que o estudante permanece efetivamente interno ao espaço da unidade escolar em contato com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações em sua ação pelos/as educadores/as, neste período, os estudantes planejam a execução de projetos experimentais que serão desenvolvidos em suas propriedades. O <i>tempo família</i> corresponde ao período em que o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos e suas experiências em sua família ou local comunitário desenvolvendo seu projeto experimental sob planejamento e acompanhamento pedagógico dos/as educadores/as.						
10 - Resultados Esperados/Alcançados do Programa /Ação: Jovens agricultores/as familiares com o ensino fundamental concluído e com qualificação social e profissional dentro dos arcos ocupacionais da agricultura familiar, conforme definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional. A ação ora se desenvolve em doze estados de todas as regiões brasileiras com cinco mil alunos matriculados. Nos municípios do Arquipélago do Marajó são: Breves, 30 educandos; Portel, 62 educandos e São Sebastião da Boa Vista, 60 educandos.						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio	10.000.000				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Apoio à Formação Continuada, em Educação Ambiental, para Profissionais da Educação (Ação 09EB do Programa 1072)							
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade							
3 – Órgãos Parceiros: Secretarias estaduais de educação, organizações não-governamentais, universidades federais.							
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania							
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.							
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.							
7 – Objetivo do Programa/Ação: Apoiar o desenvolvimento e a consolidação da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade e modalidades de ensino, por meio da disseminação de metodologia, material didático e paradidático, e do fomento a cursos de formação inicial e continuada nas modalidades presencial e a distância, para auxiliar os profissionais de educação em sua prática pedagógica, embasamento científico e atuação política, visando à promoção da sustentabilidade socioambiental das escolas, das comunidades locais e do país.							
8 - Descrição do Programa/Ação: Esta ação será executada em duas linhas. Uma delas, por meio de apoio ao desenvolvimento de projetos nas instituições de educação superior para inserção curricular de uma área de educação ambiental em todas as licenciaturas e no magistério, que agregue as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e seja voltada para a formação inicial de professores e gestores, qualificando teorias e métodos ligados à questão ambiental e sua práxis pedagógica, contribuindo para o aprimoramento da atuação desses profissionais. Essa formação poderá ocorrer tanto por meio de encontros presenciais (seminários, oficinas) como por meio de processos de educação a distância, ou por uma integração de ambos. Uma segunda linha diz respeito ao apoio a projetos nos sistemas estaduais e municipais de ensino voltados para a geração, coordenação e avaliação de programas de formação continuada em educação ambiental, que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, no aprimoramento da gestão com a formação de equipes técnicas locais e de quadros docentes; assim como na produção de materiais pedagógicos apropriados local e regionalmente para a temática de cidadania ambiental e do desenvolvimento sustentável nas escolas. O escopo da ação prevê, para ambas as linhas, a produção, a impressão e a distribuição de material didático, paradidático e de apoio às formações.							
9 – Estratégia para implementação do Programa/Ação: Estabelecimento de parcerias com instituições federais de ensino, instituições privadas sem fins lucrativos, com os sistemas estaduais e municipais dos três níveis de ensino, com instituições não governamentais sem fins lucrativos e com outros Ministérios, especialmente o Ministério do Meio Ambiente. Essas parcerias poderão ser realizadas por meio de convênios ou descentralização de créditos no caso de instituições federais. Além disso, algumas atividades podem ser executadas diretamente pela unidade responsável.							
10 - Resultados Esperados/Alcançados do Programa /Ação: Profissionais da educação básica formados e capazes de trabalhar a educação ambiental de forma crítica, humanista e emancipatória, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida ambiental e para a construção de sociedades sustentáveis.							
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional Duas escolas de Portel fizeram suas conferências de meio ambiente dentro do processo da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em 2005/2006 e dois professores de cada uma delas participou do seminário de formação continuada em EA.							
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:						
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento						
	13.2 - Custeio	3,5 milhões	3,5 milhões	3,5 milhões			

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Brasil Quilombola – Programa 1336						
2 – Órgão Responsável: Ministério da Educação/SECAD						
3 – Órgãos Parceiros: Sistemas estaduais e municipais de ensino						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.						
6 – Ação demandada: Promover e assegurar o reconhecimento, o conhecimento e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Ampliar e melhorar a oferta de ensino fundamental em escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombos.						
8 - Descrição do Programa/Ação: Atender a demanda dos sistemas de ensino por meio de apoio técnico e financeiro de três ações: <ul style="list-style-type: none"> - Formação continuada de professores; - Material didático; e - Ampliação da rede física escolar. 						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: A ação ocorrerá de maneira descentralizada. Os projetos educacionais apresentados por órgãos ou entidades governamentais ou não governamentais que atuem em áreas de remanescentes de quilombo para serem apreciados pelo MEC, poderão prever a produção, aquisição e distribuição de material didático e paradidático, formação continuada de professores e construção, ampliação, reforma e equipamentos de prédios escolares adequados às especificidades do Ensino Fundamental nessas comunidades.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Com o desenvolvimento do Programa espera-se como produto a melhoria da infra-estrutura básica à realização completa do ensino fundamental de qualidade pelos alunos, tendo como resultado melhor condições de vida dos habitantes das áreas de remanescentes de quilombos, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhes são destinadas.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional Seis comunidades da Ilha do Marajó localizadas em Salvaterra, certificadas pela Fundação Cultural Palmares(Bacabal, Santa Luzia, Boa Vista, Vila União/Campina, Rosário, Campina).						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento	5,172 milhões				
	13.2 - Custeio					
Obs: para pleitear recursos, as comunidades devem, primeiramente, ser certificadas pela Fundação Palmares; além disso, precisam encaminhar projetos em resposta a Resolução FNDE, juntamente com os demais documentos exigidos para cada ação a ser desenvolvida: material didático, formação de professores; e ampliação da rede física.						

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa dinheiro direto na escola (PDDE)							
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)							
3 – Órgãos Parceiros:							
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania							
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.							
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.							
7 – Objetivo do Programa/Ação: Prover as escolas com recursos financeiros, de forma suplementar, visando à melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, a elevação da qualidade e dos índices de desempenho do ensino fundamental e a participação das comunidades escolar e local na gestão e no controle social dos recursos.							
8 - Descrição do Programa/Ação: O Programa Dinheiro Direto na Escola beneficia escolas públicas estaduais, distritais e municipais do ensino fundamental, nas modalidades regular, especial e indígena, bem como, as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos. O atendimento é feito de acordo com o nº de alunos matriculados no ensino fundamental, conforme o censo escolar realizado pelo INEP/MEC no ano anterior ao do repasse.							
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: O Programa já se encontra implementado desde 1999, com o repasse direto às escolas.							
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Escola dotada de recursos financeiros que possibilitem as condições mínimas necessárias para oferecer ensino de qualidade.							
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Em todas as regiões brasileiras.							
12 - Cronograma de execução: Data de recebimento dos recursos até 31 de dezembro Cronograma de liberação dos recursos (FNDE) junho a dezembro	13 - Dotação Orçamentária:						
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 Investimento –	125.296.623	77.601.300				
	13.2 – Custeio	224.703.377	248.062.634				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa nacional de apoio ao transporte escolar					
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC					
3 – Órgãos Parceiros:					
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania					
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara. Diretriz do Programa: Lei de criação do Programa: Lei nº 10.880, de 09/06/2004 e Resoluções publicadas a cada exercício financeiro.					
6 – Ação demandada: Garantir transporte escolar para crianças e jovens.					
7 – Objetivo do Programa/Ação: Garantir o acesso à educação, por meio do transporte escolar, aos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural.					
8 - Descrição do Programa/Ação: O Programa consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios de recursos financeiros destinados a custear o oferecimento de transporte escolar aos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural. A transferência dos recursos é realizada em parcelas sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere.					
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação:					
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Todos os alunos residentes em área rural freqüentando a escola.					
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional					
12 - Cronograma de execução: Março a Dezembro	13 - Dotação Orçamentária:				
		2007	2008	2009	2010
	13.1 - Investimento				
	13.2 - Custeio				

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM						
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE						
3 – Órgãos Parceiros: - Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, Secretarias / Órgãos Estaduais ou Municipais de Educação, Escolas.						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara. Diretriz do Programa: universalização e progressão do atendimento do ensino médio.						
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: prover as escolas do ensino médio da rede pública, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de forma progressiva, com livros e outros materiais didáticos de qualidade, para uso dos alunos e professores, abrangendo os componentes curriculares para essa etapa da Educação Básica.						
8 - Descrição do Programa/Ação: inscrição das obras, avaliação, escolha, aquisição e distribuição.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: o quantitativo de exemplares a ser adquirido será definido com base nas projeções de matrículas, previstas para o ano letivo objeto do atendimento, elaboradas pelo INEP. O quantitativo de exemplares poderá ser acrescido de até 3% destinado para compor a reserva técnica.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Contribuir para melhoria da qualidade do ensino médio.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional						
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária: Ver anexo abaixo				
Ver anexo abaixo			2007	2008	2009	2010
		13.1 - Investimento				
		13.2 - Custeio				
– Cronograma de execução: Instituído em 2003, conforme Resolução nº 38/2003, alterada pela Resolução nº 39/2004, ambas do Conselho Deliberativo do FNDE, o PNLEM prevê a distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos de ensino médio público de todo o país, de forma progressiva. Implantado em 2005, o programa atendeu, de forma experimental, os alunos de 1ª série, matriculados em escolas públicas das regiões norte e nordeste, com livros das disciplinas português e matemática. Em 2006, o programa deu continuidade ao atendimento das 2ª e 3ª séries das escolas do norte e nordeste, com a expansão do atendimento aos alunos de 1ª, 2ª e 3ª séries das escolas dos demais estados. Em 2007, inseriu-se o atendimento do componente curricular biologia – 1ª a 3ª série, para todo o país. Em prosseguimento à execução do programa, considerando a limitação dos recursos orçamentários e financeiros alocados para sua execução; a necessidade de prover de material didático de apoio aos professores das escolas públicas, para elaboração de suas atividades pedagógicas em sala de aula; por fim, mediante a impossibilidade de atender a cada professor com um manual, a SEB/FNDE encaminhará às escolas para uso coletivo dos professores, um “acervo” constituído de um exemplar do manual do professor de cada uma das obras dos componentes curriculares Física e Geografia. A execução do programa ocorre de forma centralizada pelo FNDE e, é gerida com recursos orçamentários e financeiros originários do Orçamento Geral da União, sendo a maior parte da arrecadação do salário-educação. O atendimento do programa está focado nos propósitos de universalização e progressão garantindo aos						

alunos seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, garantindo oportunidades e igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola.

A demanda atendida pelo programa, tendo como beneficiários os municípios e escolas inseridos na área do Arquipélago do Marajó/PA, segue anexa. Para os anos subsequentes continuaremos com o mesmo propósito de universalização e progressão do programa, de forma gradativa conforme Resolução nº 01 de 15 de janeiro de 2007 alterado pela Resolução nº 2 de abril de 2007.

– Dotação Orçamentária:

A modalidade de aplicação dos recursos orçamentários ocorre por meio de “aplicação direta” pelo FNDE, na categoria econômica “despesas correntes”, no elemento de despesa “32- material de distribuição gratuita”.

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Nacional do Livro Didático - PNLD						
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC; Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC; Secretarias / Órgãos Estaduais ou Municipais de Educação; Escolas						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara. Diretriz do Programa: universalização, valorização e melhoria do ensino fundamental.						
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Prover as escolas do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal e as escolas de educação especial públicas, comunitárias e filantrópicas, mantidas por sindicatos de trabalhadores, patronais, associação, organização não governamental, nacional e internacionais, APAE e Pestalozzi, definidas no Censo Escolar, que prestam atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais, com livros didáticos de qualidade, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, bem como, com materiais didáticos, no âmbito do programa.						
8 - Descrição do Programa/Ação: inscrição das obras, triagem, avaliação, escolha, aquisição e distribuição.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido será feita com base nas projeções de matrículas, previstas para o ano letivo objeto do atendimento, elaboradas pelo INEP. O quantitativo de exemplares poderá ser acrescido de até 3% destinado a reserva técnica.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino fundamental.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional						
12 - Cronograma de execução: Ver anexo abaixo	13 - Dotação Orçamentária:					
	Ver anexo abaixo					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					
– Cronograma de execução: Os livros são distribuídos gratuitamente para todas as séries do ensino fundamental da rede pública. Também são beneficiados, de forma gradativa, por meio do programa do livro didático em braille, os estudantes cegos ou com deficiência visual, os alunos das escolas de educação especial públicas e das instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas, bem como os alunos que têm surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (libras), por meio da distribuição de Dicionários Enciclopédico Ilustrado Trilingüe – Língua Brasileira/Língua Portuguesa/Língua Inglesa às escolas de 1ª a 4ª série. A execução do programa ocorre de forma centralizada pelo FNDE e, é gerida com recursos orçamentários e financeiros originários do Orçamento Geral da União, sendo a maior parte da arrecadação do salário-educação. O atendimento do programa está focado nos propósitos de universalização, garantindo aos alunos seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, garantindo oportunidades e igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola.						

A demanda atendida pelo programa, tendo como beneficiários os municípios e escolas inseridos na área do Arquipélago do Marajó/PA, segue anexa. Para os anos subseqüentes o atendimento será conforme anexo I da Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2006 continuaremos com o mesmo propósito de universalização do programa, de forma gradativa.

– Dotação Orçamentária:

A modalidade de aplicação dos recursos orçamentários ocorre por meio de “aplicação direta” pelo FNDE, na categoria econômica “despesas correntes”, no elemento de despesa “32- material de distribuição gratuita”.

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE						
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE						
3 – Órgãos Parceiros: Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC; Secretarias / Órgãos Estaduais ou Municipais de Educação; Escolas						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara. Diretriz do Programa: valorização e melhoria do ensino fundamental por meio da promoção da leitura entre alunos e professores.						
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: prover as escolas públicas que oferecem ensino fundamental cadastrados no Censo Escolar publicado pelo INEP com obras de literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenis, de pesquisa, de referência, além de outros materiais de apoio a professores e alunos, como atlas, globos e mapas.						
8 - Descrição do Programa/Ação: inscrição das obras, avaliação, escolha, aquisição e distribuição.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: a avaliação e a seleção das obras literárias inscritas para a composição dos acervos, são coordenadas pela SEB/MEC e disponibilizadas para escolha das escolas públicas. O FNDE define os critérios de atendimento e distribuição dos acervos.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação: Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino fundamental.						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional						
12 - Cronograma de execução:	13 - Dotação Orçamentária:					
		2007	2008	2009	2010	2011
	13.1 - Investimento					
	13.2 - Custeio					
– Cronograma de execução: As obras de literatura e os materiais de apoio a professores e alunos são distribuídos gratuitamente para todas as séries do ensino fundamental da rede pública de ensino. Em 2007, o FNDE instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM), o seu atendimento será conforme Resolução nº 05 de 03 de abril de 2007. A execução do programa ocorre de forma centralizada pelo FNDE e, é gerida com recursos orçamentários e financeiros originários do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. O atendimento do programa está focado nos propósitos de valorização e melhoria do ensino fundamental por meio da promoção da leitura entre alunos e professores, garantindo aos alunos seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, garantindo oportunidades e igualdade de condições para o acesso à cultura e à informação, estimulando a leitura como prática social. A demanda atendida pelo programa, tendo como beneficiários os municípios e escolas inseridos na área do Arquipélago do Marajó/PA, segue anexa. Para os anos subseqüentes continuaremos com o mesmo propósito de valorização e melhoria do ensino fundamental por meio da promoção da leitura entre alunos e professores, e o seu atendimento será de acordo com o Anexo da Resolução nº 04 de 3 de abril de 2007.						
– Dotação Orçamentária: A modalidade de aplicação dos recursos orçamentários ocorre por meio de “aplicação direta” pelo FNDE, na categoria econômica “despesas correntes”, no elemento de despesa “32- material de distribuição gratuita”.						

1- Nome do Programa/Ação em andamento: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE						
2 – Órgão Responsável: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE						
3 – Órgãos Parceiros:						
4 - Tema: Inclusão Social e Cidadania						
5 - Diretriz: Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.						
6 – Ação demandada: Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola.						
7 – Objetivo do Programa/Ação: Atender às necessidades nutricionais dos alunos e à formação de hábitos alimentares saudáveis, durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.						
8 - Descrição do Programa/Ação: O Programa repassa diretamente os recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como para as escolas federais para a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação escolar dos alunos da educação infantil e ensino fundamental das escolas públicas e filantrópicas que atendam aos critérios estabelecidos pelo Programa, em caráter suplementar, em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para o atendimento de vinte dias cada parcela, compreendendo, assim, 200 dias letivos. Os recursos financeiros são depositados em contas específicas, abertas pelo próprio FNDE em favor dos entes supracitados, que deverão obedecer as normas para sua utilização, conforme disposto na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/01/2001 e a Resolução nº 032, de 10.08.2006, do Conselho Deliberativo do FNDE, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 033, de 24.08.2006. O cálculo para o repasse dos recursos financeiros é feito com base no número de alunos contidos no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento, multiplicado pelo <i>per capita</i> /dia estabelecido na Resolução supracitada, multiplicado pelo nº de dias de atendimento. Para os alunos da educação infantil e ensino fundamental está estabelecido o <i>per capita</i> de R\$ 0,22/dia e para os alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental de escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de Quilombos o valor é de R\$ 0,44/dia. Ressalte-se que 70% (setenta por cento) do montante de recursos financeiros repassados devem ser utilizados na aquisição de produtos básicos e o cardápio, que deverá ser elaborado por nutricionista responsável técnico do programa deverá atender no mínimo 15% das necessidades nutricionais diárias do aluno da educação infantil e ensino fundamental e 30% (trinta por cento) para os alunos da educação infantil e ensino fundamental das escolas indígenas e quilombolas.						
9 – Estratégia para implementação do Programa /Ação: Repasse financeiro automático, exigência da instituição do Conselho de Alimentação Escolar –CAE (controle social), responsável pelo acompanhamento da execução do programa nos Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive, pela emissão do parecer conclusivo da prestação de contas realizada anualmente.						
10 - Resultados Esperados / Alcançados do Programa /Ação:						
11 - Abrangência Territorial do Programa /Ação: Nacional						
12 - Cronograma de execução:		13 - Dotação Orçamentária:				
		2007	2008	2009	2010	2011
		13.1 - Investimento				
		13.2 - Custeio				

7 – BIBLIOGRAFIA

- Associação Rural de Pecuária do Pará. *Desenvolvimento Integrado do Marajó*. Belém, 1976. 18f.
- Barbosa, N. G. S. *Bubalinocultura no Estado do Pará*. Rev Bras Reprod Anim, Belo Horizonte, v.29, n.1, p.34-38, jan./mar. 2005.
- Brasil, Marília Carvalho. *Marajó: Em busca da Sobrevivência*. Obtido na internet no endereço: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/texama.html> em 20 de setembro de 2006.
- BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral. *Projeto Radam. Folha SA. 22 Belém; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1974.
- COSTA, Sérgio A.Q. e Gouveia, A.M.S. *Diagnóstico sobre o Sistema de Produção do Município de Gurupá*. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE - Programa Gurupá. Belém – Pa. 1997.
- COSTA, Sérgio A.Q. *Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental da Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço no Estado do Pará*. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE. Belém – Pa. 2006.
- EMBRAPA. *Informações sobre as ações da Unidade no Marajó nos últimos 5 anos*. Enviado por e-mail 05 de setembro de 2006.
- IBAMA. *Ações que a Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (DISAM) do IBAMA vem realizando na Região do Marajó*. Enviado por e-mail 05 de setembro de 2006.
- IDESP. *Estudo Integrado da Ilha do Marajó*. Belém, 1974. 333p.
- IDESP. *Marajó: Ecologia e Desenvolvimento*. Belém, 1991. 13f.
- IDESP. *Programa de Pesquisas apresentado a OEA*. Belém, 1978. 29p.
- LENTINI, M., VERÍSSIMO, A. & PEREIRA, D. *A expansão madeireira na Amazônia*. Série Estado da Amazônia No 02. Belém: Imazon. 4p. 2005.
- Ministério da Saúde /Secretaria de Vigilância Sanitária. *Situação Epidemiológica da Malária nos Municípios da Ilha de Marajó* (Apresentação PowerPoint). Brasília, 2005. 7p. Enviado por e-mail.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário do Pará – DFDA/PA. *Relatório de Apresentação das Características Socioeconômicas e Ambientais do Território do Marajó – PA*. Belém, 2005. 19p.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário do Pará – DFDA/PA. *Relatório Sucinto sobre as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Arquipélago do Marajó*. Belém, 2006. 5p.

Ministério do Meio Ambiente MMA. *Ilha de Marajó – Pará Levantamento de Informações*. Enviado por e-mail 05 de setembro de 2006.

Miranda Neto. *Manual Integrado do Marajó: Desafio da Amazônia*. Rio de Janeiro. Editora Record. 1976. 180p.

NAEA-UFPA/Programa Raízes. *Quilombos do Pará*, CD-Rom. Belém. 2005.

OEA Secretaria Geral. *Marajó: Um Estudo para o Desenvolvimento*. Washington. 1978. 77p. contém anexos e apêndices.

Oliveira Junior, P. H. B. *Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA*. São Paulo, Universidade de São Paulo. 340 p, 1991. (Dissertação de Mestrado). 1991.

Revista MUNDO e MISSÃO. *Nos rios da Amazônia a escravidão do Século 21*. pág. n.º 46 a 47 - n.º 82. Maio de 2004. Disponível em: <<http://www.pime.org.br/mundoemissao/justicasocialrios.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2001.

Ribeiro, Adagenor Lobato. *Modelo de Indicadores para Mensuração do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2002, 375p. contém anexos e apêndice. Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/Adagenor-TeseCompleta.pdf>>.

Schaan, Denise Pahl. *Iconografia Marajoara: Uma abordagem estrutural*. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/articulos/marajop.htm>>. Acesso em: 25 set. 2006.

Schaan, Denise Pahl. *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajo Island, Brazilian Amazon*. Tese de Doutorado. School of Arts and Sciences – University of Pittsburgh. Pittsburgh, 2004. 481p. Disponível em: <http://etd.library.pitt.edu/ETD/available/etd-08182004-002851/unrestricted/Dschaan_Pitt2004.pdf>.

SEPOF/DIEPI/GERES - Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças; Diretoria de Estudos, Pesquisas e Informações Socioeconômicas; Gerência de Estudos Socioeconômicos. *Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará 2004*. Divulgação em dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br>> 2006

SEPOF/DIEPI/GERES - Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças; Diretoria de Estudos, Pesquisas e Informações Socioeconômicas; Gerência de Estudos Socioeconômicos. *Estatística Municipal 2004*. Divulgação em dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br>>. 2006

SUDAM. *Polamazônia*. Trombetas. 2a. Edição, Belém, 1976. 142p.

TRECCANI, Girolamo D. *Terras de Quilombos: caminhos e entraves do processo de titulação*. Belém: Secretaria Executiva de Justiça do Estado do Pará – Programa Raízes. 2006. 344p.

TRECCANI, Girolamo D. Regularização Fundiária das Ilhas localizadas nas áreas de influência da maré: um desafio para o direito. Brasil, 2003

VERÍSSIMO, A., CELENTANO, D., SOUZA JR., C., & SALOMÃO, R. *Zoneamento de Áreas para Manejo Florestal no Pará*. Série Estado da Amazônia No 08. Belém: Imazon. 4p. 2006

8 - ANEXOS

ANEXO 1

Ações Demandadas das Consultas Públicas

Tema 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental

➤ ***Diretriz:*** Promover a regularização fundiária.

1. Promover o zoneamento ecológico econômico na mesorregião do Marajó na escala 1:50.000;
2. Promover a ação discriminatória das terras na mesorregião do Marajó;
3. Instalar unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais nos municípios-pólo da mesorregião do Marajó;
4. Promover maior interação entre INCRA, ITERPA, GRPU, STR, IBAMA, associações e as prefeituras com o objetivo de identificar as áreas ocupadas pelas pessoas que se dizem posseiros;
5. Determinar que instituições como UFPA, IBAMA, EMATER e INCRA possam contribuir através de orientação técnica nos planos de uso dos recursos naturais;
6. Definir prazos para execução dos trabalhos da regularização fundiária e criação de comitê com participação da sociedade civil e a celeridade da regularização fundiária para as empresas que já estão instaladas no Marajó, com necessidade de força tarefa;
7. Reformular a portaria Nº 284 SPU/GRPU, pois a mesma apresenta uma linguagem complicada, não deixando claro quais os limites e os requisitos necessários para os aspectos fundiários;
8. Fazer o levantamento dos projetos agroextrativista da ilha grande Pacajaí;
9. Empregar instrumento de regularização fundiária que possa atender as necessidades dos seringueiros de Anajás, os quais precisam de uma área de aproximadamente de 500 ha;
10. Georreferenciar as áreas dos trabalhadores rurais no município de Portel;
11. Que a declaração de posse mansa e pacífica seja expedida não somente pelas prefeituras, mas igualmente pelos sindicatos;
12. Definir limites das áreas efetivamente já em uso pelas empresas madeireiras e impedir o avanço da grilagem;
13. Revisar os limites das áreas concedidas para a exploração madeireira;
14. Promover regularização fundiária em pequenas ilhas;

15. Divulgar, através do IBAMA, os planos de manejo que foram liberados para empresas dos municípios;
16. Ampliar o processo de regularização fundiária para as comunidades indígenas;
17. Promover maior participação da comunidade nos processos fundiários, tornando público os documentos de propriedade das empresas;
18. Respeitar a carta de breves de 09/12/2005 e os limites da posse das comunidades ribeirinhas tradicionais;

➤ **Diretriz:** *Implantar e consolidar projetos de reforma agrária.*

19. Consolidar os PAE's na mesorregião do Marajó.

➤ **Diretriz:** *Promover a criação e implementação de unidades de conservação.*

20. Apoiar a implementação dos planos diretores municipais no que diz respeito às unidades de conservação;
21. Priorizar, de acordo com indicações do PROBIO, áreas para conservação da biodiversidade e dos ambientes, desenhadas de forma articulada e complementar com o corredor ecológico do Marajó;
22. Ampliar as reservas que já existem, como a reserva extrativista “terra grande Pracuúba” e reconhecer seus moradores como clientes da reforma agrária;
23. Promover a exploração sustentável dos recursos da fauna e flora do arquipélago;
24. Efetivar a criação de unidade de conservação na Ilha dos Camaleões;
25. Criar unidade de conservação na Ilha do Meio, na região do furo da cidade de Afuá, e nas ilhas Caviana e Mexiana;
26. Promover a identificação e o controle das reservas ambientais do município para manter a proteção da fauna e da flora, com a reserva legal das ilhas e lagos naturais existentes como exemplo a Ilha dos Camaleões;
27. Estruturar as unidades de conservação para o desenvolvimento de atividades turísticas;
28. Elaborar planos de manejo e estratégias de uso múltiplo de unidades de conservação.

➤ **Diretriz:** *Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.*

29. Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o defeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar a fiscalização neste período;
30. Promover a implantação do sistema estadual de recursos hídricos na mesorregião do Marajó (SRH/MMA, ANA, SECTAM e Secretaria de Integração Regional);
31. Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o defeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar a fiscalização nesse período;
32. Promover a educação ambiental para a utilização adequada dos recursos hídricos.

➤ **Diretriz:** *Promover a utilização adequada dos recursos hídricos e a recuperação daqueles comprometidos pelo assoreamento.*

33. Ampliar o instrumento de autorização de uso para projetos de piscicultura;
34. Aumentar a fiscalização das colônias de pescadores, no que diz respeito ao seguro defeso;
35. Garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme a legislação, através de ações em conjunto dos órgãos competentes das três esferas governamentais e da sociedade civil organizada, com ênfase na educação ambiental e que a mesma faça parte da grade curricular de ensino;
36. Promover a educação ambiental para a utilização dos recursos florestais e a conservação das matas ciliares, com a presença no arquipélago do Marajó de órgãos como museu Emílio Goeldi, CPNOR.

➤ **Diretriz:** *Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da conservação, preservação e manejo controlado desses recursos.*

37. Trabalhar a cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não madeireiros visando à agregação de valor;
38. Incentivar o manejo sustentável dos recursos florestais;
39. Criar mecanismos para simplificar o manejo florestal comunitário;
40. Levar em consideração os métodos tradicionais de exploração florestal de cada comunidade;
41. Acelerar concessão da licença para a extração de recursos florestais para as empresas já instaladas no Marajó;
42. Promover a diversificação da exploração florestal (açaí, cupuaçu);
43. Fazer constar no plano diretor do município a obrigatoriedade do manejo do açaí e do palmito;

44. Promover o enriquecimento das matas ciliares;
45. Criar e implantar um plano de reflorestamento com a utilização de essências regionais e frutíferas tropicais.

➤ **Diretriz:** *Promover a recuperação de áreas degradadas.*

46. Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis, através de sistemas agro-florestais, com financiamentos para o pequeno produtor rural;
47. Incentivar o acesso ao PRONAF florestal.

➤ **Diretriz:** *Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra das comunidades quilombolas.*

48. Fazer constar do plano diretor dos municípios do Marajó pesquisas para a identificação das comunidades quilombolas;
49. Ratificar a responsabilidade da SPU e INCRA pela regularização das terras das comunidades quilombolas.

➤ **Diretriz:** *Gestão Ambiental*

50. Apoiar a implementação de acordos de pesca e manejo do camarão;
51. Promover a implantação do sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Marajó;
52. Eliminar as barragens erguidas por fazendeiros, as quais reduzem drasticamente a produção do pescado;
53. Ampliar e divulgar o programa seqüestro de carbono e recursos do Pró-Ambiente – pesquisa do Marajó;
54. Elaborar estudos do atual rebanho bubalino no Arquipélago do Marajó para avaliar o impacto ambiental causado a partir do seu crescimento;
55. Promover pesquisas para regulamentar a exploração da argila;
56. Realizar a urbanização da orla de Anajás com a remoção das residências existentes;
57. Promover estudos para perenização do canal das tartarugas, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70;
58. Incentivar a agricultura através da instalação de política agrícola e do fortalecimento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável;

Tema 2: Infra-estrutura para o Desenvolvimento

➤ ***Diretriz:*** *Promover, ampliar e fortalecer a infra-estrutura adequada ao desenvolvimento local.*

1. Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Ararí visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Ararí;
2. Realizar dragagem do rio Pracuuba Grande, Entreterra Grande e o rio Canaticu;
3. Promover estudos para contenção das orlas de Portel, Melgaço e Gurupá, e a urbanização das orlas de Breves e Bagre;
4. Promover a dragagem do canal do Cururu que liga Santa Cruz do Ararí a Chaves;
5. Promover estudos para perenização do Canal das Tartarugas, com reparo dos danos ambientais causados por ocasião da sua implantação nos anos 70;
6. Realizar manutenção e ampliação dos muros de arrimo frontais em chaves e Afuá.

➤ ***Diretriz:*** *Promover a ampliação da oferta de energia com vistas à universalização do acesso domiciliar.*

7. Solicitar a implantação do Programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa;
8. Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados;
9. Promover parcerias com empresas privadas que tem sobra de energia, para atendimento das comunidades próximas carentes de energia;
10. Informar previamente às comunidades que serão atendidas pelo Programa Luz Para Todos e qual forma de geração de energia alternativa que será utilizada;
11. Apresentar ao Grupo Executivo Interministerial (GEI) as necessidades e a localização de cada comunidade carente de energia para cadastramento e análise;
12. Promover a substituição dos grupos-geradores que se encontram sobre carregados;
13. Ampliar o benefício da redução do ICMS para outras faixas de consumo;

➤ **Diretriz:** *Promover a ampliação da oferta de energia dando suporte ao desenvolvimento industrial.*

14. Com a energia convencional existente, contatar as prefeituras locais para abertura de rodovias vicinais com vistas a distribuir a energia das usinas que possuem capacidade disponível e melhorar a geração daquelas usinas esgotadas;
15. Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí;

➤ **Diretriz:** *Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transportes.*

16. Realizar a construção de ponte sobre o rio Camará;
17. Realizar a construção de ponte sob o rio Paracauary;
18. Pavimentar a rodovia que interliga Monsarás à rodovia PA 154 (Câmara - Salvaterra);
19. Recuperar a pavimentação da PA 154 entre Soure e Pesqueiro;
20. Pavimentar a PA 153 entre Salvaterra e Cachoeira do Ararí;
21. Realizar a recuperação da rodovia que interliga Currálinho e a localidade de São Miguel dos Macacos;
22. Desenvolver a intermodalidade entre os transportes fluviais e terrestres;
23. Realizar licitação para melhoria da qualidade do transporte fluvial entre Belém e Camará e restabelecer pelo menos a linha de passageiros Belém - Soure;
24. Implantar linha fluvial regular entre os distritos e/ou regiões para escoamento da produção;
25. Promover a fiscalização dos aumentos abusivos, assim como a diferença de valores entre a ida e a volta em um mesmo percurso fluvial;

➤ **Diretriz:** *Promover estudos para implantação da malha rodoviária intermunicipal.*

26. Implantar rodovia entre Anajás e Soure;
27. Implantar rodovia Ponta de Pedras – Cachoeira do Ararí e a rodovia Cachoeira do Ararí - Santa Cruz do Ararí;
28. Implantar a rodovia Muaná – Cachoeira do Ararí;
29. Implantar a rodovia Currálinho - Cachoeira do Ararí;
30. Realizar estudos para conclusão da PA 159 (Breve - Anajás), PA 368 (Ponta de Pedras - Anajás) e suas vicinais;
31. Implantar a rodovia entre porto de Oeiras, no rio Jacundá e a Transcametá;

32. Realizar estudos para implantação de rodovia interligando Santa Cruz do Ararí a Chaves;
33. Realizar estudos para implantação de rodovia interligando Chaves a Afuá;
34. Realizar estudos para implantação de rodovia interligando Afuá e Anajás;
35. Recuperar/restaurar a rodovia PA-368 entre Portel e Trans-Cametá;
36. Implantar a estrada interligando a localidade de Jurupucu a Chaves;

➤ ***Diretriz:*** Promover a ampliação e modernização dos aeroportos e terminais portuários.

37. Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes;
38. Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso;
39. Implantar posto de fiscalização da Capitania dos Portos e brigada de salvamento fluvial na região;
40. Construir e/ou melhorar os terminais hidroviários de forma satisfatória, começando por Belém;
41. Regularizar e descentralizar as pistas de pouso de Salvaterra e Ponta de Pedras que se encontram nos centros urbanos;
42. Iluminar as pistas de Soure e Breves;
43. Dotar as estações aeroviárias de rádio-comunicação;
44. Fomentar a implantação de um porto regional alfandegário em Portel ou Breves;
45. Estabelecer linha aérea regular para Belém com a quebra do monopólio existente nos preços praticados;
46. Construir terminal hidroviário em Anajás;
47. Fomentar a implantação de linhas aéreas regulares para os dois municípios (Afuá e Chaves).

➤ ***Diretriz:*** Modernizar e ampliar o sistema de comunicações.

48. Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica;
49. Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região;
50. Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura;
51. Fiscalização por parte da ANATEL da privatização do sistema de telefonia junto à TELEMAR que não cumpre a legislação;

52. Ampliar o sistema de telefonia rural;
53. Implantar e regularizar as rádios comunitárias;
54. Implantar outras rádios difusão;
55. Incluir e ampliar a participação da região no programa GESAC;
56. Fiscalizar o sinal de TV recebido pela emissora existente.

➤ **Diretriz:** *Promover o debate sobre a hidrovia do Marajó buscando soluções adequadas e definitivas, e solucionar a problemática do Canal da Tartaruga e rio Mocoões.*

57. Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais;
58. Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras;

➤ **Diretriz:** *Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção.*

59. Criar silos para o armazenamento da produção agrícola, adaptada à realidade local;
60. Construir câmaras frigoríficas para armazenamento da produção perecível, em especial do açaí;
61. Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos;

➤ **Diretriz:** *Promover o acesso para o uso múltiplo da água.*

62. Implantar política para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais;
63. Concluir o Projeto Alvorada;

Tema 3: Inclusão Social e Cidadania

➤ **Diretriz:** *Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola com formação orientada para as demandas locais, respeitando a cultura marajoara.*

1. Criar escolas de marcenaria para capacitação de jovens e adultos;
2. Criar na região em convênio com as universidades um campus avançado de pesquisa;

3. Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, melhorando a qualidade das já existentes, incluindo as casas familiares rurais;
4. Abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais (agrotécnicas, pesqueiras), turismo, artesanato, técnico de enfermagem e outros respeitando a cultura marajoara;
5. Implantar restaurantes universitários, consolidar ações da UFPA na região e abrir novos núcleos universitários no Marajó em que entre em cena o protocolo de integração da universidade, com formação orientada para as demandas locais (agronomia, engenharia florestal, gestão ambiental, turismo, agroindústria, saúde, terapia ocupacional e assistência social);
6. Orientar os núcleos universitários já existentes que prestem serviços de resgate a cultura local;
7. Promover a criação do centro de integração e internação (abrigo e centro de recuperação para usuário de drogas) da infância e da juventude, em nível regional, com cursos técnicos profissionalizantes;
8. Garantir o transporte de vestibulandos para as cidades que estejam sediando as provas do concurso do vestibular;
9. Criar um núcleo universitário na região noroeste ou central do arquipélago do Marajó;
10. Garantir transporte escolar para crianças e jovens;
11. Criar escola com período integral para crianças, núcleo universitário e escola profissionalizante ou do trabalho;
12. Criar e ampliar espaço socioeducativos adequados a pratica de esporte e lazer;
13. Promover cursos de saúde pública;
14. Implantar escolas profissionalizantes (agrotécnicas) com cursos de: agropecuária agroindústria, agricultura e zootécnica;
15. Implantar escolas técnicas com cursos de mecânica, eletrônica;
16. Implantar a “casa do estudante”, como forma de garantia a permanência e o acesso do aluno nas escolas das zonas urbana e rural;
17. Implantar a casa do professor na zona urbana e rural;
18. Implantar um sistema de creches, equipadas nas zonas urbana e rural;
19. Implantar e ampliar onde já existem, programas de inclusão produtiva para jovens extensiva a área rural;

➤ **Diretriz:** *Fortalecer a organização do sistema público de saúde.*

20. Garantir a organização e o funcionamento do SUS, de acordo com os níveis de atenção à saúde de cada município;
21. Promover a organização e ampliação do sistema público de saúde;
22. Implantar um centro de atendimento psicossocial (CAPS);
23. Criar um pólo de reabilitação de saúde do trabalhador na região do Marajó;
24. Construir com verbas federais um hospital regional para a região dos campos;
25. Fortalecer o controle, avaliação e auditoria sobre o sistema público de saúde;
26. Ampliar os acessos à vacinação nas comunidades São Salvador, Santa Maria, Bom Jardim, Santa Maria do Pagão, Santa Maria do Maracujá, Santa Luzia;
27. Implantar e ampliar equipes de saúde da família e o número de agentes comunitários de saúde de acordo com a necessidade de cada localidade;
28. Construir unidade de saúde da família na região do rio Charapucú e na Ilha do Meio;
29. Promover educação permanente para a qualificação dos profissionais de saúde;
30. Reformar, ampliar e adequar a unidade mista de saúde, incluindo um laboratório e outros mecanismos essenciais;
31. Criar equipes itinerantes para atendimento da saúde na zona rural;
32. Expandir o atendimento da vacinação, financiando a aquisição de outra forma (gás ou outro) de refrigeração para atingir a maior parte da população da zona rural;
33. Funcionamento do hospital regional de Breves com viabilização do projeto de urgência e emergência (SAMU), dando prioridade ao transporte hidroviário (“ambulancha”) e aeroviário (helicóptero);
34. Viabilizar recursos para os hospitais municipais de pequeno porte;
35. Incentivar o programa de fitoterapias.

➤ **Diretriz:** *Promover a implantação, ampliação e modernização de sistema de saneamento ambiental nos núcleos urbanos e comunidades rurais, visando principalmente à redução das endemias como malária e outras doenças de veiculação hídrica.*

36. Fomentar a coleta e a destinação dos resíduos sólidos, como plásticos e vidros, através de ações explicativas e educacionais;
37. Fomentar política de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos;
38. Promover e garantir a implantação, ampliação e modernização de sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias

domiciliares) nos núcleos urbanos e comunidades rurais, visando à redução dos agravos à saúde pública do arquipélago, principalmente as endemias de malária e doenças de veiculação hídrica;

39. Fixar pactos tripartites para a redução da malária;
40. Orientar que enquanto estiver endêmica a situação da malária no município de Anajás, a Secretaria Municipal de Saúde se reporte à diretoria de endemias da SESPA;
41. Implantar microssistemas de abastecimento de água nos distritos do município de Afuá e Chaves;
42. Implantar as ações de combate à malária (borrifação, medicamentos, testes realizados através da fita).

➤ **Diretriz:** *Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais.*

43. Criar, ampliar, integrar e modernizar o sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais;
44. Prover lanchas patrulha para toda região sudoeste do arquipélago do Marajó, com parceria da polícia federal, militar e civil;
45. Adquirir barcos com condições de transportar tropas e construir instalações físicas (quartéis);
46. Implantar batalhão ambiental e patrulhamento fluvial;
47. Construir um presídio no arquipélago do Marajó;
48. Realocar e ampliar a delegacia de polícia, aumento do efetivo policial, nomeação de delegado de carreira (titular);

➤ **Diretriz:** *Promover o resgate e o fortalecimento da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando e respeitando as especificidades de cada município.*

49. Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação;
50. Fortalecimento do museu do Marajó;
51. Aplicar a lei federal e criar lei estadual e municipal específica de proteção para sítios arqueológicos nos municípios do Marajó com o apoio do governo do estado e governo federal;
52. Promover também a criação de novos museus na região ou casas de cultura;

53. Promover a criação de uma agência específica de fomento da cultura do Arquipélago do Marajó;
54. Reforma e tombamento da casa do poeta e escritor Dalcídio Jurandir;
55. Criar um catálogo de manifestações culturais no Marajó;
56. Incentivar os grupos culturais para o fortalecimento da cultura dos municípios através de grupos folclóricos, danças, artesanato, culinária, teatro, escola de música;
57. Levantamento, identificação e proteção de sítios arqueológicos;

➤ **Diretriz:** *Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráfico de mulheres) e o fortalecimento da cidadania.*

58. Apoiar mecanismos de participação e organização da comunidade objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráfico de mulheres) e o fortalecimento da cidadania;
59. Estruturar em cada municipal a ação de cidadania para documentação pessoal;
60. Promover a implantação de postos fixos da previdência e assistência social;
61. Formar técnicos gestores para o desenvolvimento das atividades do terceiro setor;
62. Apoiar tecnicamente, juridicamente e financeiramente os mecanismos de participação e organização da comunidade que objetivem o fim de práticas de exploração humana (trabalho escravo, tráfico de pessoas) e o fortalecimento da cidadania;
63. Articular políticas de trabalhos de inclusão de mulheres, dando apoio à criação dos conselhos municipais e secretarias de políticas sociais para as mulheres;
64. Organizar comissões de direitos humanos para atuarem nos municípios, nas questões mais graves como abusos de autoridades, trabalho escravo e outros, que ferem direta ou indiretamente o direito à cidadania;
65. Criar um fórum permanente de combate ao abuso e exploração sexual na mesorregião do Marajó;
66. Promover políticas de fiscalização e segurança da navegação;
67. Implantar delegacia fluvial para coibir a pirataria na pesca.

➤ **Diretriz:** *Garantir a presença efetiva e autônoma de órgãos do estado como Ministério Público, Judiciário, Defensoria e órgãos de fiscalização.*

- 68. Garantir a presença efetiva, contínua, participativa e autônoma de órgãos do estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria, órgãos de fiscalização e conselho tutelar) em cada município do Arquipélago;
- 69. Fazer cumprir junto aos órgãos responsáveis a observância da gratuidade aos idosos, aposentados, deficientes e crianças no transporte fluvial;
- 70. Criar uma casa de apoio para pequenos infratores e alcoólicos anônimos.

➤ **Diretriz:** *Promover ação de cidadania para a documentação pessoal.*

- 71. Estruturar em cada município a ação de cidadania para a documentação pessoal;
- 72. Assegurar ação governamental de cidadania para a documentação pessoal, evitando que este serviço fique a mercê de campanhas eleitorais, tidas como benefícios ofertados por politiqueiros;
- 73. Promover ação de cidadania para a documentação pessoal com períodos programados;

➤ **Diretriz:** *Implementar os programas de habitação popular, federal e estadual, no Arquipélago do Marajó.*

- 74. Criar os programas de habitação popular, federal, e estadual no Arquipélago do Marajó;
- 75. Articular com a caixa econômica federal e o COHAB a construção e melhoria habitacional das áreas rurais e urbanas;

➤ **Diretriz:** *Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas.*

- 76. Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, com educação permanente, na definição e execução das políticas e programas;
- 77. Promover o apoio técnico e financeiro para o fortalecimento do controle social, na definição e execução das políticas e programas;
- 78. Implementar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas;
- 79. Implementar a força tarefa de fiscalização do governo federal dos programas de educação para todo o Arquipélago do Marajó;

- 80. Implantar o projeto estrela dourada (governo do estado);
- 81. Garantir através do poder público o financiamento para deslocamento dos conselheiros para educação permanente, conferências municipais, estaduais e federais;
- 82. Implantar programas de inclusão social para a população;
- 83. Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, através de educação permanente na definição e execução das políticas e programas;

➤ ***Diretriz:*** *Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.*

- 84. Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.

➤ ***Diretriz:*** *Garantir o acesso à assistência e à previdência social;*

- 85. Garantir o acesso à assistência e à previdência social;
- 86. Promover a implantação de postos fixos da área da assistência e da previdência social na região do Marajó;
- 87. Garantir o fortalecimento e o funcionamento de postos do INSS na região;
- 88. Fortalecer o sistema único da assistência social e suas regionais, garantindo a pactuação desta com os municípios para atendimentos de média e alta complexidade;
- 89. Garantir a implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS nos municípios, para atender crianças, adolescentes e idosos;
- 90. Criar programa específico para proteção de menores em condições de risco com orientação e atividades profissionais para os pais e responsáveis;
- 91. Garantir o posto permanente com acesso em cada município à assistência e à previdência social.

➤ ***Diretriz:*** *Incentivar atividades do terceiro setor.*

- 92. Fortalecer as organizações de produtores, cooperativas e associações;
- 93. Incentivar a criação e a capacitação de associações e cooperativas para facilitar a captação de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas no Marajó;
- 94. Garantir a parceria do estado, municípios e governo federal para a educação permanente aos conselheiros;

95. Formar técnicos gestores para o desenvolvimento de atividades do terceiro setor;
96. Formar técnicos gestores para elaboração de projetos sociais de incentivo a atividade do terceiro setor, bem como garantir a isenção das entidades que não tenham condições de arcar com as despesas cartoriais;
97. Fortalecer o processo de organização social (associativismo);
98. Fortalecer os conselhos gestores e capacitação de conselheiros;
99. Incentivar a criação de OSCIP'S, ONG'S e outros.

Tema 4: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

➤ ***Diretriz:*** *Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no arquipélago e elevar sua importância na economia do estado do Pará e em outros mercados consumidores da região.*

1. Estruturar unidades de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de agrosilvopecuária, pesca, aquíicultura e turismo;
2. Trazer agentes financeiros para credenciar e financiar os agricultores do Marajó, baseados em coeficientes técnicos contidos nos sistemas e produção preconizados pela pesquisa fomento e extensão das principais culturas econômicas extrativas e /ou cultivadas existentes na região do Marajó;
3. Implementar meios de transportes exclusivos para o escoamento da produção;
4. Capacitar e organizar dirigentes de associações de agricultores, pescadores remanescentes de quilombolas e prestadores de serviços, bem como moradores de áreas de assentamento para desenvolvimento da política do setor produtivo do Marajó;
5. Criar uma caixa agrícola (espaço de comercialização) em cada município para comercializar os produtos agrícolas;
6. Desenvolver planos de negócios e planos de viabilidade econômica. Apoiar a inserção, escoamento e comercialização de mercado;
7. Promover cursos e incentivar o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo;
8. Apoiar técnica e financeiramente as áreas de agrosilvopecuária, pesca, aquíicultura e turismo; através das três esferas de governo;
9. Incentivar a criação e a capacitação de associações e cooperativas para facilitar a captação de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas no Marajó;
10. Implantar um núcleo de armazenamento da CONAB no Marajó;

11. Propor a implementação da criação das secretarias de meio ambiente municipal no Marajó e dar autonomia para estas secretarias.

➤ **Diretriz:** *Apoiar estudos destinados à identificação e estímulo às cadeias produtivas sustentáveis do arquipélago.*

12. Criar centro de produção de sementes e mudas para a implantação de lavouras, manejo de essências florestais e produção de fruteiras na região;
13. Elaborar e fortalecer estudos de prospecção, identificando os APL, visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de base local, com ênfase ao turismo, levando em consideração os processos de desenvolvimento;
14. Fomentar a criação e produção de alevinos, caprinos, ovinos, suínos e abelhas;
15. Realizar estudos técnicos que viabilizem a criação de espécies comerciais nativas da região;
16. Criar na região em convênio com as universidades um campus avançado de pesquisa para estimular as cadeias produtivas sustentáveis.

➤ **Diretriz:** *Fortalecer a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos.*

17. Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando a criação de mecanismos de diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização;
18. Propor a adequação da legislação pertinente à regularização do palmito proveniente de açaiçais na região;
19. Promover a implantação de feiras do açaí na região;
20. Estimular o uso de produtos regionais na merenda escolar;
21. Implantar as reservas extrativistas (RESEX) como sendo a oportunidade básica de desenvolvimento para a comunidade local (ribeirinhos);

➤ **Diretriz:** *Fomentar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Arquipélago.*

22. Capacitar mão-de-obra local para gestão, manejo e industrialização de produtos regionais;
23. Viabilizar projetos para a implantação da agroindústria nos municípios do Marajó, para beneficiamento dos produtos regionais através de cooperativismo e associativismo;

24. Promover a implantação da indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral;
25. Implantar e fortalecer a agroindústria com produtos locais, com o objetivo de geração de trabalho, emprego e renda;
26. Criar um curtume na região;
27. Implantar uma fábrica de gelo;
28. Implantação de fábrica de reciclagem de materiais orgânicos e inorgânicos na mesorregião do Arquipélago do Marajó;
29. Criar silos para o armazenamento da produção agrícola, adaptada à realidade local.

➤ **Diretriz:** *Promover a recuperação da atividade pecuária.*

30. Reorganizar e fortalecer a pecuária do Marajó com novas tecnologias.

➤ **Diretriz:** *Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas, e a criação de terminais pesqueiros.*

31. Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas, capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão;
32. Apoiar projetos de repovoamento dos rios, através de implantação de estação de criação de alevinos;
33. Criar feira para pescadores e produtores rurais nos municípios da região;
34. Incluir o camarão regional de água doce na portaria do seguro do IBAMA;
35. Melhorar a estrutura de produção, armazenamento e comercialização dos produtos pesqueiros e aquícolas da região;
36. Incentivar os criatórios de quelônios por particulares.

➤ **Diretriz:** *Promover a expansão da produção e difusão de produtos e serviços marajoaras.*

37. Implantação de espaços para desenvolvimento e divulgação das atividades artesanais, turísticas e culturais.

➤ **Diretriz:** *Promover a difusão do manejo florestal comunitário e empresarial.*

38. Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis (sistemas agroflorestais) e com financiamentos para o produtor rural, através do PRONAF florestal, FNO e outros;
39. Criar mecanismos para facilitar o manejo florestal comunitário;
40. Criar e implantar um plano de reflorestamento e a utilização de essências regionais e frutíferas tropicais;
41. Incentivar o aproveitamento de resíduos de madeira para geração de energia e produção de adubo;
42. Solicitar aos órgãos ambientais que dêem tratamentos diferenciados para planos de manejo florestais madeireiros e não-madeireiros a nível comunitário;
43. Elaborar planos de manejo e estratégias de uso público de unidades de conservação.

➤ **Diretriz:** *Fortalecer a atividade do turismo, implementação do PROECOTUR/MMA, os programas do Ministério do Turismo e outros e ampliação para outros municípios.*

44. Fortalecer programas existentes de turismo em nível federal, estadual e municipal e ampliar a abrangência do programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil, formatando novos roteiros integrados nas microrregiões;
45. Criar mecanismos de fomento para a atividade turística e apoiar o turismo de base comunitária;
46. Realizar estudos de demanda e carga turística nos municípios da região;
47. Planejar, ordenar e normatizar a atividade turística na região;
48. Fortalecer a atividade turística através de parceria com empresas de turismo;
49. Estruturar as unidades de conservação para o desenvolvimento de atividades turísticas.

➤ **Diretriz:** *Criar programas e linhas de crédito específicas para o desenvolvimento das atividades produtivas no Marajó.*

50. Criar mecanismos de incentivo financeiro por parte das instituições financeiras e entidades, desburocratizando o acesso ao crédito PRONAF;
51. Flexibilizar o crédito aos agroextrativistas do Marajó, através da organização social;
52. Criar um fundo para comunidades organizadas a partir da apreensão de madeira explorada irregularmente.

Tema 5: Relações Institucionais e Modelo de Gestão

➤ ***Diretriz:*** *Promover a modernização da administração pública municipal do arquipélago, por meio das instituições públicas federais e estaduais.*

1. Capacitar os gestores locais;
2. Promover a democratização da gestão pública;
3. Propiciar assessoria técnica.

➤ ***Diretriz:*** *Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local.*

4. Criar mecanismos que aprimorem as relações entre o governo e a sociedade;
5. Implantar sistema de informação, gestão, avaliação e monitoramento das políticas públicas;
6. Descentralizar os órgãos considerados estratégicos para o desenvolvimento do Marajó;
7. Realizar parceria público-privada para a garantia do desenvolvimento do Plano;
8. Otimizar o trabalho com economia, resultados positivos e melhor uso dos recursos públicos (eficiência);
9. Criação de consórcios da região do Ararí;
10. Incentivar a participação popular na promoção do desenvolvimento;
11. Trabalhar pedagogicamente a formação política dos atores sociais que participam do Plano para o controle social;
12. Mobilizar a sociedade civil para o controle social do plano;
13. Criar meios de formação e informação principalmente nas instituições de classe;
14. Tornar pública a gestão do plano;
15. Criar mecanismos que fortaleçam a união das bases populares;
16. Definir critérios que sigam os princípios estabelecidos para a inserção dos representantes da sociedade no conselho;
17. Apoiar a reorganização e desenvolvimento das redes sociais.

➤ ***Diretriz:*** *Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo.*

18. Criar maior conexão entre os poderes;
19. Fomentar estudos e pesquisas de ações integradas com vistas à execução do Plano Marajó.

➤ ***Diretriz: Gestão e controle social do plano***

- 20.** Formação de um conselho gestor paritário entre os governos e sociedade civil de caráter deliberativo de instância regional, sub-regional e municipal;
- 21.** Formação de um conselho de controle social fiscalizador majoritário da sociedade civil;
- 22.** Criação de conselhos municipais com caráter paritário e fiscalizador do plano em nível municipal;
- 23.** Formação de câmaras técnicas temáticas para subsidiar os conselhos de gestão.

ANEXO 2

Lista de Siglas Utilizadas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AGU – Advocacia-Geral da União
AMAM – Associação dos Municípios do Arquipélago Marajó
ANA – Agência Nacional de Águas
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T – Ciência e Tecnologia
CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CC - Casa Civil da Presidência da República
CI – Conservação Internacional
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CEPNOR - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte do Brasil
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAB – Força Aérea Brasileira
FAEPA – Federação da Agricultura do Estado do Pará
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEI - Grupo Executivo Interministerial (Decreto de 26 de julho de 2006)
GEPLAM - Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó
GG - GABINete da Governadora
GRPU - Gerência Regional de Patrimônio da União
GSI - GABINete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC - Ministério da Educação
MCid - Ministério das Cidades
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI - Ministério da Integração Nacional
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPEG - Museu Paraense Emilio Goeldi
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRG - Microrregiões Geográfica
MS - Ministério da Saúde
MT - Ministério dos Transportes
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PARATUR - Companhia Paraense de Turismo
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PDCO - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste
PDNE - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste
PIB – Produto Interno Bruto
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX – Reserva Extrativista
SAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SECULT - Secretaria de Estado de Cultura
SEDECT - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação
SEDURB - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional
SEGOV – Secretaria de Estado de Governo
SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública
SEIR - Secretaria de Estado de Integração Regional
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPAq - Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
SEPE – Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento
SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública
SETRAN - Secretaria de Estado de Transporte
SIPAM/CTO – Sistema de Proteção da Amazônia/ Centro Técnico Operacional
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRI - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
UC - Unidade de Conservação
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico